

GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO



ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
v. 47, n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGÜÍSTICA

REVISTA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Avenida Dom Antônio, 2100.
CEP 19806-900 - Prédio I
Parque Universitário – Assis – SP – Brasil
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Prof. Dr. Marcelo Módolo, Universidade de São Paulo (USP)
Prof. Dr. Oto Araújo Vale, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Profa. Dra. Luciani Ester Tenani, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
(UNESP - São José do Rio Preto)
Profa. Dra. Maria Irma Hadler Coudry, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Profa. Dra. Angela Cecília de Souza Rodrigues, Universidade de São Paulo (USP)
Profa. Dra. Beth Brait, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Editor responsável

Carlos Eduardo Mendes de Moraes (UNESP - Assis)

Auxiliar Editorial

Milton Bortoleto

Revisão, normatização, revisão de língua estrangeira e diagramação

Letraria

www.letraria.net

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Ré (UNESP), Alvaro Luiz Hattnher (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UNESP), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Francisco Topa (Universidade do Porto, Portugal), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCar), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall'Aglío Hattnher (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Raquel Bello Vazquez (Universidade de Santiago de Compostela), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação anual

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.

Anual

ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
NOMINATA DE PARECERISTAS	7
FONOLOGIA	
A relação entre ortografia e fonologia na formação de interjeições <i>Natália Cristine Prado</i>	18
O papel das professoras alfabetizadoras no desenvolvimento da entoação <i>Rosicleide Rodrigues Garcia</i>	33
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
A função retórica Suporte em português <i>Ana Paula de Oliveira</i>	44
GRAMÁTICA GERATIVA	
O infinitivo flexionado do português paulista dos séculos XVIII, XIX e XX: um estudo sintático-diacrônico <i>Sarah Leite Vargas</i>	56
HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
Descrição da (im)polidez no uso dos pronomes pessoais nas gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros no século XIX: uma abordagem historiográfica <i>Olivia Yumi Nakaema</i>	70
O Livro XVII das Institutiones grammaticae de Prisciano: permanência ou descontinuidade em Tomás de Erfurt e Jeronymo Soares Barbosa <i>Alessandro Jocelito Beccari</i>	87
LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA	
Neologismos Heterodiscursivos: Poesia de Arnaldo Antunes na Era do Antropoceno <i>Sandra Mina Takakura</i>	102
LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS	
Aspectos morfológicos dos verbos na língua Mehináku (Arawak) <i>Paulo Henrique Pereira Silva de Felipe</i>	114

Proficiência e Atitudes Linguísticas de Estudantes Kaingang de Ensino Fundamental e Médio da Terra Indígena de Faxinal (Candido de Abreu/PR): Diagnóstico Inicial <i>Elisangela Wilchak Queiroz</i>	124
--	-----

LINGUÍSTICA HISTÓRICA

O estudo do imperativo no período trovadoresco <i>Gisela Sequini Favaro</i>	140
--	-----

Processos fonológicos de motivação estilística em corpus poético do Português Arcaico <i>Livia Monteiro de Queiroz Migliorini</i>	156
--	-----

PRAGMÁTICA

Escala de ofensividade: quão ofensiva essa expressão é? <i>Marina Chiara Legroski</i>	169
--	-----

SEMÂNTICA

Mudança e variação semântica e a noção de Hierarquia Funcional-Conceitual <i>Valdilena Rammé</i>	181
---	-----

O funcionamento semântico do par de advérbios já e ainda <i>Claudia Mendes Campos</i>	196
--	-----

SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

Acomodação dialetal de sergipanos em São Paulo: a influência das redes sociais e do indivíduo <i>Amanda de Lima Santana</i>	212
--	-----

A (des)legitimação do Funk Gospel em blogs evangélicos <i>Graziela Rocha Reghini Ramos</i>	226
---	-----

Brinquedos e diversões no estado de São Paulo: designações para estilingue a partir dos dados do Projeto ALiB <i>Beatriz Aparecida Alencar</i>	243
---	-----

Ferramentas metodológicas para análises (sócio)linguísticas <i>Rosane de Andrade Berlinck e Caroline Carnielli Biazolli</i>	260
--	-----

APRESENTAÇÃO

Caro(a) Leitor(a),

Apresenta-se, aqui, o número 47 da revista *Estudos Linguísticos* (EL), do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). Nestas quatro décadas desde a sua criação, a EL avançou da condição de anais dos encontros do GEL para uma revista cuja avaliação “Qualis” da CAPES a coloca entre as publicações de nível B-2, demonstrando persistência no processo de consolidação.

Neste número, referente ao 65º seminário do GEL, realizado na Faculdade de Ciências e Letras de Assis em julho de 2017, apresentam-se 59 artigos divididos em três volumes, selecionados entre os 90 trabalhos enviados, cujas submissões atenderam ao processo editorial, segundo o critério de avaliação cega, trabalhado na plataforma “Open Journal System” (OJS).

O primeiro volume apresenta artigos de Fonologia, Gramática Funcional, Gramática Gerativa, Historiografia Linguística, Lexicologia e Lexicografia, Sociolinguística e Dialetoлогия, Línguas Indígenas e Africanas, Linguística Histórica, Pragmática, Semântica e Sociolinguística e Dialetoлогия. O segundo volume apresenta artigos de Aquisição de Escrita, Aquisição de Linguagem (L1), Educação Linguística e Multiculturalismo, Ensino de Língua Materna, Ensino de Segunda Língua/Língua Estrangeira, Filologia, Filosofia da Linguagem, Funcionalismo, Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, Linguística de Corpus, Neurolinguística e Tradução. O terceiro, artigos de Análise do Discurso, Linguística Textual, Literatura Brasileira, Literatura Estrangeira, Semiótica e Retórica e Estilística.

Quanto ao processo de manutenção e aperfeiçoamento, pode-se contar neste número com a inclusão da EL em mais um indexador, o “Directory of Open Access Journal” (DOAJ). Outro passo importante diz respeito à utilização do ORCID, “Open Research and Contributors Identification” na identificação de todos os autores que contribuíram para o número.

Reconhece-se que esse processo conta com a participação de diversos segmentos: a equipe de execução, composta pela Comissão Editorial, a Secretaria e a Editora Prestadora dos Serviços (Letraria), todos atuando na estrutura da revista; os Autores e as

Autoras, que submeteram seus trabalhos para a avaliação, assim como os Convidados e Convidadas, Palestrantes e Conferencistas, que colaboram com o conteúdo, a sua espinha dorsal; finalmente, o Corpo de Pareceristas, com 172 integrantes para este número. Sem esta equipe, a publicação não se consolida. A todos ficam externados os agradecimentos da EL.

Espera-se, enfim, que este número 47 seja de agrado e proveitoso para cada Leitor, que, igualmente, é parte fundamental do processo. A você a EL deseja uma excelente leitura!

Assis, outubro de 2018.

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

Presidente da Comissão Editorial

NOMINATA DE PARECERISTAS

ADELMA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA ARAÚJO, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

ADRIANA MARCON, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

AGNES DOS SANTOS SCARAMUZZI-RODRIGUES, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ALESSANDRA DEL RÉ, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ALEXANDRE PINHEIRO HASEGAWA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ALICE VIEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ALINE DA CRUZ, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

ALVARO SIMÕES JUNIOR, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

ANA CLAUDIA FERNANDES FERREIRA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANA CLAUDIA DE ATAIDE ALMEIDA MOTA, Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil

ANA ELISA RIBEIRO, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

ANA MARIA COSTA DE ARAÚJO LIMA, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

ANA MARIA DI RENZO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

ANA REGINA VAZ CALINDRO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ANA RUTH MORESCO MIRANDA, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ANDRÉ CAMPOS MESQUITA, Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANDRÉ LUIS ANTONELLI, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

ANDRESSA CRISTINNE ARRELIAS COSTA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANGEL H. CORBERA MORI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANGELA MARINA BRAVIN DOS SANTOS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

ANGÉLICA RODRIGUES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, Brasil

ANTONIETA BURITI DE SOUZA HOSOKAWA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mamanguape, Paraíba, Brasil

ANTONIO CARLOS SILVA DE CARVALHO, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

ARTARXERXES TIAGO TÁCITO MODESTO, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Cubatão, São Paulo, Brasil

ATILIO CATOSSO SALLES, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

BEATRIZ CURTI-CONTESSOTO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo

BEATRIZ PROTTI CHRISTINO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

BRENO WILSON LEITE MEDEIROS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

BRUNO OLIVEIRA MARONEZE, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

BRUNO CAVALCANTI LIMA, Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

CAROLA RAPP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

CAROLINA P. FEDATTO, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

CAROLINA RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CAROLINA QUEIROZ ANDRADE, CEUB/IESGO, Brasília, Distrito Federal, Brasil

CELINA APARECIDA GARCIA DE SOUZA NASCIMENTO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

CIBELE NAIDHIG SOUZA, Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil

CINTIA DA SILVA PACHECO, Universidade Nacional de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

CLAUDIA ZAVAGLIA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo

CLAUDIA REGINA BRESCANCINI, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

CLAUDIO AQUATI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLEIDE ANTONIA RAPUCCI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

CRISTIANE PASSAFARO GUZZI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

CRISTINA CARNEIRO RODRIGUES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

CRISTINA MARTINS FARGETTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

DANIELA GIORGENON, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

DANIELLY VIEIRA INÔ ESPÍNDULA, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil

DANTIELLI ASSUMPÇÃO GARCIA, Unioeste, Cascavel, Paraná, Brasil

DIVA CLEIDE CALLES, Faculdade Sumaré, São Paulo, São Paulo, Brasil

EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

EDVANIA GOMES SILVA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia, Brasil

ELAINE CRISTINA CINTRA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

ELAINE CRISTINE SARTORELLI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ELIANA MARIA SEVERINO DONAIO RUIZ, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

ELIANE APARECIDA GALVÃO RIBEIRO FERREIRA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

ELISABETTA SANTORO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

EMERSON DE PIETRI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ERICA REVIGLIO ILIOVITZ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

EUGÊNIO VINCI DE MORAES, Centro Universitário Internacional (Uninter), Curitiba, Paraná, Brasil

EXPEDITO ELOÍSIO XIMENES, Universidade Estadual do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

FABIANA CRISTINA KOMESU, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FABIELE STOCKMANS DE NARDI, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

FÁBIO CÉSAR MONTANHEIRO, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil

FÁBIO RAMOS BARBOSA FILHO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FERNANDA CONSONI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FERNANDA CORREA SILVEIRA GALLI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FERNANDA MORAES D'OLIVO, Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

FERNANDA LUZIA LUNKES, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Bahia, Brasil

FRANCISCA PAULA SOARES MAIA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

GABRIELA OLIVEIRA-CODINHOTO, Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

GEOVANA SONCIN, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

GERALDO TADEU SOUZA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

GIOVANA FERREIRA GONÇALVES, Universidade Federal de Pelotas (UFP), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

GIOVANNA G. BENEDETTO FLORES, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Palhoça, Santa Catarina, Brasil

GISELA SEQUINI FAVARO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

GLADIS MARIA DE BARCELLOS ALMEIDA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

GLÁUCIA VIEIRA CÂNDIDO, Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia, Goiás, Brasil

GRAZIELA ZANIN KRONKA, Sem vínculo institucional

GRECIELY CRISTINA DA COSTA, Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT, Universidade Federal do
Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

HADINEI RIBEIRO BATISTA, Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

HÉLCIUS BATISTA PEREIRA, Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Maringá, Paraná, Brasil

HELENA DE OLIVEIRA BELLEZA NEGRO, Universidade de São Paulo
(USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELIO MÁRCIO PAJEÚ, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Recife, Pernambuco, Brasil

IEDA MARIA ALVES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São
Paulo, Brasil

IVO COSTA ROSARIO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio
de Janeiro, Brasil

JANAYNA CARVALHO, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

JARBAS VARGAS NASCIMENTO, Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JEAN PIERRE CHAUVIN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São
Paulo, Brasil

JOÃO BOSCO CABRAL DOS SANTOS, Universidade Federal de Uberlândia
(UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

JOCELI CATARINA STASSI-SÉ, Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

JOSÉ BORGES NETO, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil

JOSÉ CEZINALDO ROCHA BESSA, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

JOSÉ EDICARLOS DE AQUINO, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

JULIA LOURENÇO COSTA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

JULIANA SIMÕES FONTE, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

JULIANA DA SILVEIRA, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Palhoça, Santa Catarina, Brasil

JUSSARA ABRAÇADO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

KARIN ADRIANE HENSCHER POBBE RAMOS, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

KÁTIA RODRIGUES MELLO MIRANDA, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

KELCILENE GRÁCIA-RODRIGUES, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

LARA FRUTOS, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

LÍGIA MARA BOIN MENOSSE DE ARAÚJO, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

LILIANE SANTOS, Université de Lille (CNRS), Lille, France.

LIVIA OUSHIRO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUCIANE DE PAULA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUIZ CARLOS CAGLIARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

LUZIA APARECIDA OLIVA, Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil

MAIRA ANGÉLICA PANDOLFI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

MAISA DE ALCÂNTARA ZAKIR, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MANUELE BANDEIRA DE ANDRADE LIMA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

MARCELA VERÔNICA SILVA, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

MARCELO MÓDOLO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo

MARCIA LISBÔA COSTA DE OLIVEIRA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil

MARCIA VEIRANO PINTO, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

MARCIA MARIA DE ARRUDA FRANCO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MÁRCIO ROBERTO PEREIRA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

MARCO ANTONIO VILLARTA-NEDER, Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil

MARCUS MAIA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO DECAT, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARIA CRISTINA VICTORINO DE FRANÇA, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

MARIA DA PENHA CASADO ALVES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

MARIA IRMA HADLER COUDRY, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARIA VIVIANE DO AMARAL VERAS, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MARIANNE CARVALHO BEZERRA CAVALCANTE, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

MARINA CHIARA LEGROSKI, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

MARISA CORRÊA SILVA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

MARISOL B. C. MELLO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MATHEUS DE BRITO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MOISÉS OLÍMPIO FERREIRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MONCLAR GUIMARÃES LOPES, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MONICA FILOMENA CARON, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo, Brasil

NATÁLIA CRISTINE PRADO, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

ODILON HELOU FLEURY CURADO, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

PAULO ROBERTO GONÇALVES SEGUNDO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PRISCILA MARQUES TONELLI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

RAFAEL GUSTAVO RIGOLON, Universidade Federal de Viçosa (UFV),
Viçosa, Minas Gerais, Brasil

RAUER RIBEIRO RODRIGUES, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

REGIANE COELHO PEREIRA REIS, Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

REGINA LÚCIA DE FARIA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

RENAN SALMISTRARO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil

RENATA COELHO MARCHEZAN, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

RITA DE CASSIA DALLA TARDIN, Faculdade Saberes, Vitória, Espírito
Santo, Brasil

ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA, Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Paraná, Brasil

ROSELI VASCONCELLOS SEQUEIRA MANOEL, Sem vínculo institucional

ROSINEIDE DE MELO, Centro Universitário Fundação Santo André, Santo
André, São Paulo, Brasil

SABRINA DE CÁSSIA MARTINS, Sem vínculo institucional

SAMUEL PONSONI, Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Passos,
Minas Gerais, Brasil

SANDRA APARECIDA FERREIRA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES, Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO ELIAS MILANI, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia,
Goiás, Brasil

SHIRLEY ELIANY ROCHA MATTOS, Universidade Estadual de Goiás
(UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

SIDNAY FERNANDES DOS SANTOS SILVA, Universidade do Estado da
Bahia (UNEB), Caetité, Bahia, Brasil

SILMARA DELA SILVA, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

SIMONE AZEVEDO FLORIP, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

SORAYA MARIA ROMANO PACÍFICO, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

SUSIELE MACHRY DA SILVA, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTPR), Pato Branco, Paraná, Brasil

SUZI MARQUES SPATTI CAVALARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

THISSIANE FIORETO, Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso, Brasil

VALÉRIA FARIA CARDOSO-CARVALHO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Alto Araguaia, Mato Grosso, Brasil

VÂNIA LISBÔA DA SILVEIRA GUEDES, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

VERA REGINA MARTINS E SILVA, Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

VICTORIA WILSON DA COSTA COELHO, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil

VIOLETA VIRGINIA RODRIGUES, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE, União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), Lauro de Freitas, Bahia, Brasil

A relação entre ortografia e fonologia na formação de interjeições

Natália Cristine Prado

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

natalia.prado@unir.br

<http://orcid.org/0000-0001-8947-4330>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1920>

Resumo

O objetivo desta pesquisa é investigar a relação entre fonética/fonologia e a ortografia de interjeições encontradas em HQs. Para compor o *corpus* desta pesquisa, coletamos 92 interjeições de base onomatopaica/expressiva a partir dos gibis da “Turma da Mônica”, da revista *Turma da Mônica Jovem* e, por fim, das tiras diárias publicadas no jornal *Folha de São Paulo*. As análises deste trabalho exploram primordialmente a relação entre ortografia e fonética/fonologia e foi possível observar que a escrita de algumas interjeições encontradas passa por um processo de estilização da grafia – muitas vezes com o intuito de trazer elementos prosódicos para o vocábulo, por exemplo, volume e duração. Com esta investigação, esperamos colaborar não apenas para a compreensão da linguagem dos quadrinhos, mas para uma compreensão mais global da fonética, da fonologia e da ortografia da língua portuguesa.

Palavras-chave: interjeição; ortografia; fonologia.

The relation between spelling and phonology in the formation of interjections

Abstract

This research aims to investigate a relation between phonetics / phonology and the spelling of interjections found in comic books. To compose the corpus of this research, 92 onomatopoeic / expressive interjections were collected from the "Turma da Mônica" [Monica and Friends] comic books, from the magazine *Turma da Mônica Jovem* [Monica Teen] and from the daily strips published in *Folha de São Paulo* newspaper. The analysis of this work mainly explores the relation between spelling and phonetics/phonology, so we could observe that the writing of the interjections found goes through a process of stylization of the spelling – often with the intention of bringing prosodic elements to the word, for example, volume and duration. With this research, we hope to collaborate not only for the comprehension of the comic books language, but also for a more global understanding of phonetics, phonology and the spelling of the Portuguese language.

Keywords: interjections; orthography; phonology.

Introdução

O objetivo deste estudo é investigar interjeições a partir de Histórias em Quadrinhos (doravante HQs) brasileiras publicadas de modo impresso no formato gibi, observando a relação entre fonética/fonologia e ortografia que se estabelece na escrita dessas palavras. A importância deste estudo reside no fato de que ainda são poucos os trabalhos da área de Linguística que se dedicam a observar, enquanto sistema, a linguagem verbal presente nos quadrinhos, já que, por muito tempo, as HQs não eram consideradas objetos de estudos acadêmicos.

Vergueiro (2005, p. 17) explica que, na década de 1970, muitos estudiosos simplesmente não consideravam dignos de atenção os pesquisadores interessados por HQs e, “com isso, colocaram um ponto final no assunto, afirmando que as histórias em quadrinhos definitivamente não pertenciam ao meio acadêmico”. Além disso, segundo Ramos (2012), já se considerou inaceitável levar os quadrinhos para a sala de aula.

Mesmo diante do atual interesse que os quadrinhos despertam e de sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), notamos, durante a pesquisa, que ainda são poucos os trabalhos que observam a linguagem verbal presente nesse material. Portanto, podemos dizer que, ainda hoje, não são muitos os estudos que realizam análises fonológicas, morfológicas, sintáticas ou lexicais do Português Brasileiro (doravante PB) a partir da linguagem dos quadrinhos¹.

Assim, a importância desse estudo reside em compreender melhor as questões ortográficas, fonéticas e fonológicas dos quadrinhos, o que é o primeiro passo para caminhar em direção à compreensão global da linguagem desse hipergênero, que se mostra cada vez mais presente nas primeiras leituras das crianças, jovens e adultos, além de ser muito usado em livros didáticos de língua portuguesa.

Portanto, com essa pesquisa, esperamos colaborar com os estudos sobre a linguagem verbal presente nos quadrinhos brasileiros. Consequentemente, pretendemos contribuir para uma melhoria da compreensão dos fenômenos linguísticos dos quadrinhos, o que pode ajudar na prática de escrita e leitura de HQs em sala de aula.

Fundamentação teórica

Em primeiro lugar, é interessante observar que nosso objeto de estudos possui várias faces. O termo “quadrinhos” (ou mesmo “histórias em quadrinhos – HQs”) faz referência a diferentes gêneros de textos, cada um com suas particularidades, por exemplo, cartuns, charges, tiras cômicas, tiras cômicas seriadas, *graphic novels*, mangás, entre outros. Por conta dessa característica, alguns estudiosos, como Mendonça (2002) e Ramos (2006, 2009, 2012), acreditam que os quadrinhos possam ser considerados como um hipergênero e não simplesmente um gênero textual.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 130), “um hipergênero não é um gênero do discurso, mas uma formação com restrições fracas que podem recobrir gêneros muito diferentes”. É o caso do diálogo, do jornal, da carta, do diário etc. que, para ele, são modos de apresentação formal e de organização de enunciados, por isso restringem a enunciação de modo frouxo. Já outros hipergêneros, como o relatório ou a entrevista, conseguem ser mais restritivos, tendo em vista que um relatório policial, por exemplo, possui semelhanças enunciativas com outros tipos de relatórios. Para Ramos (2009), pensar nos quadrinhos como um hipergênero significa dizer que o termo “quadrinhos” é um rótulo que agrega diferentes gêneros, cada um com suas particularidades. De acordo com o autor, “um hipergênero anteciparia informações textuais ao leitor e ao produtor e funcionaria como um guarda-chuva para diferentes gêneros, todos autônomos, mas com

¹ Ramos (2006) afirma que há vários trabalhos sobre HQs pertencentes à área de Comunicação que enfocam as características da linguagem desses gêneros enquanto veículos de comunicação de massa. O estudioso acrescenta que as pesquisas pertencentes à área da Linguística são mais recentes, ou seja, se fortaleceram a partir da segunda metade da década de 90.

características afins” (RAMOS, 2009, p. 366). Deste ponto de vista, podemos abrigar os diferentes modos de produção de quadrinhos nesse rótulo.

O uso das HQs na sala de aula de língua portuguesa tem rendido algumas discussões no meio acadêmico. Passos e Vieira (2014), por exemplo, observaram que as histórias em quadrinhos podem contribuir para uma leitura mais proficiente. Sabendo que as HQs despertam interesse em estudantes de todas as idades, pela associação da linguagem verbal e não verbal, as autoras analisaram algumas tirinhas e puderam concluir que os quadrinhos representam um importante recurso pedagógico para o ensino de português.

Silva (2011) observou que as histórias em quadrinhos podem contribuir para a formação de leitores com senso crítico apurado. Ao analisar importantes super-heróis dos quadrinhos, como Superman e o Justiceiro, o autor constata as ideologias por trás dessas figuras e defende que esses quadrinhos podem colaborar para gerar importantes reflexões nas aulas de interpretação e escrita de textos, o que contribui para o aprimoramento da leitura crítica.

Já Silvério e Rezende (2014) observaram o valor pedagógico das HQs na formação do professor de língua portuguesa. As autoras entrevistaram dez professores, investigaram suas práticas docentes e constataram que eles reconhecem a importância dos quadrinhos como recurso pedagógico. Para as pesquisadoras,

[...] a exploração didática bem planejada pelo profissional docente no trabalho com a leitura por meio de linguagem verbal atrelada à linguagem não verbal presente no gênero HQs possibilita o uso desses materiais nas salas de aula, com vistas à formação do leitor competente, conforme é desejável e esperado. (SILVÉRIO; RESENDE, 2014, p. 231).

Há alguns estudos que observam a linguagem dos quadrinhos, como Eguti (2001), Passarelli (2004) e Ramos (2005), que ressaltam os aspectos da oralidade ali representada. De acordo com essas pesquisas, principalmente Eguti (2001), é possível perceber que os diversos tipos de quadrinhos são um terreno fértil para a representação da língua falada, bem como dos demais elementos que a constituem como gestos, voz e outros. Ramos (2016) afirma que esse hipergênero simula as várias características da modalidade oral da língua. Assim, os balões representam os turnos conversacionais e “o formato das letras e o contorno dos balões indicariam tom de voz mais elevado, mais baixo, a emoção sentida no momento da fala do personagem” (RAMOS, 2006, p. 1580).

Cagnin (2014[1975], p. 34), em um estudo clássico sobre quadrinhos, apontou os seguintes constituintes das HQs:

- Imagens ou figuras desenhadas e limitadas pelas linhas ou molduras dos quadrinhos;
- Texto, apresentado em forma de balão (e seus derivados) ou legenda (pouco usada atualmente) e em forma de onomatopeias, que podem ser em língua portuguesa ou em língua inglesa, que, segundo o autor, estão já “incorporadas por todos os idiomas rendidos pela avalanche dos *comics* americanos que invadiu o mundo após a criação dos *syndicates*, na década de 1930, a chamada *época de ouro* dos Quadrinhos” (CAGNIN, 2014[1975], p. 34).

O autor chama a atenção para o fato de que existem ainda as HQs sem texto, que contêm apenas um título, chamadas de histórias mudas ou de *sans parole*. Para o autor, essas seriam as verdadeiras histórias em quadrinhos, pois não se valem de outro código que não o icônico para contar uma história, justificando ainda mais o título “Arte Sequencial”, criado por Will Eisner. Com isso, o autor demonstra que o texto é um segundo elemento das HQs, que, portanto, não são dependentes dele para que existam.

Entretanto, constata-se a invariável presença da palavra na maioria das publicações de HQs. Cagnin (2014[1975], p. 138) observa que quase sempre é o texto que, em lugar de auxiliar as imagens, assume o papel principal nas histórias que, a princípio, seriam contadas por imagens. De acordo com ele, a linguagem articulada do código linguístico é suficiente para a comunicação e pode sustentar sozinha a função narrativa de uma HQ. Trabalhando juntamente, a linguagem desvenda o sentido denotativo de uma imagem e ajuda na interpretação de semas conotativos. Assim, imagem e palavra se acham em relação complementar, ambas fazem parte do sintagma superior da narração e a constroem.

As interjeições, ao lado das onomatopeias, aparecem com muita frequência em HQs, entretanto, como demonstra nossa pesquisa, o termo *interjeição* é omitido em algumas gramáticas. Nas gramáticas que tratam do assunto, normalmente a palavra interjeição aparece na parte de classes de palavras.

É o caso da *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009) em que o termo aparece na parte de “classes de Palavras e categorias gramaticais”. Segundo o gramático, a interjeição “é a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos” (BECHARA, 2009, p. 330). Para ele, essas expressões têm existência autônoma e podem ser consideradas verdadeiras orações, embora possam também estabelecer relações e formar unidades complexas. São expressões que acompanham um contorno melódico exclamativo, mas podem assumir papel de unidades interrogativas-exclamativas e de outras unidades como vocativos e imperativos.

Bechara (2009, p. 331) classifica as interjeições em quatro tipos. O primeiro deles é representado por sons vocálicos que, na escrita, se apresentam de maneira convencional, como *ah!*, *Oh!* e *hum*. Para o autor, o *h* no final pode marcar uma aspiração, alheia ao sistema do português. O segundo tipo é formado por palavras correntes na língua, como *puxa!*, *bolas!*, *valha!* (com contorno melódico exclamativo). Fazem parte do terceiro tipo de interjeições as palavras que procuram reproduzir ruídos de animais ou de objetos, ou de outra origem, como *clic* (clique) e *pum!*. Por fim, o quarto tipo de interjeição é composto de locuções interjetivas do tipo *ai de mim!* ou *cruz credo!*

A interjeição, para Cunha e Cintra (1985, p. 396), “é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções”. De acordo com os autores, a mesma reação emotiva pode ser expressa por mais de uma interjeição e, inversamente, uma só interjeição pode “corresponder a sentimentos variados e até opostos”. Para eles, o valor de cada forma interjectiva depende fundamentalmente do contexto e da entoação. A classificação para interjeições proposta nesta gramática leva em consideração o sentimento que as interjeições denotam, assim, existem interjeições de alegria, como *oba!*, de dor, como *ai!*, de silêncio, como *psiu!* etc. Os gramáticos comentam também a existência de locuções interjectivas, como *ai de mim!* Para Cunha e Cintra (1985, p. 397), as interjeições, entendidas por eles como vocábulos-frases, não são

consideradas uma classe de palavras, pois equivalem a “frases emocionais”, já que traduzem sentimentos súbitos e espontâneos.

Bagno (2012, p. 425-426) concorda com os autores supracitados ao afirmar que:

A interjeição constitui um fenômeno de entoação, prosódico, e não uma categoria lexical plena como as demais – afinal, toda e qualquer palavra, de qualquer classe – “Fogo!”, “Chega!”, “Demais!”, “Gostosa!” –, ou mesmo uma sentença inteira pode constituir uma interjeição: “Valei-me, minha Nossa Senhora da Abadia!”. A interjeição é, pois, “uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções”, conforme bem definem os gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra (1985: 577).

Desse modo, para o autor, toda e qualquer palavra pode se transformar numa interjeição, por isso, a introdução de interjeições na lista de classes gramaticais seria considerada por ele como sendo excentricidade latina. Entretanto, para Cegalla (2009, p. 300), a interjeição pertence à classe das palavras invariáveis e é “uma palavra ou locução que exprime um estado emotivo”. São vozes ou exclamações vivas que podem exprimir e registrar diferentes sentimentos e emoções, ou seja, é um recurso da linguagem afetiva ou emocional. Esta gramática também leva em conta o tipo de sentimento que as interjeições exprimem, assim, há interjeições de desagrado, como *arre!*, e de desejo, como *tomara!*, porém o autor lembra que a mesma interjeição pode registrar mais de um sentimento, segundo o tom de voz com que a proferimos. Ele também comenta a existência das interjeições imitativas, que seriam as palavras que “emitem ruídos e vozes” (CEGALLA, 2009, p. 301), como *pum!* e *pof!*.

O gramático comenta ainda a existência das locuções interjectivas que seriam expressões que valem por uma interjeição, como *meu Deus!* e *ó de casa!*. Para ele, as interjeições são como frases resumidas, assim, *ué!* teria valor de *eu não esperava por essa!*. O autor alerta que é importante distinguir entre as palavras que são exclusivamente interjeições como *oh!* e *olá!* e as palavras de outras classes gramaticais usadas eventualmente como interjeições, como *viva!* e *cuidado!*

Para Cagliari (2005, p. 1),

[...] na verdade, as interjeições não são, de fato, palavras da língua, mas ruídos que ocorrem juntamente com a fala, denotando atitudes do falante e que alguns escritores resolveram transpor para seus textos. Uma análise mais atenta da fala mostra que se trata de uma escolha que privilegia alguns casos e despreza outros. Nem todos os ruídos da fala têm interessado os escritores.

Assim, o autor não considera as interjeições de base onomatopaica como palavras da língua e chama a atenção para o fato de que as artes sequenciais em geral estão cheias de expressões que denotam ruídos.

Como é possível observar, podemos encontrar diferentes definições para o termo interjeição, algumas, por trazerem termos como “ruídos” ou “gritos”, podem não ter boa aceitação. Entendemos que essas expressões aparecem, pois algumas categorias de interjeições foram formadas a partir de sons expressivos onomatopaicos, o que, na visão desses autores, caracterizaria itens não lexicais. O lugar dessas expressões na gramática também precisa ser avaliado com cuidado, pois, embora alguns autores defendam que

essas interjeições não podem ser consideradas palavras da língua, outros pesquisadores já discutem a possibilidade de reconhecer esses tipos de interjeições como palavras.

Dingemanse, Torreira e Enfield (2013), por exemplo, apresentam uma reflexão interessante a partir da interjeição “huh?” ou, mais precisamente, de uma pequena interjeição de questionamento que, ao ser dita, tem a função de incitar no interlocutor um “conserto” daquilo que ele havia dito. Os autores trabalham com a possibilidade de este item ser considerado uma espécie de palavra universal. Os pesquisadores chegaram a essa conclusão, pois é uma interjeição encontrada nas línguas naturais em formas parecidas, algo similar ao “hum?” em português. Os autores acreditam que uma investigação acerca de palavras consideradas “banais”, que costumam ser classificadas como ruídos ou itens não lexicais, pode gerar novas hipóteses sobre o surgimento e a motivação por trás desses “signos” linguísticos.

De modo geral, podemos considerar a interjeição como sendo um fenômeno de entoação com função expressiva e comunicativa e que, teoricamente, pode ocorrer com qualquer palavra ou enunciado, além de ocorrer também com itens de origem onomatopáica de classificação não consensual.

Procedimentos metodológicos e análise dos dados

Em busca das interjeições que interessam aos quadrinistas brasileiros, coletamos dados a partir de três fontes:

1. ***Quadrinhos infantis*** – para esta categoria, coletamos dados a partir das revistas “Turma da Mônica”. Foram analisadas as edições das revistas *Mônica*, *Magali*, *Cascão*, *Cebolinha* e *Chico Bento*, do número 11 ao 16 e as edições da revista *Turma da Mônica*, de números 11, 12, 13, 14, 15 e 17 (todos publicados em 2016);

2. ***Quadrinhos infanto-juvenis*** – para observar os quadrinhos voltados ao público jovem, a escolhida foi a revista *Turma da Mônica Jovem (TMJ)*, do número 92 ao 97 (todos publicados em 2016);

3. ***Quadrinhos adultos*** – os quadrinhos voltados ao público adulto usados nesta pesquisa foram encontrados no jornal *Folha de São Paulo*. Observamos, de março a agosto, as tiras diárias publicadas neste jornal e coletamos nossos dados a partir do trabalho de diferentes cartunistas brasileiros², como Laerte, Caco Galhardo, Adão Iturrusgarai, Andre Dahmer, Fernando Gonsales e outros. Todos esses quadrinhos foram publicados no jornal em 2016.

Há um grande número de interjeições nos quadrinhos já que, de acordo com Cunha e Cintra (1985) e Bagno (2012), qualquer expressão ou palavra pode ser considerada uma interjeição, se considerarmos que a interjeição é um fenômeno de entoação, prosódico, e não uma categoria lexical plena como as demais. Seguindo esse ponto de vista, toda e qualquer palavra, ou mesmo uma sentença pode ser considerada uma interjeição. Por isso, como forma de delimitar esse estudo, selecionamos apenas as

² Para compor o *corpus* deste trabalho, escolhemos apenas um tipo de publicação por faixa etária. Embora os quadrinhos da “Turma da Mônica” tenham a autoria de Maurício de Souza, atualmente, todos os quadrinhos são escritos com a colaboração de diferentes roteiristas, mas seus nomes, muitas vezes, não são mencionados ao fim de cada história. Já os quadrinhos da *Folha de São Paulo* são assinados por diferentes quadrinistas de sucesso, desse modo, embora seja apenas um veículo, estamos mencionando os autores de cada quadrinho.

interjeições de base onomatopaica/expressiva, ou seja, as interjeições consideradas, pelo dicionário Houaiss (2009), como sendo de origem onomatopaica ou como vocábulo expressivo. Para as interjeições que não estão dicionarizadas, coletamos as que consideramos que também podem se classificar dessa forma.

No Quadro 1, a seguir, apresentamos uma amostra das 92 interjeições encontradas nos quadrinhos observados. Esse quadro está organizado da seguinte forma: na primeira coluna estão os itens encontrados e suas variantes ortográficas, na segunda coluna estão as ocorrências seguindo a mesma notação do quadro anterior, na terceira coluna estão anotados o tipo de expressão ou intenção do item e na quarta coluna há a informação se o item está ou não dicionarizado (de acordo com o HOUAISS, 2009).

Quadro 1. Amostra de vocábulos coletados

INTERJEIÇÕES			
Itens e variantes ortográficas	Ocorrências/publicação	Expressão/intenção	Dicionarizada
1) Aê	2/ MÔNICA 11, p. 5; 8 – 1/MAGALI 13, p. 41 – 1/CEBOLINHA 16, p. 63 – 1/TMJ 97, p. 66	Animação, incentivo	Não
2) Afe	1/ MAGALI 11, p. 9 – 2/ MÔNICA 11, p. 10; 21 – 2/CEBOLINHA 12, p. 7; 9 – 3/CASCÃO 14, p. 9; 10; 19 – 1/CASCÃO 15, p. 61 – 1/CASCÃO 16, p. 4 – 2/TMJ 93, p. 49; 61 – 2/TMJ 94, p. 12; 29; 59 – 2/TMJ 95, p. 16; 81 – 3/TMJ 97, p. 44; 52; 112	Impaciência	Não
3) Ahã	1/CEBOLINHA 15, p. 21 – 1/MAGALI 16, p. 10	Concordância	Não
4) Aham	1/MÔNICA 14, p. 33 – 1/MAGALI 15, p. 33 – 1/TURMA DA MÔNICA 15, p. 32 – 1/MAGALI 16, p. 27	Concordância	Não
5) Ahn	1/CASCÃO 16, p. 63 – 1/TMJ 96, p. 87	Dúvida; admiração	Não
6) Aí	4/ CASCÃO 11, p. 24; 25; 60 – 1/ CEBOLINHA 11, p. 41 – 6/ MAGALI 11, p. 9; 10; 12; 62 – 3/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 8; 21; 42 – 7/CEBOLINHA 12, p. 60; 63; 75 – 1/CHICO BENTO 14, p. 56 – 1/MÔNICA 15, p. 73 – 1/CEBOLINHA 16, p. 60 – 1/TMJ 96, p. 79	Sentido brincalhão; aprovação; incentivo	Sim
7) Arrá	1/FERNANDO GONSALES, 07/08	Surpresa	Não
8) Arre	1/CHICO BENTO 14, p. 54 – 1/CHICO BENTO 16, p. 13 – 1/CACO GALHARDO, 14/04	Raiva; preocupação	Sim
9) Irki	1/CACO GALHARDO, 06/04	Nojo	Não
10) Irra	1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 15	Animação	Sim
11) Iuhuuuu	1/MÔNICA 12, p. 40 – 1/CEBOLINHA 15, p. 19 – 1/MÔNICA 16, p. 8	Animação	Não

(continua)

12) Nham	1/TURMA DA MÔNICA 11, p. 22 – 10/MAGALI 14, p. 4; 5; 10; 11; 13; 14; 15; 17 – 1/CEBOLINHA 15, p. 56 – 1/MAGALI 15, p. 28 – 2/CEBOLINHA 16, p. 10 – 3/MAGALI 16, p. 19; 60	Fome	Não
13) Nhé	1/TMJ 96, p. 39 – 1/TMJ 97, p. 25	Negativa	Não
14) Ó	1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 15 – 1/CEBOLINHA 13, p. 75 – 1/MAGALI 16, p. 4 – 2/LAERTE, 09/03; 10/03 – 1/ALLAN SIEBER, 19/03	Chamamento; interpelação	Sim
15) Tsc	2/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 65 – 2/CASCÃO 15, p. 38 – 4/CEBOLINHA 15, p. 12 – 3/TURMA DA MÔNICA 15, p. 27 – 2/TMJ 95, p. 70	Reprovação	Não
16) Uou	1/ MAGALI 11, p. 56	Animação	Não
17) Upa	5/CEBOLINHA 13, p. 48; 49 – 3/MAGALI 14, p. 12; 18 – 3/MÔNICA 16, p. 24; 25	Incentivo; encorajamento	Sim
18) Ups	1/MAGALI 12, p. 16 – 2/MÔNICA 14, p. 18; 24	Espanto; surpresa	Não
19) Xi (xiii)	1/MAGALI 11, p. 4 – 2/MÔNICA 11, p. 19; 46 – 1/CASCÃO 12, p. 27 – 1/CEBOLINHA 12, p. 16 – 1/CASCÃO 13, p. 62 – 1/MAGALI 14, p. 15 – 1/MÔNICA 14, p. 79 – 1/TURMA DA MÔNICA 14, p. 33 – 2/CASCÃO 15, p. 63; 65 – 1/MÔNICA 15, p. 57 – 2/CEBOLINHA 16, p. 24; 51 – 2/TURMA DA MÔNICA 17, p. 33; 62	Espanto; desagrado	Sim
20) Xô	2/CEBOLINHA 12, p. 19; 56 – 2/MAGALI 12, p. 4; 5 – 1/CHICO BENTO 16, p. 59 – 1/MAGALI 16, p. 32	Para enxotar	Sim
21) Yay	2/TMJ 95, p. 35; 44	Empolgação	Não

Após a coleta das interjeições de base onomatopaica/expressiva, passamos a analisar a relação entre fonologia e (orto)grafia na escrita desses vocábulos.

Em nossa análise, quando observamos os processos de formação dessas palavras e sua grafia, a principal questão que surgiu foi: como representar uma palavra que, muitas vezes, não tem ortografia definida, ou seja, palavras que não se encontram dicionarizadas. Diante disso e da necessidade de expressividade que as HQs apresentam, os quadrinistas acabam criando novos vocábulos e, muitas vezes, estilizando sua grafia.

Acreditamos que, a partir da observação de diversas interjeições (e também de onomatopeias) presentes nos quadrinhos, é possível observar as tendências de escrita desses vocábulos, que seguem, muitas vezes, uma grafia estilizada, ou seja, uma grafia diferente da ortografia oficial do PB (PRADO, 2014). A estilização gráfica não é exclusiva dessas palavras e pode aparecer também em nomes próprios, como antropônimos (MASSINI-CAGLIARI, 2010, 2011a,b, 2013; SOUZA, 2011 e MACEDO, 2015), como *Mariah*, *Sarah* e *Kharla*, e nomes comerciais (PRADO, 2014), como *Autocenter* *Skinão* e *Ki-Bom*, além de aparecer também em hipocorísticos

(MACEDO, 2015), como *Titiny*, hipocorístico de *Valentine*, e na linguagem da internet, em bate-papos, redes sociais e *blogs*.

Cagliari (1993, p. 616), que também analisou interjeições e onomatopeias de diversos quadrinhos, acredita que a escrita dessas palavras “apresenta questões interessantes não só graficamente, como também para a ortografia e até para a gramática de uma língua”. Nas figuras 1 e 2, abaixo, vemos exemplos de interjeições em uso nos quadrinhos pesquisados.



Figura 1. Exemplo de uso da interjeição de nojo/aborrecimento “argh”



Figura 2. Exemplo de uso da interjeição de admiração/surpresa “bah”

A interjeição “argh”, presente na Figura 1, é um exemplo de interjeição muito comum em HQs, mas que não se encontra dicionarizada, já a interjeição “bah”, presente na Figura 2, encontra-se registrada no dicionário Houaiss (2009). Podemos dizer que a interjeição “argh” expressa nojo/aborrecimento e que “bah” expressa admiração/surpresa com base nos contextos de uso. Uma mesma interjeição pode expressar diferentes emoções, dependendo do contexto.

Observamos que, algumas vezes, esses vocábulos não seguem as convenções ortográficas do PB, por trazerem letras multiplicadas, por exemplo. Em alguns momentos, notamos que a estilização ortográfica dessas palavras ocorre com o intuito de trazer elementos prosódicos para o vocábulo, por exemplo, volume e duração³, como

³ Além da grafia das palavras, o balão de fala, por ser o elemento que mais caracteriza e dá dinamicidade à leitura dos quadrinhos, também pode carregar elementos prosódicos e expressar emoções das personagens: “na sua forma bem comportada, indica a fala coloquial de seus personagens. No entanto, quando estes mudam de humor, expressando emoções diversas (surpresa, ódio, alegria, medo), os balões acompanham tipologicamente, participando também da imagem. As formas são muitas e bastante variadas. Partindo-se do balão-fala, podemos encontrar o balão-pensamento, balão-berro, balão-cochilo, balão-trêmulo (medo), balão-transmissão (para transmitir sons de aparelhos elétricos ou eletrônicos), balão-desprezo, balão-unísono (mostrando a fala única de diversos personagens), balão mudo e dezenas de informações diversas. Esses tipos e formas vão depender sempre da situação que se quer criar, ocasionando, assim, ótimos efeitos visuais e comunicativos” (LUYTEN, 1985, p. 12-13).

podemos observar na interjeição de dor “ai” que aparece no quadrinho abaixo (Figura 3):



Figura 3. Exemplo de uso da interjeição de dor "ai"

Assim como acontece em outras palavras nos quadrinhos, a interjeição “ai” aparece com repetição de letras no terceiro quadrinho (“aaai”), o que pode indicar uma maior duração da vogal, marcando a intensidade expressiva dessa interjeição. Sobre a repetição de vogais nas interjeições coletadas, foi possível observar a repetição de muitos sons vocálicos. Além da repetição de “a” ou “á”, representando [a] em “aaai” e “uááá”, observamos a repetição de “ô”, representando [o] em “aiôôô”, “ê”, representando [e] em “êêêêê”; “e” representando [ɛ] “eeeh”; “o” representando [ɔ] em “ooohh”; “i”, representando [i] em “aaaiiii” e “u”, representando [u] em “iuhuuu” e “u” seguido de consoante nasal, representando [u] em “huuum”. Dentre as 92 interjeições encontradas, 16 aparecem com variações de grafia em que há repetições de vogais.

A partir dos dados, trabalhamos com a hipótese de que todos os sons vocálicos, orais e nasais tendem a aparecer repetidos quando estão em sílabas tônicas ou em monossílabos tônicos.



Figura 4. Exemplo de uso da interjeição de admiração “awn” (Magali, 2016, nº 16, p. 17)

No caso da interjeição “awwwnnn”, podemos observar a repetição das consoantes “w” e “n” que, juntas, têm valor de [u]. Assim, as nasais multiplicadas (ou não), nessa posição pós-vocálica, marcariam a nasalização da vogal. Encontra-se duplicada também a consoante nasal “m” como em “uhumm”, que também podemos interpretar como prolongamento da vogal nasal [u].

No caso de “awwwnnn”, acreditamos que há a influência do inglês e da escrita da internet, sobretudo das redes sociais, e observamos o uso de “w” com valor de “u”, o que ocorre na ortografia oficial em casos particulares como palavras estrangeiras e

derivadas, siglas e símbolos e nomes próprios (AZEREDO, 2012). Com relação à repetição de outras consoantes, além das nasais mencionadas, encontramos no *corpus* a repetição de “h”, “r”, “f”, “s”.

O uso do “h” final em interjeições aparece previsto pela ortografia oficial, além disso, há menção ao fato do “h” ser usado por “adoção convencional” em palavras como “hum!” (AZEREDO, 2012, p. 70-71), embora a afirmação seja um pouco vaga, pode-se dizer que há uma previsão para o uso do “h” em situações estilísticas. Observamos em nossos dados que o “h” multiplicado aparece após vogais em final de sílaba tônica e, mais frequentemente, de palavra; ele pode assumir o valor que o acento agudo desempenha na ortografia oficial, juntando-se, por exemplo, ao “e” e “o” para marcar os sons vocálicos médio-baixos [ɛ] e [ɔ].

Esse tipo de uso do “h”, que pode aparecer multiplicado ou não, também ocorre na escrita da internet, em ocorrências como “neh” e “kual eh” (que significam “não é” e “qual é”, respectivamente) e escritas informais em geral, momentos em que não há uma preocupação com a norma ou há intenção de fugir propositalmente das convenções oficiais para conseguir novos efeitos de sentido. Este uso é tão popular em redes sociais e outros meios de comunicação pela internet que podemos considerá-lo uma espécie de convenção desse tipo de escrita, estabelecida pelos hábitos dos usuários.

O “h” nesses e em outros casos pode ainda ter papel de marcar a leve aspiração que ocorre após interjeições como “ah” e “oh”. Essa letra também pode ser interpretada como zero fonético, em interjeições como “ahn” e como r-forte em “ahá”, contextos em que não apareceram multiplicadas em nosso *corpus*.

O “r” aparece repetido em interjeições como “grrrr”, sequência de consoantes (“gr”) que, tomando como base o molde silábico do português, é válida como *onset*, mas que, sozinha, não poderia ser considerada uma sílaba do português completa, pois falta uma vogal. Essa letra, a princípio, deveria representar o prolongamento de uma vibrante (nessa configuração de *onset*, haveria um tepe). Mas, por ser uma sílaba que foge ao padrão do PB, é possível considerar outros valores de sons do “r” que possam ser prolongados mais facilmente como [h], [x] ou [ɹ], sons que podem ocorrer na oralidade com a intenção de demonstrar irritação e raiva.

As fricativas “f” e “s” aparecem multiplicadas em interjeições como “pssssiu” e “uff”, representando, respectivamente, os sons [s] e [f]. Essas letras multiplicadas simbolizam uma maior intensidade desses sons fricativos que, eventualmente, podem ser usados individualmente na oralidade para chamar a atenção ou para expressar aborrecimento. No total, 13 interjeições apresentaram consoantes multiplicadas.

Ao analisar aspectos comuns às consoantes multiplicadas, podemos observar que há uma tendência em privilegiar os sons que tenham o traço [+ contínuo], ou seja, sons que são produzidos sem bloqueio total à passagem de ar pela cavidade oral, como as fricativas. Seria o caso de “s” com valor de [s], “f” com valor de [f] e “r” com valor de [h] e [x], por exemplo.

Como dito, observamos no *corpus* algumas interjeições ortograficamente formadas sem vogais, como “shhh” (Figura 5), que expressa um pedido de silêncio. Esse tipo de vocábulo desafia o padrão silábico e ortográfico do PB, que não permite sílabas sem vogais (COLLISCHONN, 2005[1996], p. 120), o que abre a possibilidade para que possa ser interpretado apenas como um ruído expressivo emitido por pessoas,

indicativo de seu humor ou de suas intenções, e não exatamente como uma palavra da língua. Encontramos apenas 6 interjeições formadas sem vogais.



Figura 5. Exemplo de uso da interjeição de silêncio “shhh” (Chico Bento, 2016, nº 16, p. 5)

Importante ressaltar que Collischonn (2005[1996]) acredita que, em língua portuguesa, determinados segmentos e sequências de segmentos não são permitidas ou ocorrem apenas em situações pontuais. Em posição inicial de palavra, por exemplo, em PB não ocorre /ɲ/ e /ʎ/, de modo que só encontramos estes segmentos nesta posição em palavras emprestadas de outras línguas⁴, por exemplo, *lhama* e *nhoque*. Como se observa, o uso desses sons em início de palavra fica restrito a alguns poucos casos em PB. É interessante observar que foi possível encontrar /ɲ/ no início da interjeição “nhé”, que expressa negação ou indiferença, como podemos ver na Figura 6. Assim, vemos que o uso restrito desses segmentos em posição inicial de palavras também se estende às interjeições e outras onomatopeias, mas continua sendo raro, pois só encontramos duas interjeições iniciadas em /ɲ/.



Figura 6. Exemplo de uso da interjeição de negação/indiferença “nhé” (Turma da Mônica Jovem, 2016, nº 96, p. 38)

Como exposto, conseguimos coletar 92 interjeições de base onomatopaica, de modo que foi possível perceber que há uma grande riqueza lexical nos quadrinhos usados para a composição do nosso *corpus*.

⁴ Em nossas leituras, também nos deparamos com a palavra *lhufas*, que, segundo o dicionário Houaiss (2009), é um pronome indefinido, que significa “coisa nenhuma”, mas é considerada uma redução da palavra *bulhufas*.

Considerações finais

As HQs são um material interessante para pesquisas linguísticas. Presentemente, observa-se que as publicações de quadrinhos, por destinarem-se a um público consumidor muito amplo, representam um índice expressivo da cultura de massa e merecem atenção.

Assim, acreditamos que a grafia de interjeições e outros casos de estilização de escrita em HQs também pode receber influência da linguagem da internet, em que é permitida uma escrita mais livre, cheia de abreviações e estilizações ortográficas. Por serem os quadrinhos uma fonte escrita que entra em contato com alunos em escolas, estudar os processos de estilização da sua grafia pode render reflexões importantes também sobre o papel desses materiais em sala de aula, até mesmo no estudo das normas ortográficas oficiais do português no Brasil.

Embora a ortografia do PB seja regida por regras (bases) e pelo VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – versão Academia Brasileira de Letras), os cartunistas podem, conscientemente, optar por não seguir algumas regras, de modo que a escrita dos quadrinhos consiga traduzir a expressividade que esses autores desejam.

Durante o levantamento bibliográfico para a escrita deste trabalho, observamos que o estudo das interjeições acaba sendo excluído de algumas gramáticas e, com exceção de Cagliari (1993), nenhum dos pesquisadores consultados até o momento observou a escrita dessas palavras do ponto de vista fonético/fonológico e ortográfico, tomando como base o PB. Desse modo, é necessário que mais estudos sejam feitos para melhor caracterizar essas palavras a partir deste viés.

O fato de algumas interjeições de base onomatopaica serem escritas sem vogais, com a possibilidade de serem emitidas assim, faz com que possamos considerar a hipótese de que esses itens interjectivos estejam às margens do sistema do PB, tendo em vista que esse idioma não permite sílabas sem vogais.

A hipótese levantada por Dingemanse, Torreira e Enfield (2013) de que algumas interjeições possam ser consideradas palavras universais também merece investigação e, para isso, seria necessário comparar interjeições em diversas línguas, o que ultrapassa nosso escopo de trabalho, que se interessa apenas por observar as interjeições em relação ao sistema fonético/fonológico e ortográfico do PB.

Por fim, com este artigo, esperamos colaborar para a compreensão da relação entre a ortografia e a fonologia do PB nas interjeições dos quadrinhos nacionais.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

- CAGLIARI, L. C. A escrita do barulho. *Estudos Linguísticos – Anais de seminários do GEL*, São Paulo, Instituição Moura Lacerda, v. 22, p. 615-622, 1993.
- CAGNIN, A. L. *Os quadrinhos: um estudo abrangente da arte sequencial: linguagem e semiótica*. São Paulo: Criativo, 2014.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 2009.
- CHICO BENTO. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPURCS, 2005[1996]. p. 101-133.
- DINGEMANSE, M.; TORREIRA, F.; ENFIELD, N. J. Is “Huh?” a Universal Word? Conversational Infrastructure and the Convergent Evolution of Linguistic Items. *PLoS ONE*, 8(11): e78273, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0078273>>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- EGUTI, C. A. *A representatividade da oralidade nas histórias em quadrinhos*. 2001. 198 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LUYTEN, S. M. B. *O que é histórias em quadrinhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- MACEDO, N. Z. *Análise fonológica de nomes próprios de origem estrangeira e novas criações em Português Brasileiro*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Contexto: 2015.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Changing Attitudes: Ways of Phonologically Adapting Proper Names in Archaic Brazilian and European Portuguese. In: KOLOKONTE, M.; JANKE, V. (Org.). *Interfaces in Language 3*. v. único. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. p. 159-178.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Loans and foreign first names as clues to Phonological Identity in Brazilian Portuguese. In: HORNSBY, D. (Org.). *Interfaces in language 2*. v. 1. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2011a. p. 53-67.
- _____. Adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre Português Arcaico e Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40 (2), p. 795-807, mai./ago. 2011b.
- _____. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. In: NEVES, M. H. de M. *As interfaces da gramática*. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Série Trilhas Linguísticas 18). p. 73-90.
- MENDONÇA, M. R. de S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 194-207.

PASSARELLI, L. G. Os quadrinhos na educação lingüística: história, teoria e prática. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. p. 47-59.

PASSOS, L. A.; VIEIRA, M. S. de P. A contribuição do gênero história em quadrinhos para o desenvolvimento da leitura. *Anais do IV Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa*. 2014. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/1690.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

PRADO, N. C. *A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais: questões de identidade lingüística e cultural*. 2014. 343 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero. *Estudos Lingüísticos*, v. XXXVIII, p. 355-367, 2009.

_____. Histórias em quadrinhos: um novo objeto de estudos. *Estudos Lingüísticos*, v. XXXV, p. 1574-1583, 2006.

_____. Piadas e tiras em quadrinhos: a oralidade presente nos textos de humor. *Estudos Lingüísticos*, v. XXXI, p. 1158-1163, 2005.

SANDMANN, A. J. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, R. L. A contribuição das histórias em quadrinhos de super-heróis para a formação de leitores críticos. *Revista Anagrama: revista científica interdisciplinar de graduação*. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35596/38315>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SILVÉRIO, L. B. R.; REZENDE, L. A. de. O valor pedagógico das histórias em quadrinhos no percurso do docente de língua portuguesa. *Anais da I Jornada de Didática – O ensino como foco e do I Fórum de professores do estado do Paraná*. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/O%20VALOR%20PEDAGOGICO%20DAS%20HISTORIAS%20EM%20QUADRINHOS.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SOUZA, S. M. L. S. de. *Antropônimos de origem inglesa: adaptações ortográficas e fonético-fonológicas realizadas por falantes do português brasileiro de São Luís-MA*. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

VERGUEIRO, W. A pesquisa em quadrinhos no Brasil: a contribuição da universidade. In: LUYTEN, S. B. (Org.). *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedra, 2005. p. 15-26.

Recebido em: 20/08/2017

Aprovado em: 14/03/2018

O papel das professoras alfabetizadoras no desenvolvimento da entoação

Rosicleide Rodrigues Garcia

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

prof.rosicleide@outlook.com

<http://orcid.org/0000-0001-9857-961X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1957>

Resumo

Em 2015, por meio da análise de F_0 , isto é, da frequência fundamental, e utilizando a metodologia desenvolvida pelo Projeto ExProsodia, Garcia verificou que o processo entoacional diferencia-se entre uma pessoa alfabetizada e aquela que não o é. A diferença aparece na finalização da entoação, pois o tom final (TF) e o tom médio (TM) apresentam médias semelhantes quando o entrevistado apresenta baixo grau de escolaridade, algo que é notavelmente diferente aos que possuem mais anos de estudos. Logo, pensando nesse contraponto, decidiu-se analisar quando a finalização começa a sofrer mudança, já que crianças de 3 a 5 anos costumam trazer a mesma característica de alguém desfavorecido educacionalmente. Para isso, buscaram-se gravações de professoras alfabetizadoras da primeira série do ensino fundamental em situações de sala de aula e em entrevista, e o resultado prévio desse estudo é que elas podem produzir uma finalização plagal quando estão em contato com os alunos e a finalização autêntica quando estão na entrevista. Sendo assim, percebe-se que há uma espécie de *child-directed speech* relacionada à entoação utilizada nos primeiros anos do ensino fundamental.

Palavras-chave: fonologia; entoação; processo de alfabetização; *child-directed speech*.

The role of literacy teachers in the development of intonation

Abstract

In 2015, after analyzing the F_0 – fundamental frequency – by using the developed methodology by ExProsodia Project, Garcia verified that the entoacional process is different from educated and non-educated people. The difference is on the finalization because of the ending tone (ET) and the medium tone (MT) have similar averages when the interviewer gets low education, and this characteristic is different from the educated people. For this, this study aims to verify when the finalization process starts to change, if three to five-years-old children used to have the same characteristic of a lower-educated person. For this, the research had observed alphabetic teachers from the first years of basic education in some situations: in the scholar room and in the interview. The result showed that teachers can claim a plagal finalization when they were talking to young people, but they used the authentic finalization in the interview. Therefore, we can realize that there is a child-directed speech related to the intonation in the basic scholarship level.

Keywords: phonology; intonation; alphabetization process; child-directed speech.

Introdução

No processo de alfabetização e letramento, há diversos estudos relacionados à aprendizagem da criança. Nesses estudos, mostra-se o motivo de serem aplicadas determinadas metodologias de ensino para atingir a compreensão dos alunos e como a fonologia participa desse processo, conforme veremos a seguir.

No entanto, há poucos estudos observando como a fala de um profissional influencia a criança, e como o procedimento adotado em aula participa da formação da entoação do estudante. Essa análise torna-se importante, pois o desenvolvimento entoacional é imprescindível durante o ato de absorção do conteúdo que se quer passar. Em outras palavras, a partir da entoação da fala dá-se a interpretação correta do que está sendo dito, e isto faz com que o interlocutor entenda a intenção informacional. Por exemplo, uma frase como “tô com fome!” é tida como neutra numa leitura, porém, durante a fala, esse único período pode passar diversas informações, o que demonstra se a pessoa está irritada, queixosa, cansada, ou se está apenas brincando com uma situação.

No caso deste estudo, o objetivo é verificar a finalização utilizada pelas professoras em sala de aula do primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, como é dada a queda da frequência fundamental na fala dessas pessoas. Isso se deve, pois, na tese de Garcia (2015), verificou-se que pessoas com baixo grau de escolaridade costumam utilizar a finalização plagal, ao contrário das demais que possuem a chamada finalização autêntica, conforme veremos no próximo item. Por isso, surgiu a necessidade de entendermos quando a diferenciação inicia-se na vida da pessoa que frequenta o ambiente escolar, já que, ao estudarmos a entoação de crianças de até 5 anos, a finalização plagal aparece.

Desta forma, por meio do estudo de f_0 , isto é, da frequência fundamental, das falas de crianças e professoras, aplicou-se a metodologia desenvolvida pelo Projeto ExProsodia[®], e, por meio dele, esta análise mostrará que, nos primeiros anos, é mais comum o profissional aproximar-se da fala infantil, processo similar ao que ocorre com o uso do *child-directed speech* (CDS), conforme será explicado.

1. A metodologia aplicada

Para desenvolver a pesquisa, primeiramente foram selecionados alguns vídeos do *site Youtube*, 12 gravações de crianças entre 3 e 6 anos, para delas serem analisadas 24 frases. Os critérios utilizados foram: vídeos em que a criança dialogasse com pouca intervenção de adultos, espontaneidade, teor familiar¹.

Quanto ao gênero dos participantes, não houve diferenciação entre meninos e meninas, pois a frequência costuma ser de 250 Hz para ambos os sexos (HONOROF; WHALEN, 2005; BRAGA; OLIVEIRA; SAMPAIO, 2011).

¹ Isso significa que foram preferidos os vídeos realizados em ambiente familiar que possivelmente foram divulgados entre seus amigos e parentes. Aqueles em que a criança possui um canal no *site* para divulgação pessoal foram ignorados por tratar-se de gravações praticamente comerciais. Entende-se que as crianças que participam desse tipo de atividade monitoram sua fala e fazem participação quase teatral, não se adequando aos princípios desta pesquisa.

Em relação às professoras, foram analisadas 30 gravações de cinco professoras do 1º ano do ensino fundamental. Essas professoras participaram de um projeto municipal que tinha como objetivo divulgar suas práticas pedagógicas. Para isso, as falas das professoras foram gravadas em entrevista, em que explicavam suas metodologias, e em sala de aula. Logo, separaram-se 15 gravações de cada ambiente.

As gravações, com cerca de 15 segundos cada, foram editadas e segmentadas pelo programa *Audacity 1.3.12 Beta (Unicode)*. A análise e a conversão da curva de frequência fundamental e da curva de intensidade para arquivos de texto foram realizadas pelo *software Speech Filing System* (HUCKVALE, 2008), e, por fim, medidas em MIDI (abreviatura de Musical Instrument Digital Interface)²; todas as demais análises foram feitas pelo aplicativo *ExProsodia* (FERREIRA NETTO, 2010). Obtidos os valores do tom médio e final, estes foram ponderados por meio da base de cálculo de testes estatísticos ANOVA (testes T e F).

O foco analisado foram os tons médios (TM) e os tons finais (TF) de cada informante para se verificar o tipo de finalização produzido. Conforme mencionado, a realização das finalizações dá-nos subsídios para determinar se o falante possui baixo ou alto grau de escolaridade. Segundo Ferreira Netto (2008), nossa fala divide-se em quatro elementos estruturadores: finalização, sustentação, foco/ênfase e acento lexical. Por meio desses elementos, calcula-se o tom médio utilizado pelo falante a partir da média dos valores válidos de f_0 . A finalização, por sua vez, é a queda gradual de f_0 . Essa queda demonstra os pontos de articulação de uma fala, produzindo a entoação mais marcante, daí chamada de autêntica. A plagal, no entanto, possui os valores de TF muito próximos do TM, o que mostra que a fala não é tão bem articulada quanto a primeira. Por isso, as pesquisas (FERREIRA NETTO, 2008; COSTA, 2011; BAZ, 2011; GARCIA, 2015) demonstram que a autêntica é uma finalização produzida por aqueles que possuem um grau de escolaridade maior, pois, quanto mais escolarizado for um sujeito, mais sua articulação tende a ser desenvolvida por entender de maneira explícita seu processo linguístico.

Por causa disso, torna-se *mister* verificar a finalização dos falantes escolhidos e estudar esse processo.

2. A fonologia e a fonêmica no processo ensino-aprendizagem

De acordo com Soares (2017), nas últimas décadas, alguns paradigmas têm orientado os estudos sobre a aprendizagem inicial da língua escrita: o psicogenético, o fonológico e a possibilidade de união dos dois. Segundo a autora,

[...] a criança, para aprender a ler e a escrever, vivencia um processo em que as relações entre as cadeias sonoras e seus significados vão sendo progressivamente reconhecidas como abstratas, enquanto as relações entre as cadeias sonoras da fala e da língua escrita vão se tornando cada vez mais claras. (SOARES, 2017, p. 190).

² O MIDI é uma tecnologia padronizada de comunicação entre instrumentos musicais e equipamentos eletrônicos, sendo, basicamente, uma partitura digitalizada. Eletronicamente, ela define as instruções de notas, timbres, ritmos, efeitos e demais características sonoras.

Logo, atualmente as aulas nos 1^{os} anos costumam primeiramente trabalhar com o concreto, que é a realidade da criança: os profissionais trazem objetos do seu dia a dia, como nomes próprios do cotidiano dos estudantes, comidas e situações que lhe são rotineiras. A partir disso, começa-se o procedimento de reconhecimento das palavras, juntando-se a isso o processo fonológico, de modo que o aluno comece a criar esse nível de consciência, conectando os sons das palavras à sua representação alfabética.

A psicogênese de Ferreiro (1986, 1992, 2010) menciona que o entendimento da criança se faz primeiramente por frases fonológicas – ou seja, uma cadeia contínua de sinais acústicos sem fronteiras estabelecidas ortograficamente (CUNHA; MIRANDA, 2009) –, perpassando por fases em que ela imitaria os sinais gráficos. De acordo com a autora, a fase de alfabetização divide-se em cinco níveis: primeiramente, a criança faz uso de garatuja, que seria a representação gráfica das letras por meio de desenhos. Na segunda etapa, a *pré-silábica*, começa-se a fazer uso de letras para representar a escrita, mas de forma arbitrária. Após, alcança-se o terceiro nível, chamado de *silábico*, quando se inicia a relação entre letra e sílaba, em que a criança escreve geralmente uma consoante para cada sílaba. No quarto, os fonemas começam a ter mais representatividade e sílabas completas já são produzidas, sendo o *silábico-alfabético*. E, por fim, estabelece-se a *escrita alfabética*, em que há o domínio da escrita. Desta maneira, ainda consoante com Ferreiro (2004, p. 146), “os níveis de conceitualização da escrita [...] se correlacionam com as capacidades de segmentação da oralidade disponíveis nesse momento do desenvolvimento”.

Assim sendo, percebe-se que essa elevação de níveis se dá em ambiente escolar, pois o processo ensino-aprendizagem requer posturas e aplicações metodológicas de seus profissionais de forma a auxiliar a criação da consciência fonêmica em seus alunos. Ele será o responsável por iniciar o processo de isolamento fonético, de modo que o aluno compreenda a diferença entre “bola” e “cola”, por exemplo.

Em 1994, Barros afirmou que professores alfabetizadores tendem a modificar o ritmo e a entoação da fala. Ao mesmo tempo, a autora reconheceu que, ao enfatizar as sílabas e os clíticos, os profissionais da educação podem comprometer os valores fonológicos. Isto é, os constituintes prosódicos são aprendidos naturalmente, durante o processo de aquisição da linguagem. Sendo assim, o natural é que as pessoas produzam sua entoação de acordo com o meio em que está inserido. Todavia, por haver a necessidade da prática da escrita, esses valores são modificados, o que implica a mudança intuitiva também dos elementos constitutivos da fala.

E, exatamente nesse contexto, notamos que o papel da professora alfabetizadora vai além de ensinar a ler e escrever, já que modifica a entoação para se aproximar daquela realizada por seus alunos, conforme veremos a seguir.

3. Análise da entoação das crianças

Como mencionado na metodologia, foram selecionados áudios de crianças de 3 a 6 anos. Medindo-os em MIDI, os resultados apresentados são os que seguem abaixo:

Tabela 1. Comparação em MIDI dos tons médios e finais da fala de crianças de 3 a 6 anos

	Tom Médio	Tom Final
3 anos	59	58
	65	64
	66	67
MÉDIA	63	63
4 anos	63	64
	62	61
	59	60
MÉDIA	61,3	61,7
5 anos	64	61
	63	59
	64	60
MÉDIA	63,7	60
6 anos	66	65
	65	68
	64	56
MÉDIA	65	63

Analisando a Tabela 1, percebe-se que os valores de TM e TF das crianças de 3 e 4 anos diferem-se minimamente, de modo que sua média é compatível, e o teste F demonstra que não há mudança significativa (0,41; $P > 0,05$).

Em se tratando das crianças de 5 e 6 anos, por sua vez, vemos que se inicia o processo de diferenciação, com mudanças de 2 a 3 pontos. Logo, o teste F traz uma mudança significativa (0,003; $P < 0,05$).

Ao observarmos o gráfico individualizado, percebe-se como pode ser visualizado esse processo de articulação do TM e TF:

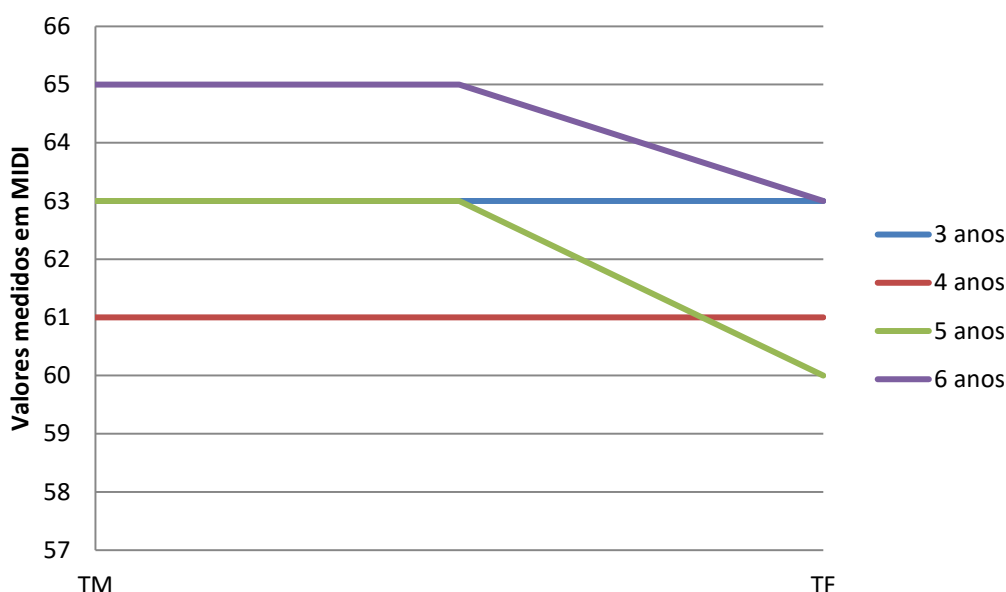


Gráfico 1. Comparação das médias de TM e TF das crianças de 3 a 5 anos

Logo, verifica-se que não há diferença entre o TM e o TF medido em MIDI entre crianças de 3 e 4 anos; e os dos estudantes de 5 e 6 anos é de 2 e 3 pontos, conforme visto na tabela abaixo:

Tabela 2. Observação das médias de TM e TF produzidas em entrevistas, e a diferença pontuada em MIDI

	TM		TF	Diferenças em pontos MIDI
3 anos	63	63	63	0
4 anos	61	61	61	0
5 anos	63	63	60	3
6 anos	65	65	63	2

Observando somente as características das finalizações das crianças, aparentemente a finalização autêntica começa a ser introduzida a partir dos 5 anos. Aos 3 e 4 anos, quando os alunos estão no Maternal, elas são apresentadas aos números e letras, considerando-se que podem estar no nível 1 e 2 (FERREIRO, 2010); e, aos 5 e 6, é dado início aos níveis 4 e 5.

Deste modo, entende-se o motivo de a criança deixar a finalização plagal, trazendo, à sua fala, mais articulação e reconhecimento aos constituintes prosódicos.

4. Análise da entoação das professoras de 1º ano

Seguindo o mesmo princípio da análise anterior, a tabela gerada obteve os resultados expressos a seguir. Os números referem-se às professoras (de 1 a 5), em situação de sala de aula e em entrevista.

Tabela 3. Comparação em MIDI dos TM e TF da fala de professoras alfabetizadoras de 1ª série em situação de sala de aula (esquerda) e em entrevista (direita)

PROFESSORAS ALFABETIZADORAS - 1º ANO					
Em aula	TM	TF	Entrevista	TM	TF
1	59	53	1	63	58
	62	53		59	55
	60	54		58	52
MÉDIA	60	53	MÉDIA	60	55
2	54	52	2	55	54
	54	51		56	49
	53	51		56	50
MÉDIA	54	51	MÉDIA	56	51
3	60	54	3	57	52
	61	65		57	52
	61	58		58	52
MÉDIA	61	59	MÉDIA	57	52
4	61	69	4	57	56
	61	60		58	52
	61	55		58	61
MÉDIA	61	61	MÉDIA	58	56
5	59	58	5	57	53
	57	58		58	49
	59	53		54	50
MÉDIA	58	56	MÉDIA	56	51

Em geral, nota-se uma diferenciação entre elas. Em relação à professora 1, percebe-se que ela estabelece uma finalização autêntica: tanto em sala quanto na entrevista. Em ambos os casos, o teste F demonstra que as variações – em aula e em entrevista – são significativas (0,12 e 0,43; $P > 0,05$).

No segundo caso, já se iniciam as diferenças entre sala de aula e entrevista entre o TM e o TF. Em aula, não houve diferenciação significativa (0,5; $P > 0,05$), e na entrevista, sim (0,04; $P < 0,05$).

Ao estudarmos a oralidade da terceira professora, percebemos que não houve diferenciação significativa em ambas as situações (0,01; $P < 0,05$), (0,000004; $P < 0,05$). O mesmo se dá para o quarto caso (0 e 0,01; $P < 0,05$).

Em análise das falas da quinta professora, repete-se o ocasionado no primeiro exemplo: não há diferenciações significativas (0,13 e 0,5; $P > 0,05$). Todavia, ao observarmos os números de maneira mais individualizada, geram-se os seguintes gráficos:

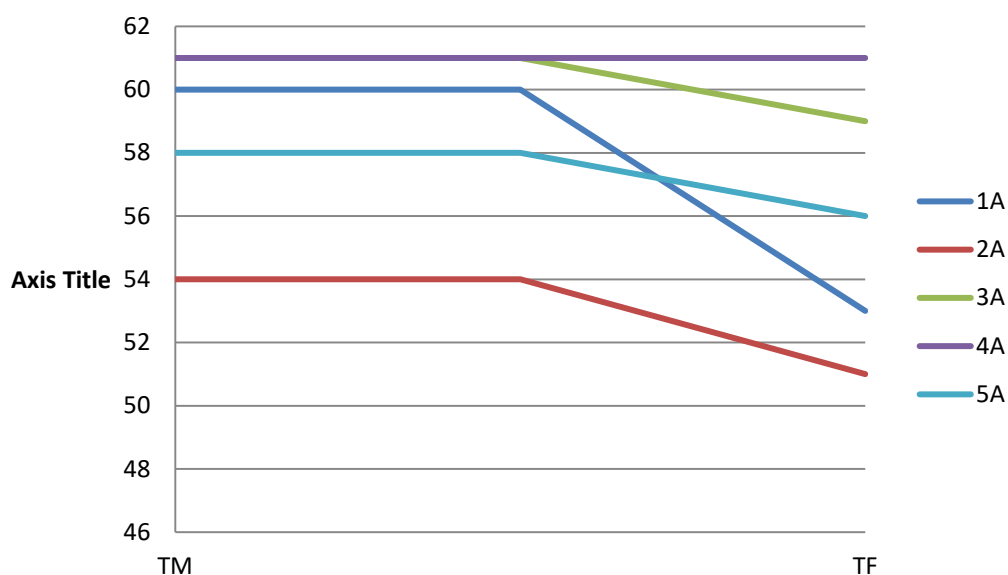


Gráfico 2. Comparação das médias de TM e TF em sala de aula com análise das 5 professoras

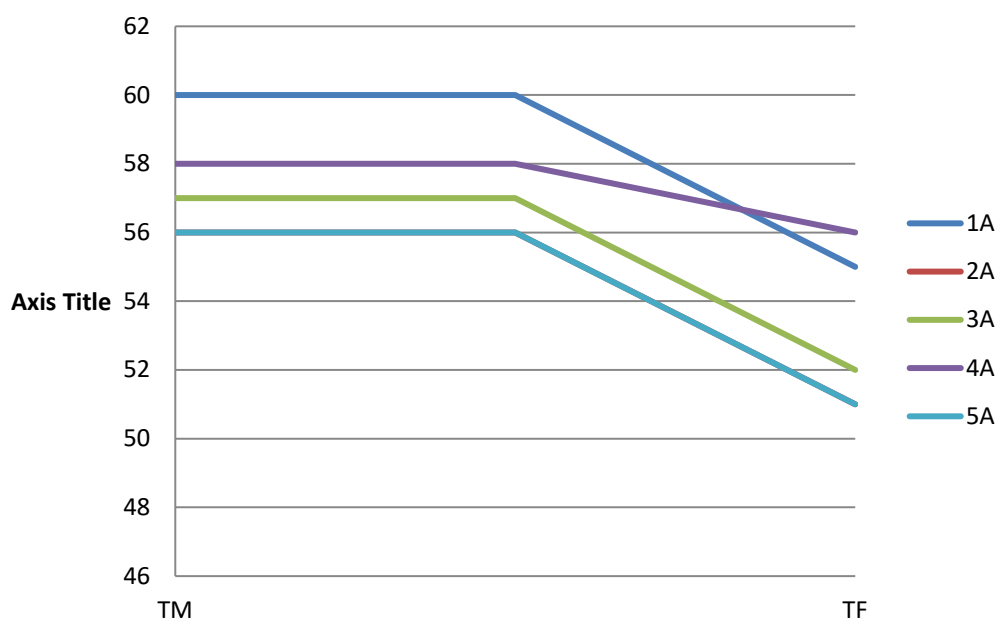


Gráfico 3. Comparação das médias de TM e TF em entrevista com análise de cinco professoras. Os casos 2A e 5A são idênticos, por isso 2A ficou oculto

Por meio dos gráficos, percebemos que 1A é a única que mantém o TF em declínio absoluto, produzindo a finalização autêntica. Percebe-se que a diferença do valor do MIDI é de apenas 2 pontos, pois, em aula, há 7 pontos de diferença e em entrevista, 5.

Nas demais (excetuando 4A, em que a profissional produz a finalização plagal), embora seja visível a produção da finalização autêntica, percebe-se que os pontos de declínio são mais suavizados. Em geral, a finalização autêntica produzida em entrevistas, medida em MIDI, possui uma diferença de 5 pontos entre seu TM e TF; em sala de aula, a diferença é por volta de 3 pontos.

Tabela 4. Observação das médias de TM e TF produzidas em entrevistas, e a diferença pontuada em MIDI

Entrevista	TM		TF	Diferenças em pontos MIDI
1A	60	60	55	5
2A	56	56	51	5
3A	57	57	52	5
4A	58	58	56	2
5A	56	56	51	5

Tabela 5. Observação das médias de TM e TF produzidas em sala de aula e a diferença pontuada em MIDI

Em aula	TM		TF	Diferenças em pontos MIDI
1A	60	60	53	7
2A	54	54	51	3
3A	61	61	59	3
4A	61	61	61	0
5A	58	58	56	2

Como podemos observar, os números sugerem que as professoras modificam sua entoação de acordo com o local em que estão. Vejamos que a diferença de entoação praticada pelas crianças de 4 e 5 anos é de 0 a 3 pontos, exatamente como ocorre na maioria dos exemplos aqui selecionados.

Tal fato faz-nos crer que as professoras tendem a modificar sua entoação equivalendo-se à das crianças. Dessa forma, vemos que, assim como ocorre com o *child-directed speech* (CDS) em que o adulto busca facilitar seu processo conversacional a fim de introduzi-lo à linguagem, o mesmo acontece em sala de aula das séries iniciais.

Considerações finais

Os estudos sobre aquisição de linguagem consideram que o CDS é utilizado pelos adultos por considerarem que a criança adquirirá com mais eficiência os eventos fonéticos de sua língua materna quando estes praticam a linguagem de modo diferenciado (LIU; KUHL; TSAO, 2003). De fato, os estudos comprovam que há a articulação das vogais e os pontos de frequência são diferenciais durante o diálogo com os bebês de maneira que a percepção do desempenho da fala pela criança seja mais clara.

Com esse breve estudo, percebemos que o mesmo acontece com a prática da alfabetização nas séries iniciais. Obviamente, o CDS não ocorre da mesma maneira que as demonstradas pelas pesquisas na área de aquisição de linguagem, já que, nos casos estudados, não há modificação de frequência por parte dos adultos, de modo que as falas se mantiveram de acordo com o esperado – as mulheres apresentam a frequência em torno de 150 a 250 Hz. Todavia, é perceptível a variação entoacional de suas falas, fazendo com que, conforme demonstrado no artigo, a profissional tenda a se aproximar de seus alunos por meio do processo de finalização.

De fato, talvez a nomenclatura *child-directed speech* aplique-se a esses casos de forma redirecionada, considerando a idade do público-alvo, seu objetivo e o ambiente em que ocorre, já que a prática da conversação em sala de aula não parece ser a mesma ao decorrer dos anos letivos. No entanto, o verbo “parecer” não é admitido neste tipo de ciência, por isso este artigo é apenas o primeiro passo para o estudo da entoação em sala de aula e para saber como esse procedimento influenciará estudos futuros sobre o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. C. R. A natureza linguística da alfabetização: aspectos prosódicos. *Signótica*, Goiás: UFG, v. 6, p. 119-129, 1994.
- BAZ, D. G. M. *As relações entre entoação plagal e melodia de músicas populares paraguaias*. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRAGA J. N.; OLIVEIRA, D. S. F.; SAMPAIO, T. M. M. Frequência fundamental da voz de crianças. *Rev. CEFAC*, v. 11, n. 1, p. 119-126, jan./mar. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11n1/al6v11n1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- COSTA, N. S. A. *Variações entoacionais na língua portuguesa falada por mulheres guatós*. 2011. 131 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CUNHA, A. P. N.; MIRANDA, A. R. M. A hipo e a hipersegmentação nos dados de aquisição de escrita: a influência da prosódia. *Alfa*, São Paulo, n. 53, p. 127-148, 2009.
- FERREIRA NETTO, W. Decomposição da entoação frasal em componentes estruturadoras e em componentes semântico-funcionais. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 2008, Niterói. Caderno de Resumos. v. 1. Niterói: UFF, 2008. p. 26-27.
- _____. ExProsodia. *Revista da Propriedade Industrial* – RPI, 2038, p. 167, item 120, 2010. Disponível em: <<http://revistas.inpi.gov.br/pdf/PATENTES2038.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- FERREIRA NETTO, W. et al. Finalizações de frase em leituras e frases espontâneas em PB. In: 57º SEMINÁRIO DO GEL, 2009, Ribeirão Preto: UNAERP. Disponível em: <https://www.academia.edu/2272648/Finalizacoes_de_frase_em_leituras_e_fala_espontanea_no_PB>. Acesso em: 08 jul. 2017.
- FERREIRA NETTO, W.; CONSONI, F. Estratégias prosódicas da leitura em voz alta e da fala espontânea. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto: UNESP, v. 52, p. 521-534, 2008.
- FERREIRO, E. *Com todas as letras*. Tradução de Maria Zilda da Cunha e Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Alfabetização em processo*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Literacy development: psychogenesis. In: GOODMAN, Y. M. (Ed.). *How children construct literacy: piagetian perspectives*. Neward: International reading association, 1990. p. 12-25.

_____. *Reflexões sobre alfabetização*. Tradução de Horácio Gonzales et al. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita*. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GARCIA, R. R. *A entoação do dialeto caipira do Médio Tietê: reconhecimento, características e formação*. 2015. 148 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HONOROF, D. N.; WHALEN, D. H. Perception of pitch location within a speaker's F₀ range. *Journal of the Acoustical Society of America*. 2005. p. 2193-2200. Disponível em: <<http://www.haskins.yale.edu/Reprints/HL1385.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

HUCKVALE, M. A. *Speech Filing System v.4.7/Windows SFSWin Version 1.7*, em 17/02/2008. Disponível em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/resource/sfs>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

LIU, H. M.; KUHL, P. K.; TSAO, F. M. An association between mothers' speech clarity and infants' speech discrimination skills. In: *Developmental science*, 2003. p. 1-10. Disponível em: <http://ilabs.washington.edu/kuhl/pdf/Liu_Kuhl_2003.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2017.

Recebido em: 30/08/2017

Aprovado em: 06/11/2017

A função retórica Suporte em português

Ana Paula de Oliveira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
anapaula1309@yahoo.com.br
<http://orcid.org/0000-0003-1718-4056>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1951>

Resumo

O trabalho que ora se apresenta tem como objetivo investigar as relações estabelecidas por orações e sintagmas iniciados por *além de* no português. Para tanto, analisa ocorrências de língua falada, extraídas do corpus “Português oral”, organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, tomando como aparato teórico a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional; função retórica; *além de*; adição.

Support Rhetorical Function in Portuguese

Abstract

The paper now presented aims to investigate the relations established by clauses and phrases initiated by the structure *além de* [aside from in Portuguese]. Therefore, it assumes as theoretical apparatus the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), in order to analyze occurrences of spoken language, extracted from the "Português oral" [oral Portuguese] corpus, organized by the Center of Linguistics of the University of Lisbon, in partnership with the University of Toulouse-le-Mirail and the University of Provence-Aix-Marseille.

Keywords: Functional Discourse Grammar; rhetorical function; *além de*; addition.

A relação de adição na literatura

Em um estudo acerca das relações adverbiais nas línguas da Europa, Hengeveld (1998) aponta, dentre os tipos semânticos de orações adverbiais, a oração de adição, que compreende construções como “além de preparar o jantar, eu cuido do jardim¹” (HENGEVELD, 1998, p. 352). No entanto, uma breve apreciação acerca do tratamento dispensado à relação aditiva em português permite verificar que a tradição gramatical e os trabalhos na área da linguística pouco têm se debruçado sobre o tema. Em termos de Gramática Tradicional, a relação aditiva é considerada apenas em sua configuração oracional, no âmbito das relações coordenadas, ou seja, aquelas que relacionam dois ou mais eventos sintaticamente independentes. Segundo Kury (1987), a coordenação aditiva ocorre quando vários pensamentos coordenados estão simplesmente em sequência, ou encadeados de modo a serem introduzidos por conjunções. Ainda segundo o autor, essas relações podem ser sindéticas – quando apenas a oração aditiva é iniciada pela conjunção – como se observa em (1), em que a última oração é introduzida

¹ Apart from cooking dinner, I look after the garden.

por *e*, ou correlatas – quando há presença da conjunção em ambas as orações, como se observa em (2):

- (1) Não vê, não ouve, não fala *e* não conhece ninguém. (Garret, VMT, 318)
- (2) Quincas Borba *não só* estava louco, *mas* sabia que estava louco. (M. de Assis, BC, 379).

Outro argumento em favor de que o tratamento dispensado à relação de adição é superficial fundamenta-se na maneira como (não) são explorados os elementos que marcam essa relação, tendo em vista que as gramáticas costumam mencionar sempre as mesmas conjunções como as únicas capazes de marcar essa circunstância, o que revela uma supervalorização da forma em detrimento da função. Exemplo da adoção dessa perspectiva minimalista são os gramáticos Cunha e Cintra (2001), que se limitam a mencionar apenas as conjunções *e* e *nem* como aditivas, definindo-as como aquelas que servem para ligar dois termos ou duas orações de idêntica função, como permitem observar (3) e (4):

- (3) Leonor voltou-se *e* desfaleceu. (G. Ramos, I, 81.)
- (4) Ele não me agradece, *nem* eu lhe dou tempo. (F. Botelho, X, 41.)

Os estudos linguísticos, por seu turno, costumam dispensar maior atenção a possíveis processos de gramaticalização envolvidos nos diferentes usos desses juntores, à natureza da relação sintática entre os elementos envolvidos na estrutura aditiva, ou ainda à pluralidade funcional de um mesmo conectivo. Dentre tais abordagens acerca do fenômeno da adição, vale citar o trabalho de Módolo (2005), que entende as construções correlatas conjuncionais – dentre elas as correlatas aditivas – como um processo particular de articulação sintática, que não se enquadra, por sua vez, nas tradicionais definições de coordenação ou subordinação. Há também trabalhos que se debruçam sobre questões como os diferentes valores semântico-discursivos do conectivo *e*, a exemplo da investigação protagonizada por Camacho (1999) acerca de estruturas coordenadas aditivas, em que o autor defende, a partir de uma abordagem funcional-cognitiva, que o conectivo *e*, como conjunção de termos ou de orações, apresenta usos discursivos que são determinados por condições pragmáticas. Em diálogo com esta análise, tem-se a investigação de Penhavel (2005), que entende o conectivo *e* como multifuncional, tendo em vista que seu estatuto funcional é fruto de um processo de discursivização.

Adotando uma perspectiva mais próxima da que se objetiva imprimir à investigação que ora se apresenta, tem-se dois trabalhos de Oliveira (2012a, 2012b), em que a autora faz uma apreciação sobre a relação aditiva a partir da análise de orações iniciadas por *além de*, valendo-se de duas abordagens teóricas distintas. Na primeira delas, adotando a perspectiva de Halliday (1985) e de Mathiessen e Thompson (1988), considera as orações construídas com *além de* como casos de hipotaxe adverbial. Isso define, portanto, essas orações como dependentes em relação a uma oração matriz, de modo que lhe acrescentam uma circunstância, mas não mantêm com ela uma relação de constituição, uma vez que não são consideradas constituintes da oração principal, como ocorre com os processos de encaixamento.

Na segunda abordagem, norteadas pela Gramática Discursivo-Funcional, na qual também se baseia o estudo que aqui propomos, Oliveira (2012b) parte das reflexões e análises iniciadas por Pérez Quintero (2002) e Hengeveld (1998) para defender a

existência de uma oração subordinada adverbial aditiva, o que, em termos teóricos, aponta para uma construção em que há uma relação de dependência morfossintática entre um núcleo e seu modificador, característica do processo de subordinação de acordo com essa abordagem teórica. A autora considera, contudo, aspectos relacionados aos níveis representacional e morfossintático como primordiais ao entendimento desse tipo de relação, o que se distancia, de alguma maneira, da proposta da investigação que aqui se propõe no que tange ao tratamento das orações iniciadas por *além de*, tendo em vista que o foco que se pretende imprimir à análise das estruturas analisadas refere-se sumariamente a seu papel interacional, que determina seu papel semântico e, consequentemente, morfossintático.

Aspectos teórico-metodológicos

A Gramática Discursivo-Funcional é uma teoria capaz de explicar os fenômenos que envolvem a interação entre os níveis pragmático, semântico e morfossintático, bem como de analisar unidades menores e maiores do que a oração.

Para tanto, admite uma perspectiva de análise das estruturas linguísticas que parte da intenção do falante em direção à materialização do enunciado. Essa organização descendente, enquanto perspectiva analítico-metodológica, concretiza o princípio das teorias linguísticas de base funcional: a priorização da função em detrimento da forma.

Dessa maneira, a intenção comunicativa e suas representações mentais oriundas do Componente Conceitual são relevantes, uma vez que serão traduzidas, por meio da operação de Formulação, em representações pragmáticas e semânticas nos níveis Interpessoal e Representacional. As regras utilizadas na Formulação variam de acordo com cada língua, posto que noções semânticas e pragmáticas não são universais. O processo de Codificação, por sua vez, ocorre nos níveis Morfossintático e Fonológico e compreende as regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), ao organizar o Componente Gramatical desse modo, a GDF leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico: dentro da organização descendente da gramática, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

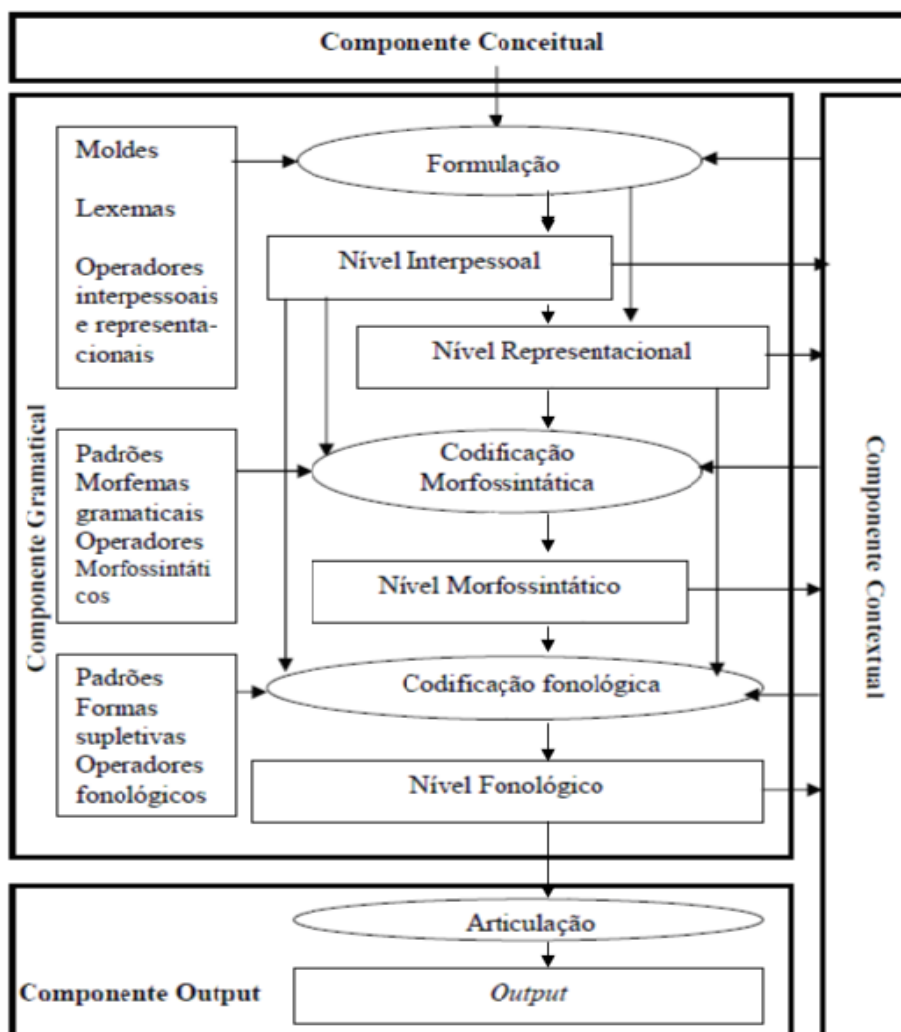


Figura 1. Esquema Geral da Gramática Discursivo-Funcional

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13)

Este trabalho trata, fundamentalmente, das relações estabelecidas em âmbito pragmático entre dois Atos Discursivos – menores unidades linguísticas identificáveis do comportamento comunicativo – que são arranjos pelo falante de modo a favorecê-lo no alcance de suas expectativas interacionais, isto é, fruto da relação que estabelece com seu interlocutor.

Nesse âmbito, esta investigação tem por objetivo fornecer uma descrição das propriedades pragmático-semânticas, bem como das de cunho morfossintático e fonológico, de estruturas oracionais e sintagmáticas iniciadas por *além de*.

O universo de investigação é constituído por ocorrências reais de uso extraídas do corpus “Português oral”, desenvolvido no âmbito do projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Cada ocorrência utilizada para exemplificação pode ser identificada por meio das informações sobre país, ano e título do inquérito, dispostas, nessa sequência, ao final do trecho, entre parênteses. Os casos em que essa identificação está ausente correspondem a paráfrases da ocorrência padrão, em que

foram aplicados testes específicos, a partir de diretrizes teórico-metodológicas próprias da GDF, que permitem verificar, mais adequadamente, determinadas propriedades pragmáticas e semânticas do exemplo.

A análise apresentada tem por propósito contemplar os dados a partir de um panorama qualitativo e não quantitativo. Essa opção se justifica, principalmente, pelo fato de não se tratar de uma pesquisa de cunho sociolinguístico, embora contemple dados de diferentes variedades do português. Assim, a adoção de um viés exclusivamente qualitativo de contemplação dos dados em nada afeta os propósitos desta investigação, já que permite caracterizar adequadamente a forma de atuação das construções *além de* antepostas no português, que refletem intenções pragmáticas do âmbito da relação falante-ouvinte.

Com a finalidade de relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional, cada uma das ocorrências levantadas foi analisada em função: (i) das camadas de cada um dos níveis previstos pela teoria; (ii) de seu estatuto informacional, ou seja, se veicula uma informação dada ou nova; (iii) da posição que ocupa em relação ao núcleo e (iv) do tempo e modo verbais da oração *além de*, nos casos oracionais.

Construções com *além de* e a função retórica Suporte

As ocorrências levantadas no corpus atestam a existência de estruturas sintagmáticas e oracionais iniciadas por *além de* que podem situar-se antes ou depois de seu núcleo. Este trabalho, no entanto, propõe-se a analisar apenas os casos de estrutura *além de* que se antepõem à oração núcleo, uma vez que, como veremos, esse traço marca uma função no desenvolvimento do discurso, ou seja, uma função retórica, conforme se observa em (5). Construções pospostas, diferentemente das antepostas, são formuladas no Nível Representacional e desempenham uma função semântica.

Nas construções antepostas, como a ilustrada em (5), a estrutura introduzida por *além de* traz uma informação anteriormente dada, que serve de suporte para a apresentação de outra informação que o falante considera mais relevante.

- (5) - foi quando a gente combinou com o *professor de matemática*, a gente sempre brinca "ó, vamos num churrasco? vamos numa pizzaria?" e aquele dia realmente a gente combinou sério de ir. até ele falar "ah! mas é hoje que a gente vai?" a gente falar "se você não quiser ir hoje não tem problema." de repente todo mundo se animou. não foi a classe inteira, é lógico, que a gente não combinou com a classe inteira, mas foi o Tabajara, eu e alguns alunos. de repente a hora que a gente estava na pizzaria, eu não me, eu não me lembro, ali perto da, da,
- [...]
- da escola mesmo...
- ah! sei qual que é [...]
- Trattoria acho que é. aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos eles lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. *além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente.* (Bra93:FestaEstudante)

Em (5), o referente *professor de matemática*, já introduzido pelo falante no discurso é, depois, retomado na construção *além de*. Da mesma maneira, neste exemplo, a oração núcleo *ele foi o amigo da gente* também comporta uma informação anteriormente dada, tendo em vista que o falante já havia apontado que a partir dali nasceu uma amizade. Entretanto, nota-se que, mesmo comportando referentes já apresentados, ambas as orações não apresentam o mesmo estatuto discursivo. Isso se justifica pela maneira como o falante escolhe introduzi-los novamente no discurso: ao escolher retomar, primeiramente, o fato de ser professor, há uma opção pela informação mais previsível dentro desse contexto discursivo, uma vez que o inquérito trata, primordialmente, de relações que ocorrem no âmbito escolar, das interações professor-aluno. Dessa maneira, apesar de ambas as informações mobilizadas, tanto na oração núcleo, quanto na oração *além de*, serem de conhecimento do interlocutor, uma delas é por ele considerada mais relevante, e por isso introduzida na oração núcleo para a qual a oração *além de* serve de suporte. Esse tipo de escolha por parte do falante corresponde a uma estratégia para que o objetivo comunicativo seja atingido, o que configura, portanto, uma ação no Nível Interpessoal, em que são formuladas as intenções comunicativas.

A mesma ação linguística pode ser observada em (6), em que as informações veiculadas pelas duas orações envolvidas na construção não mantêm uma relação de continuidade lógica, já que o fato de jogar de graça não pressupõe uma relação necessária com alimentar os jogadores. Contribui consideravelmente, no entanto, para a argumentação, tendo em vista que tal discrepância entre as informações apresentadas mostra que, ao escolher expressar primeiramente a informação dada, o falante ressalta aquela que, para ele, tem maior peso argumentativo.

- (6) *Além de jogarmos de graça, ainda alimentávamos os jogadores.*
(PT97:DesportoDinheiro)

No Nível Interpessoal, a camada mais alta é o Movimento, considerado a maior unidade relevante para a análise gramatical, e se caracteriza por constituir uma contribuição autônoma para o desenvolvimento da interação. O núcleo de cada Movimento pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos, ou seja, as menores unidades linguísticas identificáveis do comportamento comunicativo. A construção *além de ser o professor, ele foi o amigo da gente*, exemplificada em (5), corresponde a dois Atos Discursivos que formam, ao lado de outros Atos, um Movimento. O mesmo se pode dizer de (6), em que o Movimento é constituído dos Atos Discursivos *além de jogarmos de graça* e *ainda alimentávamos os jogadores*. Contudo, como é possível verificar em (7), o estatuto de Atos Discursivos das partes envolvidas na construção não se altera, mesmo que a estrutura iniciada por *além de* seja um sintagma; dessa maneira, entende-se que o sintagma *além da classificação e do estudo dos cartógrafos* também compreende um Ato Discursivo, assim como seu núcleo *há que saber também como é que as faziam*:

- (7) *além da classificação e do estudo dos cartógrafos [...] há que saber também como é que as faziam* (PT89:CartografiaPortuguesa)

A relação entre os Atos dentro de um Movimento pode ser de equipolência ou de dependência. Nas relações de equipolência, o falante atribui aos Atos Discursivos o mesmo estatuto discursivo; por outro lado, nas relações de dependência, os Atos

apresentam estatuto comunicativo distinto e, portanto, um Ato é considerado nuclear e o outro, subsidiário. Nas ocorrências (5), (6) e (7), por servirem de suporte, os Atos *além de ser o professor, além de jogarmos de graça e além da classificação e do estudo dos cartógrafos* constituem os Atos Subsidiários, enquanto *ele foi o amigo da gente, ainda alimentávamos os jogadores e há que saber também como é que as faziam*, que veiculam a informação mais relevante do ponto de vista do falante, são Atos Nucleares.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a força argumentativa da informação apresentada no Ato Nuclear se constrói a partir do apoio em outra informação anteriormente apresentada na construção *além de*, que constitui o Ato Subsidiário. Essa relação entre o Ato Nuclear e o Subsidiário não instaura uma simples adição de eventos semanticamente distintos, mas principalmente estabelece, entre tais eventos, uma relação de dependência no plano pragmático, portanto, da interação entre Falante e Destinatário. Ao selecionar, no Nível Interpessoal, a informação que deseja veicular por meio desse tipo de estrutura, o falante atribui aos Atos estatutos comunicativos distintos e, assim, instaura uma hierarquia entre essas unidades. Esse tipo de estratégia argumentativa proposital do falante para atingir seu objetivo comunicativo corresponde ao que a GDF denomina função retórica.

Entende-se que a retórica está fundamentalmente relacionada às propriedades formais de enunciados que influenciam o destinatário a aceitar os propósitos do falante e aos modos pelos quais ele ordena os componentes de um discurso para a realização de sua estratégia comunicativa. Os aspectos de unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso são considerados funções retóricas que se aplicam a Atos Discursivos, uma das camadas do Nível Interpessoal. É exatamente isso que acontece na relação de dependência aqui tratada.

A essa relação denominamos função retórica Suporte, que propomos seja considerada juntamente com as outras funções retóricas previstas na GDF, dentre elas, Orientação, Correção, Motivação, Concessão e Aposição. Vejamos, então, as propriedades dessa função.

O estatuto de Atos Discursivos de cada uma das unidades envolvidas na construção com *além de* é comprovado pela possibilidade de apresentarem ilocuições diferentes, como mostram (5)a e (5)b, em que é possível atribuir às unidades forças ilocucionárias distintas, ficando o Ato Subsidiário sempre com ilocução declarativa, e o Nuclear com ilocução interrogativa (a) ou exclamativa (b):

(5)a além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente?

(5)b além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente!

Além disso, na condição de Atos Discursivos, essas unidades podem ainda ser restringidas por modificadores específicos dessa camada, tais como os de sequenciação e exemplificação, como se nota pela modificação que (7) sofre em (7)a, em que o Ato Subsidiário e o Nuclear são, respectivamente, restringidos pelos modificadores *por exemplo* e *em resumo*:

(7) além da classificação e do estudo dos cartógrafos que elaboraram essa, ah, da vida desses cartógrafos, [...] há que saber também como é que as faziam (..) (PT89:CartografiaPortuguesa)

- (7)a além da classificação e do estudo dos cartógrafos, há que saber também, *por exemplo*, como é que as faziam.
- (7)b além da classificação e do estudo dos cartógrafos, *em resumo*, há que saber também como é que as faziam.

Esses Atos podem ser restringidos também por marcadores de ênfase, como os termos *caramba* e *pô em* (7)c e (7)d:

- (7)c além da classificação e do estudo dos cartógrafos, *caramba*, há que saber também como é que as faziam.
- (7)d além da classificação e do estudo dos cartógrafos, há que saber também como é que as faziam, *pô*.

No Nível Representacional, o Ato Nuclear é representado como um Conteúdo Proposicional, e o Subsidiário, como um Estado-de-coisas. Conteúdos Proposicionais, como já observado, são construtos mentais, que podem ser avaliados em termos de sua verdade, mas que, por outro lado, não podem ser localizados nem no tempo e nem no espaço. Dada sua natureza, Conteúdos Proposicionais podem ser avaliados em termos de atitudes proposicionais, tais como dúvida, certeza, descrença etc., o que pode ser observado pela possibilidade de se restringirem tais conteúdos por meio de modificadores que indicam uma avaliação do falante, como faz o modificador *com certeza*, conforme mostra (5)c.

- (5)c além de ele ser o professor, *com certeza* ele foi o amigo da gente.

Em (5)c, fica evidente que a avaliação do falante recai sobre o fato de o professor ser amigo, expresso na oração núcleo, que representa, por sua vez, a crença do falante de que um professor que participa das confraternizações com seus alunos pode ser considerado amigo da turma.

De acordo com a GDF, o Conteúdo Proposicional, por meio do qual o Ato Nuclear é codificado no Nível Representacional, é formado por um Episódio. A camada do Episódio pode ser constituída de um ou mais Estados-de-coisas que apresenta(m) continuidade em termos de Tempo, Locação e Indivíduos e, ao contrário da camada do Estado-de-coisas, que pode ser localizada no tempo relativo, pode apenas ser localizada no tempo absoluto.

Outra distinção relevante entre as camadas do Episódio e do Estado-de-coisas envolve, primordialmente, aspectos relacionados à finitude dos eventos. Como se verifica em (5), o evento codificado na camada do Conteúdo Proposicional – *ele foi o amigo da gente* – é localizado no tempo passado – especificamente, pretérito perfeito – por meio do operador de tempo absoluto *Pass*, inserido na camada do Episódio que compõe esse Conteúdo Proposicional. Já o evento representado pelo Ato Subsidiário – *além de ele ser o professor* – é um Estado-de-coisas, ou seja, uma unidade que pode ser localizada no tempo relativo, avaliada em termos de sua realidade, ser dita “(não) ocorrer”, “(não) acontecer” ou “(não) ser o caso”. Na construção em questão, este Estado-de-coisas não se encontra situado no tempo, tendo em vista que é expresso por um verbo não-finito, sendo, portanto, atemporal: “ser professor” caracteriza-se como uma atividade cuja existência não está vinculada a um tempo. Dessa maneira, uma vez

que Conteúdos Propositionais não se submetem à localização temporal, é na camada do Episódio que se marca o tempo do evento. Isso pode ser visto como uma comprovação não só da existência da camada do Episódio, como também de sua relevância para línguas como o português, o que tem sido questionado por alguns estudiosos.

A ocorrência (8) reforça esse aspecto, uma vez que a oração iniciada por *além de*, estando no infinitivo, assume o tempo absoluto (*vai ter (de) saber resolver*) expresso no verbo da oração nuclear, que se encontra no futuro e é modificado pelo deôntico *ter que*. Assim, o conjunto formado pelo Estado-de-Coisas introduzido por *além de* e pelo Estado-de-Coisas nuclear representa um Episódio, cuja localização temporal é dada pelo tempo absoluto expresso no Estado-de-Coisas nuclear.

(8) -> então, é. ele, então, aí vai para o costume, tem o costume, a, que eles falam, a analogia, que, por exemplo, se tem uma lei que, ah, fala sobre a, f[...], fala sobre uma coisa mas não é bem isso que tem, que cabe ao, o facto que ocorreu, certo, aí ele pode fazer analogia dessa lei, quer dizer, fazer, dar um jeito nessa lei para ela caber dentro do que está acontecendo, sabe, então isso, quer dizer, Direito é difícil, não é, *porque além de você ter que saber as leis, você vai ter reso[...], saber resolver problema que nem previsto é nem nada.* (Bra80:MundoDireito)

Dessa maneira, entende-se que as questões relacionadas à finitude, representada pela localização temporal do evento, e à não-finitude são fundamentais à distinção entre as camadas do Nível Representacional, uma vez que apenas a camada do Episódio comporta a localização temporal, responsável por situar o evento no tempo absoluto, o que é fundamental em línguas como o português, em que o tempo é primordialmente marcado no verbo e, em segunda instância, pelo advérbio, no caso de orações com verbos na forma não finita.

Tendo em vista a hierarquia do modelo teórico e, portanto, o fato de que uma camada mais alta comporta as camadas mais baixas, nas construções *além de* o núcleo do Estado-de-coisas será sempre um esquema de predicação, ou seja, um núcleo de cunho configuracional, o que significa afirmar que a oração introduzida *além de* corresponde, portanto, sempre a uma Propriedade Configuracional, constituída de um predicado, representado pela palavra *além*, que estabelece uma relação com seu argumento, por meio da preposição *de*.

No Nível Morfossintático, os atos Subsidiário e Nuclear constituem, juntos, a camada mais alta deste nível, a da Expressão Linguística. Essa camada refere-se a qualquer conjunto, em que ao menos uma unidade pode ser utilizada de forma independente; quando uma Expressão Linguística for formada por mais de uma unidade, elas pertencerão morfossintaticamente uma a outra, embora uma não seja parte da outra. Dessa maneira, a relação entre os constituintes que ocorrem nessa camada é definida em função do tipo de dependência existente entre eles. Nos processos de Cossubordinação e Extraoracionalidade, instaura-se uma dependência unilateral, uma vez que apenas uma das unidades pode ser usada independentemente.

As ocorrências obtidas no levantamento dos dados mostram que as construções objeto deste estudo podem ser codificadas na forma de uma Expressão Linguística constituída de duas Orações, como mostra (5), ou de um Sintagma e de uma Oração, como mostra (7), ambas repetidas por conveniência:

- (5) *além de ele ser o professor*, ele foi o amigo da gente. (Bra93:FestaEstudante)
- (7) porque *além da classificação e do estudo dos cartógrafos* [...] há que saber também como é que as faziam (PT89:CartografiaPortuguesa)

Como se pode observar, a oração *além de ele ser o professor* não pode ocorrer sozinha, contudo, não é um constituinte da oração *ele foi o amigo da gente*, que pode ocorrer de forma autônoma. Neste caso, morfossintaticamente, estabelece-se entre os pares constituintes da Expressão Linguística uma relação de Cossubordinação, já que ocorre entre orações.

Da mesma maneira, em (7) não se estabelece uma relação de mútua dependência entre o Sintagma *além da classificação e do estudo dos cartógrafos* e a Oração *há que saber também como é que as faziam*, uma vez que esta pode ocorrer independentemente daquele. Essa relação que evidencia a dependência de apenas um constituinte, quando ocorre entre um Sintagma e uma Oração configura o fenômeno da Extraoracionalidade.

Um aspecto importantíssimo a ser observado com relação a essa estrutura com *além de* é que, no Nível Morfossintático, o Ato Discursivo Subsidiário com a função retórica Suporte será sempre codificado na posição anterior ao Ato Nuclear, que comporta a informação considerada mais relevante, obedecendo assim ao Princípio de Iconicidade. Em outras palavras, ocupará sempre a posição P^{pre} da Expressão Linguística.

No Nível Fonológico, a construção *além de* é codificada como um Enunciado Fonológico que, por sua vez, comporta duas Frases Entonacionais, sendo cada uma delas caracterizada por um núcleo, ou seja, um ponto tonal localizado em uma ou mais sílabas, essencial para a sua interpretação como um todo. A separação entre essas Frases se dá por meio de pausas, neste caso, menores do que as que distinguem Enunciados.

Considerações finais

Esse trabalho buscou caracterizar a atuação de construções iniciadas por *além de* no português, codificadas na forma de sintagma ou oração, a partir da descrição de suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas.

Dessa forma, entende-se, nessa análise, que tanto sintagmas quanto orações iniciados por *além de*, alocados em posição inicial, caracterizam-se por atuarem como sustentação para informação veiculada na oração seguinte. Isso revela que a estrutura *além de* serve como apoio para a consolidação da força argumentativa da informação disposta na estrutura nuclear e, assim, instaura-se, entre as partes, uma dependência pragmática. Uma vez que esse tipo de recurso constitui uma estratégia proposital do falante, que visa a atingir determinados objetivos comunicativos, entende-se que esse tipo de construção veicula uma função retórica, aqui denominada Suporte.

Nesse âmbito, pode-se caracterizar a estrutura com função retórica Suporte da seguinte maneira: é atribuída a um Ato Discursivo Subsidiário, que traz sempre uma informação dada, e, no Nível Representacional, corresponde a um Estado-de-coisas, constituído de um predicado monovalente, representado por *além* e seu argumento. Morfossintaticamente, pode ser estruturado em forma de uma oração, com verbo não finito, ou de um sintagma, que obrigatoriamente se posiciona antes da oração núcleo, e fonologicamente constitui um Enunciado.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural functional theories*. Part 1: approaches to the simple clause. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 2003.
- CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FAPESP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 351-405.
- COMRIE, B. *Tense*. (Cambridge Textbooks in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Berbado Álvares S. A., 1970.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.
- HENGVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. *Adverbial construction in the languages of Europe*. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.
- HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1987.
- MATHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.
- MÓDOLO, M. A estrutura aditiva “não só... mas também” de uma perspectiva multissistêmica. *Estudos Linguísticos*, XXXIV, p. 171-176, 2005.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- OLIVEIRA, T. P. A Hipotaxe de Adição. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 25-45, 2012a.
- _____. A Oração Subordinada de Adição. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 90-100, 2012b.
- PENHAVAL, E. *Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel do conectivo “e” na organização do discurso*. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2005.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial Subordination in English: A Functionalist Approach*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.

PEZATTI, E. G. *A Ordem de Palavras no Português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Recebido em: 30/08/2017

Aprovado em: 15/05/2018

O infinitivo flexionado do português paulista dos séculos XVIII, XIX e XX: um estudo sintático-diacrônico¹

Sarah Cristina Silva Leite Vargas

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

sarah_csleite@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3635-9595>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.2017>

Resumo

Este estudo apresenta uma análise sobre o infinitivo flexionado dos séculos XVIII, XIX e XX sob uma perspectiva diacrônica. Por meio do estudo dos infinitivos flexionados (MAURER JR., 1968; RAPOSO, 1987; PIRES, 2006; SALLES, 2006; MARINS, 2009; MODESTO, 2011) e de estudos de sintaxe diacrônica, foram analisadas ocorrências desse fenômeno em textos do português paulista dos séculos mencionados, tomando como base para a análise o parâmetro do sujeito nulo (DUARTE, 1995). O enfraquecimento da flexão dos verbos no português brasileiro é crescente (GALVES, 1993), contudo o infinitivo flexionado contraria essa perda de flexão, sendo utilizado mesmo na escrita em contextos em que não está prevista sua ocorrência (CANEVER, 2012). Nos textos paulistas, observamos os contextos de presença dos infinitivos e o seu crescimento e, no último século, uma presença mais restrita. Por meio do Parâmetro do Sujeito Nulo, foram analisados trechos de cartas, a fim de entendermos o processo de enfraquecimento da flexão no português brasileiro e o crescimento da realização do sujeito.

Palavras-chave: infinitivo flexionado; sintaxe diacrônica; sujeito nulo.

The inflected infinitive of the São Paulo Portuguese of the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries: a syntactic-diachronic study

Abstract

This study presents an analysis of the inflected infinitive of the 18th, 19th and 20th centuries from a diachronic perspective. Throughout the study of the inflected infinitives (MAURER JR., 1968; RAPOSO, 1987; PIRES, 2006; SALLES, 2006; MARINS, 2009; MODESTO, 2011) and studies of diachronic syntax, we have analyzed occurrences of the phenomena highlighted in texts of the São Paulo Portuguese of the centuries mentioned, taking as a basis for the analysis the parameter of the null subject (DUARTE, 1995). The weakening of the verbal inflection in Brazilian Portuguese is increasing (GALVES, 1993); however, the inflected contravenes this loss of inflection, being used even in writing in contexts in which it is not predicted to occur (CANEVER, 2012). In the texts of São Paulo, however, we observe the contexts of the presence of infinitives and growth and, in the last century, a more restricted presence. By means of the Null Subject Parameter, we analyzed sections of letters in order to understand the weakening process of the inflection in Brazilian Portuguese and the growth of the realization of the subject.

Keywords: inflected infinitive; diachronic syntax; null subject.

¹ Agradeço à CAPES e à Universidade Federal de São Paulo pela verba concedida para participação no 65º Seminário do GEL.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo a descrição dos infinitivos flexionados do português paulista dos séculos XVIII, XIX e XX por meio do parâmetro do sujeito nulo. Esse estudo em andamento irá abordar dados de diacronia e, conseqüentemente, poderá englobar um estudo/descrição da variação e mudança gramatical. O parâmetro do sujeito nulo nos permitirá compreender a mudança paramétrica dentro do português brasileiro. Pesquisas sobre o sujeito nulo no português brasileiro (doravante PB) e a flexão infinitiva nos ajudam a entender o porquê, como já descrito por Galves (1993), de a flexão no infinitivo ter se mantido e expandido no português culto falado ou escrito (Cf. CANEVER, 2012), e ter se tornado fraca em contextos finitos.

A proposta deste trabalho aborda a Linguística Histórica sob um viés gerativo. A Linguística Gerativa está aqui representada por meio do Parâmetro do sujeito nulo – para uma descrição diacrônica (KROCH, 1989; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; CAVALCANTE, 2006) dos infinitivos flexionados presentes nos *corpora* do Projeto de História do Português Paulista (PHPP) dos séculos XVIII, XIX e XX, como é possível observar nos trechos das cartas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

- (1) Meu charo Amigo, no dia 25 tivemos a incomparavel honra de **vermos** no nosso solo onosso Idolatrado Principe (BNRJ 01)
- (2) hum grande numer de honrados Cidadaõs la se haõde achar na certeza | de **serem** preteridas suas vontades para maioria contraria dos sapatoens. (BNRJ 02)
- (3) he de crer, que sejaõ pobres, eindigentes sem meios, sem forças para **promoverem** as utilidades, e bens mais da agricultura. (BNRJ 04)

O infinitivo flexionado se apresenta apenas na língua portuguesa e em outros poucos dialetos e possui características específicas (Cf. LUZ, 1994; RAPOSO, 1987) por ser um infinitivo que recebeu desinências verbais após ter recebido um sentido pessoal (Cf. MAURER JR., 1968). Os estudos de Leite de Vasconcelos (1900) consideram o infinitivo pessoal, ao apresentar as sentenças “Ter saúde é bom” e “Ter eu saúde é bom”, ou seja, o emprego deixa de ser impessoal e se torna pessoal e são acrescentadas desinências número pessoais ao verbo (Cf. CARVALHO; MINUSSI, 2016). O infinitivo teria adquirido pessoalidade por admitir sujeitos nominativos, uma vez que o sujeito nominativo conferiu às formas infinitivas um sentido pessoal. Maurer Jr. (1968) explica que os falantes teriam transferido as flexões do futuro do subjuntivo nos verbos regulares, derivando as formas flexionadas do infinitivo. “O infinitivo com sujeito no caso nominativo precedeu certamente o infinitivo flexionado e foi, sem dúvida, o fator decisivo de seu aparecimento.” (MAURER JR., 1968, p. 70). Maurer Jr. (1968) propõe algumas regras para o uso do infinitivo flexionado, contudo aponta que a principal delas é: o infinitivo é flexionado quando há a realização do sujeito na sentença.

Há duas hipóteses principais para o surgimento do infinitivo flexionado em português, que são apontadas por Maurer Jr. (1968). Estudos como os de Wernecke (1885) e Rodrigues (1914) apontam que a flexão infinitiva é derivada do futuro do subjuntivo imperfeito latino, enquanto estudos como de Maurer Jr. (1968) mostram o infinitivo flexionado como uma variante finita do infinitivo românico. A hipótese que apresenta a flexão infinitiva como uma derivação do imperfeito do subjuntivo latino argumenta que essa forma verbal existia no latim vulgar na região da Galícia e Portugal durante a Idade Média e teria passado a ser empregado com funções do infinitivo românico. O que reforça essa hipótese são os seguintes argumentos: (i) a supressão da

conjunção em sentenças finitas subordinadas com o verbo no imperfeito do subjuntivo, que teriam sido equiparadas com sentenças subordinadas infinitivas, bem como (ii) o rearranjo sintático no qual o mais que perfeito do subjuntivo substituiu o imperfeito do subjuntivo (Cf. MARTINS, 2001).

Para Raposo (1987), o infinitivo flexionado está relacionado à AGR, independente da realização morfológica dos morfemas de concordância. A análise de Raposo propõe que a flexão do infinitivo no português europeu (PE) é dependente de dois parâmetros distintos, um morfológico (Infl parameter) e um sintático (Parâmetro do Sujeito Nulo).

O infinitivo flexionado no PE surge da possibilidade de haver um Infl infinitivo especificado com traços de Agr e de Tempo [[-Tempo, +Agr]. Em muitas línguas, a escolha de [Tempo] é livre, devido à escolha positiva de Agr. Contudo, na maioria das línguas essa escolha não é livre. Essas opções potenciais são chamadas de *Infl Parameter* e, como dito acima, o PE marca positivamente esse parâmetro.

Entende-se, dessa forma, que a flexão infinitiva está associada à presença de marcas de flexão e à presença de AGR capaz de atribuir Caso nominativo ao sujeito. Questiona-se a relação entre a riqueza de AGR e a manifestação do morfema de concordância. No infinitivo flexionado, há morfema Ø de flexão na primeira e na terceira pessoas do singular no PE e para o PB na primeira, na segunda e na terceira pessoas do singular. De acordo com os dados do presente estudo, é possível que haja um sincretismo de formas entre flexão infinitiva e não-flexão infinitiva (a flexão zero). Há casos em que não há manifestação de morfema, mas há uma flexão. O infinitivo flexionado possui, também, características relacionadas à questão do controle, da referência e do tipo de complementação infinitiva.

O presente trabalho, como já dissemos, irá descrever o infinitivo flexionado utilizando-se de um *corpus* formado por cartas dos séculos XVIII, XIX e XX. Assim sendo, trabalhos como o de Cavalcante (2006), que apresenta um estudo diacrônico do infinitivo português, são de grande importância para este artigo, uma vez que nos ajudam a discutir a sintaxe relacionada ao infinitivo. Fazer um estudo diacrônico sobre os contextos de infinitivo contribui para entender aspectos do sistema de concordância do português, mais especificamente, como se mantém o sistema de concordância verbal em contextos de infinitivo flexionado, mas não totalmente em outros.

Os critérios usados para seleção do *corpus* foram obtidos por meio do conceito de tradições discursivas, buscando textos que apresentassem os mesmos traços, por exemplo: (i) tipos de verbos que admitem flexão, (ii) tipos de verbos que acompanham o infinitivo flexionado, (iii) traço [±humano] e, em destaque, (iv) a narratividade dos textos (Cf. KEWITZ, 2007). Por meio do estudo do Parâmetro do Sujeito Nulo, foram analisados trechos de cartas, a fim de entendermos o processo de enfraquecimento da flexão no português brasileiro.

2. A flexão infinitiva

Segundo Raposo (1987), morfológicamente, o infinitivo flexionado no PE é formado pela adição do morfema -r e um marcador de concordância, cuja morfologia é a mesma não importando a qual classe de conjugação o verbo em particular pertença (RAPOSO, 1987). Sintaticamente, as sentenças com infinitivo flexionado (IF) são como as sentenças finitas devido à presença de sujeito lexical, mas, ao contrário delas, apenas

ocorrem encaixadas, ou seja, não são independentes, e nelas não se admite o complementizador *que*. Raposo (1987) apresenta as situações no PE em que ocorre infinitivo flexionado, licenciando um sujeito lexical. São elas:

i) Complementos infinitivos [+Agr] ocorrem como orações subordinadas subjetivas em posição extraposta: o infinitivo com flexão e concordância [+Agr] opõe-se a infinitivo sem flexão e concordância[-Agr] (*Vai ser difícil eles aprovarem a proposta*);

ii) Infinitivos [+Agr] podem ocorrer em orações subcategorizadas por predicados matrizes epistêmicos (pensar), declarativos (afirmar), factivos (lamentar); não podem, porém, ocorrer em complementos subcategorizados por predicados volitivos (desejar) (*Eu acredito os deputados terem trabalhado pouco*);

iii) O verbo infinitivo que incorpora a flexão pessoal deve preceder o sujeito lexical com predicados matrizes epistêmicos e declarativos; essa restrição não se aplica, no entanto, aos verbos factivos (*Eu detesto as pessoas usarem os outros*);

iv) Complementos infinitivos [+Agr] ocorrem em orações adjuntas introduzidas por preposição (*Eu entrei em casa sem os meninos verem*);

v) Complementos infinitivos [+Agr] não podem ocorrer como orações encaixadas interrogativas, como orações encaixadas relativas, ou em construções com operador nulo em C°; nesse contexto só cabem orações infinitivas com infinitivo [-Agr].

Raposo (1987) aponta três questões que nos parecem importantes sobre o IF: (i) quais são os parâmetros da GU que tornam o IF possível no PE?; (ii) quais são suas propriedades básicas?; (iii) qual é o princípio da GU que determina essas propriedades? O autor adota a Teoria X-barras para a sua análise do IF e a Teoria do Caso para explicar as propriedades das sentenças com IF. Para o autor, o IF decorre da interação de um parâmetro morfológico – Parâmetro Infl – e um parâmetro sintático – Parâmetro do Sujeito Nulo.

De acordo com o Parâmetro Infl, os verbos podem ter valores [$\pm$ Tempo], [$\pm$ AGR]. O autor discute que em PE o parâmetro é positivo, logo existe a escolha livre de [$\pm$ Tempo] em um Infl, assim, o IF seria [-T][+Agr]. Por sua vez, para solucionar a atribuição de Caso, o estudioso vale-se da Teoria de Caso, afirmando que "na ausência de [+T], Infl (ou Agr em Infl) é capaz de atribuir Caso nominativo para o sujeito lexical se ele for especificado para Caso" (RAPOSO, 1987, p. 92), pois Agr carrega propriedades nominais como número, pessoa e, em algumas línguas, gênero (traços- ϕ). Porém, Agr pode ou não ser especificado para Caso de acordo com o Parâmetro do Sujeito Nulo. Em línguas de sujeito nulo, Agr pode atribuir Caso. Dadas estas considerações, o autor apresenta o IF no PE da seguinte forma: NP [-Tempo] [+Agr].

A consequência fundamental dos postulados da teoria de Princípios e Parâmetros para os estudos diacrônicos, segundo Galves (2001), é que o conjunto de fenômenos atestando uma mudança deve ser explicado por uma só causa profunda. Galves (2001) considera o elemento de concordância da flexão do PB "fraco". A concordância é fraca quando não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático. Isso corresponde a uma concordância fraca morfológica e semanticamente.

Os dois componentes da flexão – Tempo (T) e Concordância (Agr) – são dois núcleos independentes na estrutura profunda, que se afixam no decorrer da derivação e Agr domina T. No final da derivação, a flexão tem como núcleo a concordância (Agr).

Galves (1991) propõe que um morfema de concordância fraco não é gerado debaixo de um núcleo independente, mas como um afixo de T.

No PB, um núcleo Agr, independente da realização morfológica, domina o sintagma temporal de sujeito suplementar, o que explica os diversos fenômenos de língua orientada para o tópico. O enfraquecimento da flexão tem como efeito uma reorganização da oração, em que o sujeito se encontra numa posição mais baixa do que numa língua de concordância forte.

Em seu trabalho sobre o infinitivo flexionado e a legitimação de AGR, Galves retoma Raposo (1987) e apresenta a proposta do pesquisador sobre as sentenças de IF em PE. V-AGR ocorre em uma posição para a qual algum Caso possa ser atribuído e, dessa forma, “na ausência de [+Tempo], Infl (ou AGR em Infl) é capaz de atribuir Caso nominativo a um sujeito lexical se ele mesmo for especificado para Caso.” (RAPOSO, 1987, p. 92).

Verbos factivos e epistêmicos não legitimam o AGR encaixado. Para verbos epistêmicos e declarativos, a única posição disponível, segundo Raposo, para o verbo flexionado no complemento infinitivo é a de pré-sujeito, ocupada por verbos auxiliares.

Galves retoma que, para Raposo (1987), verbos factivos e preposições selecionam complementos [+N], seleção essa que é satisfeita por AGR em Infl e por sua projeção IP. Agr, assim, pode receber Caso de fora, já que esse é o núcleo do complemento do verbo principal ou da preposição. Em sentenças com sujeito extraposto, a oração em que o sujeito ocorre também é IP, seu AGR recebe o Caso por co-indexação com Infl da matriz.

Na análise de Galves (2001), há uma substituição do Parâmetro Infl de Raposo e há a asserção de que complementos infinitivos flexionados encaixados são sempre CPs. A autora apresenta os pressupostos da análise de Raposo (1987), mostrando que a atribuição de Caso para AGR por verbos factivos e epistêmicos depende de certos pressupostos, que para Galves são problemáticos.

Os verbos que admitem IF em seus complementos atribuem Caso, mas esse pressuposto é questionável. A autora ressalta que muitos verbos epistêmicos exigem um objeto PP em PE, como em (4):

- (4) a. Não acredito *(n)esta história.
- b. Eu penso *(n)esta pessoa.

O estudo ainda destaca que esses verbos não admitem miniorações adjetivas ou nominais, o que é possível observar em (5):

- (5) a. *Acredito a Maria doente.
- b. *Penso o João um imbecil.

Um verbo passivo não admite um complemento IF, mas o trabalho de Raposo (1988 *apud* GALVES, 2001) apresenta uma sentença contrária à postulação anterior:

- (6) Foi lamentado pelo professor os meninos terem roubado o livro.

Galves observa que, nos complementos de verbos epistêmicos e declarativos, em Raposo (1987), AGR tem de ser alçado a Comp para receber seu Caso, mas somente os auxiliares passam por esse alçamento.

3. O Parâmetro do Sujeito Nulo e sua marcação no PB

Com o desenvolvimento da Gramática Gerativa, Chomsky (1981) apresenta a Teoria de Princípios e Parâmetros, partindo da ideia de que a Gramática Universal (GU) é formada por princípios gerais que atuam nos diferentes módulos em que a gramática é dividida. Os princípios compreendem as questões comuns presentes em todas as línguas naturais; a variação entre as línguas pode ser explicada pela noção de parâmetro. Parâmetro é como um princípio flexível, desenvolvido no processo de aquisição de língua e terá sua valoração definida ao final desse processo. A fixação de um parâmetro se dá por meio do *input*.

A partir da ideia de que parâmetros são conjuntos de propriedades do sistema gramatical, que têm seu valor fixado por meio da informação positiva do *input*, explicaremos o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Algumas línguas, como o PE e o italiano, licenciam o apagamento do sujeito e marcam o PSN positivamente, ou seja, são [+pro drop]; outras línguas, como o inglês, marcam esse parâmetro negativamente [-pro drop], ou seja, o sujeito é uma categoria que necessita de material fonético.

Há alguns aspectos que outorgam a não realização fonética do sujeito. Acreditava-se que esse parâmetro estava relacionado à morfologia do paradigma verbal. Dessa maneira, línguas como o italiano, que trazem seis oposições no paradigma flexional do verbo, licenciariam o sujeito nulo, identificado por meio da desinência. Entretanto, estudos como os de Huang (1984) mostraram que o chinês, por exemplo, exibe um paradigma verbal uniforme, mas permite o apagamento e a identificação do sujeito.

Em Roberts (1993), há uma nova proposta para o sujeito nulo: um paradigma morfológicamente igual deixa de ser condição para o licenciamento do sujeito nulo. Se um paradigma apresentar um número limitado de oposições, ele poderá licenciar um sujeito nulo, por isso pode haver sincretismo entre formas que indiquem mais de uma pessoa gramatical.

O PB se apresenta de maneira diferente de línguas de sujeito nulo. Duarte (1995) aborda que, no PB, o preenchimento da posição de sujeito na sentença ocorre de forma ampla. O PB também não apresenta mais a inversão “livre”, o que pode ser observado pela preferência da ordem SVO. Barbosa, Kato e Duarte (2005) trazem em seu estudo que o PB rejeita, na maioria das vezes, o verbo em primeira posição, mesmo com pronome nulo referencial ou um expletivo nulo. Há também uma preferência por pronomes resumptivos em orações encaixadas (Cf. MARINS, 2009).

A realização do sujeito nulo no PB não é obrigatória; é possível notar que há uma preferência pelo preenchimento da posição de sujeito, por sua realização fonética. Em línguas que marcam positivamente o PSN, o Princípio “Evite Pronome”, que corrobora no apagamento do sujeito, é dominante.

Segundo Duarte (1995), o PB se mostra diferente das outras línguas românicas, pois o sujeito nulo não é obrigatório e há preferência pelo preenchimento dessa posição, mas isso não representa um uso marcado. Sentenças com sujeito nulo, entretanto, são amplamente aceitas e gramaticais no PB, mostrando que o PB perdeu o princípio “Evite Pronome”, marcando negativamente o PSN.

O PB tem se afastado das demais línguas românicas no que se refere à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo. O PB, diferente do português europeu (PE), tem se comportado de uma forma que nos mostra uma mudança paramétrica de língua [+pro drop] para língua [-pro drop]. Estudos como os de Duarte (1995) apresentam a redução do quadro pronominal e a redução do paradigma flexional do verbo. Pesquisas recentes apontam que há parâmetro parcial, micro e macro parâmetro (SHEEHAN, 2010) e que o PB apresenta, então, um parâmetro parcial para Sujeito Nulo. Essa discussão é importante para o presente trabalho para observação dos sujeitos presentes no *corpus*.

4. Os infinitivos flexionados do português paulista dos séculos XVIII, XIX e XX e o parâmetro do Sujeito Nulo

Nesta seção, apresentamos os dados selecionados a partir do *corpus* do Projeto de História do Português Paulista (PHPP), (i) uma breve introdução sobre o que é o infinitivo flexionado, (ii) a apresentação dos dados, (iii) as divisões das cartas por século, (iii) as ocorrências de infinitivo flexionado em cada século, (iv) os tipos de sujeito (nulo e referencial) que acompanham o fenômeno destacado e (v) os tipos de sentenças infinitivas.

Por meio das ocorrências de flexão infinitiva selecionadas no *corpus* de cada século, foi feita a contagem de quantas ocorrências apresentam sujeito nulo e quantas apresentam sujeito não nulo. Segundo Duarte (1995), o PB apresenta uma larga preferência pelo preenchimento da posição de sujeito mesmo quando a flexão poderia garantir a interpretação de sujeito nulo.

4.1 Os sujeitos no século XVIII

Passamos, então, a um estudo mais aprofundado, analisando os sujeitos das sentenças em que há flexão infinitiva no *corpus* do presente trabalho. Apresentaremos, a seguir, tabelas e gráficos que nos ajudarão a entender os dados coletados sobre os sujeitos do *corpus*.

Tabela 1: Ocorrências de IF no século XVIII

Variáveis	Sujeito realizado	Sujeito nulo	Total
Quantidade	16	39	55
Porcentagem	29,1%	70,9%	100%

No século XVIII, o primeiro século destacado no presente estudo, há mais sujeitos nulos acompanhando as sentenças de infinitivo flexionado. Nos exemplos em (7) podemos observar, primeiro, algumas sentenças em que há a realização do sujeito:

(7) a. para elles **ficarem** mais Sua vontade [AI 15]

b. Sendo aCauza, deter admoestado ao dito Tenente puseSse cobro nosSeos *filhos* eescravos

por **Serem** estes perturbadores das Almas da dita aldeia [AI 19]

No exemplo em (8) selecionamos alguns trechos das cartas de Aldeamento de índios em que há sujeito nulo, que é o mais presente no século XVIII.

(8) a. MediSse, agora medisse hua India, *que* o Capitam da aldeia tinha ordem do Senhor Joseph para vegiar as Indias, *que* entraSsem dentro desta Casa aleva alguã couza, compena de **Serem** a Soutadas [AI 19]

b. Isto hê *oque* querem para **viverem** como Gentio

c. ao brigacoins deque Sam em Carre-gados pelo Directorio, *que* he **fazerem** Roça demilho, fejaõ, e Arros, dar em agua e Lenha, huma CoSinheira, e hum Rapas para lheajudar a Missa

Há uma preferência pelo sujeito nulo acompanhando a flexão infinitiva no século XVIII; isso ocorre em mais de 70% das ocorrências do século XVIII. Ao final da seção, poderemos comparar os dados deste primeiro século com os dados dos demais séculos para confirmar ou não a prevalência do sujeito nulo.

A partir da seleção das sentenças de infinitivo flexionado, foi feito um levantamento dos tipos de orações que acompanham o fenômeno em destaque nessa pesquisa. No século XVIII, as sentenças se dividem da seguinte forma: (i) orações encaixadas com outro conectivo (conjunções, pronomes); (ii) orações encaixadas com preposição; (iii) orações matrizes; (iv) orações encaixadas completivas verbais; (v) orações encaixadas completivas nominais. Na tabela abaixo podemos observar como ocorre a distribuição de cada oração e quais são os tipos de orações em que há sujeito nulo e sujeito realizado.

Tabela 2: Tipos de oração com infinitivo flexionado no século XVIII

Tipos de Oração	Sujeito Nulo		Sujeito Realizado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Orações encaixadas com outro conectivo	11	91,67%	1	8,33%	12	100%
Orações encaixadas com preposição	22	70,97%	9	29,03%	31	100%
Orações matrizes	0	0%	1	100%	1	100%
Orações encaixadas completivas verbais	4	80%	1	20%	5	100%
Orações encaixadas completivas nominais	3	50%	3	50%	6	100%

A tabela acima nos mostra que, das 55 ocorrências de infinitivo flexionado presentes no século XVIII, 31 foram encontradas em orações encaixadas com preposição. Do total de orações de infinitivo flexionado, foram encontradas 31 orações encaixadas com preposição, que contam 56,37% do total de orações; 12 orações encaixadas com outro conectivo, compondo 21,81% do total; 1 ocorrência de oração matriz, que corresponde a 1,82%; 5 orações encaixadas completivas verbais, que são 9,1% das orações de infinitivo flexionado; 6 ocorrências de orações encaixadas completivas nominais, que correspondem a 10,9% do total de orações com flexão infinitiva.

Destarte, percebe-se que, no século XVIII, havia uma prevalência de sujeito nulo sobre o sujeito realizado. O *corpus* representativo do século XVIII mostra que o português paulista indicava uma preferência pelo não preenchimento do sujeito, como visto em Gravina (2008) sobre o português mineiro. Nesse século há, também, uma predileção pelas orações encaixadas com preposição para as ocorrências de infinitivo flexionado.

4.2 Os sujeitos no século XIX

Apresentaremos agora os dados dos sujeitos das orações de infinitivo flexionado do século XIX e estabeleceremos uma comparação com o que foi mostrado sobre o século anterior, a fim de identificarmos qual é o tipo de sujeito predominante nesses dois primeiros séculos destacados nessa pesquisa.

Tabela 3: Ocorrências de IF no século XIX

Variáveis	Sujeito realizado	Sujeito nulo	Total
Quantidade	21	28	49
Porcentagem	42,86%	57,14%	100%

O século XIX parece acompanhar o previsto pelo século anterior: há uma predileção pelo sujeito nulo, mas a quantidade de ocorrências de sujeito não nulo não é bastante inferior. São 21 ocorrências de flexão infinitiva com sujeito realizado, 42,86% do total de ocorrências, e 28 ocorrências de sujeito nulo com infinitivo flexionado, que correspondem a 57,14% das orações de infinitivo flexionado do século XIX. Em (9), há exemplos das ocorrências de infinitivo flexionado com o sujeito nulo nas Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Correspondência Passiva de Washington Luís:

(9) a. Meu charo Amigo, no dia 25 tivemos a incomparavel honra de **vermos** | no nosso solo onosso Idolatrado Principe [BNRJ 01]

b. Da ordens pre= | cizas *para* a plantação de canas, e carpição das *que estiverem* no matto. [BNRJ 03]

c. As matriculas acham-se abertas e é bom **aproveitares** a ocasião para **ocupares** um dos primeiros lugares de ordem [CPWL 13]

Nessas cartas, também há uma forte presença da flexão infinitiva em 2ª pessoa do singular (*tu*), o que não ocorre nos outros conjuntos de cartas. No trecho em (9c) há duas ocorrências de infinitivo flexionado na segunda pessoa do singular. Pelo fato de, no século XIX, a forma conservadora (*tu*) ainda prevalecer sobre a forma inovadora (*você*) há esse tipo de ocorrência.

Agora, nos exemplos em (10) poderemos observar as ocorrências de infinitivo flexionado em que há sujeito realizado:

(10) a. Estando Membros d' | alguã *Villas*, ainda assim tenho feito, *que* se não tenha *installado* | a Junta, a espera de Sorocaba, *que* ainda não o quiz mandar (apezar | de *que* está tambem com bons sentimentos) e por *que* creio não devem | tardar as *Providencias* da Corte, certo porem, *que* se ellas **tardarem**, ea | Facção tiver arte, pode tudo attrapalhar, emquanto a Comarca não | estiver *centralizada* devo dar a V. Exa. uma ligeira idea disto ca, e | do miseravel estado da Capital, e suas *dependencias*, a concluir, pedindo | se esforce a cooperar por a brevidade dos remédios [BNRJ 11]

b. sobre tudo por a es- | colha delles, e sobre as terriveis *consequencias*, se elles **tardarem** [BNRJ 11]

c. deo isto Cauza, aque o dito Intendente, me intregace por Ordem, as Cha= | ves dos armazens Reais, para eu por ellas Responder, efazer o Servisso, | etaõ bem aqual o dito Sargento Mor, foice mandado governar, e Commandar | as Villas de Ubatuba e São Sebastiam, para **ficarem** desvanecidas as ethique= | tas Como dito Intendente: immediatamente logo veyo Commandar esta Pra= | ça o Coronel pago Antonio Luiz da Roxa Ferreira [BNRJ 19]

Ao comparar os dados dos sujeitos do século XVIII com os dados do século XIX há diferença na porcentagem de ocorrências de sujeito nulo, contudo nos dois séculos há mais sujeitos nulos do que sujeitos realizados. Depois que apresentarmos os dados do século XX, mostraremos se a predileção do sujeito nulo se manteve em todo o *corpus* ou apenas nos dois primeiros séculos.

Agora vamos analisar os dados das orações que acompanham a flexão infinitiva no século XIX. Nesse momento, a flexão infinitiva aparece com três tipos de orações: (i) orações encaixadas com preposição; (ii) orações encaixadas com pronomes; (iii) orações encaixadas completivas nominais. Na tabela a seguir, há a distribuição de cada oração de infinitivo flexionado encontradas no *corpus* do século XIX.

Tabela 4: Tipos de oração com infinitivo flexionado no século XIX

Tipos de Oração	Sujeito Nulo		Sujeito Realizado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Orações encaixadas com pronomes	9	45%	11	55%	20	100%
Orações encaixadas com preposição	14	73,69%	5	26,31%	19	100%
Orações encaixadas completivas nominais	6	60%	4	40%	10	100%

Os dados apresentados na tabela com os tipos de oração com infinitivo flexionado no século XIX mostram que a maioria das orações são encaixadas com pronomes, 20 orações desse tipo, de um total de 40, correspondem a 82% do total de orações de flexão infinitiva. As orações encaixadas com preposição correspondem a 19 ocorrências e 38,78% das orações do século XIX, enquanto as orações encaixadas completivas nominais apresentam 10 ocorrências, que são 20,40% do total.

A Tabela 4 indica que o maior número de ocorrências ainda permanece com os sujeitos nulos. Nesse século, a predileção pelo uso do sujeito nulo com a flexão infinitiva permanece.

Há uma diferença ao comparar esses dados com os do século anterior: no século XVIII, a predominância é de orações encaixadas com preposição. O número de ocorrências de oração com preposição é bastante significativo, corresponde a quase 40% do total, mas no século XIX há uma preferência por infinitivo flexionado em orações com pronome.

Assim, por meio dos dados do século XIX, podemos ver que a preferência pelo sujeito nulo se manteve no português paulista. O sujeito nulo acompanhado da flexão infinitiva aparece mais em orações encaixadas com preposição, são 14 orações encaixadas com preposição e sujeito nulo, mas a maioria das flexões infinitivas está em orações encaixadas com pronome. Na análise do século XX, poderemos ver se o sujeito nulo é o mais usado nos três séculos ou se há uma mudança no português paulista neste último século.

4.3 Os sujeitos no século XX

O último século a ser analisado no presente trabalho é o século XX, que já apresenta uma diferença: tem o menor número de ocorrências de flexão infinitiva; há apenas 18 flexões infinitivas nas 40 cartas deste século. Os séculos anteriores têm mais do que o dobro de infinitivos flexionados no século XX. Dessa maneira, já é possível dizer que há uma diminuição nas ocorrências de infinitivo flexionado, já que o século XVIII apresenta 55 ocorrências, o século XIX 49 e o século XX apenas 18. Faremos uma comparação com os dados dos séculos anteriores e estabeleceremos se o sujeito nulo também é o que apresenta maior predileção neste século.

Tabela 5: Ocorrências de IF no século XX

Variáveis	Sujeito realizado	Sujeito nulo	Total
Quantidade	12	6	18
Porcentagem	66,67%	33,33%	100%

Ao observar a Tabela 5, acima, podemos ver que o século XX se difere bastante dos séculos anteriores: há mais sujeitos realizados com a flexão infinitiva do que sujeitos nulos. São 66,67% de sujeitos realizados, que marcam 12 ocorrências, e 33,33% de sujeitos nulos, que são apenas 6 ocorrências no total de 18. No exemplo em (11), podemos ver algumas ocorrências de flexão infinitiva com sujeito realizado no século XX:

(11) a. Aí come- çamos a pular para chamar a atenção mesmo!!! Ficamos de guarda para ver eles **entrarem** no ônibus e mais um monte de macaquices que um dia eu te conto melhor e com calma, ok? [FÃ 02]

b. Ah! O cara do correio falou que vai demorar um pouco as fitas **desembarcarem** por aí porque o correio está com ‘excesso de cargas’ [FÃ 05]

c. eu tava pensando em mandar uma carta para a gravadora pedindo para eles **entregarem** uma carta nossa nas mãos do Ian, que tal? [FÃ 12]

Agora, no exemplo em (12) temos orações de infinitivo flexionado com sujeito nulo do século XX:

(12) a. As letras das músicas eu tentei traduzir (as que eu tenho) e ficaram bem “es- tranhas” mesmo, mas que não deixam de **serem** maravilhosas, não? [FÃ 06]

b. eu preciso declarar ficando a mobilia me pertencendo para depois de minha morte **dividirem** aos filhos por sorte. [CFWL 08]

c. encarreguem alguém para tomar a direcção dos seus negocios, visto não **podermos** continuar com tal encargo [CFWL 04]

Quanto às orações em que aparecem as flexões infinitivas no século XX, foram encontradas orações de três tipos: (i) orações encaixadas com preposição; (ii) orações encaixadas com outros conectivos (como pronomes e conjunções); orações encaixadas completivas nominais.

Tabela 6: Tipos de oração com infinitivo flexionado no século XX

Tipos de Oração	Sujeito Nulo		Sujeito Realizado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Orações encaixadas com pronomes	4	33,33%	8	66,67%	12	100%
Orações encaixadas com preposição	1	50%	1	50%	2	100%
Orações encaixadas completivas nominais	1	25%	3	75%	4	100%

A maioria das flexões infinitivas aparece em orações encaixadas com pronomes, são 12 do total de 18 ocorrências. Das orações encaixadas com pronomes, mais de 60% aparecem com sujeito realizado.

O século XX é o que mais se distancia dos séculos vistos anteriormente. Possui o menor número de ocorrências de flexão infinitiva e o sujeito em destaque com as orações é o sujeito realizado. Provavelmente aparecem mais sujeitos realizados do que sujeitos nulos porque a flexão infinitiva permite identificar qual é o sujeito (MAURER JR., 1968).

5. Considerações parciais da pesquisa

A sintaxe diacrônica possibilita compreender o desenvolvimento da língua. A flexão do infinitivo no PB tem sido alvo de uma série de estudos também sob perspectiva diacrônica. No presente estudo, observou-se a flexão do infinitivo nos séculos XVIII, XIX e XX sob uma perspectiva diacrônica. Os dados do português paulista nos mostram que há mais sujeito nulo acompanhando a flexão infinitiva nos séculos XVIII e XIX, o que é reforçado pelo trabalho de Duarte (1995), pois a flexão marca o sujeito, evidenciando os sujeitos nulos. O sujeito não nulo é crescente no século XX, indicando uma mudança no PB. A presença do sujeito lexical é importante para o surgimento da flexão do infinitivo, e o número elevado de sujeitos não nulos nos dados dos séculos deste estudo reforça essa percepção. A porcentagem de sujeitos não nulos foi crescente nos séculos deste estudo.

Ao compararmos a flexão do infinitivo no PB atual e no PB do século XVIII, percebe-se que a flexão de primeira pessoa do plural não está presente em alguns contextos devido ao desuso do pronome “nós”, como mencionado acima, pois houve perda da flexão infinitiva (PIRES, 2006). Isso ocorre porque “a gente” não propõe uma marcação de pessoa, projetando, dessa forma, o enfraquecimento da flexão – como previsto em Galves (1993).

Há ainda questões para discussões futuras sobre a flexão do infinitivo, como os contextos específicos do infinitivo flexionado no *corpus* destacado e uma separação entre sentenças com sujeito realizado e não realizado. A investigação de tais aspectos é de extrema importância para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. *Null subjects in European and Brazilian Portuguese, Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4 (2), p. 11-52. 2005.
- CANEVER, F. *Evidências para um modelo de língua baseado no uso: o infinitivo flexionado no português brasileiro*. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, P. H. V. de; MINUSSI, R. D. Do infinitivo impessoal latino ao infinitivo flexionado no português brasileiro: origens e reanálise a flexão de número e pessoa. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 44, p. 67-100, 2016.

CAVALCANTE, S. R. de O. *O uso de se com infinitivo na História do Português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro Modernos*. 2006. 227 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. Westport: Praeger, 1986.

CYRINO, S. M. L. A categoria "INFL" no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. XXVIII, p. 449-454, 1999.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. 1995. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

GALVES, C. A Sintaxe do Português brasileiro. *Ensaaios de Linguística*, v. 13, p. 31-50, 1987.

_____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 387-408.

_____. *Ensaaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

GRAVINA, A. P. *A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1845-1950)*. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HUANG, C. T. J. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, n. 15, p. 531-74, 1984.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Anything you can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; CORVALÁN, C. S (Eds.). *Studies in Romance Linguistics*. Amsterdam: Foris, 1986. p. 343-358.

KEWITZ, V. *Gramaticalização e semanticização das preposições A e PARA no português brasileiro (séc. XIX e XX)*. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, n. 1, p. 199-244, 1989.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de "a gente" no quadro pronominal do português*. v. 18. Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2003.

LUZ, G. A. Inflected Infinitive in Romance Languages. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v. 34, p. 7-17, jan./jun. 1994.

MARINS, J. E. *O Parâmetro do Sujeito Nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, A. M. *Aspects of infinitival construction in the history of Portuguese*. 2001 Universidade de Lisboa. Disponível em:

<http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsAspectsOfInfinitival.pdf>.

Acesso em: 5 abr. 2016.

MAURER JR., T. H. *O infinitivo flexionado no português: estudo histórico-descritivo*. Imprensa. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos seiscentos*. 2004. 377 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PHPP – Projeto de História do Português Paulista. Descrição do projeto. Disponível em: <<http://phpp.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PIRES, A. *The minimalist syntax of defective domains: Gerunds and infinitives*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

RAPOSO, E. P. The Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 1, p. 85-109, Winter, 1987.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: a faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

ROBERTS, I. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

RODRIGUES, J. M. O Imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no Português. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, n. 8, p. 72-93, 1914

SHEEHAN, M. ‘Free’ inversion in Romance and the Null Subject Parameter. In: BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; SHEEMAN, M. *Parametric Variation: Null Subject in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 231-262.

TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.

VASCONCELOS, J. L. de. *Estudos de Philologia Mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

WERNECKE, H. *Zur Syntax des portugiesischen Verbs*. Weimar (Programm des Realgymnasiums in Weimar), 1885.

Recebido em: 25/09/2017

Aprovado em: 19/02/2018

Descrição da (im)polidez no uso dos pronomes pessoais nas gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros no século XIX: uma abordagem historiográfica

Olivia Yumi Nakaema

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

olivia.nakaema@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-2514-6167>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.2024>

Resumo

Com base na metodologia de análise da Historiografia Linguística proposta por Koerner (1989) e Swiggers (2005[2004]), o objetivo deste trabalho é analisar o tratamento dos pronomes pessoais de 1ª pessoa nas principais gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros no século XIX e investigar como o tema da (im)polidez foi abordado. Juntamente com a análise do contexto social, apresentam-se as mudanças linguísticas correspondentes aos pronomes pessoais e observam-se movimentos de *continuidade* e *descontinuidade* em relação às “técnicas de análise e aos métodos de apresentação de dados” (SWIGGERS, 2005[2004]) utilizados nas fontes primárias em estudo.

Palavras-chave: (im)polidez; língua japonesa; pronomes pessoais.

Description of (un)politeness in the use of personal pronouns in Japanese grammars written by foreigners in the 19th century: a historiographical approach

Abstract

Based on the methodology of analysis of the Linguistic Historiography proposed by Koerner (1989) and Swiggers (2005[2004]), the objective of this work is to analyze the treatment of the personal pronouns of 1st person in the main Japanese Language grammars written by foreigners in the nineteenth century, and also investigate how the (un)politeness was approached. Along with the analysis of the social context, we present the linguistic changes corresponding to the personal pronouns and *continuity* and *discontinuity* movements observed in relation to “techniques of analysis and data presentation methods” (SWIGGERS, 2005[2004]) used in the primary sources under study.

Keywords: (un)politeness; Japanese language; personal pronouns.

Introdução

A polidez e a impolidez (doravante “(im)polidez”¹) na língua japonesa têm chamado muito a atenção dos estudiosos da língua ao longo da história dos estudos gramaticais japoneses. No século XVII, por exemplo, o padre português João Rodrigues (1561-1634) elaborou a primeira descrição das formas de (im)polidez nas obras *Arte da lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1604-1608) e *Arte breve da lingoa Iapoa* (Macau, 1620).

No século XIX, esse tema continuou a chamar a atenção dos estudiosos gramaticais estrangeiros ao redescobrirem as gramáticas missionárias de Rodrigues na Europa por meio da tradução para a língua francesa por M. Charles Landresse (biodatas desconhecidas), obra intitulada *Éléments de la Grammaire Japonaise, Par le P. Rodriguez* (Paris, 1825). Nesse momento, o tema da (im)polidez esteve presente nas principais gramáticas escritas por estrangeiros na Europa e no Japão.

A (im)polidez da língua japonesa está localizada em diversas classes de palavras, principalmente nos pronomes, verbos e palavras flexionáveis (*jodôshi*). Devido à enorme quantidade de palavras que expressam (im)polidez, neste trabalho, não se pode abordar todas². Desse modo, ainda que outros pronomes também expressem (im)polidez, restringe-se apenas aos pronomes pessoais de 1ª pessoa nas seguintes fontes primárias do século XIX, que se destacam pelo critério de importância e recepção³ para os estudos gramaticais posteriores:

1) *Éléments de la grammaire japonaise par le P. Rodriguez*, de Landresse (1825)⁴;

2) *Colloquial Japanese* (1863), de Samuel Robbins Brown⁵;

¹ Aqui adota-se o termo “(im)polidez” para abarcar tanto o fenômeno da polidez quanto da impolidez. Define-se aqui polidez, no sentido amplo, como o fenômeno linguístico comumente chamado de “expressões de tratamento” (em japonês, *taigū hyōgen*), cuja definição de tratamento é a “distinção no uso da língua tendo como base as relações sociais” (KIKUCHI, 2011, p. 197). Ou seja, aqui polidez corresponde ao uso positivo da língua de acordo com as relações sociais entre os sujeitos. E impolidez corresponde ao uso negativo da língua. Segundo Kikuchi (2011, p. 202-215), as “expressões de tratamento” podem ser classificadas de acordo com o referente, podendo ser de uso positivo ou negativo. Se o referente for o interlocutor, há dois tipos: expressão de polidez em sentido estrito (*teineigo*) e expressão de polidez ou formalidade (*teichōgo*). Se o referente for o conteúdo do enunciado, há dois tipos: expressão de respeito (*sonkeigo*) e expressão de modéstia (*kenjōgo*). E se o referente for o interlocutor ou conteúdo de enunciado, há dois tipos: expressão de intimidade/carinho (*shin'aigo*) e expressão depreciativa (*higo*). Desse modo, neste trabalho, o termo “(im)polidez” abrange todos esses tipos de “expressões de tratamento”.

² De acordo com Kikuchi (2011, p. 202), na língua japonesa o tratamento é “expresso em praticamente todas as classes de palavras, sendo a principal a dos verbos”.

³ Neste trabalho, o critério de importância e recepção está relacionado ao fato de uma obra ter tido um amplo alcance sobre pessoas engajadas nos estudos sobre a língua, influenciando estudiosos e sendo influente sobre obras gramaticais posteriores no Japão e em outros lugares.

⁴ M. Charles Landresse (biodatas desconhecidas), sinólogo e membro da *Société Asiatique*, traduziu a gramática do padre português João Rodrigues (*Arte da lingoa de Iapam*, Nagasaki, 1604), publicando a obra *Éléments de la Grammaire Japonaise* em 1825. Apesar de ser considerada pouco consistente por críticos japonólogos posteriores, como o britânico Satow e o francês Maës Hubert (1938-1977), a obra pode ser considerada a responsável pela redescoberta da língua japonesa pela Europa no século XIX, uma vez que era mais acessível, tanto pelo idioma quanto pela quantidade de exemplares disponíveis, do que a própria obra de Rodrigues.

⁵ O missionário britânico imigrado aos EUA Rev. Samuel Brown (1810-1880) chegou ao Japão em 1859 e atuou como professor de inglês. Sua gramática do japonês coloquial é a primeira gramática escrita por um ocidental em terras japonesas no século XIX. Essa obra é de grande importância, pois, além de ser a primeira gramática do japonês escrita em inglês, chegou às mãos de diplomatas ingleses, como Ernest Satow, que escreveu sua própria gramática coloquial em 1873.

3) *A Japanese Grammar* (translated from Dutch, 1868), de Johann Joseph Hoffmann⁶;

4) *Kuiaiwa Hen, twenty-five exercises in Yedo colloquial for the use of students* (1873) e *An English-Japanese Dictionary of Spoken Language* (1875), de Ernest Mason Satow⁷;

5) *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language* (1ª ed. 1869; 4ª. ed. 1888) e *A Grammar of the Japanese Written Language* (1ª ed. 1872; 3ª ed. 1904), de William George Aston⁸;

6) *A Handbook of Colloquial Language* (1ª ed. 1888; 2ª ed. 1889), de Basil Hall Chamberlain⁹.

Tendo em vista que os estudos historiográficos acerca da (im)polidez na língua japonesa permitem observar um fenômeno linguístico de grande relevância nas descrições escritas por estrangeiros, que desde Rodrigues (1604) destacam uma enorme quantidade de expressões de (im)polidez nessa língua, propõe-se aqui, neste trabalho, analisar o tratamento dos pronomes de 1ª pessoa nas fontes primárias mencionadas anteriormente. Essa delimitação se justifica uma vez que muitas línguas ocidentais não possuem marcas de (im)polidez no emprego do pronome de 1ª pessoa, o que possibilita uma análise interessante em relação à visão que estrangeiros possuem dos pronomes da língua japonesa. Além disso, como já mencionado, face à enorme quantidade de dados acerca da (im)polidez nas fontes primárias, optou-se por analisar aqui apenas um tipo de pronome. A análise de outras classes gramaticais será realizada em trabalhos posteriores.

⁶ Johann Joseph Hoffmann (1805-1878) trabalhou em Amsterdã como assistente de Philipp Franz von Siebold (1796-1866), médico, comerciante e pesquisador de diversas áreas sobre o Japão, e se tornou o primeiro professor de estudos japoneses em uma universidade europeia, na Universidade de Leiden, Holanda. Apesar de nunca ter ido ao Japão, escreveu sua gramática baseando-se em estudos de japonês e chinês realizados na Europa. Assim, devido ao seu pioneirismo nos estudos japoneses, sua obra também merece destaque. Ela foi escrita em holandês e traduzida para o alemão e o inglês, tendo grande repercussão na Europa.

⁷ Ernest Mason Satow (1843-1929) fez parte da delegação britânica no Japão ainda no período anterior à Restauração Meiji (1868), tendo sido pioneiro nos estudos linguísticos da língua japonesa. Teve contato com o missionário Brown, de quem recebeu a gramática coloquial publicada em 1873, e escreveu obras que registraram a língua japonesa falada no momento de transição entre os períodos Edo e Meiji. Posteriormente, influenciou os autores de gramáticas da língua japonesa, como Aston e Chamberlain, com quem trocava correspondências constantemente.

⁸ William George Aston (1841-1911), assim como Satow, também foi nomeado intérprete da delegação britânica no Japão e tornou-se cônsul e secretário da Delegação Britânica em Tóquio. Também realizou traduções de obras clássicas da literatura japonesa para o inglês e publicou duas gramáticas em 1868 e 1872, com base nas obras de Satow. Essas obras são muito semelhantes à de Chamberlain, que as usou como base para sua própria gramática.

⁹ Basil Hall Chamberlain (1850-1935) chegou ao Japão em maio de 1873 e tornou-se rapidamente um conhecedor da língua. Destacou-se como estudioso e tornou-se professor na Academia Naval Japonesa em 1874 e professor de Língua Japonesa e Filologia na Universidade Imperial de Tóquio de 1886 a 1911, na qual também se tornou professor emérito. Foi professor de importantes linguistas japoneses, como Ueda Kazutoshi (1867-1937), entre outros, e foi pesquisador não só da língua japonesa, mas também dos dialetos do povo Ainu (originários da atual região de Hokkaidô) e de Ryûkyû (atual arquipélago de Okinawa). A pedido do Ministério da Educação do Japão, escreveu a gramática da língua japonesa *A Handbook of Colloquial Japanese* (1ª ed., 1888), que influenciou diretamente seus alunos, passando a ser considerado o “pai da linguística japonesa”. Desse modo, sua gramática é extremamente relevante por recepcionar os trabalhos de Satow e Aston, além de influenciar gramáticos estrangeiros e japoneses posteriores.

1. A sociedade japonesa e a (im)polidez: mudanças sociais e linguísticas expressas por meio de pronomes pessoais

A história dos estudos linguísticos pode ser representada pelo modelo *Continuidade* vs. *Descontinuidade* proposto por Koerner (1989)¹⁰, que possibilita entender o porquê de uma linha de investigação passar a se destacar, enquanto outra, tida como tradicional, passa a ser ignorada¹¹:

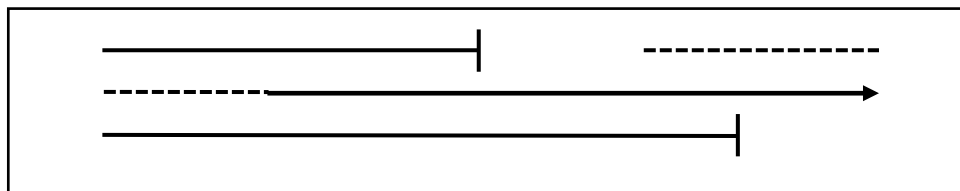


Figura 1. Modelo de *Descontinuidade* vs. *Continuidade*

Fonte: Koerner (1989, p. 53)

Esse modelo parece ser adequado para os estudos historiográficos que descrevem os fenômenos linguísticos como a polidez, uma vez que indica a possibilidade da descontinuidade de determinadas tradições. Desse modo, os estudos acerca da (im)polidez expressa nos pronomes pessoais da língua japonesa no século XIX também podem valer-se desse modelo, tendo em vista a presença dos movimentos de *continuidades* e *descontinuidades* das formas de descrição utilizadas em cada gramática. Por exemplo, com relação ao uso da língua portuguesa para descrever a língua japonesa, pode-se observar que havia uma tradição durante os séculos XVI e XVII, mas esta acabou sendo deixada de lado em decorrência da decadência das políticas ultra marítimas portuguesas. Posteriormente, no século XX, com as relações imigratórias entre Brasil e Japão, e o aumento dos laços de amizade entre japoneses e brasileiros, novamente a língua portuguesa volta a ser a língua descritora nas gramáticas do japonês. Desse modo, esse modelo parece se adequar bem aos estudos de investigação linguística acerca da polidez do japonês, uma vez que as tradições se apresentam de forma contínua e descontínua ao longo do tempo.

Assim, por meio desse modelo de descontinuidades, pode-se analisar a história dos estudos linguísticos acerca dos pronomes pessoais da língua japonesa. Por isso, para entender a organização dos pronomes pessoais no século XIX, faz-se necessário abordar o contexto histórico e a mudança linguística relativa a esse tema.

A história dos estudos linguísticos do Japonês é comumente dividida da seguinte forma (FRELLESVIG, 2011[2010]): (1) Japonês Antigo (anos 700 a 800): corresponde aproximadamente ao período político Nara (712-794); (2) Japonês Medieval Antigo (anos 800 a 1200): corresponde aproximadamente ao período político Heian (794-1185);

¹⁰ Koerner (1989, p. 51) apresenta vários modelos para entender a Historiografia da Linguística. No modelo tradicional, o conhecimento científico é cumulativo e não começa sempre do ponto inicial em determinado tempo. Outro modelo proposto é o que o autor chama de “Mainstream vs. Undercurrent Model” (Modelo de grande aceitação vs. marginal), onde há alternância entre uma linha de investigação receber oficial aceitação pela maioria de uma comunidade e encontrar-se em situação marginalizada, isto é, uma linha de investigação é aceita como o centro das atenções sobre outra linha em determinado período de tempo.

¹¹ Como exemplo desse modelo, Koerner (1989, p. 53-54) cita a tradição de *Linguistique Générale* de Saussure, que veio de Bréal a Saussure e continuou até Hjelmslev (1928), tendo sido retomada por Chomsky em *Cartesian Linguistics* (1966).

(3) Japonês Medieval Recente (anos 1200 a 1600): corresponde aproximadamente ao período político Kamakura (1185-1333) e Muromachi (1333-1573); (4) Japonês Moderno (1600 em diante): corresponde aproximadamente aos períodos políticos Edo (1603-1868), Meiji (1868-1912), Taishô (1912-1926), Shôwa (1926-1989) e Heisei (a partir de 1989).

Para melhor apresentar com precisão a mudança linguística no século XIX, divide-se o período denominado Japonês Moderno em quatro subperíodos: (4.1) Japonês Moderno do Período Edo; (4.2) Japonês Moderno do Período Meiji; (4.3) Japonês Moderno do século XX até 1945; (4.4) Japonês Moderno do século XX após 1945.

Neste trabalho, a fim de analisar os pronomes pessoais na língua falada no século XIX, interessa observar o contexto dos dois primeiros períodos do Japonês Moderno, isto é, Períodos Edo e Meiji, que correspondem à época de publicação das gramáticas analisadas. O Período Edo (primeiro período referente ao japonês moderno) é marcado pela pacificação militar proporcionada pelo clã Tokugawa e pela sociedade basicamente dividida em quatro estratos principais: samurais, agricultores, artesãos (incluem-se aqui os profissionais liberais) e comerciantes (DOI, 1979[1957]). Além dessas classes, havia também o imperador e a nobreza. A ascensão social era muito difícil, salvo raríssimas exceções, e havia uma grande distância entre os samurais e as demais classes, o que se refletia também na forma falada: os samurais utilizavam mais palavras de origem chinesa e expressões de polidez (honoríficos e modéstia¹²) (DOI, 1979[1957]). Nesse período, os samurais não estavam exclusivamente dedicados às práticas militares, uma vez que o período de guerras intensas havia cessado, mas realizavam atividades administrativas e precisavam ir à capital Edo para servir ao clã Tokugawa, representado pela figura máxima do xogum (DOI, 1979[1957]). Assim, a partir do contato entre diversos dialetos de distintas regiões do Japão e da forma falada na capital, passa a surgir a língua de Edo, resultado dessa mistura.

Assim, no Período Edo, os pronomes pessoais também refletiam essa estratificação social¹³. Por exemplo, o pronome de 1ª pessoa ORE era usado por homens e por mulheres de alta classe social (SATÔ, 1992[1973]). A partir da segunda metade do Período Edo, *ore* passou a ser usado principalmente por homens e aparecia também nas

¹² Honoríficos ou respeito corresponde ao *sonkeigo*, que expressa respeito à pessoa que é mencionada no conteúdo do enunciado, por meio da “elevação” do interlocutor. Modéstia ou humilhação corresponde ao *kenjôgo*, que também expressa respeito à pessoa que é mencionada no conteúdo do enunciado, mas por meio do “rebaixamento” do enunciador.

¹³ Pronomes pessoais de 1ª pessoa utilizados no Período Edo: - ORE (おれ), KOCHI (こち), KOCHITO/KOCHITORA (こちと/こちとら), SESSHA (拙者), SOREGASHI (それがし), MIDUKARA (みづから), MIDOMO (身共), WATAKUSHI (わたくし), WATASHI (わたし), WASHI (わし), WAGAMI (わが身), WARABA (わらは), URA (うら), ONCHI (おんち), WATAI (わたい), WACCHI (わっち), WACHIKI (わちき), entre outros. Pronomes pessoais de 2ª pessoa utilizados nesse período: KONATA (こなた), SONATA (そなた), ONUSHI/ONOSHI (おぬし/おのし), NANJI (汝), SOCHI (そち), OMAE (お前), OMEE (おめえ), OTEMAE (お手前), KISAMA (貴様), KONASAMA/KONASAN (こな様/こなさん), SOSAMA (そ様), SOCHITO (そちと), ONORE (おのれ), UNU (うぬ), WARE (われ), entre outros. Pronomes de 3ª pessoa: ANOSAN (あのさん), ANATA/ANTA (あなた/あんた), AITSU (あいつ), entre outros. (DOI, 1979 [1957]; SATÔ, 1992 [1973]; FRELLESVIG, 2011 [2010]).

variantes *ora* e *oira* (SATÔ, 1992[1973]). Os pronomes de 1ª pessoa *sessha* e *soregashi* eram usados principalmente por samurais (SATÔ, 1992[1973]). O pronome *midomo*, no Período Edo, era mais usado por samurais (SATÔ, 1992[1973]), mas posteriormente, passou a ser usado também por profissionais liberais das cidades e mulheres (*nkd*). Os pronomes de 2ª pessoa *omae*, *otemae*, *kisama*, *konasama(n)*, *sosama* e *sochito* eram formas novas que surgiram no Período Edo (SATÔ, 1992[1973]). *omae*, originária da variante falada na região de Osaka, era a forma de maior grau de polidez no Período Edo, superando a forma *konata* (SATÔ, 1992[1973]). Desse modo, cada classe social utilizava uma linguagem distinta, fazendo uso de pronomes pessoais de forma diferente.

O Período Meiji inicia-se com o fim do governo do xogunato Tokugawa, a extinção da classe samurai e o fim das antigas classes sociais. Assim, com a reestruturação social, as formas linguísticas que expressavam (im)polidez também mudam (DOI, 1979 [1957]). Surge então a língua de Tóquio considerada padrão, rica em novas expressões que poderiam ser usadas entre falantes de mesmo nível social (SATÔ, 1992[1973]). Com relação aos pronomes pessoais, essas mudanças sociais também podem ser observadas. Por exemplo, os pronomes de 1ª pessoa SOREGASHI e MIDOMO, entre outros, antes utilizados por samurais, deixam de ser usados e foram substituídos pelo pronome BOKU de uso geral (SATÔ, 1992[1973]). O pronome OMAE deixa de ser utilizado para se referir a pessoas de nível hierárquico superior (SATÔ, 1992[1973]). Também surge o pronome de 3ª pessoa feminino KANOJO, correspondente ao “she” da língua inglesa (SATÔ, 1992[1973]). Ante a essas mudanças, pode-se notar que o desaparecimento da classe dos samurais fez com que o uso do pronome pessoal se tornasse mais igualitário e sem tantas expressões que distinguíssem as pessoas entre si.

Desse modo, após a breve exposição das mudanças linguísticas e do contexto social, passa-se à análise dos pronomes de 1ª pessoa nas fontes primárias já mencionadas.

2. Análise da capa técnica referente aos pronomes pessoais

Como método de análise e comparação das gramáticas escritas sobre a língua japonesa, faz-se uso da metodologia de análise por “capas” (ou domínios ou camadas¹⁴) propostas por Swiggers (2005[2004], p. 133-134, tradução nossa)¹⁵. Esse autor define quatro capas, como apresentamos a seguir: (1) Capa teórica: “corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e do *status* da linguística”; (2) Capa técnica: “inclui as técnicas de análise (linguístico/ gramatical) e os métodos de apresentação de dados”; (3) Capa documental: “corresponde à documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes e de dados) sobre o qual se baseia o estudo

¹⁴ Swiggers utilizou o termo “capas” em texto em espanhol, no sentido de “camadas” do conhecimento. Alguns autores, como Coelho e Hackerott (2012), já utilizaram o termo “domínios”, mas atualmente o termo mais utilizado pelo Centro de Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo é “camadas”.

¹⁵ Essa proposta de Swiggers foi apresentada no IV Congresso Internacional de la SEHL, em 2004, e publicada em *Actas* de 2005. Coelho e Hackerott (2012) explicam que, como analisar historiograficamente o pensamento linguístico é muito complexo, a proposta de Swiggers de entender a sucessão de modelos teóricos divididos em “capas” possibilita compreender onde se encontram as transformações e onde se encontram os pontos estáveis. Assim, uma mudança pode ser verificada apenas em um dos domínios ou em mais de um deles. Nesse último caso, pode-se até mesmo verificar uma “revolução”, no sentido proposto por Kuhn.

linguístico”; (4) Capa contextual/ institucional: “corresponde ao contexto cultural e institucional da reflexão e da prática linguística”.

Neste trabalho, analisa-se a capa técnica acerca dos pronomes pessoais de 1ª pessoa, uma vez que essa metodologia se mostra produtiva para investigar as técnicas gramaticais de análise e métodos de apresentação de dados, isto é, da terminologia empregada (casos, declinações, etc.) e da comparação com outras línguas.

2.1. Uso de idiomas estrangeiros

Nas gramáticas em análise, nota-se que a língua francesa só é utilizada como língua descritora em Landresse (1825). Já a língua inglesa é a que mais apresenta *continuidade*, sendo usada em Brown (1863), Hoffmann (1868), Satow (1873 e 1904[1875]), Aston (1888[1869] e 1904[1872]) e Chamberlain (1888). Além dessas línguas, há também o uso do alemão e do holandês por Hoffmann (1868).

Pode-se assim notar o poder político e econômico dos países de língua inglesa no século XIX, em especial da Inglaterra. Antes da abertura dos portos japoneses aos países do Ocidente em 1854, apenas a Holanda podia ter contato com o Japão e só o holandês era visto como importante, sendo utilizado para estudos de medicina, chinês, botânica, etc. No entanto, após essa abertura, outras nações podiam comercializar nos portos japoneses após celebrarem tratados comerciais com o Japão. A presença holandesa diminuiu devido ao enfraquecimento desse país nas relações comerciais e a presença britânica se intensificou, não apenas no Japão, mas em toda a Ásia. Assim, outras línguas passaram também a ser utilizadas nos portos japoneses e, conseqüentemente, nos estudos linguísticos do Japonês, destacando-se o inglês após a Restauração Meiji (1868)¹⁶.

2.2. Uso da classe de palavra “pronome” e a classificação em “pessoa”

Conforme se observa no *Anexo I – Quadro: Tratamento dado aos pronomes pessoais de 1ª pessoa*, nas obras de Landresse (RODRIGUEZ, 1825), Brown (1863), Satow (1873 e 1904[1875]) e Aston (1888[1869] e 1904[1872]), utilizam-se a classe de palavra “pronome” e o termo “pessoas” para distinguir os tipos de pronomes. Nas gramáticas em que não se utiliza os termos “pronomes” e “pessoas”, há apresentação das expressões japonesas como equivalentes aos pronomes “I” e “We” da língua inglesa, como em Hoffmann (1868) e Chamberlain (1888).

Por exemplo, em Landresse (RODRIGUEZ, 1825, *Livre Premier*, p. 9, tradução e grifos nossos), o autor faz uso dos termos “pronom” (pronome) e “pronom de la première personne” (pronome de primeira pessoa)¹⁷: “§48. Como nós havíamos dito, os pronomes primitivos se declinam como os substantivos, ao se ajuntar às mesmas partículas, para os casos e para os nomes. Exemplo: Pronome de primeira pessoa, singular e plural”.

¹⁶ O intelectual Fukuzawa Yukichi (1835-1901), fundador da Universidade Keio, reflete essa mudança da valorização do idioma holandês para o inglês. Enquanto jovem, ele se dedicou aos estudos de holandês, mas, ao entrar em contato com os estrangeiros no Japão, notou que o inglês era a língua falada entre eles. Ao viajar aos Estados Unidos e Europa, percebeu que o pilar da sociedade moderna ocidental era a língua inglesa (SHUNSAKU, 1993). Então, passou a se dedicar aos estudos desse idioma.

¹⁷ “§48. Ainsi que nous l’avons dit, les pronoms primitifs se déclinent comme les substantifs, en ajoutant les mêmes particules, pour les cas et pour les nombres. Exemple: Pronom de la première personne, singulier et pluriel”.

Em Chamberlain (1888, p. 46, tradução e grifos nossos), por exemplo, não se usa o termo “pronome”, mas há menção ao pronome “I” (eu)¹⁸: “66. O mais usual equivalente para ‘I’ (eu) é watakūshi, lit. ‘selfishness’ (eu)”.

Desse modo, com base nesses exemplos e também nos apresentados no *Anexo I*, tem-se que, em todas as gramáticas analisadas, há duas tendências: 1) o uso do termo “pronome”, referindo-se diretamente a essa classe gramatical; ou 2) o uso da equivalência aos pronomes de outra língua sem utilizar o termo “pronome”, como em Chamberlain. Assim, ainda que não utilize diretamente o nome da classe gramatical, gramáticas como a de Chamberlain indicam a tradução do pronome na língua inglesa, não se afastando da noção de pronome.

2.3. Uso de “casos” latinos

Seguindo o modelo da gramática de Rodrigues (1604), Landresse (RODRIGUEZ, 1825, p. 9, tradução e grifos nossos) faz uso dos casos latinos para descrever os pronomes pessoais de 1ª pessoa¹⁹:

Nom. Ware, warewa, je ou moi (eu ou me/mim); warera, nous (nós).

Gen. Wareno ou warega, de moi, ou du mien (meu ou de mim); warerano ou wareraga, de nous, ou des nôtres (nosso ou de nós).

Datif. Wareni, wareye, à moi, pour moi (a mim, para mim); warerani, wareraye, à nous, pour nous (a nós, para nós).

Accus. Warewo, warewoba, moi (me); warerawo, warerawoba, nous (nos).

Ablat. Wareyori, de moi, par moi (de mim, por mim); warerayori, de nous, par nous (de nós, por nós). ”

Em Landresse (RODRIGUEZ, 1825), há uso das expressões abreviadas de “nominativo”, “genitivo”, “dativo”, “acusativo” e “ablativo”.

Nas demais gramáticas analisadas, há uma *descontinuidade* no uso dos casos, uma vez que não mais utilizam esse modelo latino, mas sim há uma tendência de aproximação com a gramática de língua inglesa, que não possui casos.

2.4. Uso de classes sociais

Ao comparar as gramáticas analisadas, nota-se que há uso de classes sociais em apenas algumas delas, como se apresenta no *Anexo I*. Interessante notar que esse uso reflete as mudanças por que passavam a sociedade japonesa no século XIX. Por exemplo, com a Restauração Meiji em 1868, extinguiram-se o Xogun, que regia o país em nome do Imperador, e a classe dos samurais. Surgiram no lugar dos samurais funcionários públicos que passaram a residir na capital Tóquio. Desse modo, as gramáticas analisadas descrevem a língua japonesa em cada momento político diferente, o que torna o trabalho

¹⁸ “66. The most usual *equivalent for “I”* is watakūshi, lit. “‘selfishness’”.

¹⁹ *Nom.* Ware, warewa, je ou moi; warera, nous.

Gen. Wareno ou warega, de moi, ou du mien; warerano ou wareraga, de nous, ou des nôtres.

Datif. Wareni, wareye, à moi, pour moi; warerani, wareraye, à nous, pour nous.

Accus. Warewo, warewoba, moi; warerawo, warerawoba, nous.

Ablat. Wareyori, de moi, par moi; warerayori, de nous, par nous.

Gen. Wareno ou warega, de moi, ou du mien (meu ou de mim); warerano ou wareraga, de nous, ou des.

de análise do uso das classes sociais muito interessante para observar essas transformações.

Landresse (1825) fez uma indicação de classes inferior e superior, serviçais, gente do povo, “bonze” e religiosos, anciãos, rei, mulheres. Como Landresse é baseado em Rodrigues, ele faz uso dos termos “bonze”, denominação utilizada pelo padre português para se referir aos monges budistas, e “rei”, termo que equivaleria à monarquia europeia, como era utilizado por Rodrigues no século XVII.

Brown (1863) apresenta a polidez por meio de classes sociais (imperador, *taikun*, nobres, oficiais do governo) e da relação entre falante e seu interlocutor (inferior/superior/igual). *Taikun* equivalia ao xogum do clã Tokugawa, que foi abolido com a Restauração Meiji.

Hoffmann (1868) quase não se refere a classes sociais, exceto por meio do termo “prince”, que faz referência à pessoa da monarquia. Acredita-se que Hoffmann não distinguia a figura do imperador da dos monarcas europeus. Satow (1872 e 1904[1875]) apenas divide as pessoas em superior, inferior e igual, sem usar as classes sociais preexistentes a 1868. No entanto, se os pronomes apresentados forem analisados, nota-se que Satow apresenta formas utilizadas tanto no Período Edo quanto as formas novas que surgem no Período Meiji. Por isso, pode-se concluir que suas obras representam a fase de transição entre o momento anterior e posterior à Restauração Meiji, isto é, uma transição para a modernização da língua.

Aston (1888[1869] e 1904[1872]) faz uma descrição do uso da polidez de acordo com a posição social do falante (*coolies, students, soldiers, lower classes, women*) e sua relação com o interlocutor (to inferior, to superior), também sem fazer referência às antigas classes sociais anteriores à Restauração Meiji.

Por fim, Chamberlain (1888) não utiliza essas antigas classes sociais na sua gramática, mas vale-se da divisão em hierarquias de superioridade e inferioridade.

Desse modo, com relação às antigas classes sociais, pode-se perceber que há uma *descontinuidade* a partir de Satow, que representa uma transição. Assim como Satow, Aston e Chamberlain já não se valem dessas antigas classes sociais, demonstrando estarem descrevendo a língua falada durante o Período Meiji.

Considerações finais

De acordo com a análise da capa técnica, pode-se concluir que, com relação ao uso da classe de palavras “pronomes”, há uma *continuidade* dessa tradição entre as obras analisadas do século XIX.

De um modo geral, Landresse (1825), por ser uma tradução, representa uma *continuidade* em relação às obras de Rodrigues (1604), mas está em *descontinuidade* em relação às obras posteriores, pois descreve a mesma língua falada nos séculos XVI e XVII, que deixou de ser falada nos séculos seguintes. Isso significa que a obra do tradutor francês, apesar de apresentar diferenças com relação ao padre português, não descreve a língua falada pela sociedade japonesa no século XIX.

A gramática de Hoffmann (1868) é uma obra com características bem peculiares, que destoa das demais obras tanto pelos idiomas descritores usados como pelos métodos de apresentação de dados. Os exemplos de pronomes de 1ª pessoa também são bem diferentes dos demais apresentados nas gramáticas analisadas, como se pode ver no *Anexo I*.

Observou-se também que as antigas classes sociais (samurai, agricultor, artesão e comerciante) deixaram de ser mencionadas em Satow (1873 e 1904[1875]), Aston (1888[1869] e 1904[1872]) e Chamberlain (1888). Em vez disso, houve uso de diferenças hierárquicas entre as pessoas descritas como “superiores”, “inferiores” e “iguais”, o que representa um período de transição social ocasionado pela Restauração Meiji.

Chamberlain (1888), abandonando as expressões antigas, representa uma *descontinuidade* em relação às obras anteriores.

REFERÊNCIAS

ASTON, W. G. *A Grammar of the Japanese Spoken Language*. By W. G. Aston. 4. ed. Tokio: The Hakubunsha; London: Trübner & Co., Ludgate Hill, 1888 [1869]. Disponível em: <https://archive.org/details/Grammarfjapanes_00astorich>. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. *A Grammar of the Japanese Written Language*. 3. ed. London: Luzac & Co., Yokohama: Lane, Crawford & Co., 1904[1872]. Disponível em: <<https://archive.org/details/grammarofjapanes00asto>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BROWN, S. R. *Colloquial Japanese, or conversational sentences and dialogues in English and Japanese, together with an English-Japanese index to serve as vocabulary, and an introduction on the grammatical structure of the language*. Shangai: Presbyterian Mission Press, 1863.

CHAMBERLAIN, B. H. *A Handbook of Colloquial Japanese*. London: Trubner & Co.; Tôkyo: The Hakubunsha; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walshm Limited, 1888.

_____. *A Handbook of Colloquial Japanese*. 2. ed. London: Trubner & Co.; Tôkyô: The Hakubunsha, Ginza. Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Limited, 1889[1888].

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S. *Ciências da linguagem: o fazer científico?* v. 1. São Paulo: Mercado das Letras, 2012. p. 381-407.

DOI, T. *Nihongo no Rekishi* (História da língua japonesa). 16. ed. rev. Tóquio: Shibundô, 1979[1957].

FRELLESVIG, B. *A History of the Japanese Language*. First paperback edition with corrections. Cambridge: Cambridge University Press, 2011[2010].

HOFFMANN, J. J. *A Japanese Grammar*. Leiden: A. W. Sythoff, 1868.

KIKUCHI, W. Taigû Hyôgen (Expressões de tratamento). In: MORALES, L. M. (Org.). *Tópicos de Gramática da Língua Japonesa*. Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Japão, 2011. p. 197-217.

KOERNER, E. F. K. Models in Linguistic Historiography. In: _____. *Practicing Linguistic Historiography. Selected Essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

RODRIGUES, J. *Arte da lingoa de Japam*. Edição fac-similar, de 1977, editada pela Benseisha em Tóquio. Nagasaki: Companhia de Jesus, 1604-8.

_____. *Éléments de la Grammaire Japonaise*, Par le P. Rodriguez. Traduits du Portugais sur le Manuscrit de la Bibliothèque du Roi, et soigneusement collationnés avec la Grammaire publiée par le même auteur à Nagasaki en 1604. Tradução de M. C. Landresse. Paris: Librairie Orientale de Dondey-Dupré Pere et Fils, 1825. Disponível em: <<http://www.jlect.com/resources.php>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SATÔ, K. *Kokugoshi* (História da língua japonesa). v. II. 2. ed. Tóquio: Ofûsha, 1992[1973].

SATOW. E. M. *Kuaiwa Hen, twenty-five exercises in Yedo colloquial for the use of students*. Yokohama: Lane, Crawford & Co., 1873.

_____. *An English-Japanese Dictionary of Spoken Language*. 3. ed. Tóquio: Shûeisha, 1904[1875].

SHOGAKUKAN. *Nihon Kokugo Daijiten* (Grande Dicionário da Língua Japonesa). 2. ed. 13 vols. Shogakukan, 2000-2002. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <<http://www.japanknowledge.com>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SHUNSAKU, N. FUKUZAWA YUKICHI (1835–1901). *Prospects: the quarterly review of comparative education* (UNESCO: International Bureau of Education), v. XXIII, n. 3/4, p. 493-506, 1993.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C.; Dota Luis, J. et al. Madrid: Arco Libros, 2005 [2004]. p. 113-145.

Recebido em: 29/09/2017

Aprovado em: 14/03/2018

ANEXO I – Quadro: Tratamento dado aos pronomes pessoais de 1ª pessoa

PRONOMES PESSOAIS DE 1ª PESSOA		
Obra	Tradução e terminologia usada no tratamento da polidez	Observação quanto ao tratamento da polidez
Landresse (1825)	§48. Ainsi que nous l'avons dit, les pronoms primitifs se déclinent comme les substantifs, en ajoutant les mêmes particules, pour les cas et pour les nombres. Exemple: Pronom de la première personne, singulier et pluriel. Nom. Ware, warewa, je ou moi; warera, nous. Gen. Wareno ou warega, de moi, ou du mien; warerano ou wareraga, de nous, ou des nôtres. Datif. Wareni, wareye, à moi, pour moi; warerani, wareraye, à nous, pour nous. Accus. Warewo, warewoba, moi; warerawo, warerawoba, nous. Ablat. Wareyori, de moi, par moi; warerayori, de nous, par nous. Pronoms de la première personne. Ware, warera, watakoushi, soregasi; je ou moi, formules de politesse dont on se sert pour parler aux autres avec respect, et avec humilité de soi-même. Les mots ware, warera s'emploient également dans la langue parlée et dans la langue écrite. Les deux autres, watakousi et soregasi, ne s'emploient que dans le langage. Mi, miga, midomo, midomoraga, kotsi, kotsiga, je ou moi, pour les inférieurs à l'égard de leurs supérieurs. Gousò, je ou moi, pour les bonzes ou les religieux. (Ego indignus.) Gourò, je ou moi, pour les vieillards. Tsinga, je ou moi, pronom dont le roi seul peut se servir. Miszoukara, warawa, wagami, je ou moi, pour les femmes seulement. Wara, worara, je ou moi, pronoms dont se servent les gens du peuple en parlant entr'eux.	Comparação com a língua francesa, explicação em latim e apresentação dos pronomes por meio de casos da língua latina para indicar a flexão. Uso dos termos “primeira pessoa”, “singular” e plural”. Indicação de “classes inferior” e “superior”, serviços, gente do povo, “bonze” e religiosos, anciãos, rei, mulheres. Uso dos termos “respect”, “humilité”.
Brown (1863)	The emperor, for the pronoun of the first person, uses (朕) <i>Shin</i>, which may signify, subtle, recondite. The <i>Taikun</i>, or any nobleman of high rank, would use <i>Yo</i>²⁰ (余 or 予) when addressing inferiors, and <i>Watak'shi</i> if speaking to a superior. To a friend they would say <i>Sessh'a</i> (拙者) meaning I. Officers of government would use <i>Sessh'a</i> and <i>watak'shi</i>, in like	Comparação com a língua inglesa e apresentação de pronomes utilizando os termos “primeira pessoa”. Apresentação da polidez por meio da classe social e da relação

²⁰ A expressão “yo” era utilizada desde o século X para indicar a primeira pessoa referida por um homem. No Período Meiji (1868-1912), essa forma linguística continuou a ser utilizada e significava “eu” com grande grau de respeito. (Dicionário *Nihon Kokugo Daijiten*, doravante abreviado NKD)

	circumstances. <i>Washi</i> is use by persons of inferior station, when speaking to those under them. The meaning of <i>Watak'shi</i>²¹, is still uncertain. It is the word most generally used for the first person. <i>Washi</i>²² and <i>Ore</i>²³ are used by the common people for I. [...] The personal pronouns most commonly heard, are <i>Watak'shi</i>, <i>Washi</i>, and <i>Ore</i>, for the first person, <i>Anata</i>, <i>Sonohoö</i>, <i>Omae</i> and <i>Temae</i>, for the second, and <i>Ano o kata</i>, <i>Ano-kata</i>, <i>Ano h'to</i> or <i>Are wa</i>, for the third. <i>Sama</i> is often added to those for the second person, and in the vulgar dialect is contracted into <i>san</i> as <i>Omae san</i>, <i>Anata san</i>.	entre falante e seu interlocutor. Uso dos termos “superior”, “inferior” e “vulgar dialect”.
Hoffmann (1867-8)	1. For I. 1) The humblest expression. Is <i>Te-mae</i>, plural <i>Te-mae-tatsi</i>, in the popular tongue of Yedo which frequently changes <i>a</i> to <i>e</i>, <i>Temée</i>, =at hand, i.e. that which is at hand or present to the person opposite. 2) <i>Watakusi</i>, plural <i>Watakusi-domo</i>, a modest, and, in confidential intercourse, most usual expression. Every respectable man speaks of himself thus; and the man of the people at Yêdo says for it <i>Wasi</i> (<i>uaschi</i>). 3) <i>Oré</i>, plural <i>Oréra</i>, in the Yêdo-dialect <i>Oira</i>, after the mention on page 86 supported by a quotation from the Dictionary of the old-Japanese language, a self-humiliating expression., is now considered as one of pride of Yêdo. 4) <i>Wáre</i>, plural <i>Warera</i>, the “I” and “We” in the month of a prince, when he speaks to his people.	Comparação com a língua holandesa, alemã e inglesa. Descrição da língua falada na região de Yedo. Uso dos termos “humble”, “respectable”, “modest”, “confidential intercourse”, “self-humiliating”. Polidez se expressa de acordo com a “respeitabilidade” do falante e a sua relação com o interlocutor.
Satow (1873)	Pronouns of the first person (gradually increasing in politeness) are: To inferiors: - <i>oré</i>, pl. <i>oré ra</i>, <i>oira</i> (chiefly among the lower classes); <i>jibun</i>, pl. <i>jibun domo</i>; <i>washi</i>, pl. <i>washi domo</i>; <i>konohô</i>, pl. <i>konohô domo</i>; <i>kochi</i>, pl. <i>kochira</i> (also used as a singular). To equals (gradually decreasing in politeness), <i>sessha</i> (somewhat stiff), pl. <i>sessha domo</i>; <i>watakushi</i>, pl. <i>watakushi domo</i>; <i>boku</i> (much used by students); <i>watashi</i>, pl. <i>watashi ra</i> (also much used by women); <i>washi</i>, pl. <i>washi domo</i>. In the intercourse of equals <i>watakushi</i>, though strictly due only to superiors, is most employed for I, agreeably to the Japanese custom of	Comparação com a língua inglesa. Uso do termo “pronome de 1ª pessoa” para indicar a classe morfológica. Apresentação da polidez de acordo com a relação do falante e o interlocutor: “to inferiors” (entre pessoas de classes baixas), “to equals” (entre estudantes, mulheres) e “to superiors”.

²¹ A palavra “watakushi” era usada tanto por homens quanto por mulheres para expressar respeito ao se referirem a si mesmos muito antes do Período Meiji e continua tendo o mesmo sentido até os dias de hoje (NKD).

²² A expressão “washi”, segundo o dicionário NKD, até meados do Período Edo (1603-1868) era usada por mulheres apenas, mas, a partir do Período Meiji e até os dias atuais, é usada por homens ao se dirigirem a pessoas de nível inferior, manifestando respeito.

²³ A expressão “ore”, a partir do final do Período Edo (1603-1868), passou a ser usada apenas por homens para se referirem a si mesmos na comunicação com pessoas superiores, inferiores e de mesmo nível social, sem expressar vulgaridade (NKD).

	treating an equal as if he were by one grade a superior. <i>Anata</i> is used for ‘you’ in the same way. To superiors, (gradually increasing in politeness): - <i>watakushi</i>, pl. <i>watakushi ra</i> or <i>domo</i>; <i>watakushi domo</i> and <i>watakushi tachi</i> are also used as singulars; <i>temaë</i>, pl. <i>temaë domo</i>; and <i>temaë no hô dé</i> is often used as a periphrase for the nominative of this last.	Uso dos termos “politeness”, “depreciatory”, “formal expression.”, “vulg.”, “familiar”.
Satow (1875)	I, pron. <i>Watakushi</i>; (used by M. P.) hon-in (本員); (depreciatory) sessha (拙者); (formal expression, used by officials) honkwan (本官); (used by women) watashi; atai; (vulg.) washi; ore; oira. [Boku (僕), also depreciatory, is used in familiar intercourse, particularly among students; yatsugare and soregashi are occasionally used; temae is used by inferiors when addressing superiors]. We, pron. <i>Watakushi-domo</i>; wareware; warera; (editorial) waga hai; gojin (吾人).	
Aston (1869)	§13. <i>Watakûshi</i>, ‘I’ (plural <i>watakûshi domo</i>, ‘we’), is the ordinary word for the pronoun of the first person. <i>Ore</i> (plural <i>orera</i>) is less respectful, and is the word mostly used by coolies, etc., to each other. To inferiors it is a somewhat haughty word. Students and soldiers say <i>boku</i> for ‘I’, <i>waga hai</i> for ‘we’. <i>Temaye</i> is a humble word for ‘I’, much used by the lower classes of Tokio in addressing their superior. It is also used as a pronoun of the second person. Some people use their surname instead of the personal pronoun of the first person. Other words for ‘I’ are <i>watashi</i> (familiar), <i>watai</i> (by women), <i>washi</i> (very familiar), <i>wattchi</i> (rustic), <i>sessha</i> (formal), <i>oira</i> (familiar), <i>jibun</i> (properly ‘self’).	Comparação com a língua inglesa e uso da classe de palavras “pronome” de 1ª pessoa. Descrição do uso da polidez de acordo com a posição social do falante (coolies, students, soldiers, lower classes, women) e sua relação com o interlocutor (to inferior, to superior). Uso dos termos: “respectful”, “haughty”, “humble”, “familiar”, “rustic”, “formal”.
Aston (1872)	PERSONAL PRONOUNS OF THE FIRST PERSON. 1. – Japanese words <i>A</i>, <i>wa</i>, <i>are</i>, <i>ware</i>, <i>waro</i>, - The most ancient Japanese word for “I” is <i>a</i> or <i>wa</i>. Both these forms are of frequent occurrence in the <i>Manyôshû</i>, but they have become obsolete in the later forms of the language. (...) <i>Waga</i> has also the meaning “one’s own”. <i>Waga ko</i>, for instance, may mean “his or her own child”. <i>Wa nami</i> is properly a plural, but it is often used as a singular. <i>Are</i>, another obsolete word for “I”, is <i>a</i> with the syllable <i>re</i>, which is also found in <i>sore</i>, <i>kare</i>, <i>tare</i>, &c. <i>Ware</i> (plural* <i>warera</i>, <i>wareware</i>, or <i>waredomo</i>) is formed by adding the <i>re</i> just mentioned, or <i>waredomo</i> is formed by adding the <i>re</i> just mentioned to <i>wa</i>, “I”. It is the most general word for the pronoun of the first person, and is found in the most ancient as well as in the latest forms of the language. It is occasionally heard in the spoken language in the plural form <i>warera</i>,	A obra de 1872, por ser uma descrição da língua escrita, distingue-se completamente da obra que descreve a língua oral. Além de trazer exemplos de termos usados em obras literárias desde o século VIII, traz classes sociais existentes no passado japonês bem anterior ao ano de publicação. Desse modo, não serve como comparação para o estudo dos pronomes pessoais.

	which is used towards inferiors as a pronoun of the second person plural equivalente to <i>orera</i>. In the modern epistolar style, <i>warera</i> is used for “I” in addressing inferior. Instead of <i>ware no</i> and <i>warega</i>, <i>waga</i> is used. <i>Waro</i> is an obsolete word for “I”. It seems to be only a variation of <i>ware</i>. <i>Watakushi</i>.- As a pronoun, <i>watakushi</i> belongs to the spoken language, and to modern epistolar correspondence, where it is the commonest word for “I”. <i>Watakushi gi</i> (sic) (thing) and <i>watakushi kata</i> (side) are also used. In the literary language <i>watakushi</i> means “selfishness” “that which is private or personal”. Its derivation is doubtful. <i>Maro</i>, - <i>Maro</i> is used chiefly, although not invariably, to inferiors, or to persons with whom one is on terms of close intimacy. It has much the same force as the <i>ore</i> or <i>washi</i> of the spoken language. Towards persons with whom one is not on familiar terms, <i>maro</i> is a haughty word for “I”. The author of the <i>Makura Zôshi</i> remarks that the Court nobles, in addressing the <i>Mikado</i>, should not say <i>maro</i> for “I”, but should use their own names instead. In the <i>Tosa Nikki</i> a child says, - “<i>Maro kono uta no kaheshi sen</i>”, “I will compose a reply to this verse of poetry”. In one of Motowori’s works he says: “<i>Aru hito tohite ihaku</i>”, “<i>Uta to ha ikanaru mono wo ifu zo ya?</i>” “<i>Maro kotahete ihaku</i>”. “A certain person asked of me, ‘How do you define poetry?’ and I answered....” The <i>Mikado</i> and persons of high rank are in books made to use <i>maro</i> towards inferiors, as <i>Maro no yo ni</i>, “in my reign”. It is little used in the modern written language. <i>Waraha</i> (literally, “the child”), corresponding to the Chinese 妾 (<i>shô</i>), is only used by women. Ex.: <i>Waraha wo moi te yuki tamahe</i>, “take me with you, too”. <i>Onore</i> (plural <i>onorera</i>) is properly of no person. It means “self”, “oneself”, and may be used indifferently for “myself”, “yourself”, “herself”, and “himself”. In practice, however, it is so little different from “I” that a place has been given it among the pronouns of the first person. In the spoken language, <i>onore</i> is usually of the second person, and is a contemptuous word oftenest heard along with abusive language. <i>Mi</i>, <i>midomo</i>, <i>midzukara</i>. – <i>Mi</i> literally means “body”, “person”, and hence “self”, but like <i>onore</i> it is often used as a pronouns of the first person. <i>Waga mi</i> has the same meaning as <i>mi</i>. The derived form <i>midzukara</i> is, however, commoner. It is formed by adding to <i>mi</i> the genitive particle <i>tsu</i>, and the <i>kara</i> which also appears in <i>nagara</i>, <i>mono kara</i>, &c. <i>Midzukara</i> means “by or of oneself”, “by or of myself”. <i>Midomo</i> is used in the spoken dialect by persons of the samurai class for the singular and plural indiscriminately. Name of the speaker used instead of the pronoun if the first person.- Both in speaking and in writing, the name	
--	---	--

	(the <i>nanori</i>, or if the speaker or writer has no <i>nanori</i>, the <i>na</i>) is often used instead of “I”. <i>Soregashi</i>.-<i>Soregashi</i> properly means “a certain person”, “somebody”, but it is generally used in the sense of “I”. It is peculiar to the written language. <i>Yatsugare</i> is a humble form of expression., equivalente to the Chinese <i>boku</i> (僕). It is not used in the spoken language, nor in the earlier written language. 2.- Chinese Words. <i>Chin</i> 朕 is the word used by the <i>Mikado</i> in his official character. It corresponds to the ‘we’ of European sovereigns. <i>Shin</i> 臣 (plural <i>shin-ra</i>) is the converse of <i>chin</i>. It is the word used in petitions and memorials to government, or to persons in authority. In China this character is only used by officials of the highest rank, but in Japan all classes employ it. It is often preceded by the character <i>gu</i> 愚, “stupid”. <i>Yo</i> 余 (plural <i>yora</i>), is peculiar to the written language. It may be used to superiors, inferiors, or equals. <i>Sessha</i> 拙者, “the awkward person” (plural <i>sesshadomo</i>), is the word used for “I” in the official epistolar style when addressing equals. It is not altogether unknown in the colloquial language, but in speaking it is rather a formal word. In Aizu it is commonly used for <i>watakushi</i>. <i>Setsu</i>, the sound of 拙, the first of two characters for <i>sessha</i>, is also in use in the spoken language, as in the phrase <i>setsu no ron ni ha</i>, “in my poor opinion”. <i>Boku</i> 僕, “servant”, is a humble word. It corresponds to the Japanese <i>yatsugare</i>, which, indeed, was probably intended as a translation of <i>boku</i>. <i>Shô</i>, “handmaiden, concubine”, is a word used by women in addressing superiors. The modern epistolar style has numerous other words, mostly of Chinese origin, for the pronoun of the first person, such as – <i>Ge-setsu</i>, “the mean and awkward person”; <i>gu-setsu</i>, “the stupid and awkward person”; <i>ya-fu</i>, “the rustic, the clown”; <i>gu-tei</i>, “the stupid younger brother”; <i>set-tei</i>, “the awkward younger brother”; <i>fu-nei</i>, “the simple one”; <i>fu-shô</i>, “the silly person”; <i>hi-sei</i>, “the clownish student”; <i>rô-sei</i>, “the ignorant vulgar student”; <i>shô-sei</i>, “the small or inferior student”. The student will probably find that among the numerous words for “I”, <i>ware</i>, <i>waga</i> for the book style, <i>sessha</i> for official letters, and <i>watakushi</i> for private letters, will be sufficient for all his requirements.	
Chamberlain (1888)	66. The most usual equivalent for “I” is <i>watakushi</i> , lit. “selfishness”. The vulgar often contract it to <i>watashi</i> and <i>washi</i> . Other nouns now current in the same sense	Comparação com a língua inglesa. Uso dos termos: “vulgar”,

	are <i>boku</i> ²⁴ , “servant”, which is much affected by young men in familiarly addressing each other; <i>sessha</i> , “the awkward person”; <i>shōsei</i> , “junior”. <i>Ore</i> is a very vulgar corruption of <i>ware</i> , which is the commonest word for “I” in the Written Language. <i>Orā</i> , which may often be heard from the mouths of coolies, is for <i>ore wa</i> .	“familiar”, “vulgar corruption”. Não há divisão nas antigas classes sociais, mas entre expressões de uso comum, familiar, vulgar, usados por serviçais, etc.
--	---	---

²⁴ “Boku”, enquanto pronome de tratamento de 1ª pessoa do singular, possui registros em textos escritos japoneses anteriores ao Período Meiji (NKD). No Período Edo, há registros nos textos escritos em estilo *kanbun* (escrita em chinês) de que “boku” era usado por jovens para se referir a si mesmos no diálogo com pessoas de nível inferior ou igual (NKD). A partir do Período Meiji, passou a ser usado, independentemente da idade, por crianças e jovens do sexo masculino para se referir a si mesmos (NKD). Chamberlain, ao apresentar a expressão “boku” como a usada por serviçais revela uma evidência: os serviçais poderiam ser meninos jovens. Essa questão será alvo de nossas investigações futuras.

O Livro XVII das *Institutiones grammaticae* de Prisciano: permanência ou descontinuidade em Tomás de Erfurt e Jeronymo Soares Barbosa

Alessandro Jocelito Beccari

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Assis, São Paulo, Brasil

jbeccari1@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-6230-741X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1965>

Resumo

Este artigo apresenta e discute resultados de uma pesquisa atualmente em desenvolvimento, que se fundamenta na tradução do original latino do livro XVII das *Institutiones Grammaticae* de Prisciano Cesariense (ca. 500 d.C.). O principal objetivo deste artigo é cotejar as ideias de Prisciano (séc. VI), do gramático especulativo Tomás de Erfurt (séc. XIII) e de Jeronymo Soares Barbosa (séc. XVIII), do ponto de vista de suas respectivas teorias do caso nominal do latim, para verificar continuidades ou desconcontinuidades nos dois últimos em relação ao primeiro. O modelo aqui adotado é a Historiografia Linguística (HoL): Koerner (1989) e Swiggers (2004).

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Prisciano; Tomás de Erfurt; Jeronymo Soares Barbosa.

Priscian's book XVII of the *Institutiones grammaticae*: permanence or discontinuity in Thomas of Erfurt and Jeronymo Soares Barbosa

Abstract

This article presents and discusses some results of a current research that is based on the translation of the Latin original of book XVII of the *Institutiones Grammaticae* of Priscianus Caesariensis (ca. 500 A.D.). The main objective of this article is to compare the ideas of Prisciano (6th century), of the speculative grammarian Thomas of Erfurt (13th century) and Jeronymo Soares Barbosa (18th century) from the point of view of their respective Latin case theories in order to verify the continuities or discontinuities of the latter two in relation to the former. The theoretical model used in this article is Historiography of Linguistics (HoL): Koerner (1989) and Swiggers (2004).

Keywords: Historiography of Linguistics; Priscian; Thomas of Erfurt; Jeronymo Soares Barbosa.

Considerações iniciais

Este artigo apresenta e discute alguns resultados de uma pesquisa de natureza histórica, filosófica e linguística, ainda em andamento, que tem como base a tradução do original latino do livro XVII das *Institutiones Grammaticae* de Prisciano Cesariense (ca. 500 d.c.). O projeto visa a entender a possível permanência ou descontinuidade das teorias sintáticas que se desenvolveram historicamente a partir dos livros sobre sintaxe da gramática de Prisciano e tiveram grande influência nas teorias do modista Tomás de Erfurt em sua *Gramática especulativa* (séc. XIII). Além disso, quer-se verificar os pontos de continuidade e descontinuidade das teorias de Prisciano e de Tomás de Erfurt na

tradição gramatical luso-brasileira nas últimas décadas do séc. XVIII e início do séc. XIX, especificamente, no trabalho intitulado *As duas línguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, publicada em 1807, de autoria de Jeronymo Soares Barbosa (1737-1816). Em seu trabalho, o gramático, educador e classicista português discute as sintaxes latina e portuguesa do ponto de vista da Gramática Geral.

É possível que as ideias de Prisciano sobre sintaxe estejam na origem dos desenvolvimentos que culminariam, no séc. XVII, na *Grammaire générale et raisonnée* dos mestres de Port-Royal e, no séc. XVIII, n' *As duas línguas* de Jeronymo Soares Barbosa. Nesse sentido, assume-se que, ao longo da história, houve uma corrente filosófica da Gramática Tradicional (GT), a qual se constituiu em gramáticas ou textos gramaticais que tiveram o latim como língua de análise, a começar pelas reflexões do romano Varrão (séc. I a.C.), passando pelas *Institutiones* de Prisciano, pelos gramáticos especulativos medievais (séc. XIII), por Sanctius (séc. XVI) e Port-Royal, alcançando o contexto luso-brasileiro n' *As duas línguas* de Jeronymo Soares Barbosa (1807). Devido à grande extensão de tempo e assunto, a principal tarefa deste artigo limitar-se-á a verificar a hipótese da vertente filosófica a partir do cotejo das ideias de Prisciano (séc. VI), do especulativo Tomás de Erfurt (séc. XIII) e de Soares Barbosa, do ponto de vista de uma questão específica: aspectos particulares das teorias do caso nominal do latim presentes nos trabalhos desses três gramáticos.

Declinação: natural e livre

No Ocidente latino, a história das reflexões linguísticas a respeito do caso nominal começa com o trabalho de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) em seu *De lingua latina*. Dessa coleção de 25 livros só nos chegaram cinco: os de número V a X. Destes, VIII, IX e X são fundamentais para o assunto abordado neste artigo, já que é nessas três obras que Varrão, pela primeira vez no mundo romano, estabelece definições precisas dos conceitos de flexão, declinação e derivação das palavras, em que introduz a noção de paradigmas verbais e nominais na gramática latina. A motivação que dá origem ao trabalho teórico do estudioso romano é a famosa controvérsia entre analogistas e anomalistas, que foi, sem dúvida, uma das questões linguísticas mais desafiadoras da Antiguidade. Em seu *De lingua latina*, Varrão elabora tratados em que se propõe a considerar essa questão. O resultado são os fundamentos de uma teoria do caso nominal que encontrará lugar canônico na tradição da gramática latina. O clima de opinião dessa controvérsia é influenciado pela visão estoica acerca do universo e da linguagem.

Os estoicos defendiam a anomalia como princípio natural da linguagem: a ideia segundo a qual existem mais exceções e irregularidades do que proporcionalidades ou analogias na linguagem. Para eles, as regularidades das línguas seriam construções consensuais (sociais) que não teriam relação com um princípio central de diferenciação natural das línguas entre si. Na verdade, essa diferenciação baseava-se no materialismo estoico, para o qual:

O mundo é composto de indivíduos e [...] não há dois ovos, dois grãos de trigo, dois irmãos que sejam rigorosamente semelhantes; cada um possui 'qualidade própria', um *hidíos poión* que o caracteriza, o distingue e o constitui [...] para os Estóicos, a individualidade é uma noção fundamental e constitutiva (BRUN, 1986, p. 50).

Em oposição ao materialismo estoico que só contemplava diferenças, havia também, ao tempo de Varrão, as opções aristotélica e platônica, em que, grosso modo, o indivíduo é uma instância de uma ideia geral ou essência. Nesse sentido, muitos aspectos das línguas são claramente manifestações de princípios racionais que não equivalem a construções humanas, mas a regras analógicas subjacentes e universais. É nesse sentido que Varrão identifica o princípio de analogia na declinação dos nomes:

O sistema de declinações foi introduzido não apenas na língua latina, mas em todas as línguas do homem, porque é útil e necessário; se este sistema não tivesse sido desenvolvido, nós não poderíamos aprender um número tão grande de palavras quanto aprendemos (pois são infinitas na natureza as formas em que são declinadas), e não teríamos aprendido as que vêm destas, e quais provêm da relação que têm entre si. Mas, como é assim, nós vemos, por essa razão, quais são parecidas e quais delas se propagam [...] (VARRÃO, VIII, 3).

Varrão se impôs o trabalho de abordar a controvérsia “analogia x anomalia” e, segundo Robins (1987, p. 37), “grande parte de sua descrição e análise do latim decorre do tratamento que deu a esse problema”.

Como se sabe, tanto em grego quanto em latim, bem como em outras línguas em que as palavras possuem flexões de caso, pessoa, número etc., a maioria das classes paradigmáticas nominais e verbais admitem exceções – membros irregulares –, basta pensar nos verbos defectivos e anômalos do português. Este já seria um ponto importante a favor do princípio da anomalia, entretanto, além disso, “[...] ao contrário do que dita o princípio da analogia, há palavras que fogem à regra e não seguem um paradigma flexional, e estas formas anômalas devem ser, portanto, memorizadas” (VALENZA, 2010, p. 13). Portanto, a abundância de irregularidades nas línguas poderia, de fato, levar à conclusão de que as línguas, no fundo, não obedecem a quaisquer princípios racionais e seu funcionamento só é previsível graças a normas impostas externamente. Qual foi a proposta de Varrão ante essas evidências? Surpreendentemente, sua solução vem de um campo hoje muito pouco frequentado pelos linguistas: a etimologia.

Embora a teoria da origem das palavras de Varrão possa ser considerada hoje em dia um tanto mitológica, é a partir dela que ele descobriu uma solução para a controvérsia em pauta. O gramático romano propôs que todos os vocabulários de todas as línguas desenvolveram-se a partir de um reduzidíssimo número de palavras originárias, isto é, de um vocabulário original. Essas palavras originárias, por um processo de mudança, deram origem a todas as palavras em uso pelo ser humano atualmente. Segundo Robins (1987, p. 38), ao propor essa teoria:

Varrão reuniu dois planos distintos de estudo: a etimologia histórica e a formação sincrônica por meio da derivação e flexão. Dentro de cada paradigma, certas palavras foram consideradas como básicas e as outras como produto da ‘declinação’ (*declinatio*), processo de mudança formal. Aos prefixos derivacionais se concedeu especial atenção no capítulo 38 do livro 6.

Varrão dividiu a noção de “declinação” (*declinatio*) em *declinatio naturalis* (declinação natural) e *declinatio uoluntaria* (declinação livre). Ademais, dividiu a derivação natural em dois tipos: flexivo-desinencial e derivativo-afixal, ou seja, as flexões

verbaux e as declinações nominais (das línguas de caso) e a derivação das palavras por afixação (sufixos e prefixos)¹.

Com essas categorizações, Varrão dava uma resposta linguística à controvérsia em questão: se na *declinatio naturalis* impera o princípio da analogia, na *declinatio uoluntaria* predomina o da anomalia, responsável pelo crescimento do vocabulário das línguas. Ou seja, as línguas são essencialmente sistemas analógicos abertos.

O resultado mais importante das reflexões de Varrão sobre esse assunto, para nossa discussão neste artigo, é duplo, pois deu origem a uma distinção e uma noção muito importantes para a história da gramática latina que se deriva delas: a distinção entre declinação nominal e flexão verbal e a noção de paradigma, a saber: “O conjunto completo das formas flexionadas de uma mesma palavra, especialmente quando é tomado como exemplo” (TRASK, 2011, p. 221).

A descoberta desse conjunto ou modelo de formas flexionadas não resultou apenas em um instrumento que se mostrou de grande auxílio, ao longo dos séculos, na aprendizagem de idiomas (como o grego, o latim, o árabe, o hebraico, os vernáculos europeus e as línguas não indo-europeias), mas também viabilizou a utilização das formas de um paradigma específico, o do pronome relativo e interrogativo latino (*qui/s, quae, quod/id*) como expoentes de todas as relações sintáticas ligadas ao sistema de casos da língua latina, ou seja, como formalização do núcleo da sintaxe do latim. Veremos a seguir como essa evolução começa a acontecer no *De constructione* (outro nome do Livro XVII das *Institutiones*) de Prisciano Cesariense (séc. VI d.C.) e se concretiza na *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt (séc. XIII).

Do paradigma de *quod* à semiformalização das relações sintáticas

Prisciano é um analogista convicto. Compara pares de coisas parecidas entre si, mas de níveis diferentes. Assim, observa a relação de semelhança entre a disposição linear de letras e sílabas, entre sílabas e palavras, entre palavras e frases, e encontra coincidências entre esses níveis: letras, sílabas, palavras, frases. De fato, em sua sintaxe, objetiva encontrar relações proporcionais, simétricas, entre os diferentes elementos e níveis da linguagem. Sua linha de pensamento é baseada em proporções de tipo: 1 está para 2 assim como 10 está para 20. Por exemplo, *disco* (“aprendo”, presente do indicativo) está para *discam* (“aprenderei”, futuro do indicativo) assim como *didici* (“aprendi”, perfeito do indicativo) está para *didicero* (“tereí aprendido”, futuro do perfeito). Esse gramático de Constantinopla, atuante no início do séc. VI, defende a existência de formas diferentes como comprovação empírica de sua tese analógica: as diferenças entre as formas refletiriam as relações proporcionais que Prisciano tentava demonstrar. É preciso que haja formas diferentes para explicar e dar conta das realidades diferentes da linguagem. Nesse sentido, a gramática de Prisciano é de caráter morfossintático e nocional (BORGES NETO; DASCAL, 2004): baseia-se em análises morfossintáticas para tirar conclusões a respeito do significado.

¹ A *declinatio naturalis* é responsável pela criatividade linguística e responderia a uma pergunta feita há não muito tempo pela mídia brasileira: “presidenta” é forma abonada?

Segundo Prisciano, a linguagem reflete a realidade. Se existe alguma coisa ou relação no mundo, tem correspondência na língua. Por exemplo, se não houvesse a distinção *eu, tu e ele* como *eu e tu e outra coisa*, na linguagem também não existiria tal distinção. Isso reflete o conteúdo filosófico do pensamento gramatical de Prisciano, que agrega elementos de influência aristotélica, estoica e platônica. A ideia de que haja correspondência entre entidades linguísticas e coisas no mundo permite que as teorias de Prisciano sejam classificadas como pertencentes ao que Swiggers (2004) chama de um programa de correspondências.

A metafísica aristotélica tem grande influência nas assunções epistemológicas de Prisciano. A questão da substância (*ousia*) e dos acidentes (*kategoriai*) da substância, muito viva no contexto bizantino em que Prisciano atuou (séc. VI) devido a controvérsias sobre a natureza de Cristo (divina e humana) e da Trindade (três pessoas, uma substância), está presente em suas discussões gramaticais, funcionando, de fato, como princípio para procedimentos de análise gramatical, como mostra a passagem a seguir.

O *qui* relativo responde a este pronome, isto é, *quis*, que é interrogativo: *quis scripsit Bucolica? qui etiam Georgica*. Este *quis* interrogativo, entretanto, também se liga a um nome próprio quando os verbos substantivos ou vocativos possuem valor semelhante. Ele é respondido também por um pronome: *quis est Trypho?* ou *quis nominatur Trypho?* *ego* ou *tu* ou *ille*. Ou, do contrário, quando um pronome se junta a *quis*, responde-se com um nome: *quis est ille?* ou *quis vocatur? Achilles*. Também é evidente, a partir disso, que, quando junta-se a um nome suposto, buscamos a substância definida do suposto em alguma pessoa certa, que, de fato, somente os pronomes revelam – a demonstração dos quais cossignifica os acidentes; daí que [os pronomes] dizem respeito a todo o suposto.

Porém, quando *quis* se associa aos pronomes, [já] conhecemos, de fato, a substância, mas [ainda] não a propriedade da qualidade que é explicada pelo nome. E fica claro que os pronomes são tomados no lugar dos nomes próprios, quando são entendidos a partir da sua própria interrogação. Quando, com efeito, eu pergunto: *quis es tu?*, ou *ille?*, sem dúvida eu estou falando das substâncias definidas de certas pessoas, das quais quero saber também as propriedades, e também quando se oferecem respostas pronominais a partir de nomes próprios: *quis est Trypho?* *ego* ou *ille* ².

Nesse excerto, vemos que a construção do pronome interrogativo com outras partes da frase pode revelar se a pergunta é a respeito da substância ou dos seus acidentes: quando a construção é de tipo “*quis* + verbo substantivo/vocativo + nome (próprio)” procura-se saber a respeito de uma substância e de seus acidentes. Quando, porém,

² Huic nomini, id est *quis*, quod est interrogatium uel infinitum, redditur *qui* relatiuum: *quis scripsit Bucolica? qui etiam Georgica*. Hoc tamen, id est *quis* interrogatium, proprio quoque adiungitur cum uerbis substantiuis uel uocatiuis similem uim habentibus. Et pronomen etiam redditur huic: *quis est Trypho?* uel *quis nominatur Trypho?* – *ego* uel *tu* uel *ille*, uel e contrario cum pronomine adiunctum *quis* nomen desiderat sibi reddi: *quis est ille?* uel *quis uocatur? Achilles*. Et manifestum ex hoc quoque quod, quando nomini adiungitur substantiam definitam in aliqua certa persona quaerimus suppositi; hanc enim solam ostendunt pronomina quorum demonstratio sibi quoque accidentia consignificat, unde ad omne suppositum pertinent. Quando uero pronominibus iungitur *quis*, substantiam quidem intellegimus, non etiam proprietatem qualitatis, quae nomine explanatur.

Et est manifestum quod loco proprium nominum pronomina accipiuntur, cum ex eorum interrogatione proprie intelleguntur. Cum enim dico *quis es tu?* uel *ille?* sine dubio de quibusdam finitis hoc dico substantiis, in quibus etiam proprietates desidero scire, et cum a propriis quoque pronominatiuae redditiones fiunt: *quis est Trypho?* *ego* uel *ille* (PRISCIANO, 2, 129, 5-130, 2).

pergunta-se com o uso de uma construção do tipo “*quis* + verbo substantivo + pronome”, quer-se saber a respeito apenas dos acidentes, pois a substância já é conhecida. Ressalte-se, nessa passagem, que o correspondente gramatical da categoria metafísica da substância é o que Prisciano chama de “suposto”, que traduz um conceito da lógica: o suposto (“posto debaixo de”) refere-se a todos os itens denominados pelo nome ou pronome que se encontram no mundo. O termo técnico “suposto” terá um longo percurso na história da lógica e nomeará a entidade básica da teoria da suposição, cujo principal expoente será Guilherme de Ockham (ca. 1268-1350).

Segundo Kelly (2002), Aristóteles, em seu *Da Interpretação* (3 16b6), definira o nome como o outro do verbo. Os gramáticos modistas do final da Idade Média construiriam sua teoria do caso com base nessa definição aristotélica³. Para os modistas, o nome é o *alterum* (o outro) do verbo em uma construção básica de tipo “verbo + nome” (por exemplo, em “João corre”, “João” é o outro de “corre”).

Os modistas também passaram a usar o paradigma do pronome *qui*, no gênero neutro (*quod*), para explicitar as relações entre o verbo e o outro: o nominativo era entendido como significando *ut quod est alterum* (“enquanto *quod* (‘que’[NOM./sujeito ou predicativo]) é o outro”), o genitivo *ut cuius est alterum* (“enquanto *cuius* (‘de que’[GEN./sujeito ou adjunto adnominal restritivo]) é o outro”), o acusativo *ut quem est alterum* (“enquanto *quem* (que[AC./objeto direto ou sujeito de oração reduzida]) é o outro”) e assim por diante.

As formas do paradigma *qui*, *quae*, *quod* como expoentes das relações dos elementos nominais da oração entre si, e destes com o verbo, estão presentes no *De constructione*, como demonstra a leitura do excerto a seguir.

Este mesmo *qui* (“que”) muitas vezes é posposto ao nome como, para os gregos, *hós*. É proferido necessariamente não só com relação ao nome precedente, mas também ao verbo posposto, como em: *virum cano qui venit* (“canto o homem que vem”). Se ao nominativo adjunge-se outro nominativo, os verbos referem-se à mesma pessoa: *homo venit qui scripsit* (“o homem que vem, escreve”); porém, se são dois os termos em caso oblíquo, a transição dos verbos é feita para a outra pessoa ou de maneira recíproca, como *hominem, quem vitupero, accuso* (“acuso o homem a quem censuro”) et *memet quem vitupero, accuso* (“acuso a mim mesmo, a quem censuro”); se, porém, um termo é nominativo e o outro é oblíquo, não se faz a transição do verbo para o nominativo de uma pessoa para a outra, mas é feita para o oblíquo, como: *homo venit quem accuso* (“vem o homem a quem acuso”) ou: *hominis misereor qui venit* (“tenho piedade do homem que vem”).

No entanto, todas as coisas que podem ser feitas transitivamente, podem ser feitas também de maneira recíproca. Assim, *qui* e todas as suas formas oblíquas referem-se também aos nominativos de todas as palavras com flexão de caso, como: *Virgilius, qui scripsit* (“Virgílio, que [NOM.] escreveu”); *Virgilius, cuius scripta extant* (“Virgílio, de quem [GEN.] sobrevivem os escritos”); *Virgilius, cui gloria contigit* (“Virgílio, para quem [DAT.] cabe a glória”); *Virgilius, quem laudant* (“Virgílio, que [AC.] louvam”); *Virgilius, quo docente bene proficitur* (“Virgílio, por cujo ensino [ABL.] progride-se bem”).

³ Além disso, os modistas agregaram, em sua explicação sistemática do caso nominal, outros elementos da física do movimento, da lógica e da metafísica aristotélica, superando as análises lineares de Prisciano.

Também no sentido contrário todos os outros casos adjungem-se bem ao nominativo, como: *qui scripsit bucolica Virgilius magnus poeta fuit* (“quem escreveu as Bucólicas foi o grande poeta Virgílio [NOM.]”); *qui scripsit Aeneida Virgilii sunt Georgica* (“as Geórgicas são de Virgílio [GEN.] que escreveu a Eneida”); *qui scripsit Aeneida Virgilio gloria contigit* (“a Virgílio [DAT.], que escreveu a Eneida, cabe a glória”); *qui scripsit Aeneida Virgilium laudo* (“louvo a Virgílio [AC.], que escreveu a Eneida”); *qui scripsisti Aeneida, Virgili, uiuis memória* (“ó Virgílio [VOC.], que escreveste a Eneida, vives na memória”); *qui scripsit Aeneida Virgilio florent studia* (“por causa de Virgílio [ABL.], que escreveu a Eneida, os estudos florescem”). É possível também expressar essas coisas antepondo esses termos.⁴

Observemos, no excerto acima, que o uso do pronome, em Prisciano, dependendo de sua posição em relação às outras partes das frases, coordena os tipos de relação que podem ocorrer: de transitividade ou reciprocidade.

Diferentemente do senso comum atual (GT) a respeito da transitividade, para os modistas, como já o fora para Prisciano, não existem verbos transitivos ou intransitivos: há, na verdade, construções transitivas ou intransitivas. Isso porque, a relação de transitividade – tanto na gramática da Antiguidade Tardia (ca. 300-470 d.C.) quanto na da Baixa Idade Média (séc. XIII ao séc. XV) – tem a ver com a mudança de referente do discurso. Assim, “João corre” é uma construção intransitiva porque a ação representada pelo verbo não significa uma ação que transita para outro referente, mas que permanece em “João”. Por outro lado, uma construção como “João ama Maria” é transitiva, porque a ação significada transita de um referente a outro/faz referência a mais de um referente. Ou seja, trata-se de uma questão de correferenciabilidade (transitividade) ou não (intransitividade). Portanto, a transitividade, de fato, não tem necessariamente a ver com verbos, pois uma ocorrência como “o filho de João” é considerada transitiva, embora não possua verbos.

Como vimos, em Prisciano, as formas declinadas do paradigma do pronome *qui*, *quae*, *quod* operam a distinção “reciprocidade vs. transitividade” nas construções de que fazem parte. Os gramáticos especulativos farão uso do paradigma pronominal em suas análises de relações de tipo “nome-verbo”, “verbo-nome”, “nome-nome”, porém, de uma maneira diferente da que fizera Prisciano, pois, em sua análise semiformalizada, o paradigma pronominal abandona seu lugar de operador nas construções e transforma-se

⁴ Hoc idem, id est *qui*, quotiens subiungitur nomini, quomodo *hós* apud Graecos, necesse est non solum ad nomen praepositum, sed etiam ad id subiunctum alterum uerbum proferri, ut *uirum cano, qui uenit*. Si nominatiuo nominatiuus adiungitur, ad eandem personam uerba referuntur: *homo uenit, qui scripsit*; sin duo obliqui sunt, ad aliam personam transitio fit uerborum uel in se reciprocatur, ut *hominem, quem uitupero, accuso* et *memet, quem uitupero, accuso*; sin alterum sit nominatiui, alterum uero obliqui, ad nominatiuum non fit transitio uerbi ab alia persona ad aliam, ad obliquum uero fit, ut *homo uenit, quem accuso* uel *hominis misereor, qui uenit*. Omnia tamen quae in transitione fiunt, possunt etiam in reciprocatione fieri.

Et quomodo *qui* et eius obliqui omnes ad nominatiuos omnium casualium bene referuntur, ut *Vergilius qui scripsit*; *Vergilius cuius scripta extant*; *Vergilius cui gloria contingit*; *Vergilius quem laudant*; *Vergilius quo docente bene proficitur*, sic et ex contrario nominatiuo eius omnes aliorum casus bene adiunguntur, ut *qui scripsit bucolica Vergilius magnus poeta fuit*; *qui scripsit Aeneida Virgilii sunt georgica*; *qui scripsit Aeneida Vergilio gloria contingit*; *qui scripsit Aeneida Virgilium laudo*; *qui scripsisti Aeneida, Vergili, uiuis memoria*; *qui scripsit Aeneida Virgilio florent studia*. Licet autem et praepostere haec dicere (PRISCIANO, 2, 127, 12-128, 7).

em um conjunto de variáveis semiabstratas que expõem relações sintáticas de quaisquer tipos.

Apesar de seu grande débito com Prisciano em relação aos dados iniciais de sua pesquisa, os modistas afastaram-se dele em seu uso do paradigma pronominal *qui, quae, quod*. De fato, em sua teoria do caso, o modista Tomás de Erfurt (ca. 1310) não só se afasta das análises operacionais do pronome relativo, mas também passa a empregar outras noções: um cruzamento entre as categorias aristotélicas da substância (para as relações nominais) e da ação (para as relações entre nomes e verbos ou outras partes da frase) com noções da física do movimento.

Tomás de Erfurt e a analogia do móvel

O modismo⁵ foi um movimento de gramáticos que atuou principalmente em Paris e no Norte da Europa entre 1270 e 1330 (ROSIER, 1983; COVINGTON, 1984). Dá-se a eles a designação de modistas devido ao nome comum dos textos gramaticais que escreviam: “tratados sobre os modos de significar”, esses tratados são também chamados de “gramáticas especulativas”, em que a especificação, “especulativa”, equivale a “teórica”. São, assim, tratados de natureza teórica, sendo o latim⁶ a língua de análise. Modistas mais conhecidos foram Boécio da Dácia, Martinho da Dácia, Siger de Courtrai, Radulfo Brito e Tomás de Erfurt.

O *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, é o trabalho mais completo do movimento, não apenas por aparecer no final da terceira e última geração do modismo, mas também por possuir todas as partes que um tratado sobre os modos de significar poderia conter: uma discussão da metalinguagem, um estudo das partes da frase e uma descrição da sintaxe latina. Um tratado tão completo não era comum, porque os textos modistas normalmente só traziam uma discussão das partes da frase. A *Grammatica speculativa* teve uma notável fortuna: Peirce e Heidegger a estudaram; por muito tempo, foi atribuída ao franciscano João Duns Scotus (ca. 1266-1308), um dos pensadores escolásticos mais influentes da história intelectual do Ocidente.

Tomás de Erfurt costumava analisar sentenças de tipo “nome + verbo”, como:

- (1) *Socrates currit.*

[Sócrates NOM.MASC.S. corre.PRES.IND.3PS.]

Por meio de um procedimento que consistia em reduzi-las a sentenças de tipo “nome + *est* (cópula) + nome”:

- (2) *Socrates est currens.*

[Sócrates NOM.MASC.S. é.PRES.IND.3PS. corredor.NOM.MAS.S.]

Esse procedimento, chamado de redução à cópula, era a designação do verbo “ser” na terceira pessoa do singular latino: *est*. No séc. XIII, a cópula passou a ser entendida de acordo com uma analogia do movimento físico (*motus*) de um móvel que percorre a

⁵ Os gramáticos especulativos do final da Idade Média (séc. XIII) são conhecidos como *Modistae* no mundo de expressão inglesa, em que se costuma manter a designação no latim original.

⁶ A produção de Roger Bacon (ca. 1220-1292) incluiu também estudos gramaticais do hebraico, do árabe e do siríaco.

distância entre duas substâncias no mundo (COVINGTON, 1984). De acordo com a *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, o movimento discursivo só é possível porque o verbo possui um modo de significar (se referir à) a separação entre coisas e estados de coisas, o que diferencia o verbo do nome. De fato, é esse modo de significar, que existe implicitamente no elemento “cópula” do verbo, que cria a distância ou separação (semântica) entre o nome e o verbo. Essa separação linguística é correlata à separação ontológica entre *ens* (o ser) e o *esse* (ser isto ou aquilo).

O modo da separação entre o nome e o verbo é chamado de *modus distantis*. Segundo Tomás de Erfurt, esse é o aspecto distintivo da essência de todo e qualquer verbo em relação a outras partes do discurso: *Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia* – “O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e (do modo) do distar da substância” (ERFURT, XXV, 44). Assim, o que garantiria que o significado da ação ou quaisquer movimentos denotados pelo sujeito (seu *esse*) se distinguísse do significado do próprio sujeito (seu *ens*) seria, basicamente, a existência de um “modo do distante” (*modus distantis*) ou “modo de distar da substância” no verbo, em virtude da cópula implícita.

Com base na analogia do movimento, a diferença básica entre verbos transitivos e intransitivos torna-se bastante simples: enquanto os verbos intransitivos, como “corre”, “nasce” etc., significam um distanciar-se *sine termino/sine significatione* (sem objetivo definido/sem um “fim” explícito), os verbos transitivos, como “ler”, “construir” etc., significam a mesma *distantia* (deslocamento do discurso), porém *cum termino/cum significatione*. Os verbos intransitivos significam uma distância que retorna ao princípio do discurso: descrevem, pois, um movimento autorreferencial (*motus*), circular. Assim, nas construções intransitivas “Sócrates corre” e “O pálido Sócrates”, o limite da distância significada por um verbo, adjetivo ou particípio não vai além de uma autorreferência.

Como vimos, Tomás de Erfurt utilizou a analogia com o movimento físico para distinguir entre construções transitivas e intransitivas. Ele utiliza essa mesma distinção como uma noção geral para a sua teoria do caso, que, como veremos a seguir, é parte integrante do modelo dependencial que se encontra nos últimos capítulos de sua *Gramática especulativa*.

Erfurt apresenta sua teoria do caso da seguinte forma:

Em seguida damos uma descrição do caso. Em que se deve observar que, nas coisas separadas, encontram-se certas propriedades comuns, a saber: a propriedade do princípio e a propriedade do término. Igualmente, são encontradas certas propriedades gerais nas coisas, a saber: a propriedade “enquanto o ‘que’ é algo em si ou o ‘que’ o outro é”, a propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”, a propriedade “enquanto ‘para quem’ e ‘à qual’ outra coisa é dada”, e assim das outras propriedades semelhantes a essas, que são representadas pelas flexões do pronome *quod* (“que”): *cuius* (“de quem”), *cui* (“à qual”), etc. Embora o caso origine-se das primeiras propriedades, é da adição das segundas propriedades às primeiras que se originam as diferenças entre os casos. Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido

em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.⁷

No excerto acima, o gramático franciscano propõe a distinção “princípio-término” para uma primeira diferenciação entre os casos do latim. Em posse dessa oposição, ele explica cada caso de acordo com a sua referência (posicional) à distinção “princípio-término” de duas maneiras diferentes: 1) enquanto o nominal funciona somente como princípio ou somente como término de uma ação, 2) enquanto o nominal pode funcionar tanto como princípio quanto como término de uma ação ou substância (ERFURT, XIX, 32-3). Portanto, ele faz um cruzamento de um critério posicional com um semântico, e o critério semântico origina-se da oposição entre os significados das categorias aristotélicas da ação e da substância. No mesmo excerto, Tomás de Erfurt especifica as outras seis propriedades semânticas de que se originam os sentidos particulares que explicam a diferenciação do sistema em seis casos. Por fim, ele formaliza esses cruzamentos e diferenciações com o emprego de cinco elementos do paradigma do pronome relativo *quod* (“que”): *cuius* (“de que”), *cui* (“a/para que”) etc., e é só nesse momento que o paradigma de *quod* é incluído no sistema. O esquema abaixo explicita o resultado desses cruzamentos e sua formalização.

1 Princípio (construções intransitivas)

1.1 Princípio de uma ação somente: Nominativo (*quod*)

(3) *Socrates* → *currit*.

Sócrates.NOM.MASC.S. corre.PRES.IND.AT.3PS.

1.2 Princípio de uma ação: Genitivo (*cuius*)

(4) *Socratis* → *interest*.

A Sócrates.GEN.MASC.S. interessa.PRES.IND.AT.3PS.

2 Término (construções transitivas)

2.1 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Genitivo (*cuius*)

2.1.1 Término de uma ação:

(5) *Misereor* → *Socratis*.

Tenho pena PRES. IND 1PS. de Sócrates.GEN.MASC.S.

⁷ Consequenter de casu dicamus. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur quaedam proprietates communes, scilicet proprietas principii, et proprietas termini. Item, inveniuntur quaedam proprietates generales in rebus, scilicet proprietas, ut quod est aliquid in se, vel quod est alterum; et proprietas cuius est aliud; et proprietas, ut cui est, et cui aliquid datur; et sic de consimilibus, quae repraesentatur per inflexionem huius nominis quod, cuius, et cui, etc., et a primis proprietatibus oritur casus, qui est modus significandi nominis. Sed a secundis proprietatibus superadditis primis oriuntur differentiae casus, vel casuum. Casus igitur est modus significandi accidentaliter nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum (ERFURT, XIX, 32).

2.1.2 Término de uma substância:

(6) *Filius* → *Socratis*.
o filho.NOM.MASC.S. de Sócrates.GEN.MASC.S.

2.2 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Dativo (*cui*)

2.2.1 Término de uma ação:

(7) *Faveo* → *Socrati*.
Sou favorável.PRES.IND.AT.1PS. a Sócrates.DAT.MASC.S.

2.2.2 Término de uma substância:

(8) *Similis* → *Socrati*.
Semelhante.ADJ. a Sócrates.DAT.MASC.S.

2.3 Término de uma ação ou substância indiferentemente: Ablativo (*a quo*)

2.3.1 Término de uma ação:

(9) *Utor* → *togā*.
Faço uso.PRES.IND.DEP.1PS. de uma toga.ABL.FEM.S.

2.3.2 Término de uma substância:

(10) *Celer* → *pedibus*.
Rápido.ADJ. com os pés.ABL.MASC.PL.

3 Término ou Princípio de uma ação somente – construções transitivas ou intransitivas

3.1 Término de uma ação: Acusativo (*quem*)

(11) *Percutio* → *Socratem*.
Bato.PRES.IND.AT.1PS. em Sócrates.AC.MASC.S.

3.2 Princípio de uma ação:

(12) *Video Socratem* → *currere*.
Vejo.PRES.IND.AT.1PS. Sócrates.AC.MASC.S. correr. PRES.INF.AT.

4 Término de uma ação estimulante apenas: Vocativo – construções transitivas

(13) *O* → *Thomas*.
Ó.INTERJ Tomás!.VOC.MASC.S

Fonte: Desenvolvido a partir de Covington (1984, p. 78)

A teoria do caso da *Gramática especulativa* é construída nocionalmente: a noção de uma distinção posicional baseada na analogia física “princípio-término” é cruzada com os significados mais gerais das categorias da ação e da substância da metafísica. Esses cruzamentos, adicionados às seis diferenças específicas de cada caso, dão origem aos significados das seis propriedades casuais, cinco dos quais são representados pelo paradigma de *quod*.

Como se vê, há um claro desenvolvimento a partir das ideias de Prisciano: o paradigma de *quod* deixa de ser um elemento formal que opera mudanças de sentido nas construções para se tornar um conjunto de variáveis para a formalização das relações geradas por um sistema de casos nominais. Vejamos agora se no séc. XVIII podem ser verificadas continuidades ou desenvolvimentos semelhantes.

A descrição do caso nominal n’*As duas línguas* de Jeronymo Soares Barbosa

As duas línguas, uma gramática bilíngue e com intenção pedagógica, foi publicada em Coimbra em 1807. O autor é muito claro ao definir sua concepção racionalista e universalista da linguagem:

A Gramática é uma ciência universal, como é a Lógica. Os princípios gerais de todas as línguas são os mesmos, como o são os do raciocínio e discurso [...] Toda diferença (entre as línguas) está nas formas acidentais externas [...] Qual será mais próprio e útil, aprender as regras da linguagem em geral no próprio idioma, ou no alheio? (BARBOSA, 1807, p. vi).

Com base no universalismo linguístico e em sua preocupação com o ensino, principalmente o das línguas clássicas, Soares Barbosa propõe o ensino e aprendizagem das formas acidentais (acidentes) para que os aprendizes cheguem com mais facilidade à substância, que é uma gramática constituída de regras ou princípios universais, iguais para todas as línguas. A consciência dessas regras facilitaria a aprendizagem de qualquer idioma. Onde o aluno encontraria mais prontamente essas regras? Em sua própria língua, no caso, a portuguesa. É por isso que n’*As duas línguas*, Soares Barbosa propõe o estudo do latim de forma contrastiva com a gramática do português.

No capítulo intitulado “Do caso”, o gramático luso apresenta o sistema do caso nominal a partir da noção de diferentes tipos de relação entre os nomes:

Os nomes, assim portugueses como latinos, na sua primeira forma, tanto do singular, como do plural, não fazem parte da oração: porque exprimem os objetos em si mesmos sem relação alguma a outros. A palavra *Homem*, *Homens* (Homo, Homines) nomeia só esta espécie de indivíduos sem respeito algum a outra coisa. Mas estes objetos podem dizer relação a outros, e certo a dizem, quando se ajuntam em oração. (BARBOSA, 1807, p. 8).

Jeronymo declara que essas relações podem ser infinitas, mas que há algumas que são mais comuns, e que estas se distinguem por determinadas partículas:

Mas as mais ordinárias e importantes são as que se escolherão para por meio de certas partículas ser juntas aos nomes. Tais são:

1ª a *Relação Subjetiva*, que faz da ideia exprimida pelo nome o *Sujeito* que fala, ou de quem se fala na oração;

2ª a *Relação Vocativa*, que faz da mesma ideia o *Sujeito*, com quem se fala na oração;

3ª a *Relação Restritiva*, que faz com que um nome, junto a outro, lhe restringa a sua significação geral;

4ª a *Relação Terminativa*, que faz com um nome, ou sua ideia seja o Termo de outra relação;

5ª a *Relação Objetiva*, que faz com que a ideia, exprimida pelo nome, seja o Objeto de uma ação;

6ª a *Relação Circunstancial*, que faz dos nomes, ou de suas ideias, várias circunstâncias, que modificam ou explicam os termos das Proposições (BARBOSA, 1807, p. 8-9, grifo nosso).

No estado atual de nossas pesquisas a respeito do pensamento linguístico de Soares Barbosa, em comparação ou contraste com as ideias de Prisciano e de Tomás de Erfurt, ainda não temos condições de fazer uma análise mais aprofundada das diferenças ou permanências existentes n' *As duas línguas* em relação à tradição gramatical anterior – no caso específico deste artigo, e a linguistas da Idade Média e Antiguidade Tardia. Entretanto, no esquema apresentado por Jeronymo para o sistema de casos nominais, podemos observar uma noção inusitada na explicação semântica dos seis casos clássicos da GT: são as relações distintas, e não as desinências, que explicam as diferenças entre os casos: relação subjetiva, relação vocativa etc. Também se nota que o gramático português faz uso de formalizações do tipo “preposições + pronome interrogativo” para representar as relações nome-verbo e vocativo-nome (1ª e 2ª). Já as designações “restringir” e “Termo”, utilizadas por ele, sustentam a permanência de noções modistas (como “princípio-término” e nomenclaturas utilizadas nas seções em que Tomás de Erfurt discute os verbos na *Gramática especulativa*). Portanto, do ponto de vista de uma primeira abordagem, há diferenças marcantes, bem como indícios de permanência de ideias, na vertente filosófica da GT que vai de Varrão a Soares Barbosa.

Considerações finais

De acordo com o que foi discutido neste artigo, é possível concluir que há um claro desenvolvimento de teorias gramaticais da Antiguidade Tardia no final da Idade Média. Como se viu, Prisciano recolheu materiais gregos e romanos e desenvolveu uma análise morfosintática uniforme e filosoficamente informada. No Medievo, o trabalho de Prisciano é desenvolvido por Tomás de Erfurt, que explora novos horizontes, fazendo uma síntese entre Aristóteles e Prisciano, criando, no processo, uma teoria do caso nominal altamente sofisticada.

A compreensão dos desenvolvimentos que vão de Tomás de Erfurt a Jeronymo Soares Barbosa, do ponto de vista da pesquisa feita pelo autor deste artigo até o momento, torna-se mais problemática quando se tenta entender as permanências e rupturas entre

Tomás e o que veio depois dele, na tradição que convencionamos chamar de gramática filosófica, porque Soares Barbosa parece afastar-se muito do tipo de trabalho feito por Tomás de Erfurt e Prisciano, embora o gramático português sustente pressupostos básicos que são semelhantes aos do modista e do gramático de Constantinopla, por exemplo: a assunção de uma gramática universal ou de uma razão (*logos*) subjacente a todas as línguas. Certamente, futuros estudos dos marcos do pensamento sobre as línguas e a linguagem que antecederam Soares Barbosa e vieram depois dos modistas – por exemplo, Sanctius (final séc. XVI) e os gramáticos de Port-Royal – farão grande diferença na direção de um esclarecimento dessas dificuldades. Todavia, no momento, a distância entre Prisciano e Soares Barbosa parece sugerir nada menos do que uma quebra paradigmática de proporções copernicanas. O que se evidencia principalmente com respeito à forma de análise dos fenômenos, que parece ser muito mais minuciosa e epistemologicamente embasada nos antigos e, principalmente, nos medievais do que no racionalista português.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, e das especificidades ou ideias originais que diferenciam os antigos e os medievais de Jeronymo Soares Barbosa, algumas das noções herdadas da Antiguidade e Idade Média têm, como foi visto neste artigo, uma visível continuidade na teoria do caso nominal que chega ao início do séc. XIX, e estão coligadas n’*As duas línguas*. Dadas essas evidências iniciais, como hipótese de trabalho, sugerimos que a sobrevivência dessas noções ou procedimentos (como a noção de gramática universal, de princípio-término e o uso do paradigma pronominal) na teoria do caso nominal latino da GT, da Antiguidade Tardia ao final do séc. XVIII e início do séc. XIX, explica-se pelos fundamentos epistemológicos comuns de um eixo lógico-metafísico e, sobretudo, aristotélico da GT, que convencionamos chamar de gramática filosófica.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Metafísica. In: YEBRA, V. G. (Ed.). *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1970.

_____. *Órganon*: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010.

BARBOSA, J. S. *As duas línguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*. Coimbra: Real Impressão da Universidade, 1807.

BORGES NETO, J.; DASCAL, M. De que trata a lingüística afinal? In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.

BRUN, J. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KELLY, L. G. *The mirror of grammar: Theology, Philosophy and the modistae*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

- KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, E. F. K. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.
- PRISCIANO. Institutiones grammaticae. In: KEIL, H.; HERTZ, M. (Ed.). *Grammatici Latini: Prisciani institutionum grammaticarum libri i-xviii*. Leipzig: Teubner, 1855.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- ROSIER, I. *La grammaire spéculative des modistes*. Lille: Presses Universitaires, 1983.
- SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: NUEVAS APORTACIONES A LA HISTORIOGRAFÍA LINGÜÍSTICA, 4: 2003, La Laguna. *Actas...* La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-45.
- TOMÁS DE ERFURT. Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa. In: BECCARI, A. J. *Uma tradução da grammatica speculativa, de Tomás de Erfurt, para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*. 2013. 500 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VALENZA, G. M. *De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros viii, ix e x*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- VARRÃO, M. T. Livros viii a x. In: VALENZA, G. M. *De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros viii, ix e x*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Recebido em: 03/09/2017

Aprovado em: 06/11/2017

Neologismos Heterodiscursivos: poesia de Arnaldo Antunes na era do Antropoceno

Sandra Mina Takakura

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

sandramita@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6882-0174>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1911>

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de estudo sobre neologismos em uma pequena seleção de obras da exposição intitulada *Luzescrita* (2013-), composta por poemas de Arnaldo Antunes, montagem e registros permanentes em fotografia, de Fernando Lazslo. Os trabalhos selecionados resultam da convergência dos processos de criação literária e artística, em estreita relação com os processos linguísticos. O estudo adota a expansão conceitual de heterodiscurso de Bakhtin (2015), a fim de incluir os distintos estilos, linguagens e sistemas axiológicos em mídias diferentes no embate semântico das criações neológicas. Os trabalhos resultam das variadas interações entre humanos e tecnologia (LATOURE, 2005), na era do Antropoceno.

Palavras-chave: neologismo; Antropoceno; Bakhtin; Latour; *Luzescrita*.

Heteroglot Neologisms: Arnaldo Antunes's Poetry in the Anthropocene Era

Abstract

This article presents the results of a study on neologisms in a short selection of works from the exposition entitled as *Luzescrita* (2013-), composed by some poems, by Arnaldo Antunes, assembly and permanent registers on photography, by Fernando Lazslo. The selected works for this study result from the convergence of the processes of literary and artistic creations, with narrow relation with linguistic processes. The study adopts the conceptual expansion of heteroglossia, by Bakhtin (2015) to render distinct styles, languages, axiological systems in distinct medias in the semantic conflict in the neological creations. The study involved also the scrutiny of the semantic field. The works result from the interactions between human and technology (LATOURE, 2005), in the Anthropocene era.

Keywords: neologism; Anthropocene; Bakhtin; Latour; *Luzescrita*.

Contexto de investigação

Notório pela sua atuação na música e na literatura, Arnaldo Antunes representa esse ser pós-moderno que produz obras que desafiam as divisões distintas dos campos de conhecimento. Pode-se afirmar que sua poesia é impregnada de musicalidade e sua música é permeada de poeticidade, estabelecendo um diálogo com a literatura. Sua produção inspira-se nos mais diversos movimentos e manifestações culturais anteriores.

Essa linguagem híbrida que se verifica em sua poesia e música, através de pontos de convergência entre os campos musicais e literários, torna-se ainda mais complexa quando estabelece diálogo com as artes plásticas. Esse aspecto verbovocovisual de sua obra permite o estudo nos mais variados campos de pesquisa, como a Teoria literária, Linguística, Artes, Música, sob inúmeras abordagens. A escolha por uma área ou outra

implica necessariamente um recorte, lançando luz a determinados pontos ainda não iluminados, possibilitando múltiplas leituras, sem que o objeto de investigação se esgote em suas potencialidades interpretativas.

Seu projeto, intitulado *Luzescrita*, em coautoria com o fotógrafo Fernando Lazslo e o artista visual Walter Silveira, sob a curadoria de Daniel Rangel, teve início em 2002. E, atualmente, conta com cerca de 60 obras que realizam a mescla entre a poesia em estilo neoconcreto e os processos de produção artística via tecnologia, vislumbrados por Augusto de Campos na introdução de *Poetamenos* (1953).¹

Na instalação, os objetos-arte representam o resultado dos processos convergentes que aliam as experimentações poéticas centradas na palavra ou em suas combinações minimalistas e o meio material utilizado para produzi-los. O projeto, concebido na pós-modernidade, vale-se do uso eflúvio de linguagens que entram em embate para a constituição de discursos renovados, que por sua vez levam à própria reflexão acerca dos meios por meio dos quais as obras foram produzidas.

São obras contemporâneas que respondem à crise no campo da arte, expresso por Artur C. Danto em *After the end of art* (1997). Ao declarar o fim da arte concebida enquanto uma linha de progressão histórica e estética, Danto (1997) questiona a própria noção de arte, realizando um amplo estudo das produções recentes e demonstra a libertação dos processos criativos de concepção de arte no período contemporâneo. Lucia Santaella (2013, p. 11) descreve tal processo a partir de Danto (1997) como diverso, permitindo o uso de inúmeras técnicas e suportes materiais:

Entre traços mais relevantes, mas inegavelmente visíveis dessa arte [contemporânea] encontram-se a pluralidade, a multiplicidade, a diversidade. Quaisquer materiais, quaisquer suportes, quaisquer técnicas ou tecnologias, quaisquer métodos, quaisquer resultados podem se candidatar ao panteão das artes.

As obras concebidas nesse projeto debruçam-se a experimentar na arte e na literatura, respondendo também à crise da palavra, preconizada, entre outros, por Fredric Jameson (1985), em *Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo*, que anuncia o esvaziamento dos sentidos das metáforas, com o argumento de que as produções atuais fazem o uso excessivo de referências às obras produzidas anteriormente. Por conseguinte, as repetições metafóricas ocasionam a inevitável perda de sentidos das palavras. O aspecto ressaltado pelo teórico como esvaziamento semântico ocorre na concepção das obras a serem estudadas. No entanto, novos sentidos são agregados no contexto da obra que faz uso de novos suportes materiais. O estudo desses sentidos renovados demanda, no entanto, a recuperação dos sentidos dicionarizados que foram transgredidos no processo de concepção da obra para o mapeamento dos efeitos expressivos através de contraste

As criações verbais, verificadas na seleção de obras, têm o seu campo semântico alterado também pelo meio material da produção em si, resultando em poemas-objetos, poemas-vídeos, ocasionando a ocorrência de linguagens híbridas de mídias distintas. Bakhtin (2015, p. 84), em *A Teoria do Romance I: a estilística*, traça a mescla de “dois enunciados, estilos, linguagens e horizontes”, que podem ser vislumbrados como “dois

¹ As informações técnicas das obras como material e dimensões serão citadas diretamente dos encartes da publicação do evento em 2013 e da retificação no encarte que acompanha a exposição em 2017.

sentidos heterodiscursivos, dois acentos”, enquanto linguagem híbrida, na constituição do romance. A expansão teórica para abarcar os *corpora* desse estudo se explicam uma vez que o heterodiscurso pode ser compreendido enquanto discurso entrecortado pelo discurso do outro, outra esfera discursiva ou outro campo de especialidade (BAKHTIN, 2015). As produções que compõem a exposição transcendem o plano bidimensional do papel, tradicionalmente adotado na escrita literária, partindo para o hibridismo de duas grandes áreas de conhecimento, a literatura e a arte, podendo ser recepcionadas como poesia e como arte em sua composição tridimensional ou digital.

A linguagem poética, observada nas criações lexicais, e os meios materiais que a concebem compartilham o elemento comum que é a luz em suas variadas manifestações, disponíveis por meio da tecnologia, como: lâmpadas, fogo, luz cibernética ou digital.

Marshall McLuhan (1964), em *Os Meios de comunicação como extensões do homem*, explica que a luz elétrica constitui o único meio que não carrega a mensagem, somente o que ela ilumina torna-se mensagem: “A luz elétrica é informação pura. É algo assim como um meio sem mensagem, a menos que seja usada para explicitar algum anúncio verbal ou algum nome” (MCLUHAN, 1964, p. 22). Santaella (2013, p. 8) assim explica a noção do teórico da comunicação: “a luz é um meio despido de conteúdo, pois seu conteúdo é tudo aquilo que ela ilumina. É o meio de todos os meios, paradoxalmente invisível para tornar possível o visível”.

Neste estudo, adota-se a visão de que as escolhas dos meios refletem e refratam as interações humanas com objetos que ocorreram ao longo de nosso processo civilizatório, na constituição de sociedades. Portanto, a partir do momento que se considera a luz gerada por meios materiais como lâmpadas e fogo, a própria escolha material passa a carregar uma mensagem. A relação que o indivíduo estabelece com a tecnologia é apenas um nó na grande rede de relações que o homem estabelece de forma contínua com a natureza, a cultura e a sociedade, que não estão necessariamente em oposição, como explica Bruno Latour (2005) em *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network – Theory*.

Outro aspecto notável é a concepção da obra por meio da tecnologia, para as produções “escritas”, saindo da experiência comum do pincel, caneta e lápis nesses processos, instigando o público a repensar os meios utilizados como extensões de corpos sem seus processos criativos. Tal visão leva à reflexão acerca da constituição de agências dos próprios materiais, uma vez que estes agregam discursos políticos, em sentido amplo, nas concepções das obras.

O estudo realizado na contemporaneidade se insere em um contexto mais amplo da era do Antropoceno, considerado como o período em que o homem passou a acumular sedimentos nas camadas do globo terrestre, resultado do desenvolvimento das tecnologias (CRUTZEN; STOERMER, 2000; ZALASIEWICZ *et al.*, 2010, 2008).

Os meios agregam sentidos às criações estilísticas, restringindo os campos semânticos dos signos, direcionando-os a determinados usos no contexto das produções e instalações das obras. Assim, há dois sistemas axiológicos, duas linguagens e dois estilos, portanto, o heterodiscurso que decorre da intersecção entre a literatura e as artes é levado em conta para o estudo das criações neológicas. E, devido ao hibridismo, resultante da convergência dos meios verbal e material, a noção de criações neológicas foi expandida de forma a incluir também a escolha do material no estudo semântico dos neologismos.

Criações Neológicas

André Mirambel² (1959 *apud* GUILBERT, 1975) explica a criação artística como sendo aquela que não encontra limites em sua concepção ao passo que as criações literárias podem ser processadas de duas maneiras. A primeira aproxima-se da criação artística e dá asas à fantasia sem se ater a limites. E a segunda, cuja forma de produção guarda uma relação estreita com a criação linguística, sendo pautada na expressividade, é cerceada pela comunicabilidade em uma dada comunidade linguística. As obras a serem analisadas mesclam as linguagens artísticas e literárias, estabelecendo uma relação de proximidade com as criações linguísticas, estando por esse aspecto em conformidade com as restrições impostas pelo próprio sistema da língua. Guilbert (1975, p. 42, tradução nossa), a partir de Mirambel, define o texto literário:

É dito texto literário toda produção escrita no enquadre de certo gênero, tendo lançado em uma obra editada e difundida de acordo com um aparelho próprio à sociedade onde vivemos, codificada de acordo com certa hierarquia estabelecida por certa crítica que possui suas regras estéticas e ideológicas, e de acordo com certa difusão para um público de leitores, em função das condições econômicas e sociais próprias ao mercado de livros.³

Contudo, o teórico expande o contexto de ocorrência dos neologismos literários a toda atividade verbal realizada por meio de texto escrito. Inclui dessa forma toda interação, que envolva interlocutores, e cita textos na imprensa escrita e enunciados, difundidos via rádio e televisão, que são previamente escritos, visando à oralização frente a um determinado público (GUILBERT, 1975). Para o teórico, a ênfase recai sobre o processo de recepção de um texto ou enunciado por um público, que permite certa liberdade criativa, respeitando o limite da comunicabilidade estabelecida pela língua comum entre os interlocutores.

A partir dessa noção inclusiva acerca do contexto de ocorrência de neologismos literários, pensa-se na expansão teórica para abarcar os meios dos objetos-arte, como a fotografia e o vídeo nos quais são evidenciadas experimentações linguísticas. O efeito expressivo das criações observado nesses objetos sobre um determinado público configura-se como uma interação. Tal movimento percorre um circuito de mercado de artes experimentais, composto por críticos, artistas e público consumidores.

Quanto aos neologismos, Guilbert (1975) os delimita de três maneiras. Os *neologismos denominativos* centrados no referente visam comunicar de forma precisa uma informação, são decorrentes dos avanços tecnológicos e da necessidade de nomear as invenções, e possivelmente serão incorporados ao léxico de uma língua, figurando em dicionários. Já os *neologismos estilísticos*, criações que visam à expressividade e ao efeito de sentido em contextos descritos anteriormente, raramente são incorporados ao acervo lexical de uma língua. Há ainda as criações neológicas que podem figurar nas interações do dia a dia, que não despertam nenhum caráter de novidade, apesar de provocarem

² MIRAMBEL, A. Essai sur la création linguistique. *Journal de psychologie normale et pathologique*, Paris, n. 4, p. 385-415, oct./dec. 1959.

³ “Est dit texte littéraire toute production écrite dans le cadre d’un certain genre, ayant paru dans un ouvrage édité et diffusé selon l’appareil propre à la société où nous vivons, codée selon une certaine hiérarchie établie par une certaine critique qui a ses règles esthétiques et idéologiques, et d’après une certaine diffusion dans un public de lecteur, en fonction des conditions économiques et sociales propres au marché du livre” (GUILBERT, 1975, p. 42).

expansões ou restrições nos campos semânticos das palavras. São considerados neologismos por não figurarem no dicionário, sendo frequentemente apreendidos enquanto sintagmas, no contexto de uso.

Neste estudo, o enfoque será o neologismo estilístico que possui necessariamente o caráter de novidade, considerando o meio através do qual o poema é concebido. Ressalta-se o duplo caráter de novidade à criação lexical, pois o campo semântico inclui também o sentido agregado pelo material da obra, que não figura especificamente no dicionário.

Estudo da Expressividade

Os objetos escolhidos centram-se em torno do processo de formação vocabular não concatenada, conhecida comumente como cruzamento vocabular. Gonçalves e Almeida (2007) destacam três processos de formação que correspondem também às operações semânticas: entranhamento ou interposição; combinações de bases truncadas e analogia lexical com rearranjo fonológico da palavra fonte. Margarida Basílio (2010) parte do primeiro processo de formação para delinear a noção de “fusão vocabular expressiva”, constituída por uma base e um qualificador:

O esquema correspondente à formação de *fives* [fusão vocabular expressiva] pode ser descrito como sendo a incorporação de um qualificador a uma palavra base de fonologia semelhante, de modo que (a) o significado da palavra base é modificado pelo significado do qualificador; e (b) o qualificador é reconhecido através de uma pequena alteração fonológica na palavra base. (BASÍLIO, 2010, p. 203-204, grifo nosso).

A expressividade é plenamente realizada quando a relação entre a base e o qualificador é percebida pelo leitor. Em produções literárias, contudo, essa relação nem sempre é clara; na poesia, por exemplo, as relações entre ideias, longe de serem organizadas de forma que uma se subordine à outra, frequentemente se organizam através de relações de coordenação.

A obra *Sempre* (2002), observada na Figura 1, foi concebida através de um processo artístico efêmero, sendo posteriormente registrada em fotografia. Partiu-se de uma “placa de policarbonato preta, recortada, iluminada com Dedolight, projetada em quina de parede branca” (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013, p. 94). Sua montagem e registro fotográfico foram realizados por Lazslo em meio analógico, em filme 4x5 Kodak 6118 e Tri-X, com revelação normal D 76 e E 6 e impressão em lambda na dimensão 142 cm x 102 cm.

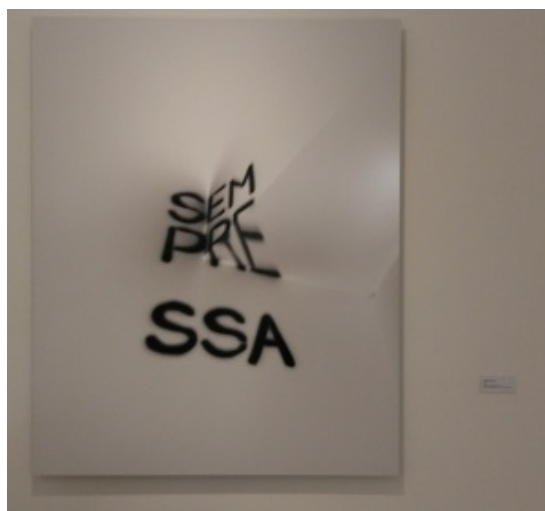


Figura 1. Sempressa

Fonte: Acervo pessoal

O processo parte do recorte do material na forma de letras e, sendo iluminado, uma escrita é projetada sobre a parede. A escrita resulta de um efeito de contraste da projeção escura sobre a parede branca. Desmistifica-se, dessa forma, a associação da luz à claridade e a escuridão à área não penetrada pela luz, no efeito de projeção de escrita de luz escura.

A poesia pode ser explicada através de processos que se sobrepõem, como a lexicalização operada por meio da justaposição das lexias “sem pressa” ou da aglutinação em “sempre essa”, ou ainda, através da fusão vocabular sempressa > sempre + impressa ou sempressa > sem + impressa. Essa obra inova com a projeção escura que lembra uma impressão, realizada do chão bidimensional à coluna tridimensional em uma escrita em ângulo de 90 graus em relação ao chão.

O conceito da obra quebra, dessa forma, a noção de literatura impressa em superfícies planas em duas dimensões. Vale-se desta forma da mobilidade da luz sempre acompanhada da sombra, que ocorre sobre as superfícies tridimensionais ao longo do dia, realizando a sua escrita, em seu próprio tempo, sem pressa, assim como, sem atraso.

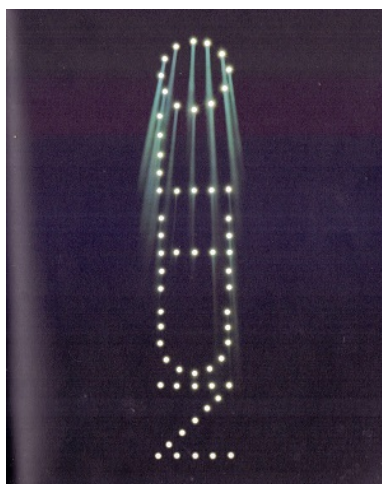


Figura 2. Olhuz

Fonte: Encarte da exposição de 2013 (imagem escaneada)

O processo de concepção da obra *Olhuz* (2002), Figura 2, explica-se a partir da “placa de policarbonato preta furada com broca elétrica, iluminada com fresnel de 2.000w”. A montagem e a fotografia de Lazslo foram realizadas com efeitos de “baforadas de cigarro” sopradas em frente ao objeto, com registro por meio analógico, em filme 4x4 Kodak 6118 e impressão em metacrilato, na dimensão 40cm x 50cm (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013). O processo de escrita foi realizado com pontas de brocas que efetuaram furos na placa, portanto, por meio da interação entre o homem e a tecnologia.

A escrita da luz é evidenciada pelo contraste entre a luz e a sombra, do revelado e do velado entrando na composição da mensagem. Deste modo, a luz assume dupla função, pois revela ao mesmo tempo em que oculta. O efeito da fumaça de cigarro permite visualizar os caminhos percorridos pela luz em dado instante, compondo um processo efêmero, que se torna permanente através do registro fotográfico. A escrita verbal pode ser explicada pelo processo de cruzamento vocabular *olhuz* > olhos + luz. O olho observa a luz que percorre cada orifício na chapa de acrílico, que, por sua vez, representa um ponto aberto e iluminado. A obra retrata o encontro do olho com a luz.

No dizer popular, os olhos são “a janela para a alma”, e representam o acesso para a verdadeira índole do indivíduo. A obra “*olhuz*” simula vários olhos abertos que emanam luz. No entanto, permitem apenas serem observados, sem o acesso à alguma forma de índole ou alma.

O poema *Imagigabytes* (2002) é uma composição formada por quadros produzidos a partir de “placa de policarbonato preta furada com broca elétrica” que foi iluminada por “lanterna Sure Fire, com a luz direcionada para a lente da câmera” (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013, p. 96). O painel em exposição é composto por 9 fotos com dimensões 42cm x 32cm e impressões em metacrilato, produzidas por meio analógico, em filme 4x5 Kodak 6105 e Tri-X, tendo revelações normais em E6, C41 e D76 (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013).



Figura 3. *Imagigabytes*

Fonte: Acervo pessoal

O poema de Arnaldo recebeu a montagem e fotografia de Lazslo, Figura 3. A criação lexical “imagigabytes” pode ser explicada por meio da fusão vocabular *imagigabytes* > *imagine* + *giga* + *byte*. A imaginação humana está relacionada à própria capacidade de memória para reter e processar informações passadas e fazer projeções futuras. Já a lexia “byte” pertence ao campo da tecnologia digital e se refere a uma unidade de memória do computador formada por 8 *bits*. Já a lexia “giga” refere-se a cerca de mil *gigabytes* de memória de um computador.

Na criação, a memória humana associa-se à memória de um computador. O ato de imaginar, pautado na capacidade humana, e o processamento de informação, baseado na memória do computador, interagem no processo de produção de informação e arte. Com o advento de novas tecnologias acessíveis, aliadas às mentes permeadas de imaginação, crescem as possibilidades criativas no campo artístico e literário.

O painel pauta-se no conceito do processo criativo que transcende a noção de original e cópia, fonte e derivação, rearranjando quase por meio de equações matemáticas as combinações das variadas formas de impressão.

A variedade de efeitos de impressão gerada a partir dos registros da placa de policarbonato iluminada permite a apreensão do sentido da criação. A arte sendo contemporânea provoca o apagamento dos limites das noções de original e cópia, pois, todas são possibilidades criativas que partem de um modelo que recebe múltiplos tratamentos de impressões com variados padrões de cores e sombras. Explora-se dessa forma, além das oposições claro e escuro, relações de contrastes através das nuances de cores, apresentando gradações que vão do branco ao bege e do bege ao preto.

As combinações observadas são de escrita clara em fundo escuro, escrita escura em fundo claro, escrita bege em fundo escuro e escrita escura em fundo bege. Portanto, o contraste de cores evidencia a própria escrita poética de maneira criativa. O painel é composto de registros permanentes de um processo efêmero, que parte de uma chapa com orifícios iluminada. A obra é, portanto, concebida no contexto da convergência da arte e mídia e literatura. A imaginação é expandida através de novas tecnologias.

O poema *Moondo* (2009) foi concebido da seguinte forma: a projeção de “três cabeças de Dedolight, alinhadas paralelamente à parede, projetando três círculos levemente desfocados” que se posicionam no lugar da letra “o” na criação “moondo” (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013, p. 95). O filme, revelado por meio de processo E6 normal, foi riscado com estilete pelo próprio poeta. O registro foi feito em meio analógico, em filme Fuji 4x5 Provia 100 F, com lente de 180 mm e impressão em lambda, na dimensão 127x 160 cm (ANTUNES; LAZSLO; SILVEIRA, 2013). O projeto possui montagem e fotografia de Lazslo e poema de Arnaldo.



Figura 4. *Moondo*

Fonte: Acervo pessoal

A criação “moondo” é uma criação neológica resultante do processo de fusão vocabular entre a lexia “mundo”, em língua portuguesa, e a lexia em língua inglesa correspondente à lua, “moon”: moondo ← mundo + moon. Portanto, envolve também o uso expressivo do estrangeirismo “moon”. A materialidade morfofonológica comum observada em ambas lexias, mundo [mUndu] e moon [mUn], permite a “soldagem” que resulta na criação (CARDOSO, 2016).

Os círculos formados com a projeção de luzes, Figura 4, evidenciam a relação entre o mundo e a lua. A lua remete ao louco, ou ao ser lunático, que habita vários mundos vivendo em uma mesma sociedade. A representação do louco frequentemente é associada ao poeta que sonha com mundos diferentes e amores diversos. Tem-se a relação do homem contemporâneo e a cultura (literatura), a natureza (lua) e a tecnologia (luz), estabelecidas de forma simultânea, em forma de redes através de nós, sem estabelecer oposições.

A obra “Ilumina elimina” foi incluída no evento realizado no Espaço Cultural Porto Seguro em 2017, sendo instalada em um corredor de vidro entre o ambiente da exposição e o elevador. O painel foi confeccionado em material adesivo reflexivo cobrindo totalmente as dimensões em vidro de 2,20 m. de largura por 2,28 m. de altura e 2,43 m. de largura por 2,80 m. de altura. Sobre este painel espelhado foram feitas aplicações de adesivo preto recortado no formato de lexias variadas.

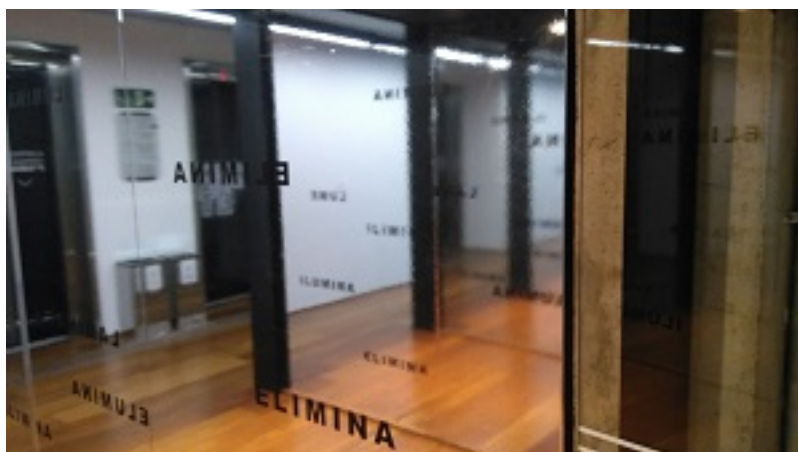


Figura 5. Ilumina elimina

Fonte: Acervo Pessoal

As lexias que compõem a obra a estruturam ritmicamente e visualmente, através de sons aproximados como: Ilumina, elimina, ilimina, lume, elumina, alumina, lamina. A criação “ilimina” é compreendida como resultado de cruzamento vocabular, *ilimina* ← *ilumina* + *elimina*. O sentido expresso na criação “ilimina” remete ao ato de iluminar que resulta na eliminação de algo.

A criação “elumina” pode também ser compreendida através do processo de cruzamento vocabular, *elumina* ← *elimina* + *ilumina*. A criação final expressa a ação de eliminar algo, resultando em iluminação.

Portanto, ocorrem duas mesclas conceituais: a presença de luz que elimina ou dissipa algo e a eliminação de algo que resulta em iluminação. Um jogo semântico remete à iluminação, que pode estar associada ao Nirvana budista de superação de si para alcançar a iluminação do espírito. Tal processo dá-se através da eliminação do “eu”, ou ego individualista, em favor de um “eu” que se constitui como parte da grande comunidade humana e universal.

As lexias “lume” e “alumina” possuem aproximação sonora e semântica, podendo ser agrupadas em torno da lexia luz. Já a lexia “lâmina” possui aproximação sonora com as lexias mencionadas, sem possuir relação semântica direta; pode relacionar-se ao material utilizado na instalação como as lâminas espelhadas que refletem a luz, servindo de fundo para a escrita em adesivos pretos. A lexia “lâmina”, portanto, estabelece um contraste de sentido com os outros elementos.

O painel reflete um espaço virtual através do material espelhado, estabelecendo uma relação de contraste com o espaço real da exposição, no qual a instalação está inserida, produzindo um resultado expressivo e estético. Tal efeito só ocorre através da presença da luz que reflete entre as paredes espelhadas, permitindo também ao visitante apreciar a sua imagem virtual inserida na obra.

Conclusão

Este artigo reuniu um pequeno estudo sobre a palavra no contexto de uma era em que o indivíduo passa a se relacionar de forma mais intensa com a tecnologia. Muito mudou desde o uso da pena e da tinta, contudo, a escolha do meio pelo qual se concebe uma escrita passou a fazer parte diretamente do sentido das criações lexicais.

Ressalta-se que esse relacionamento do ser humano com a tecnologia não exclui a possibilidade da relação com a natureza e a sociedade, pois as conexões são forjadas em rede, formando nós com os mais variados campos de conhecimentos e áreas da vida.

Por fim, há necessidade de escrutínio de um *corpus* mais abrangente para conclusões mais aprofundadas acerca das criações neológicas em novos contextos. A literatura e as artes imbricam-se cada vez mais através de novos materiais e suportes, possibilitando novos processos criativos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.; LAZSLO, F.; SILVEIRA, W. *Luzescrita*. Encarte de instalação. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2013.

_____. *Agora aqui ninguém precisa de si*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

BAKHTIN, M. *Teoria do romance I: A estilística*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.

BASÍLIO, M. Fusão Vocabular Expressiva: um estudo da produtividade e da criatividade em construções lexicais. Textos selecionados. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 25, 2010, Porto. *Anais eletrônicos...* Porto: APL, 2010. Disponível em: <www.apl.org.pt/apl-actas/xv-encontro-nacional-da-apl.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

CARDOSO, E. A. *O léxico no discurso literário: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea*. São Paulo: USP, 2016. (Tese de livre docência não publicada).

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. *Global Change: News Letter*, Estocolmo, n. 41, p. 17-18, 2000.

DANTO, A. C. *After the end of art: contemporary art and the pale of history*. New Jersey: Princeton U. P., 1997.

GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades I: Estudos Linguísticos*, Braga, v. 11, n. 1, p. 85-95, 2007.

GUILBERT, L. *La Créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

JAMESON, F. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 16-26, 1985.

LATOUR, B. *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford U. P., 2005.

RANGEL, D. *Luzescrita: Poesias escritas com Luz*. In: ANTUNES, A.; LAZSLO, F.; SILVEIRA, W. *Luzescrita*. Encarte de instalação. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2013.

SANTAELLA, L. Abrir Alas para a Luz. In: ANTUNES, A.; LAZSLO, F.; SILVEIRA, W. *Luzescrita*. Encarte de instalação. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2013.

ZALASIEWICZ, J. et al. Are we living in the Anthropocene? *GSA Today*, Vancouver, v. 18, n. 2, p. 4, 2008.

_____. The new world of the Anthropocene. *Environment Science & Technology*, Vancouver, v. 44, n. 7, p. 2.228, 2010.

Recebido em: 12/08/2017

Aprovado em: 21/03/2018

Aspectos morfológicos dos verbos na língua Mehináku (Arawak)

Paulo Henrique Pereira Silva de Felipe

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

pauloh2sp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6607-5417>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1924>

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma análise inicial da morfologia dos verbos na língua Mehináku (Arawak). Os verbos, nesta língua, dividem-se transitivamente em dois tipos: (i) verbos transitivos, que requerem dois argumentos obrigatórios (um agente/sujeito como argumento externo e um objeto como argumento interno) e (ii) verbos intransitivos, que admitem apenas um argumento (um agente/sujeito como argumento externo). Do ponto de vista morfológico, os verbos são acompanhados por prefixos pronominais, que geralmente representam o argumento externo da construção, além de sufixos marcadores de tempo e aspecto. Os argumentos internos não são marcados no verbo, mas expressos sintaticamente.

Palavras-chave: língua Mehináku; verbos; morfologia verbal.

Morphological aspects of the verbs in Mehináku language (Arawak)

Abstract

The main objective of this work is to present an initial analysis of the morphology of the verbs in Mehináku (Arawak) language. Verbs, in this language, are transitively divided into two types: (i) transitive verbs, which require two obligatory arguments (an agent/subject as an external argument and an object as an internal argument) and (ii) intransitive verbs, which admit only an argument (an agent/subject as an external argument). From the morphological point of view, verbs are accompanied by pronominal prefixes, which generally represent the external argument of the construction, as well as time and aspect suffixes. The internal arguments are not marked in the verb, but expressed syntactically.

Keywords: Mehináku language; verbs; verbal morphology.

Considerações iniciais

Embora mais de 500 anos tenham se passado desde a chegada dos colonizadores em terras brasileiras e de seu eminente contato com os povos indígenas que aqui viviam, muito pouco ainda se sabe a respeito das línguas e culturas desses povos. As comunidades indígenas têm enfrentado, ao longo do tempo, significativos entraves, que começaram desde o próprio período de colonização, com a exploração das riquezas materiais indígenas, a catequização e o genocídio sofrido por esses povos, até, atualmente, momento em que os povos indígenas ainda se veem tolhidos de seus direitos fundamentais de acesso à terra e de garantia de seus direitos civis.

Todo esse processo de atravancamento se reflete, por sua vez, na produção científica a respeito dos povos indígenas, que mesmo depois de mais de cinco séculos, ainda é pequena, se comparada aos estudos sobre línguas românicas, germânicas, dentre

outras. Pensando, portanto, na necessidade de se registrar as produções indígenas, que se configuram como provas inescapáveis da história desses povos, é que propomos, neste trabalho, apresentar uma análise linguística inicial da morfologia dos verbos da língua Mehináku (Arawak). Acreditamos que, embora de forma ainda incipiente, esse trabalho possa contribuir para o conhecimento de alguns aspectos formais da língua em análise.

A fim de cumprir com nosso objetivo, este trabalho está dividido em duas partes, quais sejam: a seção 1, em que falaremos sobre a língua e o povo Mehináku, sua localização, número de falantes e divisão das aldeias e a seção 2, destinada propriamente à apresentação da estrutura morfológica dos verbos em Mehináku, na qual exibiremos os pronomes pessoais que se anexam ao verbo, bem como os morfemas verbais de tempo e aspecto, que conseguimos depreender a partir de nossa análise.

1. A língua e o povo Mehináku

Os índios Mehináku do Brasil central são, segundo Gregor (1982), apenas umas das aldeias muito similares que vivem ao longo dos formadores do rio Xingu, um dos grandes tributários do Amazonas. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2006), os Mehináku são habitantes da área cultural conhecida como Alto Xingu e fazem parte de um amplo complexo de povos que, embora compartilhem de muitas semelhanças, especialmente em relação à língua e à cultura, são diferentes entre si.

Os Mehináku falam uma língua de mesmo nome,¹ pertencente à família Arawak. Ainda de acordo com o ISA (2006), estima-se que a língua Mehináku seja falada por aproximadamente 250 pessoas que habitam a região do rio Kurisevo, no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil. Em pesquisa de campo recente, entretanto, percebemos que esse número está desatualizado, uma vez que somente na aldeia Utawana há cerca de 180 indígenas. Acreditamos, portanto, que a língua Mehináku seja falada, atualmente, por mais de 400 indígenas.

A população distribui-se em quatro aldeias, são elas: (i) Uyaipiyuku, que é a mais antiga e da qual derivaram as demais aldeias, e que é dirigida pelo cacique Yumui Mehináku; (ii) Utawana, que desde o início de 2016 tem sido dirigida pelo cacique (e também pajé) Tukuyari; (iii) Kaupüna, que foi criada por Makaulaka Mehináku, filho de Yahati Mehináku (antigo cacique da aldeia Utawana), após ter retornado da Universidade de Brasília, onde fez seu mestrado em Linguística e (iv) Aturua, atualmente dirigida pelo cacique Amunai, irmão do cacique da aldeia Uyaipiyuku. A aldeia Utawana é a mais próxima da cidade, localizada a cerca de 35 quilômetros da cidade de Gaúcha do Norte (MT) e mantém certa proximidade com as aldeias Kaupüna e Aturua, de modo que é possível se locomover de uma à outra mais rapidamente. A aldeia Uyaipiyuku, por sua vez, é a mais distante das quatro mencionadas acima, e está situada a aproximadamente quatro horas de viagem de barco da aldeia de Utawana.

Nossa pesquisa de campo foi feita na aldeia Utawana, segunda maior entre as quatro aldeias habitadas por povos Mehináku. A aldeia tem 11 casas dispostas em formato de círculo, e outras duas casas que ficam próximas à base de enfermagem. As 11 casas que compõem o círculo que forma o coração da aldeia são construídas com madeira e

¹ De acordo com os indígenas, Mehináku é o nome dado pelo “homem branco” à língua, em virtude de sua dificuldade em pronunciar adequadamente o nome da língua que, segundo eles, é Imiehünaku (como escrito ortograficamente na língua).

forradas com uma espécie de palha, encontrada nas proximidades. As duas casas que estão fora do círculo são feitas de madeira. Além das casas habitadas pelas famílias Mehináku, há, ainda, uma casa mais afastada e a menor de todas, destinada ao uso escolar.

De acordo com Corbera Mori (2008b), à diferença do que ocorre em alguns outros povos indígenas, no caso do Mehináku há uma correlação entre o número da população e o número de falantes. Todos os membros das quatro aldeias Mehináku falam a língua materna. Os homens de mais de 60 anos são monolíngues, falam apenas a língua indígena. Do mesmo modo, as mulheres mais adultas só falam em Mehináku. As mulheres mais jovens entendem o português, mas o falam muito pouco. Os jovens, ao contrário, falam o português com certa fluidez. Contudo, quando saem para vender artesanato em cidades como Campinas, São Paulo, Brasília, entre outras, gostam de falar em sua própria língua.

2. A estrutura morfológica dos verbos em Mehináku

Os verbos podem ser caracterizados de diferentes pontos de vista. Do ponto de vista semântico, por exemplo, os verbos referem-se, segundo Schachter e Shopen (1985), às classes gramaticais, ou partes do discurso, nas quais ocorrem as palavras que expressam ações, processos, estados ou mudança de estado do sujeito. Morfologicamente, por outro lado, o verbo é a classe que inclui categorias de gênero, pessoa, número, modo, tempo, aspecto, voz, dentre outras, enquanto, do ponto de vista sintático, os verbos estabelecem relações com nomes (sujeito/predicado; agente/ação; paciente/ação).

Nos ateremos, neste trabalho, à caracterização morfológica dos verbos em Mehináku (Arawak), sobretudo no que se refere à apresentação dos elementos, entendidos aqui como morfemas, que os compõem. Não deixaremos de tratar, todavia, da relação sintática que os verbos estabelecem com outros elementos, quando necessário.

Os verbos, em Mehináku, dividem-se transitivamente em dois tipos: (i) verbos transitivos, que requerem dois argumentos obrigatórios (um agente/sujeito como argumento externo [Arg. 1] e um objeto como argumento interno [Arg. 2]), conforme (01a/b), abaixo, e (ii) verbos intransitivos, que admitem apenas um argumento (um sujeito como argumento externo [Arg. 1]), como em (01c/d). Vejamos:

(01)

[Arg. 1+V+ Arg. 2]		[Arg. 1+V+ Arg. 2]	
a. <i>n-epehe</i>	<i>nihĩti</i>	b. <i>ni-kifuta</i>	<i>kupati</i>
1SG-assei	carne	1SG-cortei	peixe
‘Eu assei carne’		‘Eu cortei o peixe’	
[Arg. 1+V]		[Arg. 1+ V]	
c. <i>n-apaitsa-wi</i>		d. <i>Yanumaka</i>	<i>ahumatsa-pai</i>
1SG-cantei-PSD		onça	correr-IMPERF
‘Eu cantei’		‘A onça está correndo’	

Reparemos, pelos exemplos apresentados acima, que aos verbos são combinados alguns afixos. O sujeito pronominal, por exemplo, é marcado por meio de um prefixo à esquerda do predicado, como em (01a-c), enquanto categorias como as de tempo passado, como em (01c) e aspecto imperfeito, em (01d), são marcadas por meio de sufixos à direita do verbo. Nas subseções seguintes, conheceremos um pouco mais a respeito desses morfemas, a fim de que possamos compreender melhor a estrutura morfológica dos verbos em Mehináku.

2.1. Os prefixos pronominais

Conforme vimos acima, alguns pronomes pessoais aparecem adjungidos prefixalmente à esquerda dos verbos. Estamos assumindo, neste trabalho, que estes prefixos pronominais são formas reduzidas dos pronomes pessoais plenos da língua Mehináku. Nossa decisão leva em consideração, sobretudo, o sistema de marcação de posse da língua, que apresenta os mesmos tipos de pronomes reduzidos, mas anexados aos nomes.

A relação entre pronomes plenos e reduzidos que aqui assumimos pode ser vista no Quadro 1, abaixo, em que apresentamos à esquerda os pronomes plenos da língua, e à direita suas respectivas formas reduzidas, quando em adjunção aos verbos, com seus também respectivos alomorfes. Vejamos:

Quadro 1. Relação entre pronomes plenos e reduzidos em Mehináku

Glosas	Formas Plenas		Formas Reduzidas		Alomorfes
1SG	natu	→	nu-	→	ni- ~ na- ~ ni- ~ ne- ~ n-
2SG	pitsu	→	pi-	→	pa- ~ pi- ~ pe- ~ pu ~ p-
3SG	Ø	→	i-	→	i- ~ in-
1PL	aitsu	→	aw-	→	a-
2PL	jitsu	→	ji-	→	ji-
3PL	Ø	→	i-	→	i- ~ in-

Alguns exemplos de uso desses prefixos pronominais em Mehináku podem ser vistos em (02), a seguir:

(02)

a. nu-tuka-wi-ku

1SG-beber-PSD-DECL

‘Eu bebi’

b. pu-tuka-wi-ku

2SG-beber-PSD-DECL

‘Você bebeu’

c. Ø-tuka-wi-ku

3SG/PL-beber-PSD-DECL

‘Ele/Eles beberam’

d. Aw-tuka-wi-ku

1PL-beber-PSD-DECL

‘Nós bebemos’

Como vimos, acima, os prefixos pronominais em Mehináku apresentam muitas formas alomórficas. Essa variedade alomórfica se dá, a nosso ver, em virtude dos processos morfofonológicos dos quais participam esses pronomes. Um desses processos, por exemplo, é a harmonização vocálica. Os pronomes reduzidos em Mehináku sofrem

um processo de harmonização vocálica a depender do tema (verbal ou nominal) a que se anexam.

Em (03a), por exemplo, é possível ver que a vogal do prefixo pronominal, que em sua forma reduzida é *u-*, como em *nu-*, se transforma em *i-*, como em *ni-*, por harmonizar-se vocalicamente com a primeira vogal do tema verbal que o segue. Em (03b), por sua vez, essa mudança não ocorre, pois, a primeira vogal do tema nominal *pulanuma* ‘barba’ coincide com a vogal do prefixo de primeira pessoa *nu-*, em sua forma reduzida.

(03)

- | | | | | |
|----|-----------------------|----------|----|---------------|
| a. | ni-kɨfuta | araukuma | b. | nu-pulanuma |
| | 1SG-cortei | galinha | | 1SG-barba |
| | ‘Eu cortei a galinha’ | | | ‘Minha barba’ |

Mas há, ainda, em Mehináku, outro fenômeno interessante que ocorre com os pronomes quando estes estão adjungidos aos verbos ou nomes: podem sofrer apagamento vocálico quando o tema que os segue se inicia por vogal. Vejamos esse processo em (04), a seguir, em que [Ø] indica a vogal apagada:

(04)

- | | | | |
|----|---------------------|----|-------------|
| a. | n[Ø]-apaitsa-wi-ku | b. | n-ana |
| | 1SG-cantei-PSD-DECL | | 1SG-pilão |
| | ‘Eu cantei’ | | ‘Meu pilão’ |

2.2. A categoria de Tempo Verbal

O tempo verbal, segundo Comrie (1976), está relacionado a uma situação que se refere a outro tempo de fala. Assim, as noções de presente, passado e futuro, ou seja, os três tempos verbais mais comuns à maioria das línguas do mundo descrevem, respectivamente, o momento simultâneo, o momento anterior e o momento subsequente ao tempo de fala, ou, em outras palavras, ao momento de enunciação.

Em seu tradicional esboço da escala temporal, Comrie (1985b) assinala um marco zero, que representaria o tempo presente, estando todas as ações relativas ao passado assinaladas à esquerda, enquanto todas as ações relativas ao futuro estariam dispostas à direita desta escala. Vejamos este esboço no quadro abaixo.

Quadro 1. Representação para a análise do tempo

Passado	0	Futuro
---------	---	--------

Fonte: Comrie (1985b, tradução nossa)

Nesta escala, parecem-nos muito bem assinaladas as noções de tempo presente, passado e futuro.

Pela análise inicial da morfologia verbal do Mehináku, contudo, conseguimos perceber que esta língua não parece fazer distinção entre passado, presente e futuro, como proposto na escola de Comrie (1976), mas apenas entre passado e não-passado, uma vez

que o presente não é marcado morfologicamente na língua. As ações no presente, neste idioma, parecem estar ligadas ao aspecto imperfectivo, ou seja, a um período de tempo em curso, não acabado.

Nesse sentido, concordamos com Comrie (1976, p. 66, tradução nossa), quando o autor afirma que “uma vez que o tempo presente é essencialmente usado para descrever, em vez de narrar, ele é essencialmente imperfectivo, contínuo ou habitual, e não perfectivo”, conforme veremos na seção seguinte.

Os tempos passado e não-passado (incluindo-se nesse ínterim o futuro), em contrapartida, são morfologicamente marcados em Mehináku. O passado é marcado pelo morfema [-wi], que vem adjungido à direita do verbo, e é utilizado na língua para indicar ações que antecedem o momento da enunciação, ou seja, que já ocorreram. Vejamos, em (05), abaixo, exemplos de construções predicativas no passado.

(05)

a. n-aitʃa-wi-ku

1SG-comer-PSD-DECL

‘Eu comi’

b. n-utuka-wi-ku

1SG-beber-PSD-DECL

‘Eu bebi’

Esses sufixos, assim como ocorre com os prefixos que mostramos na seção anterior, podem sofrer harmonização vocálica, a depender da natureza da última vogal do tema a que estão anexados. É possível encontrar, por exemplo, alguns alomorfes dos morfemas de tempo, como [-wi], para o tempo passado, e [li], para o tempo futuro, quando a última vogal do tema a que se adjungem for central. Nesses casos, como é possível ver, a vogal do morfema (sufixo) se combina com a vogal do tema.

O tempo futuro, por sua vez, é expresso morfologicamente no verbo por intermédio do sufixo [-la], conforme é possível ver nos exemplos em (06) seguintes. Este sufixo é responsável por indicar que o momento de ocorrência do fato enunciado é posterior à própria enunciação.

(06)

a. aw-apaitsa-la

1PL-cantar-FUT

‘Nós cantaremos’

b. pi-tʃ²atumala-la

2SG-trabalhar-FUT

‘Você trabalhará’

Estamos assumindo, neste trabalho, que estes morfemas se comportam como marcas de tempo futuro, em especial porque se comportam de forma análoga à dos morfemas marcadores de tempo passado.

2.3. A categoria de Aspecto Verbal

De acordo com Lyons (1977), diferentemente do tempo, o aspecto não constitui uma categoria dêitica e também não faz referência ao momento da enunciação. O aspecto está relacionado, nesse sentido, ao movimento, ao modo como se produz uma ação, ao resultado da ação, isto é, à constituição temporal interna dos eventos (TRASK, 2006).

² Ocorre, em Mehináku, uma palatalização das consoantes oclusivas quando estas são antecedidas por i-.

A noção de aspecto, segundo Comrie (1985b), é a menos discutida entre as línguas do mundo, de modo que as noções de aspecto mais conhecidas na tradição gramatical e nos estudos linguísticos são, em geral, as de perfectividade (de ação acabada, realizada) e imperfectividade (ação inacabada).

Há, entretanto, para além somente das noções de aspecto perfectivo e aspecto imperfectivo, outros tipos de aspecto encontrados nas línguas do mundo, como o aspecto prospectivo, que indica uma ação que ainda está por vir/por acontecer; o aspecto frustrativo, que assinala ações que, por alguma razão, não foram concluídas ou foram quase concluídas; o aspecto inceptivo, que é responsável por assinalar o início de uma ação, e assim por diante.

Em Mehináku, até o presente momento, encontramos dois tipos de aspecto verbal: o perfectivo e o imperfectivo.

Diferentemente do aspecto perfectivo (ação completada), o aspecto imperfectivo chama a atenção para a duração de uma ação. De modo geral, enquanto o tempo verbal designa a constituição temporal externa, a noção de aspecto é responsável pelas diferentes maneiras de se perceber ou de se observar a constituição temporal interna de uma situação (COMRIE, 1976).

Nessa língua, parece haver uma distinção clara entre a marcação de aspecto e a de tempo, uma vez que o aspecto perfectivo (ação acabada) é não-marcado (ou marcado pelo morfema zero [-Ø]), enquanto o aspecto imperfectivo (ação não acabada) é marcado no verbo por meio do morfema -pai.

Estamos afirmando que as noções de tempo e aspecto são claramente distintas nesta língua sobretudo porque as marcas morfológicas encontradas nos verbos são diferentes entre si. Assim, se observarmos o caso da marcação de passado em Mehináku, veremos que o morfema utilizado para assinalar essa noção é muito diferente daquele utilizado para marcar ações acabadas e, portanto, o aspecto perfectivo nessa língua.

Vimos, há pouco, que o aspecto perfectivo é não-marcado, ao contrário do que vimos com o tempo passado, que embora também sinalize ações que ocorreram num passado e que, portanto, já terminaram, é marcado por meio do sufixo [-wi]. A diferença, portanto, entre o aspecto perfectivo e o passado, em Mehináku, é que o aspecto perfectivo parece indicar ações que ocorreram no passado, mas que não podem ser determinadas categoricamente no tempo.

Em outros termos, os verbos são não marcados quando não se determina em que momento do passado a ação enunciada terminou. É possível, por exemplo, que um fato tenha ocorrido e terminado há mil anos, há cem anos, há dez anos ou há poucos minutos. Nestes casos, o verbo não recebe nenhuma marcação morfológica, como podemos ver pelos exemplos em (07), abaixo:

(07)

- | | | | | | |
|----|---------------------|--------|----|--------------------|------|
| a. | nĩ-kiʃuta-Ø | kupati | b. | aw-tukapi-Ø | uni |
| | 1SG-cortei-PERF | peixe | | 1PL-bebemos-PERF | água |
| | ‘Eu cortei o peixe’ | | | ‘Nós bebemos água’ | |

O aspecto imperfeito, por sua vez, é marcado pelo sufixo -pai e é utilizado, como já dissemos, para indicar ações/fatos não acabados. Este aspecto parece abarcar, em Mehináku, duas noções: uma de habitualidade, ou seja, de uma ação que costuma acontecer sempre e, por isso, é repetitiva, é um hábito; e outra de duração, de continuidade, de uma ação que está em curso no momento da enunciação.

Na seção anterior, havíamos dito que o Mehináku faz distinção apenas entre passado e não-passado, uma vez que o tempo presente é coberto por marcações aspectuais. Estamos assumindo, assim, que o morfema -pai é utilizado, nesta língua, tanto para marcar acontecimentos que perpassam o presente habitualmente, como em (08a), quanto para marcar acontecimentos que o perpassam de forma contínua, como em (08b). Observemos as sentenças a seguir:

(08)

a. n-apaitsa-pai

1SG-cantar-IMPERF.HAB

‘Eu canto’

b. awayulukumã kayayaka-pai

cachorro

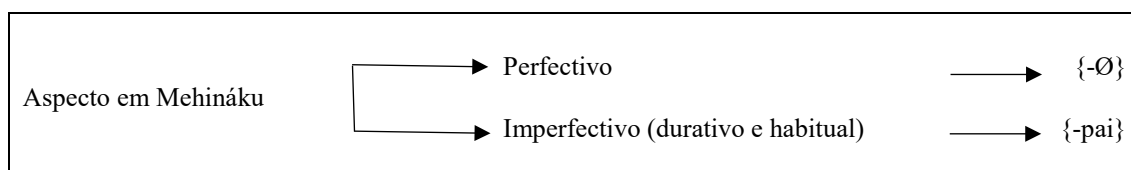
latir-IMPERF.DUR

‘O cachorro está latindo’

Note-se que, em (08a), temos uma ação não acabada, uma vez que o falante pode ter cantado ontem, pode cantar hoje e pode continuar cantando em momentos seguintes ao da enunciação. O que percebemos é que tal ação se trata de um hábito, motivo pelo qual optamos por tratar a ocorrência do morfema -pai em sentenças desse tipo como “aspecto imperfeito habitual”. Em (08b), por sua vez, temos uma ação contínua, que perpassa o presente. Em ambos os casos, temos ações que perpassam o presente, motivo pelo qual optamos por afirmar que o Mehináku assinala o presente aspectualmente, mas que não podem ter seu início e fim determinados em termos cronológicos. Fica evidente, assim, que estamos tratando da constituição temporal interna dos eventos.

Em termos esquemáticos, poderíamos propor, então, que nossa análise da língua Mehináku revelou dois tipos possíveis de aspecto verbal, conforme mostramos no quadro a seguir:

Quadro 3. Esquema dos tipos de aspecto verbal em Mehináku



Fonte: Elaboração própria

Um perfectivo representa ações acabadas e é morfologicamente marcado na língua pelo sufixo [-Ø] e um imperfeito abarca noções de habitualidade e duração e é representado pelo morfema -pai.

Considerações finais

Nosso intuito, neste trabalho, foi mostrar, ainda que brevemente, como se comporta a morfologia verbal do Mehináku. Embora este seja um estudo preliminar, já é possível perceber que esta língua apresenta uma morfologia verbal complexa, uma vez que concorrem no verbo, além dos prefixos de pessoa, morfemas de tempo e aspecto.

Os prefixos de pessoa ocorrem, como vimos, à esquerda do verbo e, quase sempre, em sua forma reduzida. As vogais desses prefixos podem sofrer harmonização vocálica, a depender da qualidade ou natureza da vogal do tema em que tais prefixos estão anexados. Os morfemas de tempo e aspecto, por outro lado, ocorrem à direita do verbo, na forma de sufixos, e suas vogais também podem sofrer harmonização vocálica.

Propomos, neste trabalho, que a língua Mehináku apresenta somente a diferença entre passado e não-passado, bem como dois tipos de aspecto verbal. É possível, entretanto, dado o caráter incipiente desta análise, que outros morfemas possam ser encontrados nessa língua. Acreditamos, por exemplo, que o Mehináku apresente morfemas de modo, sobretudo de modo declarativo, como parece ser a função de –ki, conforme em (03), e, ainda, alguns outros sufixos marcadores de aspecto, que não apenas os que aqui foram apresentados. Há em Mehináku, por exemplo, sentenças como em (09), abaixo:

(09)

a. n-ukuti-tʃati-keku

1SG-acordar-?-?

‘Acabei de acordar’

Nessas sentenças, ainda é preciso determinar a função dos morfemas – tʃati-keku. Nossa hipótese inicial é de que haja, nestes casos, uma marcação aspectual de inceptivo, uma vez que as sentenças parecem assinalar o início de uma ação, mas são necessários novos dados para confirmar tal proposição.

Ademais, ainda conseguimos mostrar, rapidamente, como se comportam os argumentos verbais na língua. Mostramos, por exemplo, que, enquanto o argumento externo do verbo a ele está associado morfológicamente, o argumento interno só é marcado sintaticamente.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Areal diffusion, genetic inheritance, and problems of subgrouping: a north arawak case study. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Eds.). *Areal diffusion and genetic inheritance*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 167-194.

AWETÍ, M. M. *Uma descrição preliminar das classes de palavras da língua Mehináku, com foco especial na classe dos nomes*. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

_____. *Language Universals and Linguistic Typology*. Oxford: Basil Blackwell, 1985a.

_____. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b.

- COMRIE, B.; SMITH, G. Questionnaire. *Lingua Descriptive Studies*, 1977.
- CORBERA MORI, A. Relações entre grafemas e segmentos nos vocabulários Waurá e Mehináku de Steinen (1866[1940]). *Revista de Estudos da Linguagem*, UESB, Salvador, n. 3, p. 143-157, 2006.
- _____. Correspondencias entre grafemas y segmentos en los vocabularios Waurá e Mehináku de Steinen (1866[1940]). *Baciyelmo* (Letras. Imágenes. Creación), v. 2, p. 78-96, 2008a.
- _____. Aspectos da fonologia Segmental do Mehináku. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 63-72, 2008b.
- FRANCHETTO, B. Línguas e história no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu. História e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 111-156.
- GREGOR, T. *Mehináku: O Drama da vida diária em uma aldeia do alto Xingu*. São Paulo: Editora Nacional (Brasileira), 1982.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (IPA). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: University Press, 1977.
- MEHINAKO, M. *Imiyehünaku Iyayakatakú (Livro na língua materna do povo Mehinaku)*. Cáceres: Editora da UNEMAT, 2013.
- MENEZES, M. L. P. *Parque Indígena do Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SCHACHTER, P.; SHOPEN, T. Parts-of-Speech systems. In: _____. *Language Typology and Syntactic Description: Clause Structure*. Second Edition, v.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, T. C. de S. *Estudo preliminar da fonologia da língua Mehináku*. 1990. 49 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.
- STEINEN, K. von den. *Entre os aborígenes do Brasil central*. Tradução de Egon Schaden. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940[1894].
- TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Contexto, 2006.
- WISE, M. R. Grammatical characteristics of preandine arawakan languages of Peru. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 567-642.

Recebido em: 24/08/2017

Aprovado em: 15/02/2018

Proficiência e atitudes linguísticas de estudantes Kaingang de ensino fundamental e médio da terra indígena de Faxinal (Cândido de Abreu/PR): diagnóstico inicial

Elisangela Wilchak Queiroz

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

elisangelawq@gmail.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1357-3938>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1942>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre as atitudes manifestadas em relação às línguas portuguesa e kaingang por crianças e adolescentes indígenas da Terra Indígena de Faxinal, município de Cândido de Abreu/PR, estudantes do Colégio Estadual Indígena Professor Sergio Krigriyaya Lucas. Do ponto de vista teórico, para discutir a questão das atitudes linguísticas nos baseamos em Corbari (2012). Metodologicamente, realizamos uma pesquisa quali-quantitativa com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, do referido Colégio Estadual Indígena. Cada aluno respondeu a um questionário de perguntas abertas que permitiram fazer um levantamento sobre as atitudes relativas às línguas Kaingang e portuguesa.

Palavras-chave: atitudes linguísticas; identidade; língua.

Habilidades y actitudes lingüísticas de estudiantes Kaingang de enseñanza fundamental y media de la tierra indígena de Faxinal (Cândido de Abreu/PR): diagnóstico inicial

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar un estudio sobre las actitudes manifestadas en relación a las lenguas portuguesa y kaingang por niños y adolescentes indígenas de la Tierra Indígena de Faxinal, municipio de Cândido de Abreu/PR, estudiantes del Colegio Estatal Indígena Profesor Sergio Krigriyaya Lucas. Desde el punto de vista teórico, para discutir la cuestión de las actitudes lingüísticas nos basamos en Corbari (2012). Metodológicamente, realizamos una investigación cuali-cuantitativa con alumnos del 6º año de la Enseñanza Fundamental al 3º año de la Enseñanza Media, del referido Colegio Estatal Indígena. Cada alumno respondió a un cuestionario de preguntas abiertas que permitieron hacer un estudio sobre las actitudes relativas a las lenguas kaingang y portuguesa.

Palabras-clave: actitudes lingüísticas; identidad; lengua.

Introdução

As perguntas que tentamos responder no decorrer dessa pesquisa referem-se ao valor atribuído pelos indígenas à língua Kaingang e portuguesa e ao papel que cada uma dessas línguas exerce dentro do grupo.

Sendo assim, trazemos como objetivo geral identificar a proficiência em português e Kaingang de crianças e adolescentes Kaingang de Faxinal, bem como as atitudes linguísticas que esses manifestam em reação às mesmas línguas. Como objetivos específicos, pretendemos identificar o nível de proficiência em português, na visão dos

próprios participantes, em cada uma das habilidades; reconhecer o nível de proficiência em Kaingang, na visão dos próprios participantes, em cada uma das habilidades; fazer um levantamento das atitudes manifestadas pelos participantes em relação à língua portuguesa e fazer um levantamento das atitudes manifestadas pelos participantes em relação à língua Kaingang.

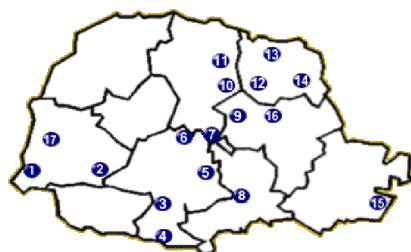
1.1 Conhecendo a Terra Indígena de Faxinal

A Terra Indígena de Faxinal, local onde esta pesquisa foi realizada, se localiza bem ao centro do estado do Paraná, pertencente ao município de Cândido de Abreu. Possui uma área de 2.043,9 hectares e uma população de aproximadamente 600 pessoas, da etnia Kaingang (IBGE, 2012).



Mapa 1 – Município de Cândido de Abreu, no Paraná, onde se localiza a Terra Indígena de Faxinal.
Fonte: Google Maps

Existem no Paraná as etnias Kaingang, Guarani e Xetá. Ao todo são aproximadamente 9.015 indígenas que habitam um total de 85.264,30 hectares de terras, distribuídos em 17 Terras Indígenas, como se pode observar no Mapa 2.



Mapa 2 – Terras Indígenas localizadas no Estado do Paraná.
Fonte: Google Maps

Quadro 1 – Nome das Terras Indígenas demarcadas no Estado do Paraná

1	Reserva Indígena Ocoí	10	Reserva Indígena Apucarantina
2	Reserva Indígena Rio das Cobras	11	Reserva Indígena Barão de Antonina
3	Reserva Indígena de Mangueirinha	12	Reserva Indígena São Jerônimo da Serra
4	Reserva Indígena de Palmas	13	Reserva Indígena Laranjinha
5	Reserva Indígena Marrecas	14	Reserva Indígena Pinhalzinho
6	Reserva Indígena Ivaí	15	Reserva Indígena Ilha da Cotinga
7	Reserva Indígena Faxinal	16	Reserva Indígena Mococa
8	Reserva Indígena Rio D'Areia	17	Reserva Indígena Tekoha-Añetê
9	Reserva Indígena Queimadas		

Fonte: Google Maps

Além do Paraná, os Kaingang habitam também o estado de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas há anos eles ocupavam um território muito maior. De acordo com os apontamentos de Neolli (2002, p. 243 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 62), os Kaingang:

Apontados pelo Instituto Socioambiental – ISA – como a terceira maior população indígena em número de indivíduos – mais de 24 mil pessoas – o povo Kaingang é considerado herdeiro ou remanescente de populações caçadoras-coletoras préceramistas que viveram no território hoje chamado de Brasil, desde aproximadamente 2500 anos antes do presente.

Ainda para Soares (2008, p. 45 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 62), "os Kaingang são os descendentes dos povos pertencentes à Tradição Taquara, um povo que era construtor de casas subterrâneas e que viveu entre 8000 a 2000 anos a.p. nas regiões do sul do Brasil, parte da Argentina e do Paraguai".

Os Kaingang viveram livres na região do sul do país até o século XIX quando houve a ocupação do território pelos não indígenas. As primeiras tentativas de ocupação das terras indígenas Kaingang, Guarani, Xokleng e Xetá iniciaram-se no estado do Paraná. A reação dos indígenas foi muito violenta. Os brancos que tentavam ocupar o território, até então habitado apenas pelos indígenas, trouxeram presentes para os indígenas com o intuito de ganhar a confiança deles. No entanto, isso não aconteceu e as expedições tiveram que abandonar seus postos, voltando apenas 40 anos depois.

Hoje na Reserva Indígena de Faxinal habitam indígenas da etnia Kaingang, falantes da língua indígena denominada também Kaingang, que é pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Segundo Rodrigues (2012, p. 61): "O termo *Kanhgág* ou *Kaingang* quer dizer homem ou homem do mato".

Algumas Terras Indígenas paranaenses são compostas de indígenas de etnias distintas, como é o caso da T.I. de Mangueirinha e do Rio das Cobras, em que vivem indígenas Kaingang e Guarani. Cada etnia possui seu cacique e os outros membros da liderança. De acordo com Rodrigues (2012, p. 93), na Terra Indígena de Faxinal,

Não há divisão em aldeias. A população reside ao entorno dos postos de serviços existentes – o extinto escritório da Funai, a escola, o posto de saúde, as igrejas, o clube de baile, a pastoral da criança. As residências estão construídas próximas umas das outras, formando uma área central.

Com relação à política, a escolha do cacique é feita por votação. O que receber mais votos fica no posto por quatro anos. No entanto, segundo Rodrigues (2012, p. 117): "uma das primeiras lições que aprendi sobre os Kaingang foi a de que o chefe é um *subalterno da comunidade*. Ele está cacique hoje, amanhã, se desagradar seus pares pode não estar mais".

Há algum tempo, os professores indígenas vêm participando de cursos de formações, o que propicia, segundo Rodrigues (2012, p. 132), "O resgate e a preservação das tradições e costumes". Durante os seus cursos e convivência com não indígenas, eles vão internalizando e incorporando os conteúdos que aprendem no cotidiano. Não são muito apegados ao passado, porque muitas vezes o passado não traz boas recordações. Muitos passaram fome, não tinham casa, viviam muito precariamente. Eram épocas muito difíceis, e agora consideram que vivem bem melhor do que antes, um dos motivos pelos quais não lhes faz bem recordar o passado.

É um povo de tradição oral, mas que, aos poucos, vem agregando à sua cultura também a escrita. Isso ocorre principalmente devido ao processo de escolarização, pois há vários alunos cursando o ensino médio e superior. A influência da formação dos não indígenas causa esta associação da preservação da cultura e de seus saberes à escrita, o que não quer dizer que a oralidade acabará. O que ocorreu foi que, mesmo depois de tanta violência e imposições que sofreram, houve uma reinvenção e atualização da sua forma de viver. Ainda nos dias de hoje, há muitos professores não indígenas nas escolas das aldeias, mas a tendência é mudar esta realidade, pois os indígenas estão cada vez mais à procura de formação, almejando um dia ter nas escolas das aldeias indígenas uma maioria de professores indígenas.

1.2 Realidade linguística da T.I. de Faxinal: o que dizem os dados do último Censo

Por meio dos dados coletados no Censo de 2010, podemos ter acesso a algumas informações referentes à comunidade indígena de Faxinal no Paraná. Os dados estão disponíveis no *site* do IBGE para consulta a todos os interessados. Os que vamos utilizar nesta pesquisa são os dados referentes à autodeclaração como indígenas e os que dizem respeito “à condição de falar língua indígena no domicílio”.¹

Na Figura 1, temos o total de habitantes até o ano de 2010, cerca de 600 pessoas – como já mencionamos – que se declaram indígenas e um número muito pequeno, cerca de 1%, que não se declara indígena, mas se considera.

¹ Esclarecemos que, a partir dos dados do Censo (IBGE, 2010), fazemos observações apenas sobre uso de língua indígena, pois a pesquisa não fornece dados sobre uso de língua portuguesa.

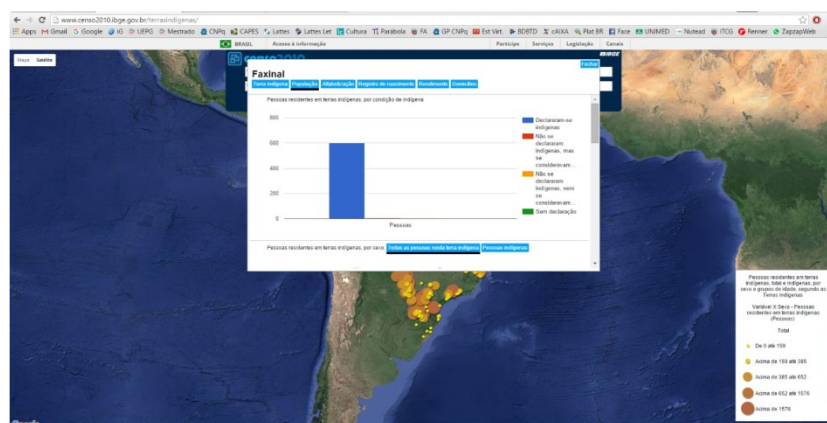


Figura 1 – Quantidade de pessoas residentes na T.I. de Faxinal, por condição de indígena
Fonte: IBGE (2010)

A diferença entre se declarar e se considerar indígena, para o IBGE, é que o primeiro é oriundo de resposta à pergunta sobre a etnia do entrevistado. Já a “consideração” é fruto de pergunta específica a ser feita em Terras Indígenas, a quem não se autodeclarava indígena, na pergunta sobre a etnia. Em Faxinal, como os dados mostram, a autodeclaração é recorrente, o que pode significar que a visão de si mesmo como indígena não é uma questão.

A Figura 2 refere-se ao número de pessoas que se declaram falantes de língua indígena em domicílio. Do total de habitantes da comunidade, 98,7% se declararam falantes de língua indígena. Apesar de o número de pessoas que não declararam falar língua indígena ser muito pequeno, é importante ressaltar que isso não significa que estas não saibam de fato. Muitas vezes, isso ocorre em função da insegurança que a condição de bilingue proporciona. Segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 39): "A insegurança provém da sensação que nenhuma das duas línguas foi totalmente aprendida", ou seja, devido à constante exposição dos falantes indígenas às duas línguas, indígena e portuguesa, tem-se a "sensação" de não possuir conhecimento suficiente em nenhuma das línguas a ponto de declarar isso.

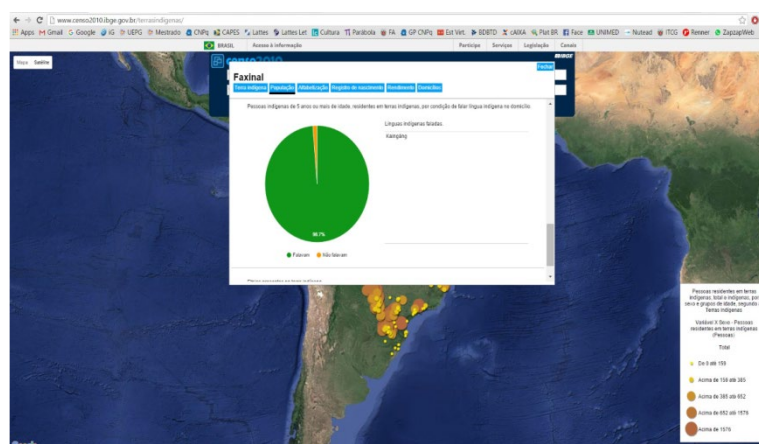


Figura 2 – Quantidade de falantes de língua indígena no domicílio residentes na T.I. de Faxinal
Fonte: IBGE (2010)

2.1 Língua materna e segunda língua/língua estrangeira

Quando falamos em língua materna (doravante LM), a definição do senso comum é a de que esta é a primeira língua que aprendemos e a que mais falamos, portanto em que temos grande proficiência: "É a língua que aprendemos em casa, ou a primeira língua". Já a segunda língua (doravante SL) e língua estrangeira (doravante LE) seria(m) aquela(s) "para além" da LM, língua em que, ao contrário da LM, temos uma proficiência menor. Por fim, ainda na perspectiva do senso comum, um indivíduo é considerado bilíngue quando "domina" duas línguas, as "fala bem", de modo que manifesta uma proficiência semelhante em ambas.

Por outro lado, na literatura da área, os conceitos não são tão simples ou simplificados. No que se refere à LM, Spinassé (2006, p. 5.) a define como Língua (L1), com alguns aspectos que devem ser levados em conta:

A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tampouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não-linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade, e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso de bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa, e ambas valem como L1.

O *status* da LM pode variar, portanto, tal como vimos no exemplo acima. Por isso, conceituar o que vem a ser LM é algo mais difícil do que parece. É preciso levar em conta o contexto e os vários aspectos citados por Spinassé (2006). Segundo ela, para classificar uma língua como LM não se deve apenas considerar a língua que aprendemos primeiro, mas todos os outros fatores que envolvem o uso da língua. Além da LM, há em muitas situações também a SL e, no que se refere a ela, Spinassé (2006, p. 6) afirma que esta "[...] não é necessariamente uma segunda, no sentido de que haverá uma terceira, uma quarta, e assim por diante. 'Segunda' está para 'outra que não a primeira (a materna)'. No entanto, isso não quer dizer que toda língua que aprendemos depois da LM seja uma SL, pois tudo vai depender de como se dá o uso de cada uma delas. Para Spinassé (2006, p. 6):

Diferenciando, porém, do conceito de Língua Estrangeira (LE), uma Segunda Língua é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contato mais intensivo com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social. Para o domínio de uma SL é exigido que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade. Do contrário, no processo de aprendizado de uma LE não se estabelece um contato tão grande ou tão intenso com a mesma. A grande diferença é que a LE não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, enquanto a SL desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade. (SPINASSÉ, 2006, p. 6).

2.2 Escola Indígena Bilíngue

Para algumas comunidades indígenas paranaenses, como é o caso da comunidade em que este trabalho foi realizado, o bilinguismo é uma realidade vivida todos os dias. Trata-se de uma condição praticamente obrigatória, pois os indígenas falam língua indígena e precisam saber português, que é a língua dominante na escola, na cidade e nos contatos com quaisquer não indígenas. Segundo Almeida (2011, p. 3992),

O Bilinguismo para os indígenas assume um caráter compulsório. A esses não é dada a possibilidade de escolha. O domínio da língua portuguesa é uma obrigação. Tanto na situação de contato com a sociedade majoritária, quanto em diferentes domínios sociais das aldeias, existe uma “necessidade imperiosa” de falar português, sendo a questão do “pertencimento” um dos fatores que se sobrepõem, apresentando-se mesmo como prioridade, principalmente para jovens e adolescentes.

Partindo do princípio de que a língua portuguesa é imposta aos indígenas, houve a necessidade de se organizar a escola indígena de forma que a escola dentro da aldeia se torne algo positivo e não mais um meio de intervenção na cultura, língua e vida desses povos.

Desta forma, as primeiras Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena foram propostas em 1999 pelo Conselho Nacional da Educação através da sua Câmara de Educação Básica. As normas foram fixadas pelo Parecer CNE/CEB 14/99 e a Resolução CNE/CEB 3/99 e outras legislações baseadas na Constituição de 1988. Essas normas vêm com o objetivo de orientar que todas as escolas situadas em Terras Indígenas no Brasil sejam diferenciadas em currículo, calendário, professores, materiais didáticos, de modo que haja uma articulação entre a cultura indígena e a cultura da população dominante no país. Por isso, *é preciso* que a escola seja bilíngue, fazendo uso da língua indígena e portuguesa em todo o processo educacional de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas.

De modo geral, a partir dos dados levantados para a elaboração desta pesquisa na Escola Estadual Indígena Professor Sérgio Krigrivaja Lucas, na Terra Indígena de Faxinal, pudemos observar que, apesar de a comunidade indígena utilizar a língua materna Kaingang para se comunicar no cotidiano, a língua portuguesa está também muito presente, principalmente na escola, entre os adolescentes. Já as crianças e os mais velhos demonstraram que têm mais dificuldade em falar português, pois são os que têm menos contato com a língua portuguesa, a maior parte das crianças chega à escola falando apenas a língua indígena. Esses resultados fazem com que se reflita em que termos a referida escola atende as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena, no sentido de realizar um trabalho bilíngue que tanto dê aos indígenas subsídios para a interação com a sociedade fora da aldeia por meio da língua portuguesa quanto promova a valorização da língua indígena.

Nesse sentido, na sequência faremos algumas reflexões sobre as noções que apresentamos nas seções anteriores na visão dos indígenas, pois eles são os principais interessados em ter uma escola de qualidade, que atenda suas demandas linguísticas, que podem não ser colocadas do mesmo modo como fazem as Diretrizes ou mesmo os estudos sobre bilinguismo na Linguística Aplicada.

2.3 A noção de Língua Materna para os indígenas

Na seção 2.1 deste trabalho, trouxemos o conceito de LM tal como proposto nos estudos da Linguística Aplicada. No entanto, é importante ressaltar que as proposições dos teóricos são passíveis de revisão e discussão, considerando-se que a todo momento podemos ter conhecimento de situações linguísticas até então ignoradas. Ou seja, nosso objetivo é mostrar que, quando se trata de língua, devemos manter a mente aberta para novas possibilidades.

Retomando o conceito de Spinassé (2006), a língua materna não é apenas a que aprendemos primeiro. Ela pode inclusive mudar, se uma segunda língua vir a se tornar uma língua materna para determinado indivíduo, dependendo do contexto em que está inserido. É uma realidade totalmente considerável, levando em conta os exemplos dados pela autora, afinal, para cada indivíduo a função da língua é mutável e nós a adequamos de acordo com nossas necessidades.

No entanto, já há levantamentos (NASCIMENTO, 2014) indicando que, para indígenas brasileiros, a língua materna é a língua indígena, independentemente se eles a aprenderam primeiro ou depois, na escola, ou mesmo se não a falam ou falam pouco. A noção de língua materna tem mais a ver com identidade como indígena, portanto, na Terra Indígena de Faxinal, a língua materna de quase a totalidade dos indígenas é o Kaingang, porque de fato é a língua mais falada (em muitos casos a única), conforme dados levantados para este trabalho e os do último Censo (IBGE, 2010); é também a língua que ratifica a identidade como indígena.

Por essa razão, no caso de um indígena de Faxinal passar a ter que se comunicar somente em português, como acontece quando ele tem de sair da T.I. para estudar, por exemplo, este continuará considerando que sua língua materna é a língua indígena. Ou seja, independente do grau de proficiência, ou da idade que tinha quando a aprendeu ou como aprendeu, muito mais por questão de pertencimento (AMARAL, 2010), de identidade, ela será sempre a sua língua materna, independentemente de quantas línguas ele aprenda ou faça uso depois.

Além da questão da proficiência em língua portuguesa e em língua indígena, esse trabalho também se propôs a fazer um levantamento inicial sobre as atitudes que os Kaingang de Faxinal manifestam em relação a essas línguas. Por essa razão, na seção seguinte abordaremos algumas noções importantes relativas aos estudos sobre atitudes linguísticas.

2.4 Atitudes Linguísticas: conceitos

Segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 69), “As atitudes linguísticas constituem reações subjetivas a uma forma de linguagem. São juízos de valor sobre uma dada variedade linguística”. Complementando, Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 70) afirmam que:

A construção da identidade de um indivíduo é um processo contínuo ao longo da vida e é profundamente marcada pelas respostas dadas pelo grupo que o circunda, desde a infância. As atitudes em relação à língua de que ele é usuário e ao grupo sociolinguístico que ele representa podem determinar a sua relação com essa língua, com esse grupo e também com os demais grupos com que vai interagir.

Como a língua está vinculada ao grupo a que pertencemos, o contexto social irá exercer grande influência sobre a língua e consequentemente as atitudes linguísticas também farão parte deste grupo e da sua identidade, pois:

Usar língua(s) faz parte da vida humana. É por meio dela que os usuários moldam, constituem e sustentam a vida social e a identidade social e individual. É natural, portanto, que toda pessoa, sendo falante de uma ou de diversas línguas em dado ambiente social, tenha visões, opiniões e atitudes sobre sua(s) própria(s) língua(s) e sobre a língua dos outros. Porém, no caso das atitudes linguísticas, o objeto da atitude não são as línguas em si, mas os grupos que as falam. As atitudes linguísticas representam, assim, um componente fundamental da identidade linguística do falante e possibilitam a leitura e compreensão do próprio comportamento linguístico. (CORBARI, 2012, p. 115).

Para Garcia (2009, p. 101), “as atitudes linguísticas funcionam como termômetros na avaliação da vitalidade de uma língua, em especial das minoritárias”, como é o caso das línguas indígenas brasileiras. Ela também propõe que a visão deve partir da comunidade de língua minoritária, e para os estudos das atitudes linguísticas destes indivíduos é possível considerar três pontos ressaltados no mesmo texto por Garcia (2009, p. 101), quais sejam:

1) como os julgamentos da comunidade majoritária relativos à língua minoritária são percebidos e sentidos pela comunidade de língua minoritária; 2) quais são as reações aos julgamentos linguísticos externos, expressos na política de línguas da comunidade de língua minoritária; e 3) como a comunidade de língua minoritária age em relação à língua da comunidade majoritária.

Garcia (2009, p. 102) fala ainda das pressões externas, que influenciam as comunidades minoritárias e podem ser “de natureza histórica, econômica, política, entre outras”, juntamente com os elementos internos que também influenciam as atitudes linguísticas das comunidades minoritárias. Neste contexto, as atitudes são movidas pela interação que existe entre a comunidade majoritária e a minoritária. Sendo assim, as atitudes linguísticas não são escolhidas livremente. No decorrer deste processo, cada comunidade reagirá de uma forma, não sendo possível prever suas atitudes com base apenas no estudo de um dos lados, ou seja, “é fundamental atentar-se para as atitudes linguísticas que, se vistas nos dois extremos, são favoráveis ou contrárias ao uso, à aquisição e à transmissão de uma ou mais línguas” (GARCIA, 2009, p. 102).

Como se pode observar, são muitas as perspectivas a partir das quais podemos estudar as atitudes, no entanto, quando falamos de língua, ou das atitudes linguísticas, devemos dar mais enfoque ao conjunto, não somente à língua em si, mas ao grupo de pessoas que falam determinada língua. É a língua que determina a interação social e que nos identifica como pertencentes a determinado lugar ou povo, de modo que ela faz parte da nossa identidade. Segundo Liebkind (1999 *apud* CORBARI, 2012, p. 115), “usar a língua influencia a formação da identidade de grupo, que, por sua vez, influencia os padrões de atitude e uso linguísticos”.

3. Metodologia

3.1 Pesquisa qualitativa

Nesta seção, vamos apresentar a metodologia que utilizamos nesta pesquisa. No geral, classificamos a pesquisa como de caráter qualitativo, embora utilize elementos de pesquisa quantitativa. De acordo com Godoy (1995, p. 21), segundo a perspectiva da pesquisa qualitativa:

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando /I “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Como este trabalho visa identificar atitudes linguísticas e o grau de proficiência em língua Kaingang e portuguesa, a pesquisa qualitativa é a mais apropriada, pois os dados coletados são descritivos. Além disso, foi possível também coletar uma parte dos dados de forma quantitativa, o qual se levou em consideração a quantidade de pessoas que deram a mesma resposta. Segundo Bogdan e Biklei (1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 44):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. É predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavras ou figuras do que números. Estes dados incluem entrevistas transcritas, notas de campo, fotografias, produções pessoais, depoimentos ou outra forma de documento. A preocupação com o processo é maior do que com o produto. O pesquisador tem como interesse principal estudar um problema e verificar como ele se mostra nas atividades, procedimentos e nas interações cotidianas. O enfoque dos dados pesquisados deve sempre demonstrar a perspectiva dos significados atribuídos pelos participantes. A maneira como os informantes vivenciam e informam uma situação vivida é importante e singular a cada indivíduo. A análise dos dados segue um processo indutivo. Indução é um método mental por intermédio do qual, partindo-se de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas.

3.2 Instrumento de levantamento de dados e participantes

O principal instrumento de coleta de dados deste trabalho foi um questionário em português com dezenove (19) perguntas abertas. Mesmo tendo consciência de que o questionário é um instrumento limitado, optamos por ele em razão de uma série de fatores. Em primeiro lugar está o difícil acesso às comunidades indígenas, o que praticamente inviabiliza um número grande de visitas para coleta de dados; em segundo lugar está a situação delicada de conseguir autorização para entrar em uma Terra Indígena por parte das lideranças, que precisam conhecer a proposta de pesquisa antes de permitir a entrada; em terceiro, é preciso definir na escola, junto à equipe pedagógica, o melhor dia e horário para poder coletar os dados sem que se altere muito a rotina do local.

Por todas essas razões, considerando que teríamos apenas um dia, 05 de maio de 2015, para conversar com professores e fazer o levantamento de dados, optamos pelo instrumento do questionário. Como estava escrito em português, contamos com a ajuda de professores intérpretes de Kaingang para orientar alguns alunos no preenchimento. Optamos também por questões abertas para que pudéssemos ter mais possibilidades de lançar um olhar além do quantitativo. Parte das perguntas era direcionada à avaliação da proficiência em língua portuguesa e em língua Kaingang e outra parte buscava fazer um levantamento das atitudes relativas a essas duas línguas, manifestadas pelos alunos participantes.

Os participantes eram ao todo vinte e nove (29) alunos do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, todos Kaingang, moradores da Terra Indígena de Faxinal.

4. Análise dos Dados

4.1 Proficiência em Língua Portuguesa e em Kaingang

Os dados que nos permitem fazer observações sobre a proficiência em língua indígena foram obtidos a partir das questões 3 a 6, sistematizados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Sistematização das respostas dadas a questões relacionadas à língua indígena

Língua indígena	Kaingang	Sim	Mais ou menos	Não respondeu	Total de pessoas	Total percentual
Você fala língua indígena? Qual (is)?	100%	100%			29	100%
Você sabe ler e escrever em língua indígena?		79,30%	10,35%	10,35%	29	100%
Seu pai fala língua indígena? Qual?	89,65%	89,65%		10,35%	29	100%
Sua mãe fala língua indígena? Qual?	96,55%	96,55%		3,45%	29	100%
Seus avós falam língua indígena? Qual?	96,55%	96,55%		3,45%	29	100%
Qual foi a primeira língua que você aprendeu?	100%				29	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Como é possível observar na Tabela 1, 100% dos alunos que responderam ao questionário disseram que falam língua indígena. Mas quando a pergunta era se sabem ler e escrever na língua indígena, apenas 79,30% responderam que sim, enquanto 10,35% responderam “mais ou menos” e 10,35% não responderam.

Essas respostas nos levam a pensar no papel da escola. Para saber falar uma língua não é preciso ir à escola quando se trata de uma língua falada no contexto em que a pessoa está inserida. No entanto, salvas raras exceções, para ler e escrever, a escola é fundamental. No caso da língua indígena, que é a língua materna dos Kaingang de Faxinal que entrevistamos, eles já a aprendem dentro de casa com os pais e avós desde pequenos. Nesta T.I., estão rodeados de pessoas que falam essa língua. Sendo assim, a responsabilidade da escola é ensinar a ler e escrever em língua indígena.

Os dados sobre proficiência em língua portuguesa vieram das respostas das perguntas 8, 9 e 12 do questionário.

Tabela 2: Sistematização das respostas dadas a questões relacionadas à língua portuguesa

Língua portuguesa	Sim	Não	Professores não indígenas	Não indígenas em geral	Com ambos	Não respondeu
Você fala português?	86,20%	10,35%				3,45%
Com quem você fala português?			58,63%	24,13%	3,45%	13,79%
Você sabe ler e escrever em português?	100%					

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à pergunta “Você fala português?”, 86,20% dos alunos responderam afirmativamente, enquanto 10,35% responderam não saber e 3,45% não responderam. Já em relação à pergunta seguinte, “Com quem você fala português?”, 58,63% responderam que falam com os professores não indígenas, 24,13% com não indígenas em geral, 3,45% com ambos, professores não indígenas e “brancos”, e 13,79% não responderam à questão.

A partir destes dados, podemos observar a importância do papel da escola dentro da Terra Indígena (doravante T. I.) de Faxinal, pois como 100% dos indígenas moradores da T. I. falam a língua Kaingang isso pode causar uma certa dificuldade na comunicação tanto por parte dos professores que não são indígenas e lecionam na escola indígena e também por parte dos alunos. Como a escola exerce uma função importante como mediadora, principalmente nas séries iniciais, com relação às línguas Kaingang e portuguesa, ela vai desempenhar um papel fundamental tanto na preservação da língua indígena, neste caso, a língua Kaingang, como também na aprendizagem da língua portuguesa, que vai possibilitar o acesso ao que está fora da T. I. Como já mencionamos a questão da responsabilidade de a escola ensinar a ler e escrever a língua indígena, podemos perceber, a partir das respostas à pergunta "Você sabe ler e escrever em português?", que este papel também se aplica à língua portuguesa, sendo que 100% dos que responderam a esta pergunta disseram sim.

4.2 Leitura e Escrita em Língua Portuguesa e em Kaingang

Com relação às habilidades nas duas línguas, podemos observar que se sobressai na língua portuguesa a de ler e escrever, pois 100% dos alunos entrevistados responderam que sabem ler e escrever em língua portuguesa.

No caso da proficiência em língua indígena, 79,30% dos alunos responderam que sabem ler e escrever em Kaingang, ou seja, mais uma vez é possível reforçar o papel da escola dentro da aldeia, pois ela auxilia nesta questão.

4.3 Atitudes Linguísticas

Em relação à pergunta “Você acha importante falar língua indígena? Por quê?”, 100% dos alunos responderam sim e as justificativas mais recorrentes foram as seguintes:

- (01) Sim, para não esquecer quem você é.
- (02) Sim, para não perder a cultura indígena.
- (03) Sim, porque da nossa fala que eles acreditam que nós somos índios.
- (04) Sim, é a nossa língua.

Já com relação à pergunta sobre a língua portuguesa, as respostas mais recorrentes foram as seguintes:

- (01) Sim, porque para ser alguém na vida tem que saber português.
- (02) Sim, porque se eu não aprender não vou poder ir pra cidade.
- (03) Sim, (para) quando a gente se comunicar com os brancos.

A pergunta “Você acha importante saber ler e escrever em português? Por quê?” foi elaborada com o intuito de saber qual é a opinião dos estudantes indígenas com relação ao valor atribuído às competências de leitura e escrita (e não somente de competência oral), considerando que a cultura indígena até bem pouco tempo só se manifestava oralmente. Algumas das respostas que obtivemos foram as seguintes:

- (01) Sim, porque quando nós vamos à cidade a gente escreve;
- (02) Porque aprendemos novas palavras;
- (03) Também é a nossa obrigação;
- (04) Por que a gente vai chegar em qualquer lugar com ela.

Na sequência, o aluno deveria apontar qual língua ele achava “mais bonita”.

Tabela 3 – Respostas à pergunta “Qual língua você acha mais bonita?”

Atitudes	Kaingang	Português	Kaingang Português
Qual a língua que você acha mais bonita? Por quê?	68,97%	20,68%	10,35%

Fonte: Elaborado pela autora

Grande parte dos alunos que responderam ao questionário acha que a língua indígena Kaingang é a mais bonita: 68,97%. Esta atitude, segundo Garcia (2009, p. 98), demonstra “[...] a existência de um sentimento étnico e de vínculos afetivos da comunidade para com a língua (Kaingang)”, língua materna da totalidade dos participantes, na qual a grande maioria possui maior fluência, de acordo com os dados. Isso fica evidente nas explicações dadas para as respostas, como as seguintes:

- (01) “Nasci pra falar Kaingang”;
- (02) “Cada um conhece a sua língua”;
- (03) “Porque eu sei falar”;
- (04) “É nossa língua”;
- (05) “Porque até as crianças sabem”.

Com relação à pergunta “Qual a língua mais fácil?” Por quê?, os dados obtidos são os seguintes:

Tabela 4 – Respostas à pergunta “Qual é a língua mais fácil?”

Atitudes	Kaingang	Português
Qual é a língua mais fácil? Por quê?	79,32%	20,68%

Fonte: Elaborado pela autora

Esta manifestação pode ser explicada devido a diversos fatores que tornam a língua indígena uma língua resistente dentro da aldeia. Observando a sequência das respostas dadas à sequência das questões, o Kaingang não só é “mais fácil”, como “mais bonito”, além de ser a língua materna de todo o grupo, segundo os dados. Foram apresentadas algumas razões para que o Kaingang seja a língua mais fácil”:

- (01) “Porque eu sei falar”;
- (02) “Porque eu nasci falando Kaingang”;
- (03) “Porque todos na aldeia já sabem”;
- (04) “Porque é a nossa língua nos já nasce Kaingang”;
- (05) “Desde criança já sabemos a nossa língua”;
- (06) “Porque nós índios aprendemos o Kaingang primeiro”.

Em seguida, a Tabela 5 nos mostra dados referentes à resposta à questão “Qual é a língua mais importante?”

Tabela 5 – Respostas à pergunta “Qual é a língua mais importante?”

Atitudes	Kaingang	Português	Kaingang e Português
Qual é a língua mais importante? Por quê?	48,28%	44,83%	6,89%

Fonte: Elaborada pela autora

Para quem respondeu que a língua Kaingang é a mais importante, esta atitude está relacionada ao sentimento de orgulho pela língua materna, manifestado nas respostas à pergunta “Qual é a língua mais bonita?”, por exemplo. Dizem que o Kaingang é mais importante, porque, segundo os indígenas, a língua também representa a identidade indígena nesta comunidade. As respostas que justificam essa opinião são as seguintes:

- (01) “Não podemos deixar nossa fala por outra”;
- (02) “É importante que a gente fala e escreve”;
- (03) “Kaingang, porque na aldeia todo mundo fala”;
- (04) “Nois nasci pra falar Kaingang”.

Considerações finais

Os dados levantados mostraram que, apesar de muitos acharem que as línguas indígenas brasileiras estão morrendo e, em geral, não são valorizadas pelos seus falantes, a realidade de Faxinal é diferente. Ao analisar os dados relativos à proficiência, concluímos que, para a grande maioria dos participantes, o Kaingang é a língua materna e a língua mais usada no dia a dia; a grande maioria dos participantes vem de uma família em que todos os membros também falam Kaingang. Já em relação à língua portuguesa, a grande maioria declarou que começou a aprendê-la na escola, com 5 ou 6 anos. Usam o português para se comunicar com professores não indígenas, pessoas da cidade e visitantes não indígenas que vão à aldeia.

Em relação às atitudes linguísticas, verificamos, por meio dos levantamentos, que as crianças e os adolescentes da Terra Indígena de Faxinal demonstram muito orgulho de ser indígena e de falar a língua indígena Kaingang, pois a consideraram a mais bonita, mais fácil e também a mais importante. Uma atitude de valorização da língua e consequentemente da sua própria identidade. Com relação à língua portuguesa, há reconhecimento da importância de falar, ler e escrever em português, pois é a língua portuguesa que vai propiciar "ser alguém na vida" e "se comunicar com os brancos".

Por fim, a pesquisa que realizamos revelou que a análise da questão da proficiência e das atitudes deve ser feita de forma mais cuidadosa, levando em conta o contexto da escola indígena e da própria comunidade, com suas especificidades, que constituem a identidade do sujeito e a sua permanência no meio. As discussões acerca das comunidades indígenas, da escola e das línguas indígenas é importante, pois ainda há muito a se pesquisar. Os indígenas são povos que possuem uma riqueza cultural e uma forma de viver e enxergar a vida muito peculiar, que a todo o momento nos surpreendem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. A. de. Bilinguismo e Educação Bilíngue Intercultural: os Apinayé e o uso das línguas apinayé e portuguesa nos seus domínios sociais. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralín*, Curitiba, 2011.
- AMARAL, L. Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no Brasil. *CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – Faculdade Indígena Intercultural*. Editora UNEMAT, 2011.
- ANDRIOLI, L. R.; MORI, N. N. R.; FAUSTINO, R. C. Leitura e escrita: estudo sobre a alfabetização e o bilinguismo Kaingang na Terra Indígena Faxinal. *Seminário de Pesquisa do PPE*, Maringá, 2010.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. esp., p. 385-417, 1999.
- CENSO 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>. Acesso em: 03 de set. 2015.

CORBARI, C. C. Crenças e Atitudes Linguísticas de Falantes de Irati (PR). *Signum* Universidade Estadual de Londrina, Paraná, v. 15, n. 1, p. 111-127, 2012.

FAUSTINO, R. C. Teoria histórico cultural e educação indígena: uma experiência com a escola dos Kaingang no Paraná. *Currículo sem Fronteiras*, Maringá, 2012.

FROSI, M. V.; FAGGION, M. C.; DAL CORNO, M. O. G. *Estigma: Cultura e Atitudes Linguísticas*. Rio Grande do Sul: Ed. EDUCS, 2010.

GARCIA, S. M. de. O papel das atitudes linguísticas na manutenção ou não da língua indígena em comunidades indígenas bilíngues: o caso Ipegue/Terena. *Revista Eletrônica Via Litterae*, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 99-118, 2009

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

RODRIGUES, I. C. *VENH JYKRE SI: Memória, Tradição e Costume entre os Kaingang da T. I. Faxinal Candido de Abreu Paraná*. 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SPINASSÉ, K. P. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. *Revista Contingentia*, v. 1, n. 1, p. 01-10, 2006.

Recebido em: 29/08/2017

Aprovado em: 06/11/2017

O estudo do imperativo no período trovadoresco

Gisela Sequini Favaro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Araraquara, São Paulo, Brasil
giselasfavar@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7321-7935>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1973>

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivos principais o mapeamento e a análise das formas verbais imperativas no Português Arcaico (PA). Serão consideradas como objeto de estudo as formas do imperativo e o contexto em que estão conjugadas em PA. A metodologia para o desenvolvimento deste trabalho é constituída pela coleta e análise dos dados nas *Cantigas de Santa Maria*. A relevância desta pesquisa reside, principalmente, em analisar a estruturação morfológica do imperativo, ainda não estudada no que se refere à constituição verbal da época medieval.

Palavras-chave: Linguística Histórica; modo imperativo; Português Arcaico.

The study of the imperative in the troubadour period

Abstract

This research aims at mapping and analyzing the imperative verbal forms in Archaic Portuguese (AP). The corpus is composed by Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*. The relevance of this research consists in analyzing the morphological structure of imperative verbal forms that has not been studied yet regarding the verbal formation in Archaic Portuguese. The main goal is to show whether the imperative morphological structure in AP already worked as an independent mood or not, as well as helping to understand the history of the language.

Keywords: Historical Linguistics; imperative mood; Archaic Portuguese.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar o comportamento das formas verbais do modo imperativo do Português Arcaico (doravante PA), no período conhecido por trovadoresco (fins do século XII até meados do século XIV) referente à primeira fase do período arcaico.

A partir da análise da estrutura morfológica das formas verbais imperativas em PA, pretendemos observar alguns aspectos da evolução da língua portuguesa no que se refere às mudanças que ocorrem com os verbos, em especial com o modo imperativo, focalizando nossa pesquisa no momento arcaico da língua.

A relevância do tema deste estudo reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (cf. COUTINHO, 1958; SILVA NETO, 1952; SAID ALI, 1964; MATTOS E SILVA, 1989, 2001; MAIA, 1997[1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele

período. Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com este nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos tempos.

A escolha do modo imperativo se justifica por duas razões: em primeiro lugar, existem poucos estudos que tratam da mudança morfológica sofrida no emprego das formas imperativas no PB (cf. FARACO, 1982; SCHERRE, 2002; PERINI, 1996); e, em segundo lugar, nenhum desses poucos estudos traz análises envolvendo dados da época da origem da língua portuguesa para justificar a causa e a natureza dessa mudança morfológica.

Dessa forma, pode-se dizer que há muitos estudos sobre a história dos verbos portugueses, mas poucos trabalhos específicos sobre a estrutura morfológica e o comportamento das formas verbais em PA.¹ Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com este nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos anos.

1 Breves considerações sobre o Modo Imperativo

Faria (1958), em sua *Gramática superior da Língua Latina*, diz que no indo-europeu o imperativo era usado para expressar ordem ou pedido e não proibições. Para o autor, não havia, na origem do latim, um imperativo negativo e, para suprir tal necessidade, empregava-se a partícula negativa *ne* anteposta ao imperativo afirmativo, ou o infinitivo presente precedido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, utilizava-se a forma do presente do subjuntivo precedida de uma negação. Segundo Faria (1958), as formas verbais do imperativo presente eram conjugadas apenas nas 2^{as} pessoas do singular e do plural. Sobre a estrutura morfológica, o autor diz que, para ser conjugado, o imperativo se valia do radical do *infectum*.²

Silveira Bueno (1958, p. 175) afirma que todas as formas do imperativo são encontradas na língua arcaica, isto é, “as do imperativo propriamente dito e as do supletivo³, quando a ordem se transforma num pedido, numa simples aspiração”. O autor afirma que, no período arcaico, era possível encontrar o presente do subjuntivo, o infinitivo e o futuro do indicativo em função do imperativo, como mostram os exemplos:⁴

(1) “Senhora, benza-vos Deus. Deus vos *mantenha*, senhor!”. (Gil Vicente – *O Velho da Horta*) *mantenha*: subjuntivo

(2) “Sus! Andar!” (Gil Vicente – *O Velho da Horta*) *andar*: infinitivo

(3) “E vós, alma, *rezareis*, contemplando as vivas dores da Senhora [...]” *rezareis*: futuro do indicativo. (Gil Vicente – *Obras 3*)

¹ Ressaltamos que este estudo visa analisar as estruturas do modo imperativo a partir de suas características morfológicas (portanto, formais) e não semânticas (relativas à significação).

² Para Faria (1958), *infectum* é o radical dos tempos de ação incompleta.

³ Silveira Bueno (1958) chama de supletivo as formas verbais do subjuntivo.

⁴ Exemplos retirados de Silveira Bueno (1958, p. 175).

Câmara Jr. (1975[1970]) afirma que, desde o latim, o subjuntivo já estava associado ao modo imperativo para expressar as ordens e as proibições. Segundo o autor, eram as formas subjuntivas que supriam as pessoas que faltavam ao imperativo afirmativo. Já no imperativo negativo, utilizado nas proibições, todas as pessoas eram formadas, obrigatoriamente, a partir do presente do subjuntivo.

O mesmo mecanismo de formação das formas verbais imperativas permaneceu no português, segundo Câmara Jr. (1975[1970]). O autor ainda diz, entretanto, que houve uma simplificação do sistema na passagem do latim para o português. No latim, distinguia-se um imperativo presente para ordens imediatas e um imperativo futuro para o que deveria ser cumprido. Hoje, no sistema do português, só temos o imperativo presente e as formas do imperativo futuro foram eliminadas.

Outro aspecto interessante abordado por Câmara Jr. (1975[1970]) é que desde o latim já existia certa fluidez entre a concepção de imperativo e a de subjuntivo como expressão de desejo. De acordo com o autor, “o uso deste por aquele era uma maneira delicada de dar uma ordem, não só no latim vulgar propriamente dito, mas ainda na linguagem culta e coloquial” (CÂMARA JR., 1975, p. 136).

Para Said Ali (1964), as formas próprias do imperativo (2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural) só diferem das formas do presente do indicativo pela eliminação do -s final, por exemplo, *canta, cantai, traze, trazei*, etc. Já o verbo *ser*, segundo o autor, no português antigo apresentava a forma *sei* e *sede*, idênticas às do extinto *seer* (latim *sedere*). O autor ainda diz que a 2ª pessoa do singular do verbo *dizer* apresentava em português antigo duas formas: *di* e *dize*, semelhantes ao imperativo de *dicere* em outras línguas românicas.

Faraco (1982) também ressalta que, no latim, as formas do imperativo afirmativo e negativo da 2ª pessoa do singular eram *CANTA/ NE CANTES*. Segundo o autor, com o passar do tempo, a forma *cantes* passou a ser utilizada sem o advérbio de negação, para expressar uma ordem positiva. E para justificar esse uso, Faraco (1982) apresenta motivos pragmáticos, afirmando que seria uma espécie de reforço para garantir que a ordem dada pelo emissor fosse executada.

Coutinho (1958), em sua *Gramática Histórica*, assim como Câmara Jr. (1975 [1970]), diz que não passaram ao português as formas latinas do imperativo futuro. O autor também afirma que, na segunda pessoa do plural, ocorreu a sonorização do -t em -d na passagem do latim ao português e que a queda deste operou-se, em português, no correr do século XV (COUTINHO, 1958).

Os trabalhos mais recentes (cf. PONTES, 1972; FARACO, 1982, 1986, 1996; MENON, 1984; MONTEIRO, 2002 e SCHERRE, 1998, 2002) têm voltado seus olhares para a questão do modo verbal e, em especial, o modo imperativo. De acordo com Menon (1984), por mais que em uma língua não exista o modo imperativo, isso não atesta a existência de outros recursos para exprimir ordem ou proibição. Neste caso, para se dar ordem, nem precisamos usar palavras: gestos, sinais e olhares também podem ser utilizados.

Por outro lado, Câmara Jr. (1964), em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, afirma que existem três modos distintos no português: indicativo (que indica a certeza do fato), subjuntivo (o modo da dúvida) e imperativo (quando queremos que um fato ocorra).

A respeito do modo imperativo, Câmara Jr. (1964) diz que é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de “tratamento indireto”, e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provêm do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais “agressivo” e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Para Stavrou (1973, p. 93), a forma variante seria o presente do indicativo e esse uso, ao invés da forma subjuntiva, ocorre devido a “o amolecimento de formas de comando”⁵, que é uma espécie de suavização das formas imperativas. De acordo com o autor, no PB falado não usamos mais o subjuntivo para expressar o imperativo, mas sim a forma indicativa.

Em *Morfologia Portuguesa*, Monteiro (2002) também faz suas considerações sobre o imperativo. O autor afirma que o imperativo ocorre somente com a 2ª pessoa, seja ela do singular ou do plural, já que as ordens são dirigidas ao ouvinte, aquele com quem se fala. Outro aspecto interessante apontado por Monteiro (2002) é que as formas verbais do indicativo teriam, segundo ele, a função de expressar o imperativo. Para o autor, podemos utilizar uma forma verbal por outra, o que é bastante comum na língua portuguesa.

Vilela e Koch (2001) definem que o modo imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, é considerado uma forma semi-conjugada, pelo fato de a maior parte das pessoas serem extraídas do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está pautado a toda situação comunicativa, uma vez que só pelo contexto saberíamos se está sendo usado para expressar imposição, conselho, etc.

Scherre (2002) também afirma que, quando os enunciados são dirigidos a mais de uma pessoa, a preferência é sempre pelas formas subjuntivas e não imperativas. A respeito da forma variante, a autora diz que o seu uso não acarreta nenhum tipo de problema para o falante, e a variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas não são marcadas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar (SCHERRE, 2002).

Faraco (1982) ainda postula que a forma variante, apesar de contradizer a gramática e ser utilizada em situações informais, não é utilizada apenas por pessoas de baixa escolaridade. A variação envolve aspectos da situação, do contexto, dos objetivos do falante e do tipo de assunto.

Borges (2004) também realizou uma análise sobre formas imperativas no PB. Segundo a autora, encontramos hoje duas formas usadas para expressar a ordem no PB, relativas à segunda pessoa do singular. A primeira é considerada padrão por seguir as prescrições da Gramática Tradicional, oriunda do presente do subjuntivo (CANTE), e a segunda, considerada pela autora como forma variante, se confunde com a 2ª pessoa do

⁵ “the softening of command forms”.

singular (*você*) do presente do indicativo (CANTA). A partir da análise dos dados, Borges (2004) conclui que essa forma denominada de variante é, na realidade, a forma indicativa, relativa à segunda pessoa *você*, afirmando que o imperativo não existe mais na amostra do PB como modo independente.

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas. Em nenhum momento temos uma análise mais detalhada envolvendo dados do estágio inicial da língua, a fim de averiguar se a situação que encontramos hoje, em relação à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA.

2 Corpus

Para a constituição do *corpus* do presente trabalho, escolheu-se analisar textos poéticos remanescentes do galego-português medieval (em conformidade com as demais pesquisas desenvolvidas pelo grupo em que se insere e porque estes trazem pistas mais seguras das características prosódicas da língua do período), e um dos aspectos decisivos para a determinação dos textos a serem estudados neste trabalho foi verificar se havia registros de interação entre os interlocutores.

Como o período temporal abrangido por esta tese situa-se no século XIII, de todos os documentos remanescentes⁶ deste período e que chegaram até nós, através dos cancioneiros medievais, as líricas profana e mariana se enquadram no tipo de texto que favorece o uso do imperativo porque muitas vezes retratam interações entre interlocutores. Com o intuito de encontrar tais formas verbais, consideramos os textos poéticos para a observação de situações que proporcionassem diálogos, sobretudo os reproduzidos através do discurso direto, pois o uso do imperativo só ocorre em contextos de interação direta (diálogos) entre os interlocutores.

As *Cantigas de Santa Maria*, segundo Castro (2006) e Leão (2007), além de serem um precioso documento linguístico e uma verdadeira obra de arte, constituem uma valiosa fonte histórica da vida cotidiana e do imaginário popular de toda cultura Ibérica, na Idade Média:

Além de representarem as transformações históricas, guardando óbvias ligações com o culto mariano, não só dão um vasto espaço ao diabo como personagem, mas também assemelham-se às catedrais na representação da diversidade populacional e das crenças fantásticas [...]. Em sua vastidão, o texto apresenta uma enorme variedade de povos

⁶ Além dos poemas trovadorescos e das *Cantigas de Santa Maria*, existem outros gêneros textuais que também foram preservados ao longo dos anos. Tratam-se de arquivos jurídicos, os chamados documentos notariais, que apresentam como temas doações de terras, testamentos, compra ou venda de imóveis, inventários, etc. Há também os forais ou costumes, cujo conteúdo reúne leis locais que estabeleciam as normas disciplinares em relação aos habitantes. De acordo com Mattos e Silva (2006), estes textos são importantes para o conhecimento do português arcaico, pois são significativos e informativos, além de trazerem as datas em que foram exarados. Porém, no que concerne à riqueza ao conhecimento da sintaxe, tais textos não são valiosos, em função da estrutura formular ser muito restrita, “às vezes alatinada, natural a este tipo de texto que segue modelos da tradição jurídica latina” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 39).

(etnias, religiões, nacionalidades, classes sociais) e os mais fantásticos acontecimentos. (CASTRO, 2006, p. 43-44).

[...] elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos, enfim do cotidiano medieval da Ibéria. (LEÃO, 2007, p. 153).

Neste sentido, ao lermos atentamente os textos das cantigas marianas, podemos notar a presença da língua oral destes devotos. E, segundo Leão (2007, p. 153),

O trovador, muitas vezes recorre a ditos populares, ou estes explodem à sua revelia, no texto escrito que se vai construindo. Isso sem contar que todo bom narrador – e D. Afonso é um ótimo narrador – dá um cunho de irrecusável oralidade aos seus diálogos. Há nas *Cantigas de Santa Maria* diálogos tão naturais que quase nos fazem ouvir as vozes dos interlocutores.

Peña (1973) também enfatiza, baseada nos estudos de Marquês de Valmar⁷ (1889), que a linguagem das cantigas não era o galego popular, mas sim o galego erudito que adquiriu (sem perder a essência do dialeto português primitivo), o caráter de idioma literário. Apesar disso, como o período temporal abrangido por esta tese situa-se entre os séculos XIII e XVI, de todos os documentos remanescentes desta época e que chegaram até nós, através dos cancioneiros medievais, as líricas profana e mariana se enquadram no tipo de texto que favorece o uso das formas imperativas, uma vez que há registro de fala muito próximo ao da linguagem popular e cotidiana (tanto da corte quanto da população local), com a presença de diálogos entre as personagens, ao longo das cantigas, nos quais aparecem ordens e pedidos.

O *corpus* é constituído das 420 *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM) de Afonso X, a partir de edições interpretativas e fac-similadas. As CSM foram elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela, o Sábio, com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que acolhia em sua corte, tendo sido produzidas principalmente no final de sua vida, enquadrando-se na fase denominada “arcaica” do desenvolvimento do português.

3 Fundamentação teórica

O conceito de morfema é muito importante quando se trata de análises que abordam aspectos morfológicos. Neste trabalho, para realizar a análise dos dados encontrados, tomamos como ponto de partida a fragmentação das formas verbais em unidades mínimas portadoras de significado. Dos tipos de morfemas constituintes das formas verbais do PA estudadas, o mais recorrente é o morfema zero, já que as formas verbais imperativas coincidentes com a do presente do indicativo não possuem morfemas modos temporais, ou melhor, eles são representados pelo morfema zero que marca essa ausência.

⁷ Crítico e filólogo do século XVIII, autor da obra *Las Cantigas de Alfonso X el Sabio* de 1889.

Rocha (1999) afirma que, no afã de descrever as línguas, os estruturalistas chegaram ao conceito de morfema. Bloomfield (1984[1933]) diz que o morfema é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores.

Para Rosa (2000), cada morfema é um átomo de som e significado, isto é, um signo mínimo. De acordo com essa perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos e das combinações que podem ocorrer.

Monteiro (2002) também possui uma definição para o conceito de morfema. O autor, assim como demais estudiosos, declara que morfema é a menor unidade dotada de significado. De acordo com autor, o morfema é uma unidade abstrata que, na prática, pode representar várias formas. Segundo Monteiro (2002), se observarmos as palavras *vida* e *vital*, parece claro que em ambas as ocorrências há um mesmo morfema, que se realiza como [vid] e [vit].

Ainda sobre a definição de morfemas, é importante ressaltar a existência do processo de cumulação. Para Rosa (2000), na análise morfêmica, espera-se que a um elemento de significado devesse corresponder um elemento no nível da expressão e vice-versa. Porém, ao propor que um único morfe possa representar a vogal temática e a desinência para TMA (cf. verbo *amar* conjugado na segunda pessoa do singular: *am*-[raiz], *-a* [VT+ind.pres] *+s* [2ªps]), quebra a afirmação inicial, uma vez que um único morfe representa duas posições distintas do padrão verbal, como pode ser observado em *amo* (1ª ps. presente do indicativo).

Outro conceito morfológico relevante para o desenvolvimento desta pesquisa é a distinção entre radical e tema. Segundo Monteiro (2002), observando os vocábulos portugueses, é possível verificar que geralmente terminam por uma vogal, depois da qual costumam aparecer as desinências. Nas palavras *casamento*, *foguete* e *cadeira*, por exemplo, após as vogais (o, e, a), temos o morfema /s/ indicativo de plural. E, segundo o autor, para identificarmos o radical de uma palavra, basta retirarmos a vogal final e tudo que aparece depois dela. Nesse caso, os radicais das palavras mencionadas são: *casament-*, *foguet-*, *cadeir-*.

Porém, quando o radical apresenta a vogal final, que passa a ser denominada vogal temática, o radical passa a ser conhecido por tema. Para Monteiro (2002), o tema é um tipo de radical ou radical completo, pronto para receber os morfemas próprios das categorias gramaticais. O autor ainda propõe que a vogal temática, por ser átona, em contato com o sufixo iniciado por vogal, sofre o processo de elisão ou crase.

Já Rocha (1999) define raiz como sendo um morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras. Para o autor, “em claro, clarear, aclarar, esclarecer, esclarecimento e clarividência, a raiz é *clar-*. Em *livro*, *livrinho*, *livreiro*, *livraria* e *livresco*, a raiz é *livr-*. Em *tom*, *tonal*, *tonicidade*, *entoar*, *desentoar*, *toado* e *desentoadamente*, a raiz é *tom*, com a variante *to-*” (ROCHA, 1999, p. 102).

Kehdi (2003) apresenta uma opinião contrária à de Rocha (1999) e propõe que o radical corresponde ao elemento irreduzível e comum às palavras da mesma família. De acordo com o autor, devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica, para se referir ao radical. Segundo o autor, nem sempre há coincidência entre os enfoques sincrônicos e diacrônicos, por exemplo, em *comer*, o radical é *com-*

(cf. *comida*, *comilão*), ao passo que a raiz é *ed-*. A raiz é do domínio da origem histórica e o radical é do domínio da sincronia da língua (KEHDI, 2003). Os conceitos de morfema, raiz e radical são muito relevantes para o desenvolvimento das análises dos dados, pois para compreender o funcionamento das formas verbais conjugadas no modo imperativo e verificar se estávamos diante de formas variantes ou não, foi necessário realizar primeiro uma divisão morfológica dos dados.

Durante a coleta e a análise dos dados, para considerar uma forma verbal imperativa ou não, levamos em consideração a presença ou ausência de sujeito na sentença. Câmara Jr. (1975[1970]) declara que a língua portuguesa, assim como as demais línguas românicas (cf. francês, espanhol, etc.), preservou o padrão frasal básico da língua latina, que consistia num “nexo” entre “sujeito” e “predicado”, segundo as nomenclaturas que as gramáticas latinas adotaram ao traduzir e acompanhar a gramaticologia grega.

Para relacionar os constituintes de um grupo frasal, é importante, segundo o autor, nos atentarmos à colocação desses elementos em relação uns aos outros. De acordo com Câmara Jr. (1975[1970]), em latim, a colocação dos termos era absolutamente livre, do ponto de vista gramatical, apesar de existirem certas construções mais usuais.

Já em português, a colocação dos constituintes não se fixou de modo tão rígido, como no francês, por exemplo, mas existe um princípio básico de ordenamento dos elementos nas frases ou orações. A respeito da ordenação do sujeito, tema abordado durante a discussão dos resultados deste artigo, Câmara Jr. (1975[1970]) propõe que sendo o sujeito tema da informação contida no predicado aparece naturalmente na primeira posição da sentença, quando não há motivações particulares condicionando outras colocações.⁸

A respeito da anteposição do verbo ao sujeito, Câmara Jr. (1975[1970]) afirma ser de um valor estilístico, cuja função consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação. Neste aspecto, o autor ressalta que, na linguagem coloquial e em especial na literária, há possibilidade de inversão do sujeito, quando não existe objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito.

Sobre o PA, Mattos e Silva (1993), baseada nos estudos de Huber (1986), ressalta que, nesse período, a ordem direta ou “normal” (grifo da autora) é a SVC (sujeito – verbo – complemento). Além desta ordenação, existiam também outras possibilidades de colocação dos constituintes nas sentenças no período arcaico.

Ilari (2000) também traz observações interessantes sobre a constituição sintática do período latino que acabou influenciando a composição das línguas românicas. Segundo o autor, a oração do latim vulgar, com a perda dos casos, obrigou a buscar novas maneiras para indicar funções sintáticas, tarefa que passou a ser desempenhada pela ordem das palavras e pelo uso das preposições. Para o autor, foi através deste contexto que o português desenvolveu uma ordem mais fixa, em relação à existente no

⁸ Câmara Jr. (1975[1970], p. 252) apresenta, como exemplo, o contexto do verbo *dicendi* intercalado ou acrescentado às palavras de outrem citadas em discurso direto (cf. a): *É muito tarde – disse ele – para partirmos*; b) *Não desanimemos por tão pouco – aconselhou meu pai*. Outro contexto também proposto pelo autor é a presença inicial de um advérbio intensivo para demarcar a importância primacial de uma circunstância (cf. a) *Lá vêm eles*; b) *Só então chegaram os viajantes*.

latim, com a finalidade de distinguir, entre as expressões nominais da oração, o sujeito e o objeto direto.

Já em estudos linguísticos mais recentes acerca do PB, podemos verificar segundo Castilho e Elias (2012), que a morfologia verbal está sendo simplificada, sendo necessário manter o sujeito na sentença, pois nem sempre é possível recuperá-lo pela morfologia do verbo. Por exemplo, a forma verbal *fala* pode pertencer à segunda pessoa do singular (*você fala*), à terceira pessoa do singular (*ele fala*) e ainda à primeira pessoa do plural (*a gente fala*).

Borges (2004), assim como outros estudiosos anteriores a ela (cf. NARO; LEMLE, 1977; FARACO, 1982; SANDMANN, 1993), também ressalta que hoje, no PB, o sujeito nas sentenças declarativas está se tornando praticamente obrigatório, devido a uma simplificação das flexões verbais. Tomando como base estas afirmações, analisamos os contextos (função semântica) que cada forma verbal imperativa foi usada em PA, a fim de averiguar a presença ou a ausência de sujeito nos dados mapeados e se este elemento proporcionou o uso ou não de formas verbais imperativas variantes.

4 Metodologia e Análise dos Dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente com o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

(4)

A bõa dona se foi ben dali

a un' eigreja, per quant' aprendi,

de Santa Maria, e diss' assi:

“Sennor, **acorre** a tua coitada”. (CSM 17, v. 55-58)

(5)

Chorando dos ollos mui de oraçon,

Ile diss': “Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]”. (CSM 21, v. 15-16)

(6)

E o maestre da nave diss' a un seu ome: “**Vai**, coz

carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz”. (CSM 5, v. 147-148)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas, comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo presentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos

relacionados a atos de fala (ordem ou pedido), podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. O exemplo a seguir representa a divisão morfológica realizada durante a análise dos dados:

(7) Verbo *Acorrer* (PA) = *Acordar em, resolver, decidir* (PB)

Imperativo: *acorre*

Radical	VT	MT	NP
<i>acorr</i>	<i>e</i>	$\emptyset$	$\emptyset$

Presente do Indicativo: *acorres*

Radical	VT	MT	NP
<i>acorr</i>	<i>e</i>	$\emptyset$	<i>s</i>

Presente do Subjuntivo: *acorras*

Radical	VT	MT	NP
<i>acorr</i>	<i>e</i>	<i>a</i>	<i>s</i>

A coleta dos dados no *corpus* proporcionou o mapeamento das formas verbais do modo imperativo nas CSM, para a realização das análises. Apresentaremos nesta seção os resultados obtidos. Foram coletadas 217 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Deste total, 175 ocorrências estão conjugadas nas 2ª pp e 2ª ps. Optamos por excluir de nossas análises as ocorrências mapeadas na 3ª ps, 1ª pp e 3ª pp, pois estas pessoas são todas extraídas do presente do subjuntivo, o que já favorece o uso de uma estrutura morfológica específica e bem demarcada para expressar o modo imperativo.

Entre os itens que podem auxiliar nesta investigação acerca das formas verbais imperativas, destacamos a presença ou a ausência de sujeito nas frases. Todas as ocorrências mapeadas foram analisadas e investigamos o contexto que as formas verbais estão inseridas. Nas CSM, por exemplo, foram mapeadas três ocorrências com o verbo *acorrer* flexionado na 2ª ps. Veja abaixo as estrofes com os dados:

(9)

“Sennor, **acorre** a tua coitada” (CSM 16, v. 58)

E chorando e tremendo | diss': “Ai, Virgen groriosa,

acorre-m' a esta coita | tu que es tan piadosa

que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,

fais que est' erro que fige | que cáia en obridança". (CSM 303, v. 30-33)

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,

chorando muit' e dizendo: | "Se[n]or, **acorre-m'** aginna [...]" (CSM 357, v. 16-17)

Fazendo a divisão sintática dos elementos acima, encontramos a seguinte situação:

(10)

"Sennor, **acorre** a tua coitada" (CSM 16, v. 58)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre** a tua coitada

Vocativo: Sennor

E chorando e tremendo | diss': "Ai, Virgen groriosa,

acorre-m' a esta coita | tu que es tan piadosa

que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,

fais que est' erro que fige | que cáia en obridança". (CSM 303, v. 30-33)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre-m'** a esta coita

Vocativo: Ai, Virgen groriosa

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,

chorando muit' e dizendo: | "Se[n]or, **acorre-m'** aginna [...]" (CSM 357, v. 16-17)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre-m'** aginna [...]

Vocativo: Se[n]nor

Levando em consideração o contexto em que os dados aparecem, há diversos elementos que nos permitem afirmar que se trata indubitavelmente de formas conjugadas no imperativo, e não de outros tempos verbais. Entre os itens que podem auxiliar nesta investigação acerca das formas verbais imperativas, destacamos a presença ou a ausência de sujeito explícito nas frases.

A ausência de sujeito é o critério crucial para afirmarmos que se trata de uma forma imperativa e não de outro modo. Para desenvolver nossas análises acerca da presença ou ausência de sujeito nas formas verbais do modo imperativo em PA, partimos de estudos desenvolvidos por linguistas (NARO; LEMLE, 1977; FARACO,

1982, 1986; SANDMANN, 1993; BORGES, 2004 e MATTOS E SILVA, 2004) sobre o fenômeno no PB. Em seus estudos sobre a sintaxe do português, Naro e Lemle (1977, p. 1977, tradução nossa) afirmam que

Na fala das classes socioeconômicas mais baixas do Brasil, a regra de concordância de número entre sujeito-verbo está atualmente passando por um processo de mudança. Em estágios iniciais do idioma, como na língua padrão e das classes superiores, essa regra é categórica no sentido de que cada verbo concorda com o sujeito. Nas classes mais baixas, por outro lado, a regra está, obviamente, no caminho da extinção.⁹

Os autores propõem que a regra de concordância sujeito-verbo é respeitada em classes econômicas superiores, enquanto que o não cumprimento está associado ao falar de pessoas ou comunidades mais carentes.

Sobre este assunto, Sandmann (1993) também declara que as flexões de número e pessoa dos verbos foram, de modo geral, suprimidas na variante inculta. Estruturas do tipo *eu trabaio, tu trabaia, você trabaia, eles trabaia, etc.*, são comuns e esse fenômeno se deve “ao seu valor não semântico e à sua função puramente gramatical, fato observável também no inglês, inclusive em sua variante culta ou formal, em que todas as pessoas são iguais, menos a 3ª do singular: *I love, you love, he loves, you love, they love*”¹⁰ (SANDMANN, 1993, p. 41, tradução nossa).

Faraco (1982, p. 207, tradução nossa), assim como os demais autores, afirma que “em um tempo como o do imperfeito do indicativo, que na variedade padrão possui três formas (*cantava, cantávamos, cantavam*, por exemplo), na variedade rural há apenas uma (*cantava*)”.¹¹ O autor ainda ressalta que este fenômeno está ocorrendo no PB e não só em dialetos rurais ou falados por pessoas de baixo poder econômico, mas de um modo geral no falar dos brasileiros, em que é possível observar que a “falta de flexão” dos verbos está acarretando a obrigatoriedade do sujeito em grande parte das frases ou orações declarativas.¹²

Mattos e Silva (2004) também declara que, com o aumento do uso do pronome *você* e da expressão *a gente* com funções de pronomes pessoais e com a diminuição dos pronomes *tu* e *vós*, ocorreu uma generalização com a 3ª pessoa verbal. De acordo com a autora, hoje no PB encontramos um paradigma verbal de quatro formas flexionadas (*eu falo, ele, você e a gente fala; nós falamos; eles e vocês falam*), um outro de três posições verbais (*eu falo; ele, você, a gente fala; eles e vocês falam*) e por fim, em regiões rurais, áreas geodialetais e em comunidades onde há uma concentração de falantes menos escolarizados; segundo Mattos e Silva (2004), temos apenas duas posições verbais (*eu falo; ele, você, a gente, eles e vocês fala*). Para Mattos e Silva (2004), assim como já

⁹ “In the speech of the lower socio-economic classes of Brazil the rule of subject-verb number agreement is currently undergoing a process of change. In earlier stages of language, as in the standard language and upper classes, this rule is categorical in the sense that every verb agrees with the subject. In the lower classes, on the other hand, the rule is obviously well on its way to extinction”.

¹⁰ “Eu amo, você ama, ele ama, vocês amam, eles amam.”

¹¹ “in a tense such as the imperfect indicative, which in the standard variant has three forms (*cantava, cantávamos, cantavam*, for example), in the rural variants has just one (*cantava*).”

¹² Vale ressaltar que no português há certos tipos de frases e orações declarativas que não possuem sujeito: a) sentenças com verbos que expressam fenômenos da natureza (*Choveu muito.*), b) quando os verbos *fazer, ser e estar* indicam tempo ou fenômenos da natureza (*Está frio no litoral hoje.* ou *São quatro horas da tarde.*) e, por fim, c) em situações que o verbo *haver* possui o significado de existência (*Há muitas pessoas na rua.*).

havam proposto os demais autores, quanto mais reduzido for o paradigma flexional número-pessoa do verbo, mais necessário é o preenchimento do sujeito pronominal.

Porém, em relação aos dados mapeados em PA e, levando-se em consideração o contexto que as formas verbais foram empregadas, não foi encontrado qualquer tipo de ocorrência que trouxesse o sujeito com matriz fonológica, isto é, o sujeito com realização lexical, como demonstram os exemplos citados nos parágrafos anteriores. Ao observamos atentamente os exemplos (9) e (10), temos que a posição ocupada pelo sujeito, em PA, quando estamos diante de formas verbais imperativas, é nula. Retomando o trabalho de Mateus et al. (2003), podemos afirmar que o sujeito, nas frases imperativas, designa o ouvinte em que a morfologia desinencial do verbo remete à 2ª pessoa do discurso (cf. *FAZ o dever!*). As autoras ainda declaram que o sujeito também pode englobar o locutor, no caso do imperativo na primeira pessoa do plural (cf. *Façamos o dever.*) ou ele ainda pode ser interpretado como uma expressão nominal pré-verbal ou pós-verbal correferencial com o sujeito, mas realizada como vocativo.

A respeito do uso do vocativo em frases imperativas, Mateus et al. (1994) afirmam que este termo ocupa uma posição periférica na sentença, uma vez que não é argumento externo ou interno do sintagma verbal, e sua função é designar o alocatário. Nos dados mapeados nas CSM, o vocativo foi empregado para expressar ordem ou manifestações de desejo endereçadas à pessoa para a qual o narrador, ou seja, o eu-lírico, se dirige, por exemplo, a Virgem Maria, um representante do clero ou da nobreza, o indivíduo envolvido no milagre, etc., como pode ser observado nos exemplos:

(11)

“**Sennor**, acorre a tua coitada” (CSM 16, v. 58)

Vocativo: Sennor (Senhora)

“**Virgen Santa Maria**,

guarda-nos, se te praz,

da gran sabedoria [...]” (CSM 47, v. 3-5)

Vocativo: Virgen Santa Maria (Virgem Santa Maria)

Assim, nas CSM o vocativo aparece juntamente com as formas verbais imperativas num tom apelativo e de interação entre o locutor e o alocatário, visto que as cantigas eram poemas para serem cantados em louvor à Virgem Maria, narrando os milagres e as graças alcançadas, como já foi mencionado anteriormente. Neste caso, consideramos o vocativo como uma sentença ou partícula desligada da estrutura argumentativa do verbo. A presença significativa da posição VC tanto da 2ª ps quanto da 2ª pp nos reforça a hipótese de que, pelo menos nos dados relativos às CSM, há o uso do imperativo como modo, pois não há marca de sujeito com realização lexical.

Conclusão

Com este trabalho foi possível constatar que, na época medieval, existiam duas formas diferentes para o presente e o imperativo, cada uma com sua estrutura morfológica bem demarcada. Porém, nos dias de hoje, com a substituição de *tu* e *vós* por *você(s)*, há apenas uma forma, o que pode estar ocasionando a perda da distinção do imperativo e do indicativo e subjuntivo enquanto modo.

O resultado obtido com esta pesquisa é muito relevante e nos permite uma reflexão acerca do funcionamento e do ensino de língua portuguesa no Brasil, pois há uma lacuna nos materiais didáticos presentes em muitas escolas. É comum na maioria dos casos nos depararmos com quadros canônicos que abordam conjugações direcionadas para a 2ª ps e a 2ª pp como *tu* e *vós*, distantes da realidade dos falantes.

É muito habitual encontrarmos essa situação nas gramáticas escolares atuais, porém, de acordo com Cunha e Cintra (1985), esse modelo não é aplicado ao PB atual falado e escrito. Os autores consideram o pronome “*você*” como de tratamento de segunda pessoa do discurso, utilizada para as pessoas com quem se fala.

Faraco (1982, p. 205, tradução nossa¹³), a respeito dessa mudança no paradigma verbal do PB, afirma que as formas *tu* e *vós* estão se tornando obsoletas e “tratando-se do Brasil [...] podemos dizer que o paradigma normal da conjugação verbal nas gramáticas tradicionais não descreve o estado atual da língua”.

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas. O intuito deste estudo é preencher este espaço com explicações voltadas para a história linguística do português. No caso do modo imperativo, a temática poderia ser abordada dentro de uma perspectiva diacrônica, deixando claro para os alunos as transformações que a língua portuguesa sofreu e continua sofrendo ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. *Gramática Secundária e Gramática histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1964 [1931].
- BLOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984[1933].
- BORGES, P. R. *Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas*. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.
- CÂMARA, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975[1970].
- _____. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

¹³ “[...] in the terms of Brazil [...] we can say that the normal paradigm of the verbal conjugation in the traditional grammars does not describe the present state of the language”.

CASTILHO, A. T.de; ELIAS, V. M. *Pequena Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, B. M. *As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval*. Niterói: EdUFF, 2006.

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. v. 12. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

_____. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, p. 1-15, 1986.

_____. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. 248 f. Tese (PhD in Modern Languages) – University of Salford, Salford, 1982.

FARIA, E. *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FERREIRA, M. P. The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence. In: *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria*, Cincinnati, n. 6, p. 58-98, 1994.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María: Códice Rico de El Escorial*. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

HUBER, J. *Altportugiesiches Elementarbuch*. Heidelberg, Carl Winters Universitastbuchhandlung, 1933. (Tradução Portuguesa: *Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Gulbenkian, 1986).

ILARI, R. *Linguística Românica*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

KEHDI, V. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2003.

LEÃO, Â. V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

MAIA, C. *História do Galego-Português*. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1997[1986].

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. *Gramática da Língua Portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1994.

MATTOS E SILVA, R. V. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.

- _____. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989.
- _____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MENON, O. P. da S. *O imperativo no Português do Brasil*. 1984. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Paraná, Curitiba, 1984.
- METTMANN, W. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. v. IV: Glossário. Coimbra: Universidade, 1972,
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.
- NARO, A.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. *Ciência e Cultura*, p. 260-268, 1977.
- PEÑA, M. *Affonso el Sabio. Antología com estudios preliminares y un vocabulario*. México: Porrúa, 1973.
- PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 1996.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- ROCHA, L. C. A. de. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SANDMANN, A. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SCHERRE, M. M. P. Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- SILVEIRA BUENO, F. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- STAVROU, C. Portuguese pronouns and command forms. *Hispanic. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese*, 1973. p. 92-93.
- VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

Recebido em: 14/09/2017

Aprovado em: 11/11/2017

Processos fonológicos de motivação estilística em *corpus* poético do Português Arcaico¹

Lívia Monteiro de Queiroz Migliorini

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Assis, São Paulo, Brasil

liviamigliorini@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0460-084X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.2040>

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a ocorrência de processos fonológicos de cunho estilístico a partir de um *corpus* poético do Português Arcaico, as *Cantigas de Santa Maria*, atribuídas à lavra do Rei Afonso X de Castela, o rei “Sábio”. Trata-se, portanto, de verificar os possíveis condicionamentos linguísticos envolvidos na sua realização, sobretudo no que se refere a fenômenos de sândi – crase, elisão e hiato, conforme a noção de opacidade proposta por Kiparsky (1985). Com base nos dados analisados, foi possível concluir que o trovador não possui tanta liberdade para “criar” ou não formas desviantes, segundo sua vontade, para satisfazer necessidades artísticas, fato corroborado pela baixíssima margem de arbítrio de que dispunham.

Palavras-chave: Português Arcaico; *Cantigas de Santa Maria*; processos fonológicos.

Phonological processes of stylistic motivation in poetic corpus of Archaic Portuguese

Abstract

This paper aims to analyze the occurrence of stylistic phonological processes occurrence, or processes considered unexpected, from a corpus of Medieval Portuguese: *The Cantigas de Santa Maria*, attributed to Alfonso X of Castile, the “Wise” king. Possible linguistic constraints involved in their performance are analyzed particularly as regards the phenomena of sandhi – crasis, elision and hiatus. From the data analysis, it was concluded that troubadours did not have so much freedom to “create” or not deviant forms according to their own will to satisfy artistic needs and this fact is corroborated by the very low margin of will available to them.

Keywords: Medieval Portuguese; *The Cantigas de Santa Maria*; phonological processes.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar processos fonológicos de motivação estilística, ou seja, processos fonológicos considerados não esperados, presentes em *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM), atribuídas ao rei Afonso X de Castela (1221-1284), o Rei “Sábio”. Nesta investigação, em um primeiro momento, considera-se como processo estilístico (ou desvio) aquele fenômeno cuja realização não é esperada, o que inclui casos típicos de opacidade, conforme Kiparsky (1985).² Todavia,

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PDEE).

² As interações opacas de destaque na Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985) são a contra-alimentação e o contrassangramento. Segundo Matzenauer (2005, p. 41-42), tais processos se referem à relação de ordenamento entre regras. Assim, de acordo com a autora, “[...] se a aplicação de uma regra A criar *input*

o que se verificou é que processos em princípio considerados estilísticos acabaram por ser convertidos em processos gramaticais à medida que sua atuação passou a ser bastante esperada em determinados contextos. Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é analisar tais processos, sobretudo os de sândi, operantes nessas cantigas, a fim de verificar os possíveis condicionamentos linguísticos envolvidos na sua realização.

Entende-se, aqui, como processo não esperado, a regra que deixa de atuar em contextos em que se espera sua aplicação. Dessa forma, a análise será delineada a partir da investigação da obrigatoriedade/não obrigatoriedade da ocorrência desses fenômenos. Assim sendo, para a descrição dos casos de usos estilísticos, presentes no *corpus* de base desta pesquisa, lançaremos mão do modelo proposto pela Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985), pelo fato de este trazer luz à caracterização de regras consideradas não esperadas, a partir da noção de opacidade.

Dessa maneira, trata-se de verificar se, para suprir necessidades artísticas, o trovador “inventa” ou não um dialeto “literário”, usado apenas em contextos específicos e restritos. Compara-se, assim, a aplicação padrão dos processos fonológicos investigados, que remete ao sistema da própria língua, aos usos estilísticos (não esperados), que se baseiam em usos muitas vezes inesperados, que vão contra o sistema estabelecido. O uso estilístico, portanto, é desviante e, enquanto tal, deve receber uma representação que se baseie na noção de “desvio”, ou, em outras palavras, “diferente” do “padrão”.

Quanto à abrangência do *corpus*, esta investigação debruça-se sobre o cancionário mariano de Afonso X de Castela, o rei “Sábio”. Tais cantares encontram-se divididos em cantigas de louvor (*cantigas de loor*) e cantigas de milagre (*cantigas de miragre*) e, juntas, formam “um conjunto de 427 cantigas que, descontadas sete repetições internas, se reduzem a 420” (LEÃO, 2007, p. 21).³ Todavia, para as finalidades deste estudo, foi feito um recorte do cancionário afonsino, sendo coletados, assim, os processos estilísticos atuantes nas cem primeiras cantigas.⁴

para uma regra B, diz-se que A alimenta B; se, do contrário, a aplicação de A remover o *input* de B, e B não puder ser aplicada, diz-se que A sangra B [...]. Efeitos de contra-alimentação e contra-sangramento são obtidos pela inversão da ordem das regras A e B: A passa a alimentar B e B, a sangrar A.”. Em outras palavras, pode-se inferir que a contra-alimentação é caracterizada pelo fato de uma regra deixar de atuar em ambientes em que se espera sua aplicação. O contrassangramento, ao contrário, caracteriza-se pelo fato de determinada regra ser aplicada, ainda que o contexto não seja favorecedor de sua realização.

³ Nas cantigas são retratados os milagres da Virgem Maria e os poemas (narrativos, neste caso), de acordo com Mettmann (1986), apresentam quase sempre a mesma estrutura, ou seja, mais de 90% deles apresentam certa uniformidade. Geralmente, esta estrutura está representada da seguinte maneira: no estribilho (ou refrão) é onde se apresenta “a idéia principal, a lição que se quer passar” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 67), e é repetido após cada estrofe; na primeira estrofe (algumas vezes na segunda e na terceira também), há informações que indicam o tempo e o espaço em que se passa a narrativa, além de algumas referências sobre a fonte do milagre. Neste tipo de cantigas (narrativas), também são indicadas as personagens que vivenciam ou presenciam os milagres. Há, entretanto, os chamados louvores (cantigas não narrativas), em que há a predominância dos hinos, e onde a Virgem é celebrada como auxiliadora, medianeira e procuradora (METTMANN, 1986). Ressalta-se, todavia, que as cantigas de milagre são predominantes no cancionário afonsino. Conforme Leão (2007), os cantares aparecem em uma proporção de nove por um, isto é, para cada grupo de nove cantigas de milagre, tem-se uma cantiga de louvor, numerada com dezena inteira: “a estruturação das cantigas obedece [...] a um ritmo regular, em que as cantigas de louvor ocupam sempre as dezenas, enquanto as de milagre têm números terminados pelas unidades de um a nove, comparando-se esse sistema, aproximadamente, ao de um rosário” (LEÃO, 2007, p. 24).

⁴ O mapeamento dos processos de sândi considerados não esperados foi realizado a partir do *corpus* da pesquisa de doutoramento de Cangemi (2014).

A partir do método de análise desenvolvido e inaugurado no Brasil por Massini-Cagliari (1995, 1999), foi realizado o mapeamento e a coleta dos dados das primeiras cem CSM. Essa metodologia parte da observação da estrutura métrico-poética das cantigas, buscando características, sobretudo prosódicas, que apontem para uma melhor caracterização do Português Arcaico (de agora em diante, PA), além de períodos passados de línguas vivas. Nessa perspectiva é que, a seguir, será caracterizado o processo de sândi vocálico externo no PA, bem como os contextos favorecedores de sua aplicação.

Sândi vocálico externo

De acordo com Xavier e Mateus (1990, p. 327-328), o processo de sândi consiste em um “fenómeno da fonética sintáctica em que um segmento inicial ou final de palavra é afectado pelo contexto em que ocorre, podendo apresentar diferentes realizações que dependem das características do som que antecede ou segue uma fronteira de palavra”. Câmara Jr. (1973, p. 341), por sua vez, descreve-o como “mudanças resultantes de assimilações ou dissimilações de um vocábulo em contacto com outro”.

Xavier e Mateus (1990, p. 140) definem a elisão como um “fenómeno de fonética sintáctica que consiste na supressão de uma vogal átona final quando a palavra seguinte começa por vogal” (como em *linha d’água*, *cantigas d’amigo*; *blusa usada – blususada*).

Segundo Cunha (1961, p. 27), os três processos de sândi vocálico externo que têm recebido maior relevo na literatura sobre PA são: elisão, hiato e ditongação (“solução entre encontros vocálicos interverbais”, segundo o autor). No que diz respeito ao funcionamento destes três processos no PA, Cunha (1961) chega a quatro conclusões de ordem geral e a dez de ordem particular, a saber:

De ordem geral:

- a) aos trovadores não repugnavam os hiatos, embora revelassem acentuada inclinação para elidir a vogal do encontro, quando átona;
- b) o regime da elisão estava ligado ao ritmo do verso e era contra-regrado por impedimentos fonéticos, fonêmicos e morfológicos;
- c) a vogal final átona dos polissílabos perdia-se com mais frequência que a dos monossílabos;
- d) a sinalefa era aparentemente rara.

De ordem particular:

- a) a vogal da preposição de só não se elidia antes de vogal quando esta era o corpo do pronome átono o, a, os, as;
- b) a vogal dos pronomes átonos me, lhe (ou lhi), se (ou si), xe (ou xi) sempre se elidia antes de outros fonemas vocálicos;
- c) a vogal do pronome mi elidia-se antes de palavras iniciadas por e, i e u, mas ditongava-se com as vogais a e o, quando as precedia;
- d) o pronome pessoal oblíquo o (a) combinava-se com as formas pronominais me, te, xe, e lhe, mas, em outros casos, mantinha a sua autonomia silábica;
- e) o pronome lo (la) conservava sua vogal quando precedia formas do auxiliar aver, mas podia perdê-la ou não antes de outras palavras de início vocálico;
- f) não se elidia nem se yodizava a vogal do pronome e da conjunção que, bem como a das conjunções ca e se;
- g) a copulativa e não se ditongava com uma vogal subsequente;
- h) a preposição a contraía-se com o artigo el, mas hiatizava-se com outras palavras iniciadas por vogal;

- i) a vogal átona final de verbo não sofria elisão nem sinalefa quando seguida do pronome o(s), a(s);
- j) em caráter exceptivo, admitia-se a fusão silábica de vogal nasal + oral (oral + nasal). (CUNHA, 1961, p. 91-92)

Cunha (1961, p. 42) compara a ditongação (sinalefa) com a elisão, chegando inclusive a afirmar que “são, na verdade, dois aspectos de um mesmo fenômeno”. Massini-Cagliari (2005, p. 222) concorda com Cunha (1961) quando ressalta que a questão que se coloca é saber se nos processos de sândi “há ou não contexto para a ‘perda’ – total (elisão) ou parcial (ditongação) – da ‘natureza silábica’ da vogal átona da primeira palavra”.

Nesse sentido, a oposição que se observa não é entre a elisão e a ditongação, mas, sim, entre estas e o hiato – “não-aplicação do sândi”; “preservação total da ‘natureza silábica’ da primeira vogal” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 222):

Como nem todas as vogais que se encontram em posição átona final de palavra são suprimidas ou transformadas em semivogal (isto é, perdem sua “natureza vocálica”) diante de uma vogal inicial de outra palavra, uma questão se faz pertinente: seriam os fenômenos de sândi vocálico externo (e, especialmente, a elisão e a ditongação) apenas processos de estilo, a respeito dos quais podiam os trovadores da época optar por aplicá-los ou não, fazendo uso deles para chegar à métrica desejada em cada verso? (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 222).

Cunha (1961, p. 43) considera improvável que houvesse livre arbítrio da parte dos trovadores e afirma que:

Em relação ao hiato, 80% dos exemplos que aparecem nos textos examinados são decorrentes de impedimentos fonéticos, fonêmicos e morfológicos. E, dos 20% restantes, mais de 10% ainda se explicariam por fenômenos peculiares ao enunciado versificado. A margem de arbítrio – talvez artifício ou qualquer razão não apurada de métrica ou de língua – fica relegada a menos de 10%, ou seja, a uma fração insignificante dos exemplos estudados.

Nesse âmbito, Massini-Cagliari (2005, p. 223) questiona se estamos diante de processos obrigatórios (intrinsecamente linguísticos) ou opcionais (de estilo). A autora considera então necessário confrontar casos de elisão e ditongação com casos de hiato (a partir de um *corpus* composto por cem cantigas profanas e cinquenta cantigas religiosas).

Diante dos resultados de sua análise, a autora chega à conclusão de que “a elisão é, pois, de modo geral, o processo de sândi mais recorrente nas cantigas medievais galego-portuguesas” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 224). A autora constata também uma baixa realização de processos de ditongação no referido *corpus* e conclui que:

[...] a pouca ocorrência de casos de ditongação como processo de resolução de juntura vocabular dá-se em decorrência do contexto extremamente restrito de sua aplicação: a sinalefa só pode acontecer com os pronomes *mi* e *ti* – e apenas quando seguidos das vogais [a, o, ó]. (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 226).

Ainda de acordo com os resultados apontados pela autora, praticamente todas as sequências vocálicas podem formar hiatos, no entanto, a elisão, por exemplo, ocorre

apenas nos contextos em que a vogal átona da primeira palavra é /a/, /e/ ou /o/ (MASSINI-CAGLIARI, 2005). Segundo sua análise, verifica-se que os casos mais típicos de elisão ocorrem quando a vogal átona da primeira palavra é /e/ ou /o/, como mostram os exemplos (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 228):⁵

- (01) a. do sepulcr' e o demo destroyr (CSM143-26)⁶
 sepulcr'e = sepulcro + e
 b. Madre quero geuyr ueer (B932-1)
 quer'oj'eu = quero + oge + eu
 c. se me matassedes ia prazer mia (A285-24)
 m'ia = me + ia
 d. a guisa d' om' esforçado, quer en guerra, quer en paz. (CSM183-8)
 d'om'esforçado = de + ome + esforçado

Segundo Massini-Cagliari (2005, p. 229), “no caso de /a/, a solução preferida para os encontros vocálicos é o hiato (536 casos, 84.4%, contra apenas 99 elisões, 15.6%). Com relação a /e/ e /o/ esta proporção se inverte”.

Processos estilísticos de crase, elisão e hiato nas CSM

De acordo com Massini-Cagliari (2005, p. 230), “os casos de elisão de /a/ diante de vogais diferentes de /a/ mesmo” têm maior ocorrência no *corpus* das CSM, sendo raros no *Cancioneiro da Ajuda* e inexistentes no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Essa discrepância levou a autora a considerar, em estudos anteriores, estar diante de dois processos diferentes de sândi, quando a vogal átona da primeira palavra é /a/ e a inicial da palavra seguinte também é /a/; e quando a vogal átona final da primeira palavra é /e/ ou /o/, independentemente da qualidade da vogal seguinte. Nas palavras da autora, “no segundo caso, trata-se do processo clássico de elisão; já no primeiro caso, o processo observado é a crase entre vogais de mesma qualidade” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 230). Ainda conforme a autora, tratar este processo como crase (e, não, como elisão ou degeminação) ajuda a explicar por que o hiato é a solução preferida para encontros vocálicos formados pela vogal /a/ seguida de outras vogais, como confirmam os casos abaixo (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 230):

- (02) foy ferida e mal treita (B798-8)
 que uus agora e pesar (A14-12)
 Ala igreja de uigo (B1280-2)
 per que faça o meu peor (A 230-7)
 cada u uou por me uos asconder (A185-22)

Além da discrepância, a autora notou que “o fato de nem todos os casos de aparente elisão da vogal /a/ respeitarem as restrições rítmicas e fonotáticas a que estão submetidos os casos de elisão de /e/ ou de /o/” serve também como argumento para a sua hipótese de o processo de sândi que atua entre duas vogais /a/ não ser a elisão (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 231).⁷ Ainda com relação à crase, Massini-Cagliari (2005, p. 236)

⁵ As abreviaturas A e B se referem, respectivamente, a “Cancioneiro da Ajuda” e a “Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa”.

⁶ O primeiro algarismo depois da abreviatura CSM se refere ao número da cantiga; o segundo algarismo, depois a vírgula, designa o verso.

⁷ Bisol (1992, 2002) também considera que a vogal /a/ tem um comportamento diferenciado no que diz respeito aos processos de sândi vocálico externo no PB: palavras terminadas em /a/ átono final favorecem

afirma que “o argumento crucial a favor da consideração do sândi entre dois ‘as’ como um processo diferenciado da elisão é o fato de esse fenômeno poder ocorrer quando a vogal final da primeira palavra é tônica.”. Esta hipótese de ser crase (e, não, elisão), estando correta, reduz os casos de elisão mapeados e faz a autora concluir que “uma forte restrição com relação à qualidade da vogal átona final da primeira palavra rege o aparecimento da elisão”, pois, para tal, essa vogal deve ser /e/ ou /o/ e salienta que “somente no caso de aproveitamento da elisão como processo estilístico a favor da metrificação do poema esta vogal pode ser /a/” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 236).

Para a presente pesquisa, interessa-nos, pois, o processo não esperado, isto é, a regra que deveria ter ocorrido, mas não ocorreu. Nos termos da Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985), diz-se que nos interessa, dessa forma, os processos opacos ou, ainda, casos típicos de contra-alimentação.

A partir dos contextos mapeados por Massini-Cagliari (2005) para o referido fenômeno, foi-nos permitido fazer a coleta dos casos de não realização da crase nas cem primeiras CSM, conforme os exemplos abaixo:

- (03) «Serren a eigreja, u non aia al, (CSM 27, 31)
 Ca a via y do leyte | da Virgen esperital, (CSM 35, 20)
 E desta guisa a Madre de Deus (CSM 52, 35)
 Ca u vermella era, tan branca a fez (CSM 73, 55)
 Mais enquant' ela andou (CSM 94, 62)

Assim, por se tratar de um recurso estilístico do trovador, a crase propositadamente não ocorre, ou seja, estamos diante daquilo que não é esperado, a partir do ponto de vista fonológico. Convém ressaltar, pois, que mesmo alguns dos casos considerados não esperados de sândi são, na verdade, bem esperados, porque têm condicionamentos linguísticos – haja vista a pequena margem de manobra que resta para os trovadores, apontada por Cunha (1961, p. 43) e já mencionada anteriormente. Todavia, Massini-Cagliari (2005, p. 254) conclui que o arbítrio de que podiam lançar mão os trovadores é ainda menor do que supôs Cunha, no que concerne ao processo de sândi no PA.

De acordo com a autora, em casos de /a/ + /a/ o processo escolhido é a crase. Quando a primeira vogal for o núcleo dos pronomes átonos *mi* ou *ti*, será a ditongação; nos restantes, mesmo quando a vogal inicial é /i/ (que não em *mi* ou *ti*), será o hiato, isto é, a não aplicação da regra de sândi. No entanto, é possível haver elisão quando a primeira vogal da segunda palavra é tônica, pois a restrição rítmica só leva em conta a tonicidade da vogal da primeira palavra.

Em relação aos monossílabos, a autora afirma que a possibilidade de ocorrência de elisão está mais relacionada com o grau de tonicidade e restrições fonotáticas destes do que propriamente com a quantidade de sílabas das palavras envolvidas. Segundo ela, “os monossílabos tônicos incluem-se entre as palavras que bloqueiam a ocorrência da elisão”. É o que ocorre, por exemplo, com as conjunções *e*, *que*, *ca* e *se* (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 239).

a degeminação, ao passo que palavras terminadas em outras vogais átonas favorecem a elisão e/ou outro processo de sândi.

Excetuando o caso de *e* (que não se elide por restrições de estrutura silábica e não rítmicas), estes elementos, em PA, “não devem ser considerados clíticos fonológicos, uma vez que mantêm sua autonomia” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 240). Assim sendo, Massini-Cagliari (2005) inclui igualmente a preposição *so* na lista já proposta por Cunha (1961).

Desse modo, conclui, então, que os monossílabos estão submetidos à restrição rítmica que regula o aparecimento da elisão. Conclui, ainda, que os tônicos não podem se elidir com as vogais que os seguem, mas que os átonos de vogal /e/ podem. Já os constituídos de apenas uma vogal e os terminados em /i/ estão submetidos a outro tipo de restrições (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 245).

A autora afirma que, para haver elisão, a vogal deve pertencer a uma sílaba com *onset* preenchido, pois, de outro modo, temos um hiato. É por isso que monossílabos de uma só vogal “não estão sujeitos à elisão: a sílaba em que se situam tem o *onset* não preenchido”. É o que ocorre com o grupo dos artigos definidos, com os pronomes acusativos, com a preposição *a* e *a* e com a conjunção *e*, como mostram os seguintes exemplos (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 247):

- (04) des que leixara a ost' alçando (CSM15-164)
servos que tu amas, e quer' a outra leixar. (CSM16-73)
Porque o a Groriosa / achou muy fort' e sen medo (CSM2-37,38)
e que a ajades quant' eu poder punnarei (CSM64-62)
que deu a un seu prelado (CSM2-8)

Nessa perspectiva, a autora conclui ainda que:

[...] enquanto para os monossílabos átonos terminados em /e/ a possibilidade mais freqüente de sândi é a elisão, para os terminados em /i/, o hiato é a solução adotada, com exceção de *mi* seguido de /a, o, ó/, quando o processo selecionado é a ditongação. Portanto, de todos os processos de sândi possíveis no PA, é a ditongação o que tem o contexto desencadeador mais restrito: apenas ocorre depois do pronome átono *mi* (com o pronome *ti*, não é o processo preferencial). (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 252).

Desse modo, para haver aplicação de sândi, seja por ditongação, crase ou elisão, é necessário que se reúnam as condições morfossintáticas, rítmicas, fonotáticas e fonológicas, caso contrário, dá-se o hiato (MASSINI-CAGLIARI, 2005). Massini-Cagliari (2005) ressalta que a fonologia tradicional tem encarado os processos de sândi vocálico externo como casos de ressilabificação, mas que depois de Prince e Somlensky (1993) e Face (1998), “os processos intervocabulares de elisão e ditongação passaram a ser vistos como estratégias de reparação de estruturas silábicas menos perfeitas” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 270). Ao analisar os dados de sua pesquisa, baseada na Teoria da Otimalidade – em que a variação interlinguística e a dialetal são fruto de diferentes hierarquias para o mesmo conjunto de restrições –, afirma que as variações estilísticas que se observam nos processos de sândi “devem ser vistas mais como casos de desvios, do que como casos de oposição entre hierarquias” (hierarquia original que gera solução ótima versus hierarquia alternativa que gera desvio, de estilo) (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 271).

Para a autora, contudo, não se deve olhar para esse fenômeno como uma questão de “processamento em paralelo”, não só porque ambos os usos ocorrem no mesmo contexto, mas, também, porque o falante, ao optar por um uso desviante, tem consciência

disso. Numa perspectiva otimalista, na visão da autora, pode-se então explicar os usos estilísticos através deste procedimento: o falante faz uma avaliação dos candidatos e identifica o candidato ótimo, entretanto, rejeita-o fazendo uma nova avaliação, para gerar o resultado “artístico” pretendido. Em suma, enquanto o uso “padrão” se assenta em hierarquias “fortes”, o uso estilístico, ao contrário, assenta-se em hierarquias “fracas” e desviantes, o que leva a autora a considerar este uso como parte de um dialeto “literário” criado pelo trovador (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 272).

Como para o presente estudo interessam-nos os casos em que a elisão não deveria ocorrer, mas ocorre, foram mapeados, nas primeiras cem CSM, todos os casos de elisão não esperada. A fim de ilustrar tal processo, observe-se os versos abaixo, extraídos da CSM 4.

- (05) e vy' en un calez bel (CSM 4, 30)
Azari' e Misahel (CSM 4, 84)

Note-se que a elisão não deveria ter ocorrido nos casos acima destacados, visto que o contexto (a + e) é bloqueador da regra, o que configura um caso típico de contrassangramento. São, ainda, outros casos de elisão não esperada coletados no *corpus* de base desta pesquisa:

- (06) noss' e amparança.» (CSM 9, 140)
Quando est' a compann' oya (CSM 11, 54)
mató-o dentr' en sa cas' ensserrada (CSM 17, 23)
a un' eigreja, per quant' aprendi, (CSM 17, 56)

Os processos de sândi, conforme aqui descritos, são regras consideradas eminentemente pós-lexicais, visto que operam em fronteira de palavras, ou seja, depois de a palavra já estar formada. De acordo com o modelo da Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1985; MOHANAN, 1986; PULLEYBLANK, 1986), que propõe a distinção das regras em lexicais e pós-lexicais, estas últimas não devem ter exceção.

Entretanto, os processos ora considerados como não esperados, que constituem a exceção da regra, também atuam no pós-léxico. Sabendo-se que não é possível propor os dois tipos de regras (esperadas e não esperadas) em um mesmo nível, torna-se pertinente perguntar: como enquadrá-los na gramática da língua?

Para dar conta de tais casos, remetemos à solução proposta por Kiparsky (1985), no que se refere à opacidade das regras. Como já demonstrado, uma regra é considerada opaca não somente quando deixa de atuar em contextos que são favorecedores de sua aplicação – o que configura casos típicos de contra-alimentação –, mas também quando se externaliza sem que haja contexto – como os casos de contrassangramento. Assim sendo, os processos fonológicos descritos nesta investigação como não esperados constituem o grupo das regras opacas em PA, por serem consideradas como desvio (exceção).

Foram mapeados no *corpus*, todavia, alguns casos que chamamos de “casos especiais de elisão”. Sua ocorrência é bastante baixa e configura-se por ser também um processo de elisão não esperada, caracterizado por ter ocorrido a queda da segunda vogal necessária para que a regra de sândi fosse realizada.

Cangemi e Massini-Cagliari (2012), ao analisarem especificamente estes processos – também nas cem primeiras CSM – concluem que tais casos constituem fenômenos caracterizados pela não ocorrência da vogal inicial da segunda palavra. Esta regra é aplicada, algumas vezes, quando a vogal em questão estiver antes de /s/ – como em *nobre spirital* (CSM 58, 53). Como é possível observar, segundo as autoras, quando a vogal ocorre, é grafada como <e>, por ser esta a vogal epentética do PA naquele período. Ainda de acordo com Cangemi e Massini-Cagliari (2012), parece haver um “ambiente rítmico comum”, no que se refere à não realização dessa vogal epentética, a saber: (i) em contexto de sílaba átona seguida de uma sílaba pretônica; (ii) quando houver monossílabo seguido de uma sílaba pretônica. As autoras, concluem, assim, que as vogais finais da primeira palavra envolvidas no processo são /a/ ou /e/, ao passo que a vogal inicial que não se realiza é sempre /e/ (CANGEMI; MASSINI-CAGLIARI, 2012).

No que concerne à presente análise, os fenômenos caracterizados por Cangemi e Massini-Cagliari (2012) foram mapeados no *corpus*, conforme os exemplos abaixo:

- (07) ouv' a strela (CSM 1, 37)
de Spirit' avondada (CSM 1, 68)
 del, a Reynna nobre spirital. (CSM 58,53)

Note-se que, nos três casos, o contexto favorece a aplicação da regra de elisão, no entanto, o *onset* da segunda sílaba está vazio, o que impede a realização do processo. Portanto, o que se verifica, em casos desta natureza, é a preferência pelo hiato.

Entre todos os processos estilísticos coletados para esta pesquisa, o que apresenta maior realização no *corpus* é o hiato. Tais casos merecem destaque por serem a “contraparte” da regra de sândi, isto é, por representarem contra-alimentação no processo de elisão. Alguns versos da CSM 36 exemplificam a ocorrência do referido fenômeno:

- (08) u foi livrar hũa nave, u ya gran companna (CSM 36, 7)
 que sse levou mui gran tormenta, e a noit' escura (CSM 36, 11)
 e todos cuidaron morrer, de certo o sabiades. (CSM 36, 13)
 Pois viron o perigo tal, gemendo e chorando (CSM 36, 15)
 que lles valless' e non catasse as suas maldades. (CSM 36, 28)

Ressalta-se que, em todos os casos destacados, há o contexto favorecedor da aplicação do processo de elisão. No entanto, ainda assim, a regra deixa de atuar. Desta maneira, a análise quantitativa dos processos de sândi considerados não esperados nas cem primeiras CSM está descrita abaixo, conforme a Tabela 1. É possível notar que os casos de hiato são predominantes (76,24%):

Tabela 1. Processos estilísticos de sândi

Processos estilísticos de sândi	Cantigas de Santa Maria	Quantidade (percentual)
Hiatos não esperados	573	76,81%
Hiatos não esperados pela não realização da crase	158	21,18%
Elisão não esperada	9	1,21%
Casos especiais de elisão	6	0,8%
TOTAL	746	100%

Vale salientar que fizemos a divisão dos processos estilísticos de hiato entre casos de hiato não esperados e casos de hiato não esperados por motivo de cesura do verso, para que obtivéssemos uma descrição mais acurada do fenômeno. A partir deste ponto de vista, o que se pôde verificar é que, quando o verso apresenta cesura, a preferência pelo hiato ocorre em 100% dos casos, conforme demonstrado nos exemplos abaixo:

- (09) se mercee non ll' ouvesse | a comprida de bondade. (CSM 45, 24)
 logar en que o fezesse, | e achó-o, com' aprendo, (CSM 45, 38)
 mais tornad' a vosso fogo | e nossa alma leixade.» (CSM 45, 54)
 ca Deus é mui justiceiro, | e por esto ben sabemos (CSM 45, 57)
 E un dos angeos disse: | «O que vos dig' entendede: (CSM 45, 61)

Os dados percentuais, especificamente da realização dos casos de hiato não esperado, estão descritos abaixo, de acordo com a tabela 2:

Tabela 2. Razões do aparecimento dos hiatos não esperados nas CSM

Realização do hiato	Cantigas de Santa Maria	Quantidade (percentual)
Razões estilísticas	560	76,6%
Cesura	111	15,2%
Presença de vocábulos bloqueadores da elisão	60	8,2%
TOTAL	731	100%

Merecem destaque, ainda, alguns casos particulares de hiato não esperado. São aqueles em que a regra de elisão não opera por já ter ocorrido algum outro processo anteriormente. É o que se observa, por exemplo, em *deita-la quis per i no infernal* (CSM 58, 33). Neste caso, a preferência é pelo hiato, visto que já houve junção de *em+o*, originando “no”, o que bloqueia a possível elisão seguinte (*o + i*). Fenômeno semelhante também pode ser observado em *a Madre do alto Rey* (CSM 59, 8). Embora o contexto favoreça a elisão (*o + a*), a opção é pelo hiato, pois já houve a fusão de *de+o*, impedindo a elisão entre */o/* e */a/*. Já em *E daquest' un gran miragre oyd' ora, de que fix*, nota-se que, do ponto de vista linguístico, o hiato é não esperado. Porém, do ponto de vista poético, a elisão entre *oyd'ora* pode ter bloqueado a fusão anterior por questões métricas, o que configura a essência do processo estilístico.

Cangemi (2014), ao fazer um mapeamento dos processos de sândi e elisão presentes nas cem primeiras CSM, demonstra também que o fenômeno mais atuante no referido *corpus* é o hiato. De acordo com a autora, há, no âmbito das cem CSM, 3260 casos de hiato (sílabas CV); 526 casos de hiato com ditongos decrescentes (sílabas VV); e 11 casos de hiato com ditongos crescentes (sílabas VV), totalizando, assim, 3799 casos de hiatização nas primeiras cem CSM. Partindo do estudo realizado pela autora e descontados os 731 casos de hiato não esperado mapeados por esta pesquisa – incluindo, também, aqueles não esperados pela não realização da crase –, conclui-se que a margem de manobra para usos estilísticos é realmente pequena, mas ainda maior do que o percentual apontado por Cunha (1961) e Massini-Cagliari (2005): 19,25% de todos os casos de hiato, em um primeiro momento, podem ser considerados como processos estilísticos.

Esse percentual da margem de arbítrio dos trovadores (19,25%) tende, contudo, a diminuir, quando consideramos – no âmbito dos processos de hiato considerados não esperados – certos fatores que convertem tais fenômenos, primeiramente considerados

estilísticos, em fenômenos gramaticais. É o que ocorre, sobretudo, em posição de cesura do verso. Entretanto, pudemos identificar no *corpus* um outro fator bloqueador da elisão: a presença das conjunções *quando*, *quanto*, *como*, *logo*, *pero* e do substantivo *demo*, já que em 100% dos contextos envolvendo tais vocábulos, há a predominância do hiato. Desse modo, ao considerarmos os casos de hiato de cunho puramente estilístico e o total de casos do referido processo – estes mapeados por Cangemi (2014) – concluímos, finalmente, que a margem de manobra que resta para os trovadores é de 14,75%, ou seja, ainda inferior àquela sugerida acima (19,25%) e muito próxima da apontada por Cunha (1961), conforme ilustra a Tabela 3:

Tabela 3. Realização do hiato nas CSM.

Realização do hiato	Cantigas de Santa Maria	Quantidade (percentual)
Hiatos obrigatórios	3239	85,25%
Hiatos de cunho puramente estilístico	560	14,75%
TOTAL	3799	100%

Considerações finais

Por meio da análise ora empreendida, foi possível caracterizar os processos fonológicos considerados não esperados presentes nas cem primeiras CSM, a fim de verificar os possíveis condicionamentos linguísticos e recursos estilísticos envolvidos em sua realização. Assim, no que se refere aos fenômenos de sândi, com base em Cunha (1961) e Massini-Cagliari (1999, 2005), foram descritos e analisados os contextos de sua aplicação no *corpus* de base desta pesquisa, visto que esses trabalhos apresentam minuciosa descrição a respeito de sua ocorrência no PA. Foi somente a partir de seus resultados que pudemos conhecer e mapear os processos então considerados não esperados nas CSM.

Nesse sentido, foram caracterizadas as ocorrências consideradas opcionais dos processos de elisão, crase e hiato. O que pode ser verificado, nesse caso, é que os processos estilísticos de hiato foram os fenômenos com maior incidência nesta pesquisa. A observação e a posterior análise do hiato foram fundamentais para o presente estudo, uma vez que este fenômeno caracteriza a contraparte da regra de sândi. Em outras palavras, o hiato representa a regra de elisão que não ocorreu. Dessa forma, a fim de se obter um resultado mais preciso acerca do fenômeno, dividiram-se os casos estilísticos de hiato entre hiatos não esperados e hiatos não esperados por motivo de cesura do verso. Feita a distinção, observou-se que, em contextos de cesura, em 100% dos casos, a opção é pela hiatização. Ainda com relação aos hiatos não esperados, verificaram-se outros contextos que condicionam sua aplicação, isto é, contextos envolvendo as conjunções *quando*, *quanto*, *como*, *pero* e *logo*, assim como o vocábulo *demo*. Nesses casos, a opção pelo hiato, assim como nos casos de cesura, é absoluta.

Em suma, o que se verifica é que, apesar de muitas vezes o trovador ter de lançar mão de recursos estilísticos para suprir certas necessidades artísticas, o espaço de que dispunham para fazê-lo é praticamente insignificante, dada a mínima margem de manobra deixada para eles. Em outras palavras, pode-se concluir, em última análise, que os trovadores não podiam “criar” um dialeto literário, tão livremente assim, segundo sua vontade, sendo os usos que apresentam, artísticos ou não, desviantes ou não, guiados pela mesma fonologia que guia os demais usos, seus e de outros falantes, da língua.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. Sândi vocálico externo. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Níveis de Análise Lingüística. 4. ed. revista. v. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 19-35.
- _____. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 23, p. 83-101, jul./dez. 1992.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, [1973].
- CANGEMI, A. C. F. G. A. *Sândi vocálico externo no Português Arcaico*. 2014. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.
- CANGEMI, A. C. F. G. A.; MASSINI-CAGLIARI, G. Um olhar sobre a vogal epentética no Português Arcaico. In: MAGALHÃES, J. S. (Org.). *Linguística in Focus - Fonologia*. v. 10. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 181-204.
- CUNHA, C. F. *Estudos de poética trovadoresca: versificação e ecdótica*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1961.
- FACE, T. L. Reexamining Spanish “Resyllabification”. *Rutgers Optimality Archives*. (ROA-291-1298). 1998. Disponível em: <<http://ruccs.rutgers.edu/roa.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- KIPARSKY, P. Some consequences of Lexical Phonology. In: *Phonology Yearbook*, 2, p. 85-138, 1985.
- LEÃO, Â. V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio. Aspectos culturais e literários*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. 2005. 365 f. Tese (Livre Docência em Fonologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2005.
- _____. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- _____. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. 1995. 269 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- MATZENAUER, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 11-81.
- METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100): Alfonso X, el Sabio*. Madrid: Castalia, 1986.
- MOHANAN, K. P. *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

PRINCE, A. S.; SMOLENSKY, P. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. Technical Report #2 of the Rutgers Center for Cognitive Science. Rutgers, Newark, NJ: Rutgers University, 1993.

PULLEYBLANK, D. *Tone in Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. (Org.). *Dicionário de termos lingüísticos*. v. 1. Lisboa: Cosmos, 1990.

Recebido em: 03/10/2017

Aprovado em: 04/05/2018

Escala de ofensividade: quão ofensiva essa expressão é?

Marina Chiara Legroski

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

marinalegroski@gmail.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1117-2786>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1958>

Resumo

Com o objetivo de determinar se a ofensividade era um traço necessário para caracterizar se determinada expressão é considerada palavrão pelos falantes, este trabalho apresenta um experimento piloto desenhado para este fim. Com base na análise estatística dos dados, demonstramos que estes dois conceitos (“ofensividade” e “palavrão”) não estão correlacionados. Em seguida, pautamos as nossas considerações sobre “ofensividade” dentro de trabalhos sobre polidez linguística e sociolinguística, especificamente no que diz respeito aos contextos sociais e à influência do papel social de gênero sobre determinados usos linguísticos.

Palavras-chave: pragmática; palavrões; papéis de gênero.

Offensiveness scale: how offensive is this expression?

Abstract

In order to determine if offensiveness was a necessary trait to characterize certain expression as a swear word by the speakers, this paper presents a pilot experiment designed for this purpose. Based on the statistical analysis of the data, we show that these two concepts ("offensiveness" and "swear word") are not correlated. Next, we focus our considerations on "offensiveness" in works about the linguistic and sociolinguistic politeness, specifically regarding the social contexts and the influence of the gender role on certain linguistic uses.

Keywords: pragmatics; swear words; gender roles.

Introdução

Muitas são as formas de abordar um mesmo fenômeno linguístico, principalmente aqueles que instigam até o senso comum a elucubrar hipóteses. Com tantos questionamentos pós-modernos na ciência, nos sentimos, como pesquisadores, muitas vezes, angustiados por conseguirmos ver a quantidade de aspectos diversos de um fenômeno que não conseguiremos compreender ou abordar integralmente. Neste trabalho, abordaremos apenas um pequeno aspecto pragmático do uso dos palavrões, sabendo que estamos deixando de lado – ou para trabalhos posteriores – grande parte deles.

Nossa pesquisa partiu de um experimento piloto, realizado em 2016 (que será melhor descrito a seguir), que procurava justamente focalizar duas questões principais: “o que é um palavrão?” e “o que é ofensivo?” Sabemos que estes dois conceitos não são intercambiáveis, mas, ao mesmo tempo, eles se relacionam: é comum que se relacione “palavrão” à linguagem ofensiva, ainda que grande parte de nós use palavrões sem a intenção de ofender, ou que ofenda sem recorrer a um recurso linguístico específico.

O experimento não objetivava encontrar uma definição, mas fazer emergir, estatisticamente, palavras consideradas ofensivas e/ou consideradas palavrões independente de contexto interacional fornecido.¹ Parece haver um conhecimento compartilhado a esse respeito, o que nos instiga a deixar de lado teorias interacionais, que sugerem que ofensividade está relacionada apenas a atitudes proposicionais, e partir para investigações teóricas que deem conta deste como um fenômeno mais generalizado do uso linguístico, atrelado ao significado lexical destes itens.

Segundo Jay e Janschewitz (2008, p. 268),

[...] descrevemos fatores que influenciam a probabilidade e a ofensividade de praguejar, assim como a relação entre palavrões e a pesquisa em polidez. Nós acreditamos que falar palavrões não é necessariamente impolido, na medida em que a linguagem ofensiva é comumente usada dentro dos limites do que é considerado situacionalmente apropriado no discurso; além disso, em algumas instâncias, falar palavrão não é nem polido nem impolido.^{2 3}

E, além disso, que “As pessoas aprendem a julgar quando, onde e com quem é apropriado falar palavrões, ou quando fazê-lo poderia ser ofensivo. Julgamentos de ofensividade provêm as bases para determinar a dimensão em qual cada fala é rude ou não polida.” (JAY; JANSCHWITZ, 2008, p. 268).

Estamos de acordo com a visão de que nem sempre falar palavrões é considerado rude ou impolido. Mesmo em termos da Teoria da Polidez (BROWN; YULE, 1987), entendemos que este pode ser um ato considerado de polidez positiva em relação à face positiva do interlocutor (no sentido de tentar incluí-lo na atividade ou buscar a sua concordância). Ora, se nem sempre palavrões são considerados impolidos, provavelmente também nem sempre são indicadores de uma atitude ofensiva. Porém, se não a ofensividade, ainda resta descobrir o que faz do palavrão um tipo especial de palavra. Este assunto, porém, deixaremos para outro trabalho. Neste, vamos nos debruçar sobre a ofensividade.

2. Descrevendo o experimento

Por meio de um formulário criado com ferramentas do Google, perguntamos aos participantes (que conseguimos divulgando o experimento em redes sociais) dados básicos de identificação de estrato social (sexo, faixa etária e nível de escolaridade) e testamos sua intuição em relação a se determinado item lexical era ou não palavrão e se era ou não ofensivo e, num segundo momento, quão ofensivo era determinado termo.

¹ Por conta da extensão deste trabalho, não desenvolveremos este aspecto; porém, salientamos que o objetivo deste experimento piloto era coletar dados para um segundo experimento envolvendo contexto, a partir das respostas estatisticamente mais salientes consideradas como +palavrão, +ofensivo, -palavrão e -ofensivo.

² Todas as traduções utilizadas neste artigo são nossas. As citações originais não estão presentes por conta da extensão permitida para o texto.

³ A palavra “swearing” pode ser traduzida como “falar palavrão” ou como “praguejar”, “maldizer”. Para fins deste trabalho, estamos usando sinônimos na tradução, mas considerando apenas o aspecto de falar palavras que são socialmente entendidas como sendo palavrões.

Para a primeira etapa, então, havia quatro possibilidades de resposta, cruzando as variáveis, como demonstrado na Figura 1, abaixo.

Neste primeiro momento, os participantes deveriam analisar as seguintes expressões: “viado”⁴, “vaca”, “pau”, “puta”, “cacete”, “filho da puta”, “corno”, “vagabundo”, “demônio”, “merda”, “vadio”, “porra”, “cu”, “buceta”, “foda”, “brocha”, “vai tomar no cu!”, “vai se foder”, “vai à merda”, de acordo com a Figura 1, abaixo.⁵

É palavrão?

Pedimos que você marque, nessa seção, quais dessas expressões são “palavrões” na sua opinião.

Viado

- ☐ Não é ofensivo mas é palavrão.
- ☐ É palavrão e é ofensivo.
- ☐ Não é palavrão mas é ofensivo.
- ☐ Não é ofensivo e não é palavrão.

Figura 1. Modelo de pergunta: “É palavrão?”

Na segunda etapa, o participante precisaria decidir quão ofensiva considerava a expressão, posicionando sua avaliação em uma escala que ia do 1 (para nada ofensivo) ao 5 (para muito ofensivo), conforme a Figura 2, abaixo. Aqui, deveriam ser avaliadas as expressões: “caralho”, “porra”, “puta que pariu”, “filho da puta”, “merda”, “puta merda”, “cacete”, “buceta”, “corno”, “pau”, “vadia”, “vagabundo”, e as expressões imperativas “vai tomar no cu”, “vai se foder”, “vai à merda”.

Quão ofensivo?

Nesta seção, pedimos que você marque, numa escala de 1 a 5, o grau de ofensividade dessas expressões. Considere 1 para “nada ofensivo”, 3 para “neutro” e 5 para “muito ofensivo”.

Caralho	1	2	3	4	5	
Nada ofensivo.	☐	☐	☐	☐	☐	Muito ofensivo.

Figura 2. Modelo de pergunta: “Quão ofensivo?”

Apesar da curta divulgação em redes sociais e em um *site* de divulgação científica, o experimento retornou em cerca de 1810 respostas.⁶ Destes participantes, 63% eram mulheres, 54% estão na faixa etária entre 18 e 30 anos e 95,7% tinha pelo menos o ensino fundamental completo e 22,6% tinha pós-graduação.⁷ Por conta da

⁴ Utilizado com a grafia não dicionarizada para deixar claro, aos participantes, que se tratava da expressão de uso informal e não o nome de um animal.

⁵ Cabe salientar que “palavrão” não coincide necessariamente com a definição morfológica de palavra, razão pela qual, neste experimento, não problematizamos esta definição.

⁶ Cada pergunta registra um número diferente de respostas porque estas eram dadas de forma independente e não obrigatória.

⁷ O que se deve, fundamentalmente, ao fato de esta pesquisa depender de um grande grau de letramento para ser respondida, tendo em vista seus meios de divulgação e de qualidade da participação.

extensão deste trabalho, vamos focalizar, aqui, apenas as respostas relacionadas ao modelo de pergunta apresentado na Figura 2, sem determinar as faixas socioeconômicas dos participantes.⁸

Apenas para mostrar o tipo de dado de que estamos diante, apresentamos aqui os gráficos automaticamente gerados pelo Google para as palavras “viado” e “vaca”, respectivamente.

Gráfico 1. Porcentagens de respostas em relação à palavra “viado”

Viado

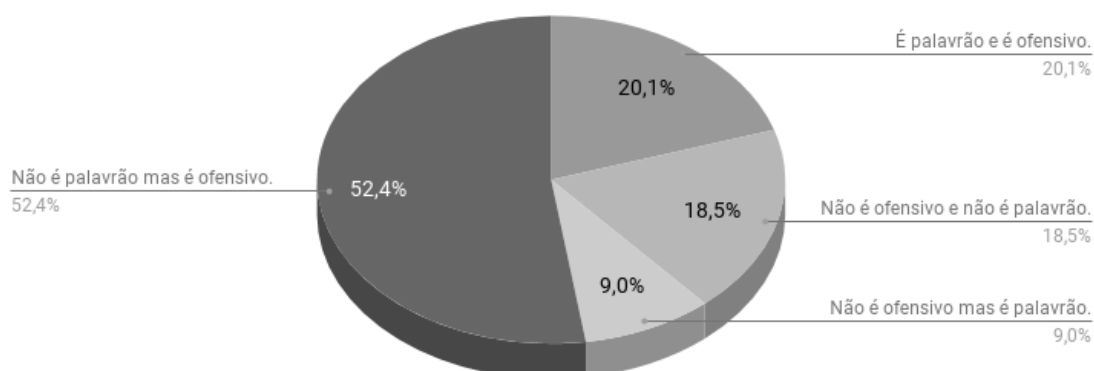
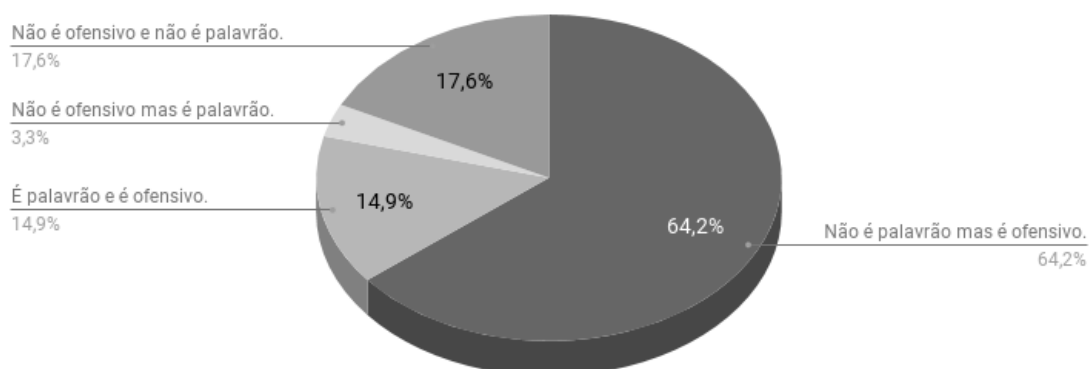


Gráfico 2. Porcentagens de respostas em relação à palavra “vaca”

Vaca



⁸ O trabalho com os dados referentes à primeira parte da pesquisa está no prelo. As análises não consideram as camadas por conta da extensão deste trabalho.

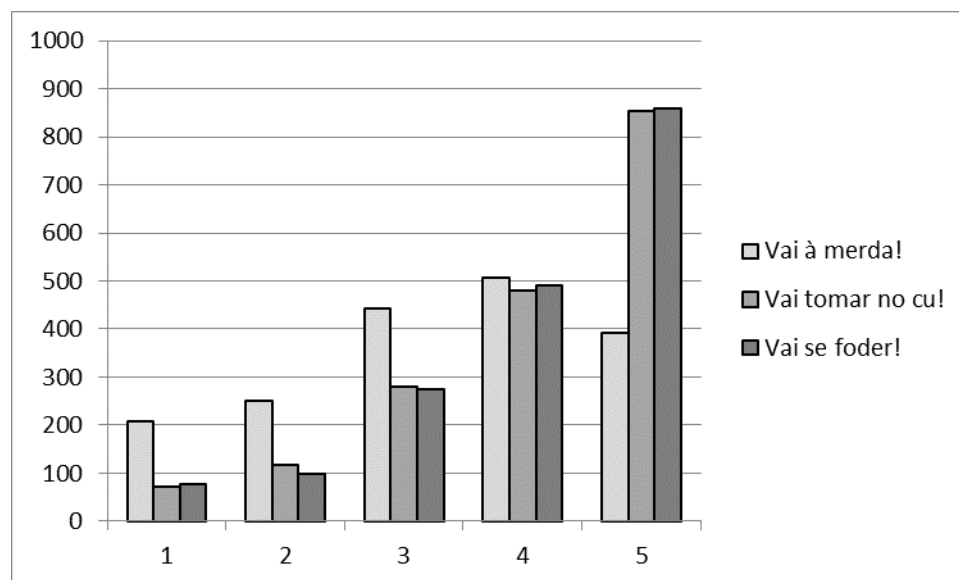
Podemos ler gráficos juntando as informações sobre as “fatias” que representam “é ofensivo” (na fatia mais escura e na segunda mais clara) e “é palavrão” (fatias mais claras). As fatias complementares, evidentemente, representam as respostas complementares. Somando, portanto, estas informações, temos que 24% dos participantes consideram “viado” palavrão, enquanto 74,3% consideram ofensivo.⁹ Para a palavra “vaca”, 16,5% consideram que seja palavrão, mas 78,6% consideram ofensivo. Temos dados que seguem, portanto, a hipótese de que o julgamento de ofensividade não está correlacionado ao julgamento sobre se o termo é ou não “palavrão”, ainda que na definição intuitiva do falante. A ofensividade, então, deve emergir por outros fatores, como discutiremos no item a seguir.

3. Análise dos dados

Porém, o foco deste trabalho é analisar o nível de ofensividade atribuído a cada uma das expressões pelos participantes. Num primeiro momento, observando apenas os totais das respostas (sem segregação através dos fatores socioeducacionais)¹⁰, podemos notar alguns padrões de resposta interessantes, ligados a certas peculiaridades linguísticas de cada um dos termos analisados.

Expressões que continham verbos no imperativo foram largamente quantificadas como muito ofensivas, como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 3. Concentração da avaliação de ofensividade das expressões com verbos no imperativo



⁹ Sobre os 18% que não consideram a palavra nem palavrão, nem ofensiva, acreditamos que possa estar relacionado a um público que ostensivamente vem militando pela resignificação de determinadas palavras, como forma de empoderamento das minorias, principalmente tentando redimensionar a ofensividade a elas atribuída.

¹⁰ Adiante, faremos uma análise separando os gêneros. Não temos ainda análise separando níveis educacionais ou os outros fatores socioeducacionais; mas para fins deste trabalho, consideramos que esta análise é suficiente.

Parece evidente que expressões com verbos no imperativo soariam mais rudes do que as demais, principalmente tomando por base, novamente, o que diz a Teoria da Polidez, por serem estes atos diretos de ameaça à face negativa do interlocutor sem qualquer amenização da ameaça à face. Nas palavras dos autores, tratar-se-ia de uma estratégia “*bald-on-record*”:

A primeira razão para o uso de um registro bald-on-record pode ser formulada de maneira simples: em geral, quando quer que F[alante] queira fazer o ato de ameaça à face com máxima eficiência *mais do que* queira satisfazer a face do O[uvinte], em qualquer grau, ele vai escolher a estratégia bald-on-record. Existem, entretanto, diferentes tipos de usos de bald-on-record em diferentes circunstâncias, porque F pode ter diferentes motivos para fazer o ato de ameaça à face com a máxima eficiência. Eles se enquadram em duas classes: aqueles em que o dano à face não é minimizado, em que a face é ignorada ou desconhecida, e aqueles em que, fazendo o ato de ameaça à face de maneira bald-on-record, F minimiza ameaças implicitamente. Sentenças diretas imperativas se ressaltam como exemplos de uso bald-on-record [...]. (BROWN; LEVINSON, 1978, p. 94).

Os exemplos citados pelos autores, evidentemente, não são de estratégias de rudeza ou impolidez, mas de ordens diretas ou pedidos cujas circunstâncias impedem outras estratégias de mitigação do ataque à face, como pedidos de desculpa (“Me perdoe!”), avisos (“Me ajuda!”, “Cuidado!”, “Sai daí porque tem uma cobra!”) e coisas do tipo. Como sabemos, Brown e Levinson (1978) focam nas estratégias de polidez, e não na rudeza, mas não é completamente injustificado argumentar que um palavrão imperativo possa vir em contextos em que não se pretende atacar a face do interlocutor. Conforme pontuam Jay e Janschewitz (2008, p. 27),

Falar palavrões em proposições pode ser polido ou impolido ou potencialmente nenhum dos dois. É polido quando promove a harmonia social, como na construção da face (por exemplo, “Essa torta está gostosa pra caralho!”). É rude quando é usado deliberadamente para atacar alguém, como em atos de ameaça à face (por exemplo, “Você é imbecil pra caralho!”)¹¹; rude quando usado de maneira intimidadora e agressiva ou para ganhar poder como na “rudeza estratégica” de Beebe (1995); e rude (ainda que não intencionalmente) quando ocorre como resultado entre uma disparidade entre falantes entre entender e aderir às regras de polidez, o que é, segundo Thomas (1983), uma “falha pragmática”. Falar palavrões também é rude quando é usado para publicamente desabafar emoções fortes como em uma “rudeza explosiva”, o que é decorrente da ideia de que é indelicado ser exageradamente emocional em qualquer circunstância (KASPER, 1990; BEEBE, 1995). Nós antecipamos que, apesar de as pessoas às vezes relatarem que se sentem melhores depois de desabafar as emoções em público, esse comportamento pode ser percebido mais como catártico do que como rude (JAY et al., 2006).

Os dados parecem sugerir que, entre os falantes que consideram os proferimentos retratados no Gráfico 3 “pouco” ou “nada ofensivos”, estão os que entendem que aquelas expressões são exposições catárticas de sentimentos e, assim, não

¹¹ As construções no original usavam “*fucking*”, que sabemos não ter a mesma distribuição morfossintática do que “pra caralho”, mas a tradução tentou captar o sentido e não a estrutura.

atribuem ofensividade a elas. Dados mais expressivos, porém, de expressões não julgadas ofensivas advêm de “pau”, “merda”, “porra”, “cacete”, “puta merda” e mesmo “puta que pariu” que, apesar de uma distribuição não tão semelhante quanto as anteriores, tem as respostas concentradas na escala entre 1 e 3, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1. Porcentagens de participantes que consideram o palavrão de não ofensivo a neutro

<i>Palavrão</i>	<i>Consideram o palavrão entre ofensivo e neutro</i>
merda	94,1%
porra	84,2%
caralho	80%
buceta	69,5%
pau	89,9%
Puta que pariu!	70,9%
Puta merda!	85,4%

Exceto por “pau”, todas as palavras citadas anteriormente se apresentam em contextos linguísticos interjetivos, razão pela qual podemos entender que, de fato, o entendimento de Jay e Janschewitz (2008) de que a leitura dos palavrões passa pela leitura dos usos sociais e discursivos em que são utilizados parece se confirmar. O fato de serem palavras com referentes no mundo não faz delas mais ou menos ofensivas, porque parece que a leitura levada em conta pelos participantes foi a de contextos em que a ameaça à face estaria em jogo, e não contextos de denotação ou ostensão. Outra hipótese a ser investigada, trazida também por estes autores, diz respeito ao fato do uso de palavrões em proferimentos sem que eles tenham a intenção de ofender, sendo apenas tomadas no sentido referencial (por exemplo, “pisei numa merda de cachorro”): nestes contextos, haveria ameaça à face?

Pinker (2008) faz referência ao fato de que, para falarmos sobre determinados tabuísmos, notadamente os relacionados a sexo e às excreções corporais, temos três grupos de palavras: um cheio de termos da medicina, outro com termos que usamos para falar destes assuntos com crianças, e o terceiro composto por palavrões.

A magia das palavras simplesmente coloca mais um elo nessa cadeia de associações, e dá também às *palavras* para os eflúvios o poder de causar repulsa. [Mas] A repulsa aos eflúvios também pode ser controlada, é claro, como acontece no sexo, na medicina, na enfermagem e nos cuidados com animais e bebês. Como veremos, essa dessensibilização conta com a colaboração ocasional de eufemismos que amenizam a repugnância. (PINKER, 2008, p. 392-393).

Ora, parece válido, portanto, que não se considerem ofensivos usar os temas de que dispomos em determinados contextos sob a pena de, ainda, ameaçarmos a face de nossos interlocutores ao nos referimos a determinado assunto usando palavras pertencentes ao léxico destinado a outro grupo, seja do qual deles estivermos falando.

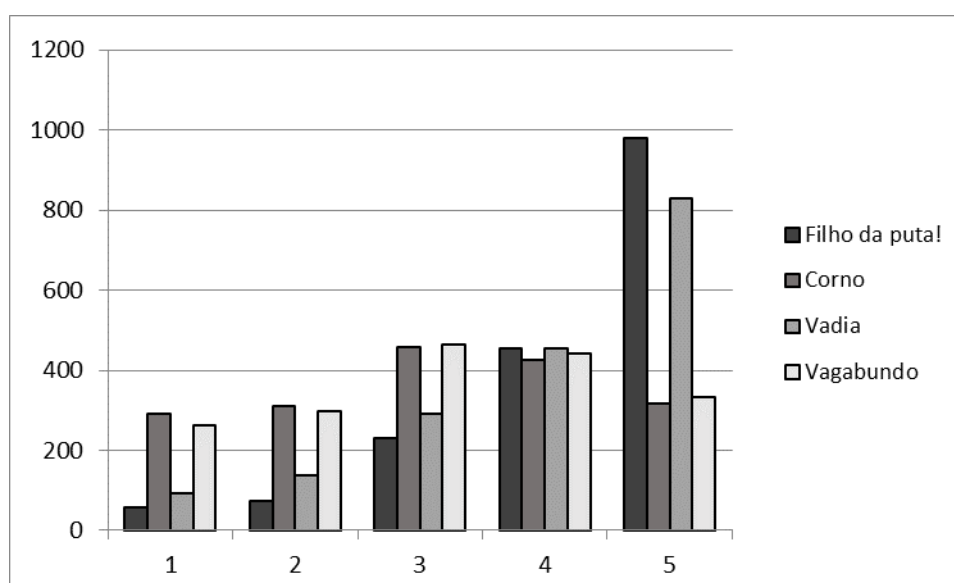
Que tipo de fala é apropriada em uma dada situação depende, em parte, do assunto da conversação. Considere tentar conversar sobre um assunto tabu, como sexo. As pessoas acham difícil discutir sexualidade (por exemplo, menstruação, masturbação, relações

sexuais) e a conversa sobre sexo é evitada porque é possível que ela gere alguma ansiedade. Gíria sexual é muito ofensiva e termos clínicos não são familiares e incapazes de capturar completamente o sentimento das pessoas sobre o sexo. (JAY; JANSCHWITZ, 2008, p. 272).

3. 1 Gênero, preservação da face e ofensividade

Outra consideração que não podemos deixar de lado se refere ao fato de algumas das expressões analisadas se referirem diretamente à sexualidade e aos diferentes papéis desempenhados socialmente pelos gêneros. Inclusive, nos palavrões listados na Tabela 1, acima, pudemos notar que a maior diferença de avaliação de ofensividade é exatamente na palavra que faz referência ao órgão sexual da mulher, enquanto os termos que fazem referência ao órgão sexual masculino são considerados ofensivos por menos pessoas. Infelizmente, por falhas metodológicas, nesta segunda etapa, o termo “viado” não estava presente. Porém, no Gráfico 4, abaixo, podemos, entre outras informações, ver a diferença de avaliação entre “vadia” e “vagabundo”.

Gráfico 4. Concentração da avaliação de ofensividade das expressões com ofensas do campo da sexualidade



Não podemos subestimar o peso social destas palavras e o conteúdo veiculado por elas na intenção de ofensividade. Apesar de “vadio” e “vagabundo” serem sinônimos, a marcação morfológica de gênero faz bastante diferença para que o grau de ofensividade dessas palavras seja diverso: “vagabundo” pode ou não ser uma ofensa, aparentemente, mas “vadia” sempre é; provavelmente pelo valor social envolvido. Semelhante é o caso de “filho da puta” que, apesar de ter uso interjetivo, é considerado ofensivo porque pode ser direcionado ostensivamente ao interlocutor (“você é um filho da puta!”), o que não acontece com “pau”, “cacete”, por exemplo, que não constroem expressões direcionadas à segunda pessoa (“você é um pau”; “você é um cacete!”).

Sobre o papel de gênero, sabemos que a sociedade utiliza largamente palavras relacionadas ao comportamento sexual da mulher como forma de diminuí-la, enquanto xingamentos relacionados à sexualidade do homem são, normalmente, os que o associam à homossexualidade ou a um comportamento passivo em relação ao seu desempenho afetivo ou sexual (“corno”, “corno manso”, “broxa”) (ZANELLO; ROMERO, 2014). Palavras que se referem a relações sexuais com grande quantidade de parceiros diferentes, quando usadas em relação a homens, normalmente possuem cunho positivo (“garanhão”, “pegador”) ou um cunho que pouco os denigre (“galinha”, “sem vergonha”), ao contrário do que podemos observar em relação às palavras dirigidas a mulheres. A respeito disso, Zanello e Romero (2014, p. 9) observam:

O termo “vagabundo” foi privilegiado na frequência de ambos os grupos como um dos piores insultos direcionados tanto a homens quanto a mulheres. Entretanto, quando dirigido a uma mulher, o termo assume a conotação sexual ativa; quando direcionado ao homem, ele assume a conotação de traços de posicionamento próprio, no sentido de produtividade [...]. Assim, o termo “vagabundo” é uma amálgama importante dos valores de gênero presentes não apenas nas nossas [sociedades], mas também nos seus usos (e que esse fato abre em relação às nossas vidas.).

Há, porém, outra abordagem a ser tomada nesse ponto. Não precisamos considerar que as palavras que ofendem determinados gêneros são construtos sociais, mas que os próprios papéis de gênero são mantenedores das diferenças expressadas por estas palavras. Conforme apontam Jay e Janschewitz (2008, p. 274),

Gênero desempenha um papel poderoso no ato de falar palavrões. A maioria das pessoas os fala mais em presença de ouvintes do mesmo gênero do que em audiências mistas. Nós temos muitos dados para mostrar esse efeito, assim como para demonstrar que essa tendência se desenvolve na infância e continua na vida adulta.

Especialmente sobre o comportamento linguístico relacionado ao papel social do gênero feminino, Labov (1966[2008]) nota que mulheres têm tendência a serem mais conservadoras, mais sensíveis ao que é considerado de prestígio e, sendo assim, podemos concluir que também são mais sensíveis em relação ao risco envolvido à sua face em cada situação comunicativa. Segundo este autor, “a diferenciação sexual dos falantes não é, portanto, somente um produto de fatores físicos, de diferentes quantidades de informação referencial fornecida por eles, mas, sim, *uma postura expressiva que é socialmente mais apropriada para um sexo do que para o outro*” (LABOV, 1966a, p. 348-349, grifos nossos). Ele acrescenta que, “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens” (LABOV, 2008, p. 288) e “são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio.” (LABOV, 2008, p. 281).

Chambers (2009) problematiza bastante a ideia de relacionar papéis de gênero a comportamentos sociais e linguísticos, pois isso parece tratar grupos sociais de uma maneira estereotipada, de maneira que se pode questionar até que ponto estes comportamentos linguísticos refletem um comportamento social ou são consequência dele. Ele cita Deuchar (1988, p. 31 *apud* CHAMBERS, 2009, p. 144), para quem “o uso de uma fala padrão, com suas conotações de prestígio, parece adequado para a

preservação de face de um falante com relativamente menos poder sem atacar a face do ouvinte” e adiciona que isso deveria ser testado em relação a se, de fato, mulheres usariam formas de prestígio sempre que se dirigem a homens, ou se isso se mantém quando elas se dirigem a outras mulheres. Acreditamos que, como consideram Jay e Janschewitz (2006), em presença de pessoas do mesmo gênero, a tendência é que o monitoramento do uso de palavras – e, provavelmente, de outros tipos de fala não monitorada – também emergjam.

Por outro lado, poder-se-ia investigar, entre os participantes, a relação do gênero com a atribuição da ofensividade. Em experimentos feitos por Jay e Janschewitz (2006), estes autores demonstram uma correspondência interessante entre a atribuição da ofensividade e o papel de gênero desempenhado na sociedade:

De acordo com a nossa previsão de que mulheres dariam escalas de ofensividade mais altas do que os homens, uma interação significativa entre o gênero do participante e sua experiência com língua inglesa foi obtida ($F(1, 117) = 4.135$, $MSE = 22.09$, $p=.04$). Testes posteriores mostraram uma relação entre a diferença de gênero de maneira geral nas pontuações de ofensividade para falantes nativos de inglês ($t(66) = 1.96$, $p=.05$, não corrigida); taxas de ofensividade foram numericamente maiores para mulheres ($M = 3.68$, $SD = 0.88$) do que para homens. ($M = 3.26$, $SD = 0.86$). Não houve diferença de gênero na atribuição de ofensividade para falantes não nativos. ($p = 0.5$) (JAY; JANSCHWITZ, 2008, p. 283).

Entre os nossos dados, podemos encontrar um padrão semelhante: as mulheres tendem a marcar as taxas de ofensividade como maiores para os termos, principalmente para as expressões designadas para ofender o sexo feminino, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 2. Porcentagens de participantes separados por gênero

<i>HOMEM</i>	<i>Vagabundo</i>	<i>Vadia</i>	<i>Buceta</i>	<i>Pau</i>
1	20,03%	7,24%	35,05%	55,14%
2	21,39%	9,20%	19,34%	18,73%
3	27,11%	20,21%	22,05%	19,34%
4	21,39%	26,24%	12,08%	4,98%
5	10,09%	37,10%	11,48%	1,81%
<i>MULHER</i>	<i>Vagabundo</i>	<i>Vadia</i>	<i>Buceta</i>	<i>Pau</i>
1	11,32%	3,89%	29,09%	46,11%
2	13,79%	6,54%	13,70%	19,91%
3	25,02%	13,69%	22,90%	21,95%
4	26,44%	24,73%	16,45%	7,26%
5	23,43%	51,15%	17,86%	4,78%

Evidentemente, essa pequena amostra aqui pode não ser representativa de toda a análise que fizemos. Em trabalhos posteriores, estes dados serão ainda mais filtrados para verificar em quais deles não há desvio padrão, por exemplo, mas eles parecem confirmar uma tendência vista também em outras línguas.

Considerações finais

Existem ainda muitas questões relacionadas à ofensividade que não foram abordadas neste trabalho, porém buscamos demonstrar como este traço de significado parece estar presente independentemente da intenção de ofender do interlocutor. Isso fica claro quando se analisam as palavras isoladas de contexto, pedindo ao falante que apenas leve em consideração a intuição que tem sobre o uso daquele termo. Com base nisso, fica evidente que o julgamento em relação à ofensividade está bastante relacionado ao papel social e ao tipo de significado que cada conceito carrega.

Por outro lado, está presente também uma avaliação de que gênero parece ser um fator determinante em relação à percepção dos conteúdos como ofensivos, em relação às estratégias de preservação de face e, para tanto, não precisamos falar de “homens” e “mulheres” como categorias biológicas, mas como categorias sociais. Não fizemos diferenciação no questionário, por exemplo, sobre se as pessoas marcaram seu papel social enquanto cis ou trans. A pergunta inicial era “você se identifica como”, justamente por entendermos que a construção social está mais relacionada aos dados linguísticos e às performances enunciativas do que qualquer outra informação biológica.

Por fim, esperamos ter alimentado o debate com dados do português brasileiro e afirmado o ponto de que falar um palavrão ou usar um xingamento (com a intenção de ofender) são coisas distintas, nem sempre relacionadas, e sequer estão relacionadas aos mesmos contextos ou atitudes proposicionais, e nem despertam as mesmas reações nos enunciadores e interlocutores. Ainda, a agressividade não parece ser gratuitamente atribuída a qualquer pessoa que profira palavrões; mas este é um experimento que ainda precisa ser feito.

REFERÊNCIAS

- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University. 1987.
- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Edição revisada. Oxford: Blackwell, 2009.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. Tradução de João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. v. IV. Campinas: UNICAMP, 1982.
- JAY, T.; JANSCHWITZ, K. The pragmatics of swearing. *Journal Of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture*, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 267-288, jan. 2008. Walter de Gruyter GmbH. Disponível em: <<https://www.mcla.edu/Assets/MCLA-Files/Academics/Undergraduate/Psychology/Pragmaticsofswearing.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PINKER, S. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZANELLO, V.; ROMERO, A. C. “Vagabundo” or “vagabunda”? : swearing and gender relations. *labrys, études féministes/ estudos feministas*, [s. l.], v. 22, p. 22, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16320>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

Recebido em: 30/08/2017

Aprovado em: 29/05/2018

Variação semântica e a noção de Hierarquia Funcional-Conceitual

Valdilena Rammé

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil
val.ramme@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-1794-3278>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.2011>

Resumo

Dentro da Nanossintaxe, a variação no comportamento sintático-semântico de distintas classes é explicada pelo fato de que línguas diferentes codificariam partes distintas de sequências funcionais hierárquicas em diferentes itens lexicais. Essas sequências seriam, por sua vez, construídas a partir de conceitos primitivos muito mais finos do que as categorias sintáticas tradicionais e se aproximariam de uma decomposição semântico-conceitual como a proposta de Jackendoff (1983, 1990, 1997). Para diversos autores (STARKE, 2010, 2011; CAHA, 2009; PANTECHVA, 2011), a questão da variação se reduziria, então, à diferença no tamanho das estruturas estocadas em diferentes itens do léxico. Este trabalho apresentará, assim, uma discussão sobre a relevância da aplicação da noção de hierarquia funcional-conceitual na análise das preposições do português brasileiro.

Palavras-chave: hierarquia funcional-conceitual; variação semântica; preposições.

Semantic variation and the notion of Functional-Conceptual Hierarchy

Abstract

Within Nanossyntax, the variation in the syntactic-semantic behavior of distinct classes is explained by the fact that different languages would encode distinct parts of hierarchical functional sequences inside different lexical items. In turn, these sequences would be built from primitive concepts much finer grained than traditional syntactic categories and would approach a semantic-conceptual decomposition such as Jackendoff's (1983, 1990, 1997) proposal. For several authors (STARKE, 2010; CAHA, 2009; PANTECHVA, 2011), the question of variation would then be reduced to the difference in the size of the structures stored in different items of the lexicon. Therefore, this paper will present a discussion about the relevance of the application of the functional-conceptual hierarchy notion in the analysis of Brazilian Portuguese prepositions.

Keywords: functional-conceptual hierarchy; semantic variation; prepositions.

Introdução

No português brasileiro (PB), é interessante observar que são abundantes os fenômenos de variação e sincretismo no que concerne ao uso das preposições. Fruto disso, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas para descrever e tentar explicar as razões e as restrições desta variação, assim como os caminhos para as possíveis mudanças que envolvem tais itens.

Um exemplo dessa característica do PB pode ser observado nas sentenças de (01) a (07), abaixo:

- (01) Correu embaixo da marquise.
- (02) Correu debaixo da marquise.
- (03) Se protegeu da chuva debaixo da marquise.
- (04) Se escondeu atrás da casa.
- (05) Se escondeu detrás da casa.
- (06) Correu atrás dos meninos.
- (07) Correu detrás dos meninos.

Na sentença (01), o item ‘embaixo de’ carrega dois sentidos e permitiria duas interpretações: em uma delas, poderíamos entender que introduz a direção ou o alvo do movimento; na outra, estaria introduzindo o lugar dentro do qual o movimento começa e termina (interpretação puramente locativa). Paralelamente, em (02), o item ‘debaixo de’¹ pode ser interpretado como introduzindo o alvo, o local ou o ponto de origem do movimento. Já na sentença (03), pode-se verificar que o uso de ‘debaixo de’ permite somente uma leitura puramente locativa, fato que comprova uma das interpretações disponíveis no exame de (02). Ao analisarmos (04) e (05), por sua vez, percebemos que tanto o item ‘atrás de’ quanto o item ‘detrás de’ também permitem leituras puramente locativas. Finalmente, a análise dos itens (06) e (07) demonstra que, para além da interpretação locativa, essas preposições podem introduzir alvos de movimento.

O que é interessante nessas análises é o fato de, por se tratarem de locuções prepositivas (também chamadas preposições complexas), esses itens apresentarem uma morfologia que permitiria destacar outras preposições, nomeadamente ‘a’, ‘em’ e ‘para’, que poderiam estar contribuindo com algum traço de suas próprias estruturas semânticas ou conceituais para o significado das locuções.

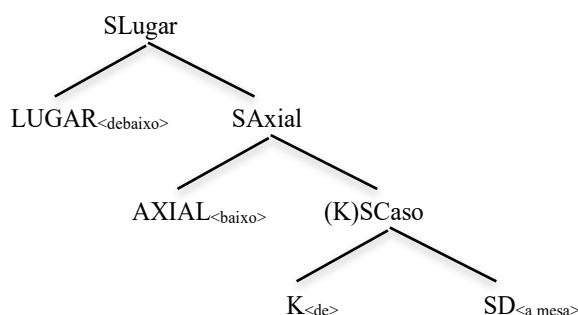
Assim, em um primeiro momento, seria possível conjecturar que a preposição ‘de’, tradicionalmente associada ao conceito de *fonte*, estaria contribuindo com este sentido para a composição do significado das locuções em que aparece. O restante do significado seria acrescentado pela parte nominal da locução que, por sua vez, codificaria um conceito identificado como *axial part* (SVENONIUS, 2007). Segundo o autor, o traço contribuído por tais nominais não seria interpretado como a parte do objeto que nomeiam, mas como um espaço ou região definida em referência àquela parte.

Portanto, quando usamos a locução ‘ao lado de’, por exemplo, o nominal ‘lado’ não seria interpretado como uma parte do objeto, mas uma região de referência em relação àquela parte do objeto, neste caso, o lado. Para Svenonius (2007, 2010), em termos nanossintáticos, esse traço estaria codificado nas sequências funcionais hierárquicas de tais itens, i.e., o significado de um item como ‘ao lado de’ conteria um traço *axial part* que contribuiria com um sentido de região em relação ao objeto de referência.

¹ Neste trabalho, trataremos as chamadas “preposições complexas” ou “locuções preposicionais” em outras abordagens como um único item lexical. Esse posicionamento leva em conta o comportamento morfossintático-semântico sistemático e regular de tais itens. Ainda, quando estamos discutindo um determinado item lexical, colocaremos tal item entre aspas simples, como é o caso de ‘ao lado de’. Já os exemplos de sentenças em que tais itens estão sendo usados ficarão entre aspas duplas: “Joana está ao lado de Pâmela”.

A noção de hierarquia para a organização destes conceitos, portanto, é fundamental. Dentro do quadro teórico da Nanossintaxe, tem-se defendido que é, exatamente, a Sequência Funcional ou Hierarquia Funcional que opera para restringir a ordem com que estes traços são lexicalizados (STARKE, 2010). Neste contexto, lexicalização é entendida como a codificação de tais traços por itens de superfície (palavras e morfemas). A estrutura sintática de uma língua depende, assim, de como os traços da hierarquia estão distribuídos em diferentes itens lexicais. Como ilustração, observemos a decomposição do item ‘debaixo de’ baseada na Sequência Funcional proposta por Svenonius (2010) para o inglês:

(08) Joana está *debaixo da* mesa.



Como se pode observar, na representação acima, um item como ‘debaixo de’, em PB, codificaria a estrutura [SLugar[SAxial[SK[SD]]]]. Por esta razão, ele seria um bom candidato pra lexicalizar parte da construção “Joana está debaixo da mesa”. Assim, a Nanossintaxe propõe que não só os traços que um item lexical codifica são importantes para a sintaxe, como também a hierarquia em que esses traços estão estruturados restringe a possibilidade de inserção de um item. Deste modo, faz-se importante retomar a noção de Hierarquia na literatura, para considerarmos as consequências de sua aplicação teórica. Na próxima seção, discutiremos a conceptualização de hierarquia em distintas teorias que analisam os sentidos das preposições. Na seção seguinte, então, abordaremos brevemente a proposta nanossintática de Hierarquia Funcional ou Conceitual. Finalmente, na seção de análise, observaremos as preposições ‘atrás de’ e ‘detrás de’ do PB para verificar se uma análise que considere as restrições impostas por uma hierarquia funcional ou conceitual pode nos ajudar a entender a grande variação e os casos de sincretismo observados nos dados do PB.

Hierarquias Funcionais-Conceituais e preposições

Dentro do quadro Nanossintático, Svenonius (2007, 2010), Caha (2009) e Pantcheva (2011) propuseram diferentes decomposições hierárquicas para os conceitos comumente codificados por preposições e aposições. Contudo, antes de analisarmos essas propostas, faremos uma breve excursão na literatura que investiga preposições para verificar como a noção de hierarquia é concebida por outros autores. É imprescindível registrar, deste modo, que, mesmo que a noção de hierarquia esteja presente em muitos trabalhos que se colocam na interface da sintaxe e da semântica, não nos ateremos aqui à análise de hierarquias temáticas, muito embora a hierarquia proposta por Jackendoff

(1990) carregue esta definição. Nos preocuparemos, neste trabalho, com a concepção de hierarquias dentro de uma perspectiva localista, deixando para investigações futuras a relação destas com hierarquias temáticas².

Um trabalho recente que merece destaque é a investigação de Zwarts (2010). Este autor propõe uma ampla análise da distribuição dos conceitos locativos e direcionais, assim como de sua interação, em diferentes sistemas: línguas com marcação de caso puramente morfológica, línguas com marcação de caso morfológica e com um sistema de aposições interagindo, línguas sem caso marcado abertamente e com um rico sistema de aposições etc.

Embora evite qualquer tipo de comprometimento com uma teoria sintática e se dedique exclusivamente a uma avaliação semântica da interação dos conceitos de *rota*, *fonte* e *alvo* em relação com o conceito de *lugar* – ou *Loc* na nomenclatura do autor –, o que Zwarts (2010) evidencia é que há sim material empírico translinguístico que justifique a defesa da existência de uma hierarquia universal destes conceitos e que a variação residiria nos mecanismos que diferentes línguas naturais empregam para estocar estes traços em itens de superfície.

Abstraindo da discussão interessantíssima desenvolvida no trabalho em questão, vamos nos ater aqui a dois parâmetros importantes que podem ser retirados das observações: (a) existe uma hierarquia que regula a maneira como as línguas lexicalizam as noções de *rota+lugar*, *fonte+lugar* e *alvo+lugar*, que se distribuem como um sistema de forças – o processo mais à esquerda sendo o mais forte – e que pode ser postulada como em (09) abaixo. Além disso, ao mesmo tempo, (b) existe uma hierarquia dos conceitos próprios de localização, expostos em (10), que limitam o espectro da variação que uma língua pode apresentar na codificação destes conceitos em diferentes itens ou morfemas (casos). O parâmetro relacionando as duas está traduzido em (11) (SWARTZ, 2010, p. 14).

(09) Substituição > Marcação > Projeção > Regência, Reordenamento > Identidade³

(10) AT < IN, ON < NEAR < BEHIND, FRONT, OVER, UNDER

(11) Se $X < Y$ e D é uma direção, então a codificação de D+X é pelo menos tão forte quanto a codificação de D+Y, dado (10).

² Para uma discussão sobre hierarquias temáticas, o(a) leitor(a) pode buscar o texto de Soares & Menuzzi (2010).

³ Zwarts chama de *Suppletion* (Substituição) a completa troca do item que marca o sentido locativo por um outro item distinto; *Marking* (Marcação) é a ocorrência do item que denota a localização mais um morfema de direção, ambos fortemente atados em um único item lexical (como *into* do inglês); *Projection* (Projeção) é a ocorrência do item que denota a localização mais um morfema de direção, ambos lexicalmente/sintaticamente independentes (como *de perto de*); *Government* (Regência) é a ocorrência da mesma aposição que denota localização mais um caso morfológico no N ou D governado pela preposição, como é o caso do alemão; *Reordering* (Reordenamento) é a ocorrência de movimento na estrutura sintática da aposição (preposição que passa a posposição); e *Identity* (Identidade) é a mesma aposição ou caso codificando ambos, o sentido locativo mais o sentido de direção.

Assim, Zwarts (2010) sugere que, por exemplo, se os conceitos *fonte*+NEAR forem encontrados através de Projeção ('de perto de'), então *fonte*+IN, *fonte*+ON, e *fonte*+AT devem ser codificados por Projeção, Marcação ou Substituição (codificações tão fortes quanto ou mais fortes), mas não por Regência, Reordenamento ou Identidade (estratégias de codificação mais fracas).

Ao examinar o quadro das locuções prepositivas do PB que carregam um nominal codificando um traço axial, podemos verificar que esta previsão de fato se concretiza. Para ilustrar, analisemos dois exemplos: a) 'de baixo de', 'de perto de' e 'de dentro de'. Neste primeiro caso, a regra de Zwarts (2010) prevê que, tendo em vista que a codificação dos conceitos *fonte*+UNDER em PB usa como estratégia a Projeção, a codificação dos conceitos *fonte*+NEAR (de perto de), *fonte*+ON (de cima de) e *fonte*+IN (de dentro de) deveriam usar a mesma estratégia ou estratégias mais fortes, como a Marcação, isto é, um item que denota localização mais um morfema de direção, ambos fortemente atados morfossintaticamente (como é o caso da variante 'debaixo de') ou a Substituição completa, como acontece com 'sob' ou 'sobre'.

Como segundo exemplo, analisemos a locução 'para trás de'. Neste caso, a codificação dos conceitos *alvo*+BEHIND também é feita por Projeção, logo, a codificação de *alvo*+NEAR, *alvo*+ON e *alvo*+AT deve ser feita através de Projeção, Marcação ou Substituição. No caso de *alvo*+NEAR, temos 'para perto de' (Projeção). Já no caso de *alvo*+ON, temos duas possibilidades: 'para cima de' (Projeção) ou 'sobre' (Substituição). Finalmente, para codificar *alvo*+AT, temos a preposição 'para', que se encaixa na estratégia de Substituição.

Embora não tenhamos espaço, neste breve artigo, para apresentar a análise completa, podemos perceber que esta proposta é capaz de prever padrões bastante interessantes da forma como as línguas naturais organizam os seus conceitos. Neste caso também, a noção de hierarquia parece ser central para a aplicação das regras de lexicalização/codificação.

É importante mencionar, ainda, que Zwarts (2010) estende esta análise para o Sistema de Casos de um número representativo de línguas e encontra a mesma hierarquia em funcionamento, com exceção do conceito *under*, que parece se encontrar mais alto na hierarquia de Casos do que na hierarquia de posições. Assim, o autor sugere que "existe uma ordenação dos casos oblíquos (genitivo < preposicional < instrumental) que se alinha com a hierarquia locativa"⁴ (ZWARTS, 2010, p. 102, tradução nossa). Tal constatação indica, portanto, que a hipótese de uma hierarquia universal restringindo a forma como lexicalizamos conceitos espaciais tenha, de fato, embasamento empírico.

Antes de concluir, contudo, é preciso destacar a observação de Zwarts (2010, p. 110) de que é preciso compreender que, por si só, "uma hierarquia é uma maneira particular de descrever um padrão empírico, (mas) não é um construto teórico. Para tal, ela requer uma explicação em termos de propriedades independentes de localizações"⁵. Entendo, assim, que essas propriedades independentes de localização também podem ser sintáticas, e, neste sentido, a Nanossintaxe efetivamente tem explicado de forma elegante como a hierarquia espacial estaria funcionando na estruturação das línguas naturais.

⁴ "[...] there is an ordering of oblique cases (genitive < prepositional < instrumental) that aligns with the location hierarchy."

⁵ "A hierarchy is a particular way of describing an empirical pattern, it is not a theoretical construct. As such it requires an explanation in terms of independent properties of locations."

Ao mesmo tempo, vale lembrar que Zwarts (2010) também chama nossa atenção para o fato de que pesquisas independentes na área de aquisição de linguagem e da gramaticalização chegaram a hierarquias idênticas ou bastante próximas das aqui propostas. De um ponto de vista cognitivo da aquisição, Johnston e Slobin (*apud* ZWARTS, 2010, p. 109, tradução nossa⁶), por exemplo, sugerem que

[...] dois fatores gerais são responsáveis por essa ordem universal: a crescente complexidade cognitiva dos conceitos espaciais subjacentes [...] e a decrescente saliência para baixo ao longo da hierarquia. Eles assumem [...] que as noções topológicas (contenção, apoio, oclusão) são adquiridas antes de noções projetivas (orientações, distâncias), porque são conceitualmente menos complexas. Neste sentido, a hierarquia reflete o crescimento conceitual.

Esse crescimento conceitual, por sua vez, encontra um embasamento teórico na proposta de Jackendoff (1983, 1990). Colocado de forma simples, o princípio proposto por este autor prevê que certos conceitos são mais complexos do que outros, pois uns são construídos a partir dos outros. Tanto a interpretação semântica quanto a derivação sintática observariam, deste modo, a ordem rígida de organização dos traços conceituais. É essa intuição que, vale destacar, está presente em teorias sintáticas e semânticas desde, pelo menos, a Teoria Localista de Gruber (1965) ou a gramática de casos de Fillmore (1967). Como já mencionado, é ela que tem levado, há décadas, semanticistas e sintaticistas a explorarem a relação entre a grade temática de um verbo – seu conjunto de argumentos semânticos – e sua expressão de superfície. Todavia, pode-se dizer que, em consequência da grande variação nos papéis temáticos associados aos mesmos argumentos verbais que surge das investigações desta área, muitos autores exploraram a ideia de uma hierarquia temática.

É importante destacar, assim, que, embora esteja listada entre as tradicionais hierarquias temáticas e seja assim nomeada pelo próprio autor, a hierarquia de Jackendoff (1990) se difere das outras por ser teórica e empiricamente motivada por uma decomposição de eventos dentro de uma Teoria Localista e por se constituir dos traços primitivos que compõem tais eventos. Neste sentido, merece menção o fato de que o próprio autor, por vezes, descreve sua classificação como “Hierarquia Conceitual”, e não temática. É essa palavra, Conceitual, que comporá, assim, a expressão Hierarquia Funcional-conceitual, em uma tentativa de aproximação entre as propostas da Nanossintaxe e de Jackendoff (1983, 1990) que abordaremos na próxima seção.

Voltando à proposta de Jackendoff (1983, 1990), devemos retomar a defesa que este autor faz de uma Teoria Conceitual em relação a uma teoria de papéis temáticos para o estabelecimento da relação entre semântica e sintaxe. Jackendoff (1990) propõe que o termo “papel temático” seja usado no sentido estabelecido dentro da Teoria Localista de Gruber (1965): neste sentido, o papel ou traço primitivo denominado “Tema” é estabelecido como o objeto em movimento ou sendo localizado⁷. Para o autor, o problema com as teorias de papéis

⁶ “Johnston and Slobin hypothesize that two general factors are responsible for this universal order: increasing cognitive complexity of the underlying spatial concepts from left to right and decreasing salience down along the hierarchy. They assume (building on Piaget & Inhelder 1967, for instance) that topological notions (containment, support, occlusion) are acquired before projective notions (orientations, distances) because they are conceptually less complex. In this sense the hierarchy reflects conceptual growth.”

⁷ É importante destacar que a noção de *tema* de Fillmore (1967) como um marcador do Caso Objetivo não faz sentido nesta abordagem. Deste modo, em frases como “Sue hit Fred”, embora Fred seja o *tema* para Fillmore, ou o *afetado/paciente* em outras teorias, ele não é o *tema* na proposta de Jackendoff (1990, p. 125), mas o *alvo* da ação.

temáticos e sua resultante grande heterogeneidade é consequência do tratamento dado a estes termos. Isto é, em geral, eles são estabelecidos a partir da sintaxe sem uma clara motivação conceitual:

[...] não se podem estabelecer regras de inferência sobre uma mera lista de papéis temáticos, uma vez que uma lista de papéis temáticos não expressa uma asserção. Por outro lado, se os papéis temáticos são considerados como relações estruturais na Estrutura Conceitual, como aqui proposto, as possibilidades inferenciais crescem diretamente a partir da estrutura na qual o SN carregando o papel- Θ está embutido.⁸ (JACKENDOFF, 1990, p. 40, tradução nossa).

Logo, segundo o autor, ao tratarmos os papéis temáticos como um rótulo estabelecido em decorrência da posição estrutural em que determinado argumento se encontra na Estrutura Conceitual, chegaremos a uma interpretação muito mais direta e precisa. Jackendoff (1990) estabelece, assim, que os papéis temáticos-conceituais são estruturalmente definidos como o primeiro ou o segundo argumento de uma função. Deste modo, como exemplo, podemos tomar o papel Tema: este pode ser definido como o primeiro argumento de uma função-Evento GO, ou de uma função-Estado BE, como na representação abaixo:

(12) [Evento GO ([COISA], [TRAJETÓRIA])] ou [Estado BE ([COISA], [LUGAR])]

Primeiramente, é importante notar que o tradicional papel “Tema” não está representado na estrutura acima, pois sua definição estabelece que este rótulo seria a denominação de uma posição argumental e não de um conceito primitivo da estrutura de eventos. Esta abordagem permite, assim, explicar problemas clássicos de uma hierarquia de papéis temáticos como consequência de distintas configurações da Estrutura Conceitual. Deste modo, para Jackendoff (1990, p. 47, tradução nossa), “[...] papéis temáticos não são mais que configurações particulares na Estrutura Conceitual; os nomes para eles são mnemônicos convenientes para configurações proeminentes particulares.”⁹

No caso dos traços codificados por preposições do PB, por exemplo, dentro dessa perspectiva, um papel temático como *fonte* apareceria na Estrutura Conceitual como o argumento da função-Trajetoória *FROM*, *alvo* seria estruturalmente o argumento da função-Trajetoória *TO*, e *agente* seria o primeiro argumento do Evento-função *CAUSA*, etc. Na organização hierárquica destes conceitos, teríamos, por sua vez, a ordem *VIA*¹⁰ > *FROM* > *TO* > *AT*.

Paralelamente, na Nanossintaxe, verificamos que a proposta é exatamente essa: os diferentes papéis que os argumentos sintáticos desempenham, assim como sua consequente interpretação, têm relação direta com a posição que estes assumem na estrutura codificada em determinada construção. Esse posicionamento parece oferecer ainda uma outra vantagem explicativa. Em muitos casos não centrais, é possível encontrar argumentos que, aparentemente, não estão associados a nenhum dos papéis temáticos clássicos.

⁸ “[...] one can not state inference rules over a mere list of thematic roles, since a list of thematic roles does not express an assertion. On the other hand, if thematic roles are regarded as structural relations in conceptual structure, as proposed here, the inferential possibilities grow directly out of the structure in which the theta-role bearing SN are embeded.”

⁹ “In other words, thematic roles are nothing but particular configurations in conceptual structure; the names for them are just conveniente memonics for particular prominent configurations”.

¹⁰ Para Jackendoff (1990), o conceito de VIA seria uma função que devolveria uma trajetória de um ponto A a um ponto B, mais ou menos como o conceito de *rota* proposto por Pantcheva (2011). Um exemplo de lexicalização desse conceito seria a preposição ‘across’ do inglês.

Para exemplificar, nas sentenças “João pulou a cerca” ou “João escalou a Pedra da Gávea”, os argumentos ‘a cerca’ ou ‘a Pedra da Gávea’ não recebem nenhum nome de papel temático em grande parte das abordagens tradicionais. Paralelamente, na Hierarquia Conceitual, seu papel está bem definido como um argumento de *VIA* (ou *rota*) e é exatamente este sentido que ambas as expressões contribuem para a interpretação das sentenças.

Assim, para concluir, levando em conta que a noção de papel temático adotada por Jackendoff se refere a um sistema de relações conceituais estruturais, é possível prever que “[...] as restrições sobre seu número e tipo são consequência de qualquer restrição existente na gama de funções conceituais necessárias para expressar os significados de verbos e preposições”¹¹ (JACKENDOFF, 1990, p. 49, tradução nossa). Em termos nanossintáticos, seu número e tipo vai depender da ontologia de traços/projeções necessários e possíveis para a construção dos significados de verbos e preposições. Finalmente, segundo Jackendoff (1990), o desafio de uma teoria Conceitual estaria na busca de um vocabulário preciso que aponte tal ontologia.

Nanossintaticamente, podemos entender essa busca como a postulação dos traços/projeções que compõem a Hierarquia ou Sequência Funcional, assim como sua verificação empírica. Portanto, na próxima seção, abordaremos as propostas de Caha (2009), Pantcheva (2011) e Svenonius (2007, 2010) para a decomposição dos sentidos espaciais.

A Hierarquia Funcional na Nanossintaxe

Como já mencionado, um dos princípios propostos dentro da Nanossintaxe é a hipótese de que a Sequência Funcional seja universal e opere restringindo as possibilidades de lexicalização e, conseqüentemente, de variação nas formas de superfície das línguas naturais (STARKE, 2010). Investigadores dentro desse quadro teórico têm trabalhado para o estabelecimento dos traços primitivos que compõem esta sequência hierárquica, buscando motivações teóricas e empíricas para justificar a postulação de cada traço.

Caha (2009), por exemplo, expõe uma detalhada análise para os sistemas de casos de distintas línguas que explicaria a grande variação encontrada translinguisticamente na expressão de superfície de tais conceitos. Segundo o autor, certas línguas possuem um sistema morfológico abundante para marcar caso, ao passo que outras codificam os mesmos conceitos através de preposições. Para Caha (2009), essa constatação pode ser traduzida no princípio abaixo:

- (13) A hierarquia preposição/sufixo (CAHA, 2009, p. 30):
- a. Se a expressão de um caso particular na Sequência de Casos (abaixo) envolver uma preposição, então todos os casos a sua direita também envolvem uma preposição¹².
 - b. A Sequência de Casos: NOM – ACC – GEN – DAT – INS – COM¹³

¹¹ “The constraints on their number and type follow from whatever constraints exist on the range of conceptual functions necessary to express the meanings of verbs and prepositions.”.

¹² “The preposition/suffix hierarchy: (a) If the expression of a particular case in the Case sequence (below) involves a preposition, then all cases to its right do as well. (b) The Case sequence: nom – acc – gen – dat – ins – com.”.

¹³ Sequência de Casos: Nominativo - Acusativo - Genitivo - Dativo - Instrumental - Comitativo.

Para ilustrar tal sequência, consideremos línguas como o inglês, o francês, o português e o búlgaro: estes idiomas exibem sufixação (Caso morfológico) somente para os casos Nominativo e Acusativo. Tendo em vista que o caso Genitivo é codificado por uma preposição ('de', no PB), verifica-se corretamente que todos os outros casos à direita (Dativo, Instrumental e Comitativo) sejam expressos por preposições ('para'/'a' - Dativo - e 'com' - Instrumental e Comitativo -, no PB).

Analisando as preposições utilizadas para codificar sentidos espaciais, Pantcheva (2011), a partir da proposta de Svenonius (2007, 2010) e de uma análise translinguística abrangente, também chega a uma proposta de Hierarquia/Sequência Funcional universal. Segundo a autora, a evidência central para a sua proposta de decomposição do SP é a verificação de que muitas línguas aglutinantes e analíticas arquetipam os conceitos mais complexos de *alvo*, *fonte* e *rota* a partir de morfemas que comumente codificam o conceito mais básico de *lugar*.

Na língua lak¹⁴, por exemplo, a autora observa que o sentido de *alvo* é estabelecido a partir da adição de um sufixo '-n' ao sufixo simples '-vu' que tradicionalmente denota *lugar*, como se pode verificar nos exemplos abaixo:

- (14) Exemplos retirados de Pantcheva (2011, p. 97)
 a. kəat-lu-vu
 casa-ERG-INESS¹⁵
na casa
 b. kəat-lu-vu-n
 casa-ERG-INESS-ALL
para a casa

No quadro abaixo, igualmente reproduzido de Pantcheva (2011, p. 97), podemos notar como não se trata de um caso isolado na língua em questão:

Quadro 1. Reprodução do Quadro 6.1 de Pantcheva (2011): sistema de caso espacial em lak

	Localização	Alvo	Fonte	Rota	Direção
In	-vu	-vu-n	-vu-a(tu)	-vu-x	-vu-n-maj
On	-j	-j-n	-j-a(tu)	-j-x	-j-n-maj
Behind	-x	-x-n	-xu-a(tu)	-xu-x	-xu-n-maj
Under	-lu	-lu-n	-l-a(tu)	-lu-x	-lu-n-maj
At	-č'a	-č'a-n	-č'a-a(tu)	-č'a-x	-č'a-n-maj
By	-c'	-c'u-n	-c'-a(tu)	-c'u-x	-c'u-n-maj

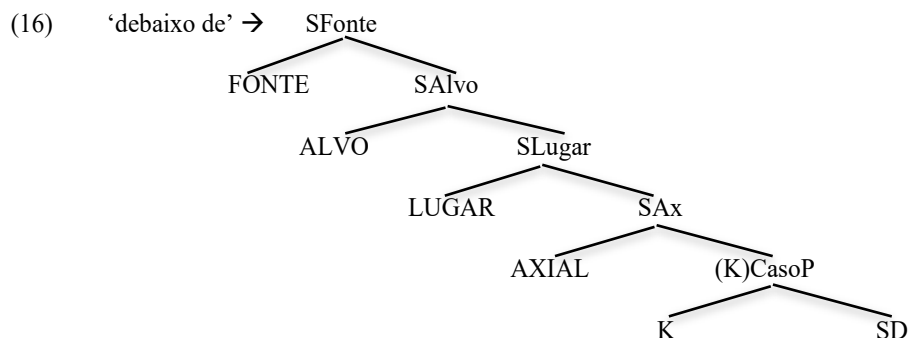
Após amplo trabalho de análise, a autora chega a uma decomposição máxima para o SP que conteria os traços *rota*, *fonte*, *alvo* e *lugar*. Além destes traços, a proposta de Svenonius (2007, 2010) ainda prevê a decomposição de *Loc/lugar* em dois traços: *lugar* e *axial*. Finalmente, abaixo do traço axial e sobre o SN, teríamos o traço Caso. Logo, uma preposição complexa como 'debaixo de', no PB, codificaria a estrutura nanossintática abaixo:

¹⁴ Lak: língua caucásica falada pelos laks, uma etnia do Daguestão. Dados de Murkelinskij (1967 *apud* PANTCHEVA, 2011, p. 97) e Zhirkov (1955 *apud* PANTCHEVA, 2011, p. 97).

¹⁵ O caso inessivo é um tipo de caso locativo normalmente associado ao sentido de interioridade.

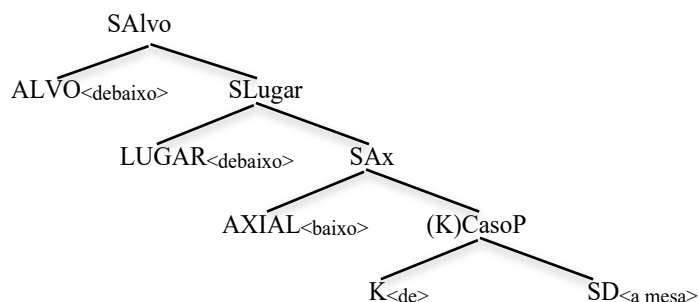
(15) [FONTE..[ALVO..[LUGAR..[AXIAL..[CASO..[N]]]]]]]

Esta mesma hierarquia funcional poderia ser representada em uma estrutura arbórea como em (16):

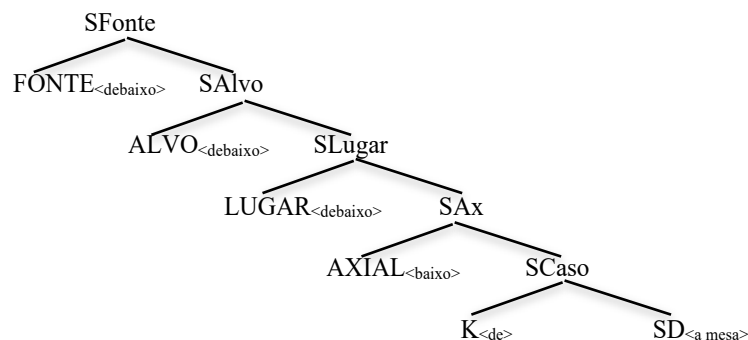


Ela estaria disponível e seria passível de combinação (inserção em termos tradicionais) toda vez que a sintaxe constrísse uma estrutura com estes traços ou uma subestrutura da mesma:¹⁶

(17) Joana correu **debaixo da mesa** para se esconder.



(18) Joana saiu **de baixo da mesa**.



Como podemos constatar com a observação dos exemplos acima, mais do que a evidência sintático-semântica para a postulação de cada nó estrutural, as pesquisas dentro da Nanossintaxe têm demonstrado que não só os primitivos conceituais se organizam para criar as árvores nanossintáticas que espelham as sentenças que produzimos, mas também que eles estão organizados de maneira hierárquica bastante rígida. Uma das hipóteses mais atraentes da teoria é, portanto, a postulação desta Hierarquia Funcional (ou Funcional-Conceitual, tendo em vista sua estruturação a partir de conceitos primitivos) como um princípio universal.

¹⁶ Observando-se, para isso, o Princípio do Superconjunto (CAHA, 2009).

Para explorar um pouco mais tal hipótese, vamos passar para a análise de mais um caso do PB, as preposições complexas ‘atrás de’ e ‘detrás de’.

Breve análise de ‘detrás de’ e ‘atrás de’

Para iniciar esta análise, retomemos os exemplos (04) a (07) apresentados no início deste artigo (agora (19) a (22)) em comparação com (23):

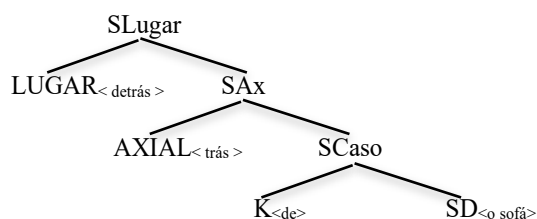
- (19) Se escondeu atrás da casa.
- (20) Se escondeu detrás da casa.
- (21) Correu atrás dos meninos.
- (22) Correu detrás dos meninos.
- (23) Saiu detrás da árvore.

Como já foi observado, a preposição complexa ‘atrás de’, em PB, parece estar codificando os sentidos de *lugar* e *alvo*. Isso significaria, em termos nanossintáticos, que esta preposição carregaria a estrutura [ALVO[LUGAR[AXIAL]]]. Paralelamente, a preposição ‘detrás de’ parece codificar, para além dos sentidos de *lugar* e *alvo*, o sentido de *fonte*, como se pode depreender da interpretação de (23). Assim, este item estaria carregando a estrutura [FONTE[ALVO[LUGAR[AXIAL]]]].

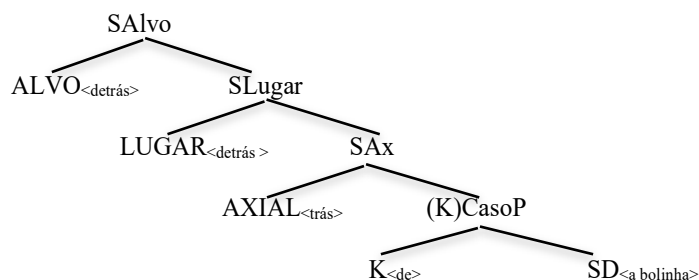
Que previsões tal afirmação faria sobre os usos destes itens? Como já foi mencionado, um item que carregue os traços [A[B[C]]] pode ser usado na lexicalização de uma estrutura idêntica à sua, ou de uma subestrutura daquela, respeitando-se a hierarquia. Isto é, o item fictício acima poderia ser usado para codificar uma construção sintática contendo [A[B[C]]], [B[C]] ou somente [C].

De fato, é isso que verificamos nas ocorrências da expressão ‘detrás de’ em PB. Ela pode ser empregada para lexicalizar tanto construções que expressam somente a localização da figura ou do movimento [LUGAR[AXIAL]] (como em (24) abaixo), quanto construções que expressam o alvo do movimento [ALVO[LUGAR[AXIAL]]] (como em (24)) ou a origem deste [FONTE[ALVO[LUGAR[AXIAL]]]] (como em (26)):

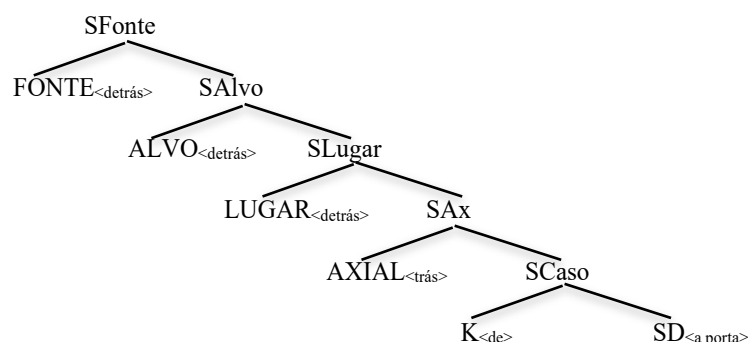
- (24) Joana se escondeu **detrás do sofá**.



- (25) Joana correu **detrás da bolinha**.

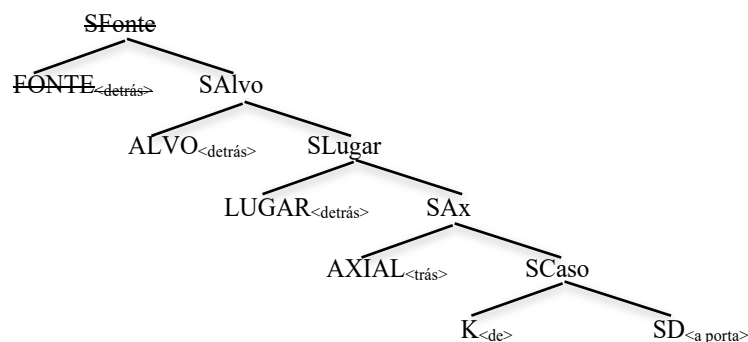


- (26) Joana saiu **detrás da porta**.



A preposição ‘atrás de’, por sua vez, não pode ser usada para codificar o sentido de origem ou procedência do movimento, uma vez que não codifica o traço *fonte*:

- (27) *Joana saiu **atrás da porta**.



Considerações finais

Este artigo teve a intenção de discutir a noção de hierarquia e sua força explicativa. Para tal, revisamos a conceptualização de hierarquia funcional ou conceitual em distintas abordagens e concluímos que sua aplicação permite uma melhor compreensão dos fenômenos de variação que observamos no sistema preposicional do PB. Além disso, foi possível perceber que tanto a Semântica Conceitual como a Nanossintaxe adotam a hipótese de que a sintaxe é restringida pela ordem e relação mútua dos conceitos primitivos ou traços conceituais. Seria possível postular, então, que tanto as operações sintáticas, como os princípios de lexicalização sintagmática estariam restringidos por uma Hierarquia Funcional-Conceitual.

Também é importante destacar que ambas as propostas pressupõem que esta Hierarquia seja universal, i.e., ela seria reflexo da Estrutura Conceitual (JACKENDOFF 1983, 1990) subjacente a todas as línguas naturais. A riqueza e diversidade que observamos nos dados de superfície, portanto, seriam consequência das distintas estratégias e mecanismos que as línguas têm para empacotar partes da hierarquia dentro dos itens de seu léxico.

É importante ainda registrar que, em variados trabalhos dentro de pesquisas sobre gramaticalização, encontramos hierarquias e variações clinais ('clines', no inglês) apontando para uma ordem fixa que, alguns autores interpretam, estaria restringindo os possíveis caminhos da mudança linguística. Exemplo disso, podemos citar a trajetória *Léxico* > *Sintaxe* > *Morfologia* > *Morfofonêmica* > *zero*, proposta por Castilho (2004), ou a modificação *Verbo pleno* > *Verbo auxiliar* citada por Eckardt (2006).

Faz-se necessário reconhecer, assim, que tais padrões não podem ser ignorados. Se eles não são os mecanismos que, efetivamente, controlam a variação e a mudança, sua existência deve ao menos nos indicar que existe um maquinário linguístico favorecendo determinado caminho/estratégia. Como já vimos, os modelos da Nanossintaxe e da Semântica Conceitual se baseiam muito fortemente na hipótese de uma hierarquia universal que estaria restringindo a maneira e a ordem da lexicalização dos traços conceituais. Logo, seria possível vislumbrar com um bom grau de confiança que as trajetórias encontradas nos processos de gramaticalização possam estar refletindo as restrições que tal hierarquia impõe.

Espera-se que esta discussão possa contribuir para os estudos que consideram a noção de hierarquias funcionais e conceituais como uma promissora ferramenta de análise para a variação e mudança.

REFERÊNCIAS

- CAHA, P. Case movement in PPs. *Nordlyd*, v. 34, n. 2, p. 240-299, 2007.
- _____. The case hierarchy as functional sequence. In: RICHARDS, M.; MALCHUKOV, A. L. (Eds.). *Scales*. LINGUISTISCHE ARBEITS BERICHTE 86, p. 247-276, Universität Leipzig. 2008. Disponível em: <http://www.uni-leipzig.de/~asw/lab/lab86/LAB86_Caha.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- _____. *The nanosyntax of case*. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Tromsø, Tromsø, 2009.
- _____. *Spell-out (Morphosyntax)*. Bruxelas, Bélgica, 7-11 abril 2014. Minicurso ministrado na First Glow Spring School (GSS1): 'Theories in Dialogue'. Generative Linguistics in the Old World – GLOW 37.
- CASTILHO, A. T. O problema da gramaticalização das preposições no Projeto Para a História do Português Brasileiro. *Estudos linguísticos XXXIII*, v. 33, p. 982-988, 2004. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudos-linguisticos/edicoes.php>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ECKARDT, R. *Meaning change in grammaticalization: an enquiry into semantic reanalysis*. New York: Oxford University Press, 2006.
- FÁBREGAS, A. An argument for phrasal spell-out: Indefinites and interrogatives in Spanish. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 129-168, 2009.
- _____. The exhaustive lexicalisation principle. *Nordlyd*, v. 34, n. 2, p. 165-199, 2007.

FILLMORE, C. J. The case for case. In: BAHG, E.; HARMS, R. (Eds.). *Proceedings of the Texas Symposium on Language Universals*. April. 1967. p. 1-90. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED019631>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GRUBER, J. F. *Studies in lexical relations*. 1965. 305 f. Tese (Doutorado em Letras Modernas e Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1965.

JACKENDOFF, R. Your theory of language evolution depends on your theory of language. In: LARSON, R. K.; DÉPREZ, V.; YAMAKIDO, H. (Eds.). *The evolution of human language: Biolinguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 63-72. Disponível em: <<http://ase.tufts.edu/cogstud/jackendoff/papers/languageevolution.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. *Foundations of Language*. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. *Semantic Structures*. v. 18. Cambridge: MIT Press, 1990.

_____. *Semantics and Cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983.

_____. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

PANTCHEVA, M. B. The syntactic structure of locations, goals, and sources. *Linguistics*, 48, n. 5, p. 1043-1081. 2010.

_____. *Decomposing Path: The Nanosyntax of Directional Expressions*. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Tromsø, Tromsø, 2011.

PERLMUTTER, D. M. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. In: BLS 4: General Session. *Annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 38, p. 157-189, 1978. Disponível em: <<http://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/BLS/article/view/2198>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RAMCHAND, G. *Verb meaning and the lexicon: A first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a.

_____. Lexical items in complex predication: Selection as underspecification. *Nordlyd*, v. 35, n. 1, 2008b.

_____. Minimalist semantics. In: BOECKX, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 449-471.

RAMCHAND, G.; SVENONIUS, P. Deriving the functional hierarchy. *Language Sciences*, v. 46, p. 152-174, 2014.

SOARES, E. C.; MENUZZI, S. M. Introduzindo e problematizando papéis temáticos e hierarquias temáticas: uma questão de interfaces. *Signo*, v. 35, n. 59, p. 13-43, 2010.

SON, N.; SVENONIUS, P. Microparameters of cross-linguistic variation: Direct motion and resultatives. In: ABNER, N.; BISHOP, J. (Eds.). *Proceedings of the 27th west coast conference on formal linguistics*. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project, 2010. 388-396. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/07b6/c9b64242b8a94763a9a40d739e838bad4e8f.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

STARKE, M. Nanosyntax: a short primer to a new approach to language. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 1-16. 2010.

_____. On the inexistence of specifiers and the nature of heads. In: BELLETTI, A. (Ed.). *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures*. Oxford: Oxford University Press Inc., 2004. p. 252-268.

_____. *Towards an elegant solution to language variation: Variation reduces to the size of lexically stored trees*. Não publicado. 2011. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001183/current.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SVENONIUS, P. Spatial P in English. In: CINQUE, Z.; RIZZI, L. (Eds.). *Mapping spatial PPs: The cartography of syntactic structures*, v. 6, p. 127-160, 2010.

_____. The emergence of axial parts. In: SVENONIUS, P.; PANTCHEVA, M. (Eds.). *Nordlyd, Tromsø Working Papers in Language & Linguistics*: 33.1, Special Issue on Adpositions, p. 49-77. University of Tromsø, Tromsø, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.uit.no/baser/nordlyd/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. New York: Cambridge University Press, 2004.

ZWARTS, J. A hierarchy of locations: Evidence from the encoding of direction in adpositions and cases. *Linguistics*, v. 48, n. 5, p. 983-1009, 2010.

_____. Priorities in the production of prepositions. In: ASBURY, A.; DOTLACIL, J.; GEHRKE, B.; NOUWEN, R. (Eds.). *Syntax and Semantics of Spatial P*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2008. p. 85-102.

Recebido em: 22/09/2017

Aprovado em: 21/08/2018

O funcionamento semântico do par de advérbios *já* e *ainda*

Claudia Mendes Campos

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

c.mendescampos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1558-2213>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1967>

Resumo

Este artigo toma os advérbios *já* e *ainda* como um par semântico e os descreve um em relação ao outro. Entende-se que ambos os advérbios marcam uma temporalidade, implicam uma expectativa e introduzem um pressuposto, sendo a indicação da temporalidade o conteúdo posto. O *já* indica que a situação descrita pelo verbo aconteceu antes ou depois do momento da enunciação, ou de um momento de referência; o *ainda* indica que a situação ocorre no momento da enunciação ou no momento de referência. O *já* traz o implícito de que a situação é esperada, que sua ocorrência é possível; o *ainda* traz o implícito de que não se esperaria a continuidade da situação. O *já* introduz o pressuposto de que a situação não ocorria antes; o *ainda* introduz o pressuposto de que a situação já ocorria antes.

Palavras chave: advérbios; temporalidade; expectativa; pressuposição.

The semantic functioning of the pair of adverbs *already* and *still*

Abstract

This article considers the adverbs *já* (*already*) and *ainda* (*yet/still*) as a semantic pair and describes them in relation to each other. Both adverbs mark a temporality, imply an expectation and introduce a presupposition; besides, the expressed content is the indication of the temporality. *Já* (*already*) indicates that the situation described by the verb happened before or after the enunciation moment, or a reference moment; *ainda* (*yet/still*) indicates that the situation occurs at the enunciation moment or at the reference moment. *Já* (*already*) implies that the situation is expected, that its occurrence is possible; *ainda* (*yet/still*) implies that one would not expect the situation to continue. *Já* (*already*) introduces the presupposition that the situation did not happen before; *ainda* (*yet/still*) introduces the presupposition that the situation had already occurred before.

Keywords: adverbs; temporality; expectancy; presupposition.

Introdução

Os advérbios *já* e *ainda* estabelecem entre si uma relação nem sempre explorada nas gramáticas que os descrevem. No entanto, mesmo intuitivamente podemos identificar aspectos dessa relação, por exemplo, quando observamos a sua negação: a negação de um deles se faz com o outro advérbio do par junto à partícula de negação – assim, para negar que “Pedro *já* sabe ler”, podemos dizer que “Pedro *ainda não* sabe ler”. Esta relação não é, todavia, *pari passu* em todos os seus detalhes. Há certamente pontos em que vemos um espelhamento entre as suas descrições e outros pontos em que há um maior distanciamento no seu modo de funcionamento.

Nesse sentido, este trabalho visa descrever e discutir o funcionamento desses advérbios *tomados como um par*. Isto é, ficam de fora desta reflexão outros usos desses operadores, tais como aqueles em que o *já* opera como um focalizador (“João estuda piano, *já* Miguel estuda violão”) ou em que o *ainda* pode ser substituído por “também” ou por “mesmo” (“João tem dois cachorros e *ainda* cuida de três gatos”). Além disso, por uma questão de espaço, a análise se limitará aos usos desses advérbios em adjacência verbal, ficando para um outro momento a descrição do seu funcionamento junto a outras classes gramaticais que não o verbo.

Outros autores se detiveram sobre pelo menos um desses operadores, com diferentes enfoques teóricos, com maior ou menor profundidade. Cabe destacar alguns deles aqui: Ducrot (1972, 1981), Zamboni (1978), Martelotta (1993, 2012), Neves (2000), Castilho e Ilari (2008), Castilho (2010) e Raposo (2013). Estes autores levantam aspectos complementares do funcionamento desses operadores, destacando características que também encontrei em meus dados. Não vou resenhar todas essas análises neste momento, especialmente em função do recorte necessário em um artigo desta natureza. Partirei da reflexão feita por Raposo, apontando aspectos em que o olhar de outros desses linguistas permite esclarecer o funcionamento semântico dos advérbios em foco, porém sem pretender exaustividade.

Há aspectos *semânticos* e *enunciativos* do funcionamento dos advérbios *já* e *ainda* que caberia destacar. Nesse sentido, a significação é entendida aqui como tendo uma dupla dimensão, uma vez que é afetada pelo sistema da língua e por sua colocação em uso por um locutor. Isto é, entendo que há aspectos do funcionamento desses operadores que se devem às suas relações internas ao sistema linguístico, enquanto, por outro lado, há outros aspectos colocados em cena apenas quando o discurso entra em ação. Em “A forma e o sentido na linguagem”, artigo originalmente publicado em 1966, Benveniste (1989) estabelece dois domínios de funcionamento da língua: o semiótico (base em que os signos estão organizados em paradigmas) e o semântico (sintagmatização das palavras pela “língua-discurso”). Enquanto o *semiótico* é “uma propriedade da língua”, fruto da rede de relações e oposições que se dão dentro do sistema, o *semântico* é resultado de “uma atividade do locutor, que coloca a língua em ação” e diz respeito à produção do discurso (BENVENISTE, 1989, p. 230). Desse modo, para Benveniste, o semiótico oferece um número limitado de lexemas e esquemas sintáticos, que são usados em sintagmatizações (encadeamentos), que resultam, no semântico, em uma multiplicidade de frases possíveis.

Neste artigo, pretendo oferecer uma descrição possível para o que Benveniste denominaria de funcionamento *semiótico* dos advérbios em análise, fazendo um estudo das relações entre os dois operadores (através de testes de substituição, de negação), assim como entre os dois operadores e as outras unidades do sistema com as quais eles formam cadeia. Em outras palavras, procuro os “esquemas sintáticos” (BENVENISTE, op. cit., p. 234) em que o par *já* e *ainda* pode aparecer na língua portuguesa, sem perder de vista que pode haver diferenças em relação a seu funcionamento *semântico* (em termos benvenistianos) ou *enunciativo* (em termos correntes), que não serão, no entanto, desenvolvidas neste momento.

Para fazer as análises, foram selecionados enunciados jornalísticos de gêneros variados, tanto da mídia impressa quanto digital, identificados via sistema de busca eletrônica, especialmente nos canais vinculados à plataforma UOL. Também foram

utilizados alguns enunciados infantis, não inusitados nem agramaticais, selecionados da fala de uma criança entre seus cinco e seis anos, sujeito da pesquisa em aquisição da linguagem que desenvolvo.¹ Os enunciados foram tomados como recortes de textos (cf. GUIMARÃES, 2007), considerando sempre sua relação com o todo de que fazem parte, assim como com a incompletude e a polissemia características da linguagem (ORLANDI, 1984, *apud* GUIMARÃES, 2007).

1. O advérbio *já*

1.1. A localização temporal

A primeira característica destacada por Raposo (2013) no funcionamento semântico do advérbio *já* diz respeito à *localização temporal* da situação descrita pelo verbo ao qual o advérbio se liga: ela ocorre sempre antes do momento da enunciação ou de um momento de referência indicado no texto ou no contexto. O advérbio pode aparecer tanto com verbos em tempos imperfectivos quanto perfectivos, esta diferença de aspecto implicando uma diferença nos efeitos promovidos pelo advérbio no enunciado. Se o verbo estiver no imperfectivo, o advérbio indicará que a situação, em curso, *se iniciou* antes da enunciação ou antes do momento de referência, podendo permanecer ocorrendo durante a enunciação e mesmo depois dela, ou durante e depois do momento de referência. Quando o verbo está no imperfectivo, não se diz se a situação se completou ou não (cf. LYONS, 1979), ela é entendida como tendo algum tipo de estrutura interna (TRASK, 2004), de maneira que ela pode se estender para além do momento da enunciação. Já se o verbo estiver no perfectivo, o advérbio indicará que a situação, concluída, *ocorreu* em momento anterior à enunciação ou anterior a um momento de referência estabelecido no enunciado ou no contexto. Quando o verbo está no perfectivo, a situação é descrita como completa (LYONS, op. cit.), tomada como “um todo não passível de análise” (TRASK, op. cit.), de maneira que ela não pode se estender para além do limite da enunciação, ou do momento de referência.² Assim, o advérbio sofre os efeitos de se ligar a um ou outro aspecto verbal, sem, contudo, indicar qual seja ele, ou modificá-lo. Nesse sentido, podemos afirmar que se trata de um advérbio com efeitos de sentido sobre a localização temporal³ dos eventos descritos pelo verbo ao qual ele se liga, afetado pelo aspecto dos verbos. Vejamos os enunciados a seguir, que exemplificam esse funcionamento:

¹ A motivação original desta pesquisa é a análise do funcionamento desses operadores na fala infantil, discussão que será desenvolvida em um momento posterior à descrição do funcionamento semântico e enunciativo dos advérbios em foco. A razão para o uso, aqui, de dados aparentemente tão díspares é justamente a intenção de investigar o funcionamento desses operadores na língua, para então investigar seu funcionamento na linguagem da criança.

² Em ambos os casos, o advérbio não indica o momento exato em que a situação ocorreu ou teve início, ele apenas indica que isso se deu antes em algum momento passado. Desse modo, pode ser que a situação tenha ocorrido ou se iniciado há bastante tempo, ou há pouquíssimo tempo, quase imediatamente antes da enunciação ou da referência, sem que o advérbio diga nada sobre isso.

³ Na medida em que se trata de uma localização temporal apenas em termos de “antes” e “depois”, poderíamos talvez falar em relação temporal. Afinal, a anterioridade e a posterioridade se dão sempre *em relação* a alguma coisa. No entanto, vou preferir a expressão “localização”, para seguir a formulação de Raposo.

- (1) **Pedro já está em casa.** [Aspecto imperfectivo, tempo presente]
Pedro chegou em casa *antes do momento da enunciação e permanece em casa no momento da enunciação*.
- (2) **As possibilidades técnicas para combinar automaticamente as contas de usuários no Facebook e no WhatsApp já existiam em 2014 [quando o acordo de aquisição do WhatsApp pelo Facebook foi analisado pelos órgãos reguladores antitruste da União Europeia].** [Aspecto imperfectivo, tempo pretérito imperfeito]
As possibilidades técnicas começaram a existir *antes da análise do acordo de aquisição e continuaram a existir durante e depois dela* (momento de referência recuperado no texto).
- (3) **Pedro já chegou em casa.** [Aspecto perfectivo, tempo pretérito perfeito]
A chegada de Pedro em casa aconteceu, e se concluiu, *antes do momento da enunciação*.
- (4) **Pedro já tinha fechado a janela [quando João foi até o quarto verificar se ela estava fechada].** [Aspecto perfectivo, tempo pretérito mais que perfeito]
A janela foi fechada *antes de João ir até o quarto* (momento de referência recuperado contextualmente).

Este mesmo advérbio pode também indicar que a situação descrita pelo verbo irá ocorrer depois do momento da enunciação ou de um ponto de referência no futuro, a depender do tempo do verbo ao qual ele se liga. Se o verbo estiver no futuro do presente, ou no presente do indicativo com sentido de futuro, então a localização temporal se dá em termos de futuro, apontando para adiante no tempo em vez de para trás. Há ainda a possibilidade de o advérbio indicar que a situação vai se dar no futuro, mas antes de um momento de referência estabelecido no texto ou no contexto, se o tempo do verbo for o futuro do presente composto com o verbo *ter* (*ter [futuro do presente] + verbo [particípio]*). No caso de o verbo estar no futuro do pretérito, o advérbio parece indicar que a situação descrita, embora seja apenas uma possibilidade, uma hipótese, se ocorrer, ocorrerá no futuro, seja depois do momento da enunciação, seja depois de um momento de referência. Os exemplos 5 a 8, a seguir, trazem esse modo de funcionamento.

- (5) **Quando a criança fizer oito anos, já vão ter caído muitos de seus dentes.** [Tempo futuro do presente composto (*ir [presente] + ter + particípio*)]
Os dentes terão caído no futuro, mas *antes de a criança fazer oito anos* (momento de referência dado no texto).
- (6) **Pedro já vai guardar os brinquedos.** [Tempo futuro do presente composto (*ir [presente] + infinitivo*)]
Pedro irá guardar os brinquedos *depois do momento da enunciação*.
- (7) **Assim que a obra for entregue, um posto da Polícia Militar já irá começar a funcionar para ajudar no policiamento da região do memorial.** [Tempo futuro do presente composto (*ir [futuro do presente] + infinitivo*)]
O posto da Polícia Militar vai começar a funcionar *depois que a obra for entregue* (momento de referência dado no texto).
- (8) **Uma parada no ritmo de redução [da taxa Selic] já seria suficiente para colocar um freio no movimento até então tímido de queda dos juros cobrados nos empréstimos bancários.** [Tempo futuro do pretérito]
A parada no ritmo de redução da taxa Selic, se ocorrer, ocorrerá *depois do momento da enunciação*.

Podemos, assim, afirmar que a localização temporal é parte dos sentidos deste advérbio, ou é parte do funcionamento semiótico deste advérbio, para usar os termos de Benveniste. Isto é, trata-se aqui de uma caracterização sistêmica do seu funcionamento, de uma característica que diz respeito à ordem própria da língua.

1.2. A expectativa, ou probabilidade

De acordo com Raposo (2013), o *já* indica também a *expectativa dos interlocutores de que a situação descrita vai ou pode vir a acontecer*. Ele confirmaria essa expectativa.

Segundo este autor, a expectativa de que a situação descrita pode vir a acontecer sempre está presente nos usos do advérbio *já*. Assim, seria estranho usar o *já* para falar de uma situação que ninguém achasse que poderia acontecer (por exemplo, uma criança dizer “eu já estou pequeno”, ou um repórter dar uma notícia inesperada como se fosse esperada, afirmando “o rio já está pegando fogo”). Portanto, tem de haver sempre alguma probabilidade quando se usa o *já*. Não se trata, portanto, exatamente, de uma expectativa de que a situação vá, *de fato*, acontecer, mas de que ela *pode* vir a acontecer. A expectativa pode ser, inclusive, no discurso, a de que a situação não vai acontecer, embora se reconheça que ela *pode* acontecer. Isto é, tem de haver um reconhecimento da *possibilidade* de ela vir a acontecer, como podemos ver nas análises abaixo dos enunciados de 9 a 13, que exemplificam, por um lado, a *expectativa* de que a situação ocorra e, por outro lado, a assunção de que *é possível* que a situação venha a acontecer. Já o exemplo 14 mostra que basta haver a possibilidade de que a situação ocorra, ainda que a expectativa discursiva seja contrária à ocorrência.

- (9) *Hoje já é dia 2.* → Era de se esperar que o dia 2 chegasse. / Hoje podia ser dia 2.
- (10) *Eu já sou grande.* → Era de se esperar que a criança ficasse grande. / A criança podia ficar grande.
- (11) *As negociações já estão bem adiantadas.* → Era de se esperar que as negociações ficassem adiantadas/ se adiantassem. / As negociações podiam ficar adiantadas.
- (12) *Um ministro já defendia o desembarque [a saída do seu partido da base aliada do governo] na noite de quarta.* → Era de se esperar que o ministro defendesse o desembarque. / O ministro podia vir a defender o desembarque.
- (13) *A oposição já protocolou pedido de impeachment.* → Era de se esperar que a oposição protocolasse pedido de *impeachment*. / A oposição podia vir a protocolar pedido de *impeachment*.
- (14) *Para sorte do governo, ao menos o acerto com os Estados já havia passado antes da eclosão das gravações da JBS.* → Era possível que o acerto com os Estados ocorresse e o governo esperava que acontecesse. / O acerto podia vir a ocorrer. / Porém, o texto dá a entender que não era de se esperar que ele ocorresse, dadas as condições do governo naquele momento.

Mesmo quando o verbo está no futuro e a localização temporal indica que a situação vai ocorrer *depois* da enunciação ou de um momento de referência futuro, a expectativa, no sentido de possibilidade de ocorrência, também aparece como uma característica do advérbio. O mesmo ocorre quando o advérbio indica que a situação descrita pelo verbo vai acontecer no futuro, mas antes de um momento de referência. Vejamos alguns exemplos:

- (15) *Meus pais já vão abrir a porta para você* (criança falando para uma pessoa que tocara a campainha da sua casa). → Era de esperar que a porta fosse aberta para o visitante. / A porta poderia vir a ser aberta para o visitante.⁴
- (16) *Na quarta-feira, a frente fria já vai ter se afastado da costa do Rio de Janeiro.* → Era de se esperar que a frente fria se afastasse. / A frente fria podia vir a se afastar.

Pode ocorrer, ainda, segundo Raposo, que o advérbio *já* indique a expectativa de que a situação descrita pelo verbo devesse ocorrer em outro momento, anterior (caso em que o *já* poderia ser substituído por *finalmente* ou *por fim* – “o bebê *já* nasceu” / “*finalmente* o bebê nasceu”) ou posterior (“o dente da criança de três anos *já* caiu”) ao que de fato ocorreu. Esse segundo caso foi encontrado entre os dados da pesquisa, enquanto o primeiro não o foi, talvez em função de diferenças entre o português do Brasil e o europeu. De qualquer maneira, esse uso diferenciado do advérbio em foco coloca em cena o discurso na interpretação dos enunciados – estamos no domínio semântico. Vejamos o exemplo que ocorreu nos dados da pesquisa:

- (17) *O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, disse, nesta quinta (18), que uma saída do presidente Michel Temer seria “muito difícil” para a economia. “É tudo muito ruim para o país, **que já tem dois presidentes em apenas três anos.**”* → Seria de se esperar que o país tivesse dois presidentes em mais tempo, ou em um momento posterior. / A existência de dois presidentes ocorreu antes do tempo esperado (que seria no mínimo superior a quatro anos, tempo de um mandato).

Como afirmei acima, há alguns usos desse advérbio em que a indicação de expectativa se apresenta como uma contra-expectativa. O exemplo acima (17) pode ser interpretado como um desses casos, uma vez que o *já* pode estar indicando não que a situação descrita pelo verbo ocorreu *antes* do esperado, mas que o locutor não esperava que a situação em foco ocorresse. Nesse sentido, embora a situação seja possível, embora haja sim uma probabilidade de ocorrência para ela (que era, inclusive, prevista na Constituição do país), o locutor indica, com o uso do advérbio, que não esperaria que de fato ela ocorresse, embora reconheça sua possibilidade. Assim, o advérbio seria indicador não de uma expectativa de ocorrência, mas de um reconhecimento de possibilidade, como destaquei mais acima. Ao indicar não que a situação ocorreu antes do esperado, mas que ela não era de todo esperada, o advérbio continua, no entanto, incidindo sobre a temporalidade do verbo, uma vez que ele permanece indicando que a situação ocorreu antes do momento da enunciação. A questão da temporalidade, embora não seja suspensa, é, contudo, “desfocada”, deixa de estar no funcionamento central do advérbio. Nesses casos, o funcionamento do advérbio coloca em cena questões enunciativas, relativas aos sujeitos envolvidos na interação, ao texto em que o enunciado aparece e ao seu contexto de produção.⁵

⁴ A razão pela qual a criança pode dizer que os pais virão logo abrir a porta é que era possível que eles a abrissem. Se não houvesse essa possibilidade, o enunciado não seria aceitável. Assim, ainda que este não seja o sentido fundamental desse enunciado, seu sentido só se configura em função dessa situação de fundo.

⁵ A noção de escala argumentativa parece elucidativa desse tipo de ocorrência do advérbio. Essa linha descritiva será explorada em outro momento da pesquisa.

1.3. A demarcação e a pressuposição

Como parte do funcionamento desse advérbio, Raposo (2013) destaca ainda a “demarcação” (delimitação, separação) das duas situações relacionadas na frase: aquela descrita pela frase e aquela anterior, quando a situação descrita ainda não tinha ocorrido. A situação anterior é, em geral, apenas sugerida no enunciado, ficando implícita, embora possa eventualmente vir explicitada. De acordo com Raposo (op. cit., p. 1652), “o advérbio incide sobre a parte inicial da nova situação”. A demarcação entre as duas situações se relaciona com a expectativa de que a nova situação poderia acontecer, indicando que ela não ocorria antes, mas que passa a acontecer, ou existir, a partir de um certo momento.

A demarcação tem a ver ainda com uma outra característica desse advérbio, a indicação de pressuposição. O advérbio introduz a pressuposição de que a situação descrita pelo verbo não ocorria em um momento anterior (se Pedro *já* está em casa, é porque em algum momento anterior ele não estava ainda). Assim se dá a demarcação: o advérbio indica que uma *situação possível* ocorreu ou começou a ocorrer antes do momento da enunciação ou de um momento de referência; além disso, ele indica que a situação *não ocorria* em um momento anterior e *delimita* esses dois momentos, um anterior e outro posterior à ocorrência da situação descrita pelo verbo.⁶

1.4. A estrutura semântica do advérbio *já* (ou semiótica, em termos benvenistianos)

Podemos visualizar a estrutura semântica do advérbio *já* nos quadros abaixo, organizados conforme o tempo e o aspecto do verbo. Os quadros trazem paráfrases para as frases, cujo objetivo é explicitar seus efeitos de sentido relacionando as quatro propriedades identificadas no seu funcionamento. Assim, a *expectativa* aparece nas paráfrases junto com a *localização temporal*, na medida em que o advérbio indica que a situação esperada / possível ocorreu em um determinado tempo.⁷ Já a *pressuposição* e a *demarcação* aparecem nos enunciados parafrásticos em encadeamentos concessivos, através dos quais pretendi mostrar a *relação* da localização temporal com a pressuposição, constituindo a demarcação entre as duas situações relacionadas. Os encadeamentos são concessivos, construídos com a conjunção *embora*, em função do caráter de ressalva da concessão (GUIMARÃES, 2007).

Assim, é possível destacar (marcar), na paráfrase, os efeitos de sentido do advérbio relativos à localização temporal, deixando os efeitos relativos à pressuposição, e à consequente demarcação, como parte dos sentidos implícitos no enunciado. Em outras palavras, o *já* marca o posto, não o pressuposto; por isso, o pressuposto é introduzido na paráfrase pelo *embora* e não pelo *mas*, que marcaria o pressuposto, ao contrário do que faz o advérbio *já*. Essa opção também possibilita explicar o funcionamento do advérbio

⁶ Vale lembrar que, se o verbo estiver no futuro, a relação temporal entre a situação descrita pelo verbo e o momento da enunciação (ou o momento de referência) passará a ser uma relação de posterioridade, e não mais de anterioridade, como quando o verbo está em um tempo passado. Em outras palavras, nesse caso, o advérbio indica que uma situação *poderá* ocorrer depois do momento da enunciação ou de um momento de referência, situação essa que *não ocorria* em um momento anterior.

⁷ Nos quadros a seguir, a expectativa foi incluída, mas apenas para destacá-la; nas paráfrases dos exemplos, a serem apresentadas um pouco adiante no corpo do artigo, ela não será destacada, uma vez que já o foi anteriormente, quando o tema em discussão era especificamente a expectativa.

junto a certos tempos verbais em que o pressuposto parece “sumir de cena”, ficar com um conteúdo implícito que não emerge na interpretação da frase.

Quadro 1. Aspecto imperfeito, tempo presente do indicativo

X já acontece

Era de se esperar que X acontecesse (EXPECTATIVA) e X está acontecendo *desde antes* do momento da enunciação (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL), embora em um momento anterior *ainda não* acontecesse (PRESSUPOSIÇÃO, DEMARCAÇÃO)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2. Aspecto imperfeito, tempo pretérito imperfeito

X já acontecia

Era de se esperar que X acontecesse (EXPECTATIVA) e X acontecia *desde antes* de um momento de referência (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL), embora em um momento anterior *ainda não* acontecesse (PRESSUPOSIÇÃO, DEMARCAÇÃO)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3. Aspecto perfectivo, tempo pretérito perfeito

X já aconteceu

Era de se esperar que X acontecesse (EXPECTATIVA) e X aconteceu *antes* do momento da enunciação (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL), embora em um momento anterior *ainda não* tivesse acontecido (PRESSUPOSIÇÃO, DEMARCAÇÃO)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4. Aspecto perfectivo, tempo pretérito mais que perfeito

X já tinha acontecido

Era de se esperar que X acontecesse (EXPECTATIVA) e X tinha acontecido *antes* de um momento de referência (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL), embora em um momento anterior *ainda não* estivesse (PRESSUPOSIÇÃO, DEMARCAÇÃO)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5. Tempo futuro

X já acontecerá

Era de se esperar que X acontecesse (EXPECTATIVA) e X acontecerá *depois* do momento da enunciação ou de um momento de referência dado no texto ou no contexto (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL), embora em um momento anterior *ainda não* tivesse acontecido (PRESSUPOSIÇÃO, DEMARCAÇÃO)

Fonte: Elaboração própria

Retomemos os exemplos 1 a 8, já analisados acima, para observar como funciona a relação entre a localização temporal e a pressuposição, constituindo a demarcação das duas situações relacionadas na frase. Após cada um dos enunciados abaixo, vemos a indicação da sua localização temporal, seguida da pressuposição introduzida pelo *já*, demarcando as duas situações relacionadas na frase.

(1) Pedro já está em casa.

Pedro *está* em casa desde antes do momento da enunciação, (embora em um momento anterior *ainda não* estivesse).

(2) *As possibilidades técnicas para combinar automaticamente as contas de usuários no Facebook e no WhatsApp já existiam em 2014 [quando o acordo de aquisição do WhatsApp pelo Facebook foi analisado pelos órgãos reguladores antitruste da União Europeia].*

As possibilidades técnicas *existiam* desde a análise do acordo de aquisição, (embora em algum momento anterior *ainda não* existissem).

(3) *Pedro já chegou em casa.*

Pedro *chegou* em casa antes do momento da enunciação, (embora em um momento anterior *ainda não* tivesse chegado).

(4) *Pedro já tinha fechado a janela [quando João foi até o quarto verificar se ela estava fechada].*

Pedro *tinha fechado* a janela antes de João verificar se ela estava fechada, (embora em um momento anterior ela *ainda não* estivesse fechada).

(5) *Quando a criança fizer oito anos, já vão ter caído muitos de seus dentes.*

Muitos de seus dentes *terão caído* antes de a criança fazer oito anos, (embora em um momento anterior *ainda não* tenham caído).

(6) *Pedro já vai guardar os brinquedos.*

Pedro *vai guardar* os brinquedos depois do momento da enunciação, (embora em um momento anterior ele *ainda não* os tenha guardado).

(7) *Assim que a obra for entregue, um posto da Polícia Militar já irá começar a funcionar para ajudar no policiamento da região do memorial.*

O posto da Polícia Militar *vai começar* a funcionar depois que a obra for entregue, (embora em um momento anterior ele *ainda não* tenha começado).

(8) *Uma parada no ritmo de redução [da taxa Selic] já seria suficiente para colocar um freio no movimento até então tímido de queda dos juros cobrados nos empréstimos bancários.*

A parada no ritmo de redução da taxa Selic, *se ocorrer, ocorrerá* depois do momento da enunciação, (embora em um momento anterior *ainda não* tenha ocorrido).

Como vemos nos exemplos acima, há uma relação direta entre os advérbios *já* e *ainda*, de tal maneira que um corresponde à negação do outro. Esta característica está prevista em Raposo e se mantém para o PB: “A negação lógica de *já* e *ainda* corresponde a uma locução em que se usa o outro advérbio deste par em combinação com o operador de negação *não*; ou seja, a negação de *já* é *ainda não* e a negação de *ainda* é *já não*”. (RAPOSO, 2013, p. 1654).

Assim, o pressuposto das frases em que aparece o advérbio *já* se faz sempre com a locução *ainda não*, na medida em que ele corresponde à negação de que a situação descrita pelo verbo ocorresse em um momento anterior. Como veremos mais adiante, o mesmo não vai acontecer com o advérbio *ainda*, porque, embora ele também seja introdutor de um pressuposto, este não é construído com uma negação.

2. O advérbio *ainda*

Passemos então à descrição e análise das ocorrências do advérbio *ainda*. Podemos mais uma vez tomar a descrição de Raposo, já que, assim como a do outro advérbio do par, o *já*, tal descrição parece funcionar também para o PB. Raposo toma o par *já* e *ainda*, mas descreve cada um desses operadores de maneira *relativamente* independente, isto é, destacando eventuais pontos de encontro entre seus funcionamentos, mas não oferecendo descrições paralelas a eles, de maneira a *evidenciar* suas relações de sentido. Este é,

contudo, o objetivo deste trabalho, que procura identificar as características desses advérbios que fazem deles um par, e não apenas dois advérbios justapostos.

2.1. A temporalidade

Cabe destacar que, embora Raposo não aborde de maneira direta o tema da localização temporal em sua descrição do *ainda*, ele o faz indiretamente ao dizer que “o advérbio *ainda* assinala que a situação descrita pela frase **subsiste**” (RAPOSO, op. cit., p. 1653, grifo meu). Essa parece ser, sem dúvida, uma das características desse advérbio. Os dados analisados permitem afirmar que, assim como para o *já*, também para o *ainda* a temporalidade é uma das propriedades do seu funcionamento. Este advérbio indica que a situação descrita pelo verbo ocorre *no momento da enunciação* ou *em um momento de referência* dado no texto ou no contexto e pode permanecer ocorrendo *depois dele* (ainda que brevemente, por um período bastante curto, imediatamente posterior); isto é, sua temporalidade fala do presente da enunciação (como no exemplo 18 abaixo) ou do momento de referência dado no texto (como no exemplo 20) e pode apontar para o futuro (como se vê nos exemplos 22 e 23), havendo aqui também uma localização temporal, como há para o *já*.

O advérbio *ainda* pode também indicar que a situação descrita pelo verbo ocorre *até o momento da enunciação* (como no exemplo 19) ou *até um momento de referência* dado no texto ou no contexto (como no exemplo 21);⁸ isto é, sua temporalidade pode apontar também um limite⁹ na linha do tempo, colocado seja no presente da enunciação, seja no presente do momento de referência, indicando a localização temporal da situação descrita pelo verbo. Vê-se uma complementariedade com o seu par, *já*, cuja temporalidade aponta para o passado ou para o futuro. Refiro-me, aqui, obviamente, aos conteúdos *postos* veiculados por estes advérbios, uma vez que ambos são introdutórios de pressuposições que falam do passado, como vimos acima para o *já* e veremos abaixo para o *ainda*.

(18) **Pedro ainda está em casa.** [Aspecto imperfectivo, tempo presente]

Pedro está em casa *no momento da enunciação* e *pode permanecer em casa depois disso*.

(19) **Até agora [o comitê Rio 2016] ainda deve a 8.000 pessoas.** [Aspecto imperfectivo, tempo presente]

O comitê Rio 2016 deve a 8.000 pessoas *pelo menos até o limite temporal do momento da enunciação* e *pode continuar devendo depois*.

(20) **Quando foi forçadamente recrutada pela guerrilha perto de Barrancabermeja [...], [a ex-guerrilheira das Farc, recrutada aos 11 anos,] ainda gostava de brincar de bonecas.** [Aspecto imperfectivo, tempo pretérito imperfeito]

A ex-guerrilheira das Farc gostava de brincar de boneca *no momento em que foi recrutada pela guerrilha* (momento de referência dado no texto) e *pode ter permanecido gostando pelo menos no momento imediatamente posterior ao recrutamento*.

⁸ Neves (2000) destaca essa possibilidade de o *ainda* ser associado não apenas à preposição *em*, como é o caso do *já*, mas também à preposição *até*.

⁹ Como os verbos usados nessas construções estão sempre em tempos imperfectivos, a preposição não indica necessariamente que esse limite seja um ponto *máximo* no tempo além do qual a situação não pode ter continuidade. Pode acontecer de a situação descrita pelo verbo atingir *pelo menos* esse limite, podendo eventualmente se estender além dele.

(21) *Até o mês passado, a ação ainda tramitava na comarca de Flores, cidade vizinha a Serra Talhada.* [Aspecto imperfectivo, tempo pretérito imperfeito]

A ação tramitava na comarca de Flores *pelo menos até o mês anterior* (momento de referência dado no texto), *podendo ter continuado tramitando depois.*

(22) *O que conseguimos provar ainda vai dar muita dor de cabeça para aqueles que fazem do futebol um ofício criminoso.* [Tempo futuro do presente]

O que se conseguiu provar vai dar muita dor de cabeça *em um momento do futuro não especificado no texto.*

(23) *Ele [Felipe Melo] ainda precisará cumprir mais uma partida de suspensão contra o BarcelonaEQU, na ida das oitavas de final, no dia 5 de junho.* [Tempo futuro do presente]

Felipe Melo precisará cumprir mais uma partida de suspensão *em um momento do futuro especificado no texto, a partida das oitavas de final, no dia 5 de junho.*

Neves (2000) também destaca essa característica deste par de advérbios. Segundo ela, *já* e *ainda* são advérbios de tempo indicadores de “situação relativa”. O *ainda* corresponderia à indicação de um “momento ou período, considerado como subsequente a outro”, enquanto o *já* corresponderia à indicação de um “momento ou período, considerado como precedente de outro”.

Ao contrário do *já*, o advérbio *ainda*, nos usos em que faz par com o *já*, ocorre somente com verbos no imperfectivo, uma vez que seus efeitos de sentido implicam a continuidade da situação descrita pelo verbo, o que não seria possível para situações dadas como concluídas, conforme acontece no caso dos verbos no perfectivo. Ele pode ocorrer ainda com tempos futuros, justamente porque traz essa ideia de continuidade.¹⁰

2.2. A (contra) expectativa e a pressuposição

Outra característica do advérbio *ainda* a se investigar é a indicação de uma expectativa do locutor quanto à situação descrita pelo verbo. Ao que parece, ele indica a expectativa de que essa situação possa se encerrar, deixando de ocorrer, a qualquer momento no futuro; a isso se acrescentaria a expectativa, ainda, de que a situação já tivesse se encerrado, não ocorresse mais no momento da enunciação ou no momento dado como referência. Se assim é, como de fato os dados parecem demonstrar, trata-se de um caso de *contra-expectativa*, tal como previsto em Raposo e em outros autores.¹¹ Junto a essa (contra) expectativa, o advérbio introduz a *pressuposição* de que a situação já ocorria em um momento anterior. Acrescentando à análise a característica destacada mais acima da *temporalidade*, temos a seguinte estrutura para este advérbio: embora a situação descrita pelo verbo ocorresse em um momento anterior (*pressuposição*), era de se esperar que já tivesse deixado de ocorrer (*contra-expectativa*); porém, ela continua ocorrendo no ou até o momento da enunciação ou o momento de referência (*localização temporal*).

Não há demarcação, como era o caso com o advérbio *já*, porque aqui não há duas situações diferentes em momentos distintos, mas uma única situação que se estende por mais de um momento no tempo. Portanto, não há o que demarcar.

¹⁰ Há usos deste advérbio, que não serão aqui discutidos (ver p. 1), em que ele aparece tanto com verbos no imperfectivo quanto no perfectivo, assim como conjugado em diversos tempos.

¹¹ Martelotta (2012), por exemplo, afirma que tanto *já* quanto *ainda* são indicadores de contra expectativa.

2.3. A estrutura semântica do advérbio *ainda* (ou semiótica, em termos benvenistianos)

As relações argumentativas internas à paráfrase do *ainda* são distintas daquelas que encontramos para as paráfrases do advérbio *já*. A diferença fundamental diz respeito ao fato de que temos, no caso do *ainda*, uma contra-expectativa, que se liga à pressuposição. O advérbio introduz a pressuposição de que a situação já ocorria antes, o que conduz à implicatura de que não deveria mais ocorrer – há uma inversão da orientação argumentativa. O conteúdo posto, todavia, introduz nova inversão da orientação do enunciado, uma vez que sustenta a continuidade da referida situação no momento da enunciação ou de referência – chegamos assim à estrutura ***embora X ocorresse em t^0 , era de se esperar que já não ocorresse mais X em t^1 ; no entanto, X ocorre em t^1*** .¹² No que diz respeito ao outro advérbio do par, o *já*, seu aparecimento se funda sobre o conteúdo implícito de que a situação descrita pelo verbo era possível, era de se esperar, para afirmar, como conteúdo posto, que ela de fato ocorre. Não há inversão da orientação argumentativa nesse caso. A inversão se dá uma única vez, na relação do posto com o pressuposto. A estrutura ficaria assim: ***era possível que X ocorresse em t^1 e X de fato ocorre em t^1 , embora ainda não ocorresse em t^0*** .

Vejamos os quadros relativos ao funcionamento do *ainda*, bastante semelhantes aos quadros relativos ao funcionamento do *já*, apresentados mais acima.

Quadro 6. Tempo presente

X ainda acontece

Embora X acontecesse em um momento anterior (PRESSUPOSIÇÃO), era de se esperar que X ***já não*** acontecesse mais (CONTRA-EXPECTATIVA). Porém, X continua acontecendo ***no*** ou ***até o momento da enunciação e pode se estender para além dele*** (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL).

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7. Tempo pretérito imperfeito

X ainda acontecia

Embora X acontecesse em um momento anterior (PRESSUPOSIÇÃO), era de se esperar que X ***já não*** acontecesse mais (CONTRA-EXPECTATIVA). Porém, X continua acontecendo ***no*** ou ***até o momento de referência e pode se estender para além dele*** (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL).

Fonte: Elaboração própria

Com o verbo em um tempo futuro, vejo duas possibilidades de interpretação, uma delas concernente a contextos em que a situação descrita pelo verbo já ocorre no momento da enunciação e a frase trata da sua continuidade no futuro. Nesse caso, a estrutura seria a seguinte:

¹² Nesse esquema, “ t^1 ” significa o momento da enunciação ou o momento de referência e “ t^0 ” significa o momento anterior.

Quadro 8. Tempo futuro

X ainda acontecerá →

Embora X acontecesse em um momento anterior (PRESSUPOSIÇÃO), era de se esperar que X *já não* acontecesse mais no futuro (CONTRA-EXPECTATIVA). Porém, X continua acontecendo *no* ou *até o momento de referência dado no texto ou no contexto e pode se estender para além dele* (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL).

Fonte: Elaboração própria

Todavia, há outra possibilidade de funcionamento, concernente a contextos em que a situação descrita pelo verbo não ocorre no/até o momento da enunciação e a frase trata da possibilidade de ela vir a ocorrer no futuro. Nesse caso, não há contra-expectativa, mas sim expectativa de que a situação venha a ocorrer e a posição do locutor fica bastante evidente no enunciado, uma vez que a frase coloca em cena justamente essa expectativa, como uma “previsão” do locutor, afetando inclusive a pressuposição, que é contrária àquela da outra interpretação. Esse funcionamento não será estudado neste trabalho, porque aciona outros conceitos, distintos daqueles mobilizados aqui, tal como a noção de escala argumentativa (DUCROT, 1981). Sua descrição fica adiada para o momento posterior a este artigo.¹³

Retomemos agora os exemplos já analisados em que comparece o advérbio *ainda*, para verificar como fica sua análise completa. Diferentemente do que fiz para o advérbio *já*, aqui vou apresentar a análise da (contra) expectativa junto com a análise da pressuposição, porque elas compõem de maneira mais direta os efeitos de sentido promovidos na cadeia por este operador.

(18) ***Pedro ainda está em casa.***

Embora Pedro *estivesse* em casa antes do momento de enunciação, *era de se esperar* que ele *já não* estivesse mais. Contudo, Pedro *continua* em casa no momento da enunciação e pode permanecer lá depois disso.

(19) ***Até agora [o comitê Rio 2016] ainda deve a 8.000 pessoas.***

Embora o comitê Rio 2016 *devesse* a 8.000 pessoas, *era de se esperar* que *já não* devesse mais. Contudo, o comitê Rio 2016 *continua* devendo a 8.000 pessoas até o momento da enunciação e pode continuar devendo depois disso.

(20) ***Quando foi forçadamente recrutada pela guerrilha perto de Barrancabermeja [...], [a ex-guerrilheira das Farc, recrutada aos 11 anos,] ainda gostava de brincar de bonecas.***

Embora a ex-guerrilheira das Farc *gostasse* de brincar com bonecas antes de ser recrutada pela guerrilha, *era de se esperar* que *já não* gostasse mais quando foi recrutada. Contudo, a ex-guerrilheira das Farc *continuava* gostando de brincar de bonecas no momento em que foi recrutada e pode ter continuado gostando depois disso.

¹³ Sua descrição, de acordo com os critérios utilizados neste momento, poderia ficar assim:

Quadro 9. Tempo futuro

X ainda acontecerá

Embora X não acontecesse no/até o momento da enunciação (PRESSUPOSIÇÃO), é de se esperar que X *venha a* acontecer no futuro (EXPECTATIVA). Portanto, o locutor sustenta que X acontecerá *no* ou *até o momento de referência dado no texto ou no contexto e pode se estender para além dele* (LOCALIZAÇÃO TEMPORAL).

Fonte: Elaboração própria

- (21) *Até o mês passado, a ação ainda tramitava na comarca de Flores, cidade vizinha a Serra Talhada.*

Embora a ação *tramitasse* na comarca de Flores antes do mês passado, *era de se esperar* que *já não* tramitasse mais. Contudo, a ação *continuava* tramitando até o mês passado e pode ter permanecido tramitando depois disso.

O exemplo a seguir traz o verbo no futuro, abrindo para duas interpretações, conforme o contexto. Elas são estruturalmente ambíguas, mas, conforme o enunciado em que as frases apareçam, uma ou outra das interpretações propostas acima, nos quadros 8 e 9 (ver nota 12), poderá ser privilegiada, ou pode acontecer também de o enunciado permanecer ambíguo. No caso de (22), o enunciado não explicita se a situação descrita pelo verbo já aconteceu ou não – embora o contexto privilegie a interpretação de que ainda não aconteceu, de que ainda está por acontecer. Essas duas interpretações ficariam assim:

- (22) *O que conseguimos provar ainda vai dar muita dor de cabeça para aqueles que fazem do futebol um ofício criminoso.*

Interpretação 1

Embora o que se conseguiu provar já *tenha dado* muita dor de cabeça para aqueles que fazem do futebol um ofício criminoso, *era de se esperar* que, no futuro, *já não* desse mais. Porém, o que se conseguiu provar *vai continuar* dando muita dor de cabeça aos envolvidos no futuro.

Interpretação 2

Embora o que se conseguiu provar *não tenha dado* dor de cabeça para aqueles que fazem do futebol um ofício criminoso, *é de se esperar* que, no futuro, *venham a dar*. Portanto, o locutor sustenta que o que se conseguiu provar *vai dar* muita dor de cabeça aos envolvidos no futuro.

Convém observar que as relações argumentativas internas às duas interpretações acima são diferentes uma da outra. Enquanto a primeira delas toma como pressuposto que já houve dor de cabeça e marca o contra-argumento de que vai continuar havendo (isto é, faz uma inversão da orientação argumentativa), a segunda interpretação toma como pressuposto que ainda não houve dor de cabeça e marca a conclusão de que haverá (isto é, não inverte a orientação do enunciado).

Antes de concluir, vale destacar que, assim como as paráfrases do *já* traziam a expressão *ainda não*, as paráfrases do *ainda* trazem o *já não* (embora não o façam no pressuposto, como destaquei acima). Essa característica reforça a hipótese de que temos aqui um par semântico, e não apenas dois advérbios com algumas semelhanças em seus modos de funcionamento. Um outro detalhe importante diz respeito ao fato de que, em ambas essas paráfrases, a negação aparece em conteúdos implícitos no enunciado, seja no pressuposto seja em uma implicatura. Isto é, os sentidos de ambos os advérbios incidem sobre os conteúdos postos nos enunciados em que eles aparecem, mas trazem como conteúdos implícitos a sua negação, sempre constituída com o outro advérbio do par.

3. Considerações finais

As análises acima mostraram haver um certo paralelismo no funcionamento semântico dos advérbios *já* e *ainda*, corroborando a hipótese de que se trata de um par semântico, cuja descrição ganha ao considerá-los em conjunto. Como vimos, ambos podem ser descritos a partir dos mesmos conceitos de base – a temporalidade, a expectativa e a pressuposição, sendo a primeira relativa a um conteúdo posto e as duas últimas relativas a conteúdos implícitos. A discussão empreendida neste trabalho levantou, contudo, algumas questões que não puderam ser respondidas no espaço aqui disponível. A primeira delas, mais diretamente ligada à noção de temporalidade, é a questão do aspecto.

Por tradição, esses advérbios vêm sendo descritos e classificados como aspectuais, e este trabalho não destacou essa sua característica, ao contrário, deslocou-a para o tema da temporalidade. É certo, porém, que a diferença de “localização temporal” aqui identificada pode ser eventualmente relida em termos de diferença *aspectual*, se entendermos que o *já* não fala do passado, ou do futuro, e o *ainda* do presente, mas que o *já* fala do *início* ou da *conclusão* de uma situação e o *ainda* da sua *continuidade*. Essa linha descritiva, embora não desenvolvida aqui, parece bastante promissora.

Outro aspecto do funcionamento desses advérbios que não foi suficientemente destacado aqui – embora tenha sido mencionado em um ou outro momento e mesmo usado internamente às análises realizadas – diz respeito aos aspectos *argumentativos* do seu funcionamento. As análises pareceram demonstrar não apenas que as relações argumentativas são fundamentais para a compreensão dos sentidos desses advérbios, mas também que conceitos como o de *escalaridade* devem ser acionados se se quer obter um quadro mais completo e abrangente do funcionamento semântico e discursivo desse par de advérbios (DUCROT, 1981). Do mesmo modo, os conceitos de *pressuposição* e *subentendido* podem ser melhor explorados na descrição, de maneira a elucidar a relação tema-rema promovida nos enunciados em que eles aparecem, assim como o efeito de marcação dos conteúdos postos e não-marcação dos conteúdos pressupostos ou subentendidos (DUCROT, 1987). Esses são temas a desenvolver nesta análise e constituirão os próximos passos da pesquisa.

Nesse sentido, cabe ainda, finalmente, destacar que alguns dos enunciados do *corpus* da pesquisa não se deixaram descrever a partir dos critérios de análise aqui utilizados. Aparentemente, o uso desses advérbios no discurso, sua colocação em ação por sujeitos de linguagem na “língua-discurso” (como diria Benveniste) coloca em cena outros aspectos do funcionamento da língua e do discurso, que não puderam ser captados na descrição estrutural aqui desenvolvida. Entendo que o conceito de escala argumentativa será de fundamental importância para a compreensão desse funcionamento.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. A forma e o sentido na linguagem. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T.; ILARI, R. Advérbios predicadores. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. v 2. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: EDUNICAMP, 2008.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística (Dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972].

_____. As escalas argumentativas. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global, 1981[1973].

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores, 1987[1984].

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007[1987].

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MARTELOTTA, M. E. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. 1993. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.discursioeagramatica.letas.ufrj.br/download/tese_doutorado_martelotta.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. Advérbios – conceito e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: EdUFF, 2012.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

RAPOSO, E. (Org.). *Gramática do português*. v. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.

ZAMBONI, L. M. S. *Análise semântica da palavra ainda*. 1978. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270469/1/Zamboni_LilianMarciaSimoes_M.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Recebido em: 04/09/2017

Aprovado em: 31/10/2017

Acomodação dialetal de sergipanos em São Paulo: a influência das redes sociais e do indivíduo

Amanda de Lima Santana

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
amanda.santana@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8047-100X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1931>

Resumo

Este artigo apresenta análises preliminares sobre a pronúncia de vogais médias pretônicas /e/ e /o/ (como em “relógio” e “coragem”) na fala de sergipanos residentes na região metropolitana de São Paulo, com o intuito de mostrar seus graus de acomodação dialetal, a partir dos aportes teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), do conceito de redes sociais (MILROY, 1987 [1980]; MILROY; LLAMAS, 2013 [2002]) e dos fundamentos da terceira onda da Sociolinguística (ECKERT, 2012). Até o momento, os testes estatísticos indicam que a configuração da rede do migrante não importa tanto quanto suas características individuais, no processo de acomodação dialetal.

Palavras-chave: Acomodação dialetal; vogais médias pretônicas; Sergipe.

Dialectal accommodation of Sergipanos in São Paulo: the influence of the social networks and the individual

Abstract

This article presents preliminary analyses of the pronunciation of the mid vowels /e/ and /o/ in pretonic position, as in “relógio” (*clock*) and “coragem” (*courage*), in the speech of Northeastern Brazilians from Sergipe residing in the metropolitan region of São Paulo. This work aims to show the degree of dialectal accommodation in this population from the theoretical contributions of the Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]), the concept of social networks (MILROY, 1987 [1980]; MILROY; LLAMAS, 2013 [2002]) and the fundamentals of the third wave of the sociolinguistics (ECKERT, 2012). Thus far, the statistical tests showed that the speaker’s network configuration is not as decisive as the individual characteristics in the process of dialectal accommodation.

Keywords: Dialectal accommodation; mid vowels in pretonic position; Sergipe.

Introdução

Baseando-se no conceito de redes sociais (MILROY, 1987 [1980]; MILROY; LLAMAS, 2013 [2002]), nos fundamentos da terceira onda da Sociolinguística (ECKERT, 2012) e nos aportes teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), esta pesquisa propõe investigar os graus de acomodação dialetal (TRUDGILL, 1986) no português falado por sergipanos residentes na região metropolitana de São Paulo. A análise da realização variável das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ (como em “negócio” e “colégio”) objetiva verificar se esses sergipanos passaram a pronunciar, mais frequentemente, tais vogais com menor grau de abertura, diferenciando-se do padrão característico dos falares do Nordeste (NASCENTES, 1953

[1922]). A partir de uma amostra coletada de acordo com a dinâmica das redes sociais, interessa averiguar se o contato maior entre os migrantes com paulistanos (e paulistas) de um lado e com sergipanos (e outros nordestinos), por outro, interfere diferentemente na acomodação dialetal. O estudo se propõe a dar destaque para a interação social dos migrantes, antes de categorizá-los *a priori* de acordo com categorias macrosociais (como sexo/gênero, idade e classe social).

Pressupostos teórico-metodológicos

A pesquisa se encaixa no modelo teórico da sociolinguística quantitativa, lida com o conceito de redes sociais (MILROY, 1987 [1980]; MILROY; LLAMAS, 2013) e trabalha com a noção de identidade (ECKERT, 2012). A teoria laboviana (LABOV, 2008 [1972], 2001) afasta-se da tradição linguística que concebia a língua como um sistema homogêneo, na medida em que a define a partir da concepção de heterogeneidade inerente e regulada. Assim, a mudança linguística é vista como um processo que tem correlações com os aspectos sociais de uma comunidade. Diferentemente da concepção saussuriana, portanto, Labov (2008[1972]) esclarece que não há como estudar a língua fora de seu aspecto social e é por conta dessa visão que ele evitou, pelo menos por algum tempo, o próprio termo “sociolinguística”. Nesse estudo da pronúncia de vogais pretônicas por sergipanos estabelecidos em São Paulo, a variação é analisada em conjunto com a variabilidade social, que por sua vez é essencial para compreender as diferenças nos modos de falar dos indivíduos. Ademais, nos estudos tipicamente variacionistas, “para desvelar tanto a estrutura linguística quanto a estrutura social, [deve-se], necessariamente, coletar grande quantidade de dados” (GUY, 2007, p. 19), etapa essa que também foi realizada neste estudo, pois, como se verá mais adiante, um grande número de ocorrências de vogais pretônicas está sendo analisado para compreender o processo da acomodação dialetal.

Embora a pesquisa parta de premissas essencialmente labovianas, o método proposto por Labov para analisar tal relação não se mostra como o mais adequado para o estudo da acomodação dialetal de migrantes. Tipicamente, os trabalhos sociolinguísticos lidam com *corpora* construídos a partir de categorias censitárias, como sexo/gênero, faixa etária, escolaridade e classe social, de modo que se busque um número equilibrado de entrevistas com homens e mulheres, mais pobres e mais ricos, mais jovens e mais velhos, e assim por diante. Tal método se justifica na medida em que se buscam padrões gerais na fala de uma comunidade. Em pesquisas sobre acomodação dialetal, a construção de uma amostra aleatória pode não ser o mais apropriado, uma vez que para compreender esse processo faz sentido observar com quem os migrantes estão conversando, já que eles estão se acomodando justamente ao que estão ouvindo. Nesse sentido, o método das redes sociais pode ser mais eficiente.

É essencial dizer ainda que o conceito de “acomodação dialetal” utilizado no presente estudo se aproxima mais daquele desenvolvido por Trudgill (1986). Tal autor define a acomodação de longo prazo (em contraposição à de curto prazo) como a que ocorre entre indivíduos de diferentes variedades regionais. Trudgill esclarece que, nas pesquisas que levam em conta esse tipo de acomodação, três pontos são colocados como norteadores, a saber: (i) determinar como os falantes se acomodam; (ii) em que medida eles se acomodam; (iii) e por que algumas situações e alguns indivíduos produzem mais (ou tipos diferentes de) acomodação do que outros. As perguntas (ii) e (iii), de fato, são

de interesse para esta pesquisa com os sergipanos migrantes, posto que quer se buscar em que medida eles estão se acomodando à fala paulistana e compreender melhor o motivo de alguns indivíduos se acomodarem mais do que outros, caso os dados apontem realmente para esse direcionamento.

O *corpus* de 27 falantes é composto por duas redes sociais distintas, formadas a partir de um informante âncora (ou ponto de partida), que indicou, depois de realizada a entrevista sociolinguística, as dez pessoas com quem mais interage no cotidiano. Dessas indicadas, as sergipanas também foram entrevistadas, enquanto as outras foram apenas “anotadas”, para se ter o controle de suas origens. Com esse procedimento, criaram-se duas redes sociais, com o intuito de “monitorar” quem conversa com quem. Tal mapeamento serviu para avaliar individualmente os sujeitos da amostra, verificando se a configuração das redes (maior ou menor quantidade de sujeitos sergipanos/nordestinos) influencia ou não os graus de acomodação da fala desses sergipanos migrantes.

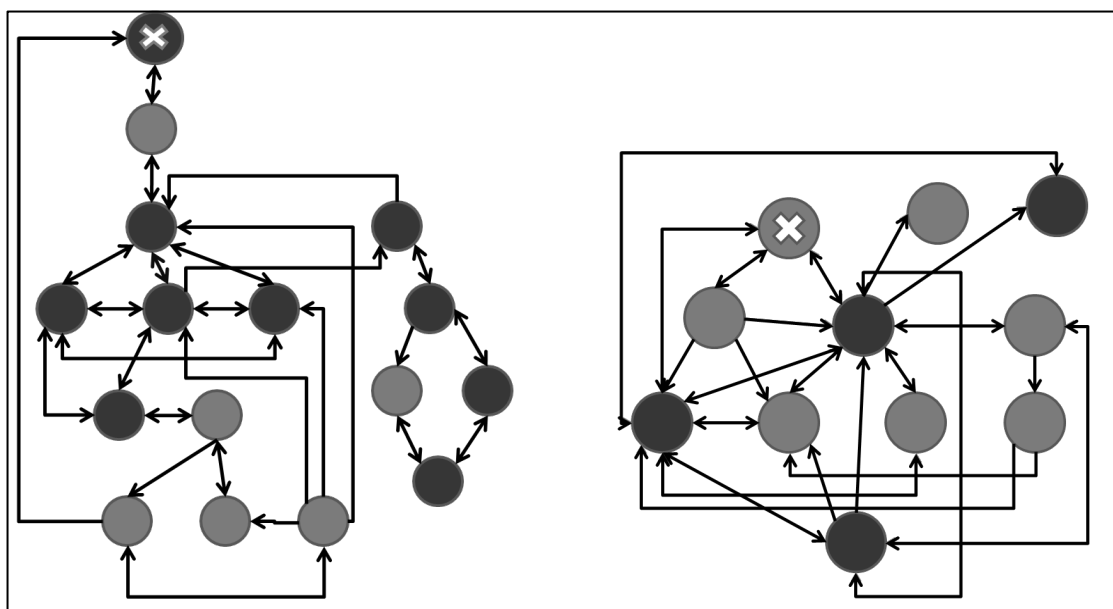


Figura 1: Esquema gráfico das redes (rede 1 à esquerda e rede 2 à direita)

A Figura 1 representa as redes sociais dos migrantes cuja fala foi coletada. Cada círculo representa um informante; a cor cinza escura representa as mulheres e a cor cinza mais clara os homens. Os âncoras estão marcados pelo X no interior do círculo. Percebe-se que a rede 1 é formada por 16 indivíduos, enquanto a 2 é composta por 11. As flechas com duas pontas significam que um informante A indicou B e B também indicou A (ou seja, uma “dupla indicação”) e as flechas com apenas uma ponta significam que A indicou B, mas B não indicou A como uma das pessoas com quem mais tem contato. Observa-se que alguns indivíduos recebem muitas flechas, indicando, portanto, uma intensa conexão entre eles com o resto da rede. Vê-se, por exemplo, o caso da rede 2: a mulher que está representada pelo círculo cinza escuro central da figura parece ser alguém que estabelece contato com a grande maioria dos indivíduos da rede. Posteriormente, será analisada a possível relação entre esse número alto de interações com o processo de acomodação dialetal, ou seja, a pesquisa buscará verificar se é verdadeira a hipótese de que tal informante apresenta menores taxas de acomodação por ter um grau alto de interação com sergipanos.

A maioria dos migrantes da rede 1 faz parte de uma mesma família: irmãos, primos e casais. Vários deles moram no mesmo bairro e pouco saem de lá, o que permite caracterizá-la como fechada (BORTONI-RICARDO, 2011 [1985]), já que eles têm menos contato com paulistas/paulistanos quando comparados aos integrantes da rede 2. Há, em tal rede, donas de casa e aposentados, por exemplo, que ficam bastante tempo em casa. Seus contatos mais frequentes, então, são seus próprios familiares (sergipanos, na maioria das vezes) e vizinhos (majoritariamente nordestinos).

Os integrantes da rede 2, por outro lado, e apesar de a maioria também residir no mesmo bairro, têm uma mobilidade geográfica maior, justamente por sair mais e visitar outros lugares. A rede é formada, entre outros indivíduos, por uma professora que mora em Osasco e trabalha em Barueri (cidades vizinhas na Grande São Paulo) e por um taxista que circula muito pela cidade, pouco ficando em casa. Percebe-se que esses migrantes, em relação aos da rede 1, têm mais contato com paulistas/paulistanos.

A partir de tal caracterização, aventou-se a hipótese de que os migrantes da rede 1, por terem menos contato com paulistas/paulistanos, apresentam taxas de acomodação à fala paulistana menores do que os integrantes da rede 2. Isto é, parte-se da premissa de que a configuração das redes pode influenciar as taxas de acomodação de seus integrantes. No entanto, não se descarta a possibilidade de as particularidades de cada indivíduo serem importantes no processo de acomodação dialetal, ou seja, pode haver o caso de um migrante que pertence à rede mais fechada ter taxas maiores de acomodação. O objetivo da pesquisa, então, é verificar se o que importa mais é a rede ou o indivíduo em tal processo.

Com vistas a comparar os dados de fala dos migrantes sergipanos, a pesquisa faz uso de duas amostras controle, para que se tenha uma visão mais clara do quanto os indivíduos estão se acomodando ou não ao falar paulistano. A primeira delas é a SP2010¹ (MENDES; OUSHIRO, 2012), construída entre 2011 e 2013, com o objetivo de colaborar para a disseminação de trabalhos sociolinguísticos sobre a variedade de fala paulistana. Tal banco de dados é constituído de 60 entrevistas sociolinguísticas, realizadas com homens e mulheres, pertencentes a três faixas etárias (dos 19 aos 34 anos, dos 35 aos 59 e 60 anos ou mais), com diferentes níveis de escolaridade e residentes de zonas variadas da cidade. Para a presente pesquisa, apenas as entrevistas de 7 informantes foram selecionadas, pois tais dados já haviam sido extraídos por Oushiro (2016), para o desenvolvimento de sua pesquisa de pós-doutorado.

A segunda amostra controle utilizada pertence ao banco de dados “Falares Sergipanos” (FREITAG, 2013), que é formado por diversos tipos de entrevistas, realizadas com diferentes tipos de grupo de informantes (religiosos e universitários, por exemplo). As quatro entrevistas utilizadas para esta pesquisa são de habitantes de um pequeno povoado chamado Açuzinho (localizado a 75 quilômetros da capital Aracaju), cujos perfis mais se aproximavam daqueles dos migrantes aqui analisados (pouca escolarização). Nos gráficos e nas tabelas que aparecem a seguir, tal amostra é identificada como SE-2012.²

¹ Disponível em: <<http://projetosp2010.fflch.usp.br/corpus>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

² A amostra dos migrantes sergipanos é identificada como SESP-2016.

É essencial esclarecer ainda o envelope de variação utilizado na realização do estudo. Como o intuito central dessa pesquisa é verificar se está ocorrendo acomodação na fala de sergipanos em São Paulo em direção à pronúncia paulistana, decidiu-se analisar apenas aquelas palavras em que mais há favorecimento ao abaixamento da vogal, pois há contextos, na variedade sergipana, nos quais os falantes podem alçar a vogal pretônica (como no caso de “menino”) ou realizá-la como média (em “depois”, por exemplo). De acordo com Mota (1979), favorecem o abaixamento da vogal pretônica: vogal baixa /a, ɛ, ɔ/ na sílaba contígua à pretônica (como em “memória” e “coragem”); uma vogal nasal que não seja alta (como em “dezembro”); a presença da fricativa velar /x/ em coda silábica ou no ataque³ (como em “mercado” e “relógio”). Além disso, evitou-se incluir palavras em que a média pretônica ocorria em casos de ditongo, por conta da dificuldade de segmentar as vogais nesses casos, já que é difícil verificar onde uma vogal termina e outra começa, tanto visualmente (olhando para a onda sonora) quanto de oitiva (como em “doação”, por exemplo).

Normalização de Lobanov

O objeto linguístico dessa pesquisa são as vogais médias pretônicas, mais precisamente os valores dos formantes F1 (relacionados à altura da vogal) e F2 (relacionado ao eixo horizontal), extraídos a partir do programa Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014). Trata-se, portanto, de uma variável numérica: quanto mais alto o valor de F1 (em Hz), mais baixa a vogal é.

Os valores de frequência de formantes, numa pesquisa como esta, devem ser normalizados porque o trato vocal de cada indivíduo tem efeito na produção dos segmentos fônicos. Na tentativa de minimizar possíveis enviesamentos, usa-se a normalização de Lobanov (1971), que é considerada pelos foneticistas como o melhor procedimento, de acordo com Barbosa e Madureira (2015, p. 269), que explicam que tal técnica

[...] altera os valores brutos das frequências de formantes para valores normalizados por *z-score*, que são relativos aos valores de média e de desvio padrão de todas as vogais de cada falante. O *z-score* é a distância em relação à média em unidades de desvio padrão de todas as vogais de cada falante.

As médias normalizadas, portanto, mantêm os aspectos relacionais entre as vogais, de modo que se torna possível fazer comparações entre diferentes indivíduos e diferentes pronúncias.

Resultados parciais

A Figura 1 mostra a distribuição geral dos dados, das três amostras (migrantes, paulistanos e sergipanos que ainda residem em Sergipe). O gráfico da esquerda mostra as médias dos formantes sem passar pela normalização de Lobanov. Percebe-se que a variação é bem maior quando comparada com o gráfico de valores normalizados, à direita.

³ No ataque da mesma sílaba a qual pertence a vogal pretônica ou o ataque da sílaba seguinte. No caso do ataque da sílaba seguinte, pode ocorrer um tepe (como em “coragem”).

No gráfico com dados não normalizados, a rede 1 apresenta valores maiores de F1 para as vogais /e/ e /o/ em relação às médias da rede 2, o que estaria de acordo com a hipótese aqui formulada: os sujeitos da rede 1 estariam menos acomodados e, portanto, apresentariam médias mais altas, por pertencerem a uma rede mais fechada. No entanto, com a normalização de Lobanov, esse padrão não se mantém, pois se observa que a variação entre as amostras fica bastante reduzida.

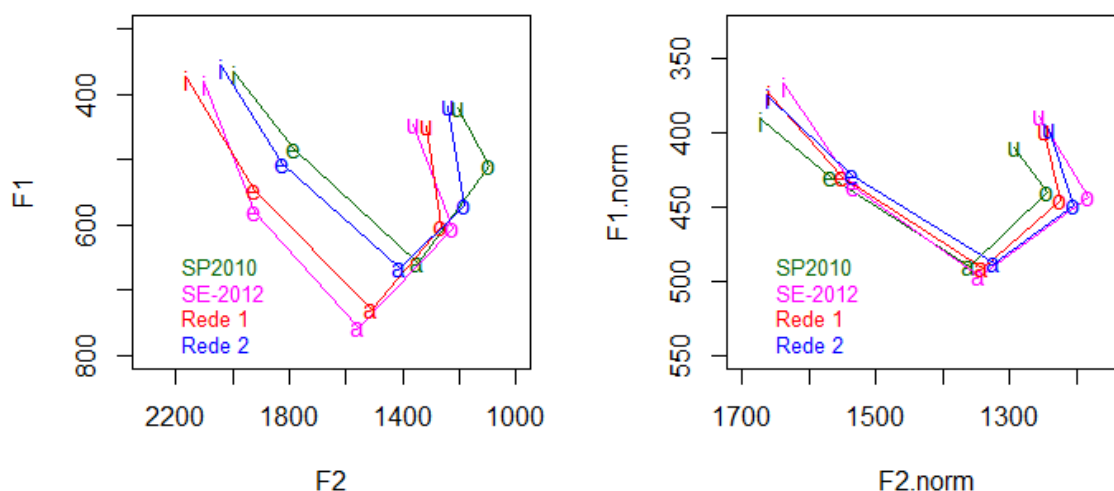


Figura 2: Médias de F1/F2 das vogais pretônicas das três amostras (não normalizadas à esquerda e normalizadas à direita)

Apenas visualmente, não é possível afirmar se as diferenças entre as amostras são significativas ou não. Por esse motivo, modelos de regressão linear foram rodados, na plataforma R (R CORE TEAM, 2017), para testar se tais diferenças são ou não significativas. A Tabela 1 apresenta os resultados do modelo de regressão linear para a vogal pretônica /e/.

Tabela 1: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /e/ pretônica nas três amostras (N = 4430)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(<i>Intercept</i>)	419,996	2,465	170,392	< 2e-16 ***
SE-2012	14,325	3,680	3,893	< 0,001 ***
SESP-2016	4,706	2,563	1,836	0,071 .

Modelo: $\text{lmer}(\text{F1.NORM} \sim \text{AMOSTRA} + (1|\text{INFORMANTE}) + (1|\text{PALAVRA}), \text{data}=\text{VOGAL.e2})$

A Tabela 1 apresenta, em sua primeira coluna, os níveis da variável independente (ou seja, as diferentes amostras); o valor de *Intercept* se refere ao nível de referência que, nesta análise, foi estabelecido como “SP2010”. A segunda coluna apresenta as medidas estimadas para a variável dependente (valores de F1), em sua unidade de análise (Hz). Desse modo, a estimativa de valor médio de F1 da vogal /e/ para os paulistanos é de 419,996 Hz. Os demais valores de estimativas devem ser lidos com referência ao *intercept*; para os sergipanos que não migraram (SE-2012), a estimativa de valor médio de F1 da vogal /e/ é 14,325 Hz acima da estimativa para os paulistanos, ou seja, $419,996 + 14,325 = 434,321$ Hz. Percebe-se que o valor de estimativa para os sergipanos migrantes (SESP-2016) é 4,706 Hz acima da estimativa dos paulistanos (424,702 Hz, portanto), o que indica uma aproximação à pronúncia paulistana e um distanciamento em relação ao falar sergipano. A última coluna traz o valor de significância (ou valor de *p*), “que mede

a probabilidade de se observar tal distribuição em caso de a hipótese nula ser verdadeira; por convenção, estabelece-se um limite de até 5% (0,05) para que um resultado seja considerado significativo” (OUSHIRO, 2016, p. 42).

A Tabela 1 mostra, então, que o modelo de regressão linear calcula uma probabilidade acima do limite de 0,05 de que se tenham observado as medidas de 419,996 Hz para os paulistanos e de 424,702 Hz para os migrantes em caso de a hipótese nula ser verdadeira, ou seja, tal diferença não é significativa. Por outro lado, pode-se observar que a diferença entre as estimativas dos paulistanos e dos sergipanos não migrantes é significativa, uma vez que o valor de *p* está abaixo de 0,05.

Tabela 2: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /o/ pretônica nas três amostras (N = 2694)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(Intercept)	431,006	3,431	125,628	< 2e-16 ***
SE-2012	6,975	5,578	1,250	0,218
SESP-2016	10,514	3,693	2,847	0,007 **

Modelo: lmer (F1.NORM ~ AMOSTRA + (1|INFORMANTE) + (1|PALAVRA), data=VOGAL.o2)

A Tabela 2, de modo semelhante à 1, apresenta os resultados para a vogal /o/ e indica que a diferença de 10,514 Hz entre a estimativa dos paulistanos e a dos migrantes é significativa. Isto é, o valor de *p*, nesse caso, está abaixo de 0,05 e, portanto, é baixa a probabilidade de essa distribuição ser resultado de uma distribuição aleatória. Esses números indicam que, em relação à vogal posterior /o/, os migrantes não estão tão acomodados à fala paulistana, diferentemente do que foi visto com a vogal anterior /e/. Por outro lado, e surpreendentemente, o modelo mostra que não existe diferença significativa entre as estimativas dos paulistanos e as dos sergipanos que não migraram. Uma possível explicação para esse resultado é que poucos informantes da amostra sergipana foram incluídos na análise e, portanto, a fala sergipana não está sendo fielmente representada.

As Tabelas 1 e 2 serviram para mostrar as diferenças entre as amostras. O próximo passo é averiguar se as redes têm comportamentos diferentes em relação ao processo de acomodação.

Tabela 3: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /e/ pretônica nas duas redes (N = 3717)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
Sem incluir SP2010				
(Intercept)	423,699	1,698	249,586	< 2e-16 ***
Rede 2	0,927	2,204	0,421	0,678
Com a inclusão de SP2010				
(Intercept)	392,163	4,214	93,063	< 2e-16 ***
Rede1	3,672	4,330	0,848	0,409
Rede 2	2,678	4,421	0,606	0,553

Modelo: lmer (F1.NORM ~ REDE + (1|INFORMANTE) + (1|PALAVRA), data = redes.e)

A Tabela 3 mostra que a diferença entre as estimativas da rede 1 (valor do *intercept*) e da rede 2 é muito pequena, para a vogal /e/, quando apenas as redes são comparadas entre si. O valor de significância ultrapassa os 5% (vê-se o valor de 0,678 na última coluna). Com a inclusão da amostra paulistana no modelo, percebe-se que ambas

as redes estão acomodadas à fala paulistana, pois não há diferença significativa entre suas estimativas e a da amostra SP2010.

Tabela 4: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /o/ pretônica nas duas redes (N = 2173)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
Sem incluir SP2010				
(<i>Intercept</i>)	440,345	2,556	172,268	< 2e-16 ***
Rede 2	0,285	3,515	0,081	0,936
Com a inclusão de SP2010				
(<i>Intercept</i>)	397,854	6,317	62,984	< 2e-16 ***
Rede 1	11,218	6,522	1,720	0,109
Rede 2	14,513	6,686	2,171	0,048 *

Modelo: lmer (F1.NORM ~ REDE + (1|INFORMANTE) + (1|PALAVRA), data = rede.o)

Em relação à vogal /o/, sem a inclusão dos dados de SP2010, a Tabela 4 mostra que não há diferença significativa entre a estimativa da rede 1 (*intercept*) e a da rede 2. Observa-se que o valor de *p* está bastante acima de 0,05 (0,936). No entanto, quando os valores são comparados com a estimativa dos paulistanos, percebe-se que os falantes da rede 2 não estão acomodados à fala paulistana. Os números corroboram justamente o oposto do que foi aventado, isto é, são os sujeitos da rede mais aberta que estão menos acomodados, pelo menos em relação à vogal /o/. Os valores de significância, assim, indicam que a configuração da rede não exerce influência na fala de seus sujeitos quando se analisa /e/, mas, por outro lado, faz diferença ser da rede 1 ou da rede 2 quando se observam os dados de /o/, pelo menos no caso desses sergipanos migrantes.

A partir do que foi visto com os modelos de regressão, a pergunta que se coloca agora é: há diferenças significativas entre os migrantes? Isto é, será que todos eles apresentam um mesmo padrão de variação ou certos falantes têm padrões mais diferentes do resto dos integrantes de sua rede? Por esses motivos, os quadros vocálicos individuais foram criados para visualizar as possíveis diferenças e semelhanças entre os sujeitos.

Os gráficos abaixo mostram o quadro vocálico de cada um dos informantes, separados por sexo e por rede. As figuras mostram que existe uma variabilidade na produção de tais vogais entre integrantes de uma mesma rede. Na Figura 3, por exemplo, no gráfico da direita, percebe-se que a vogal /o/ de JoanaT é a mais baixa entre as migrantes.

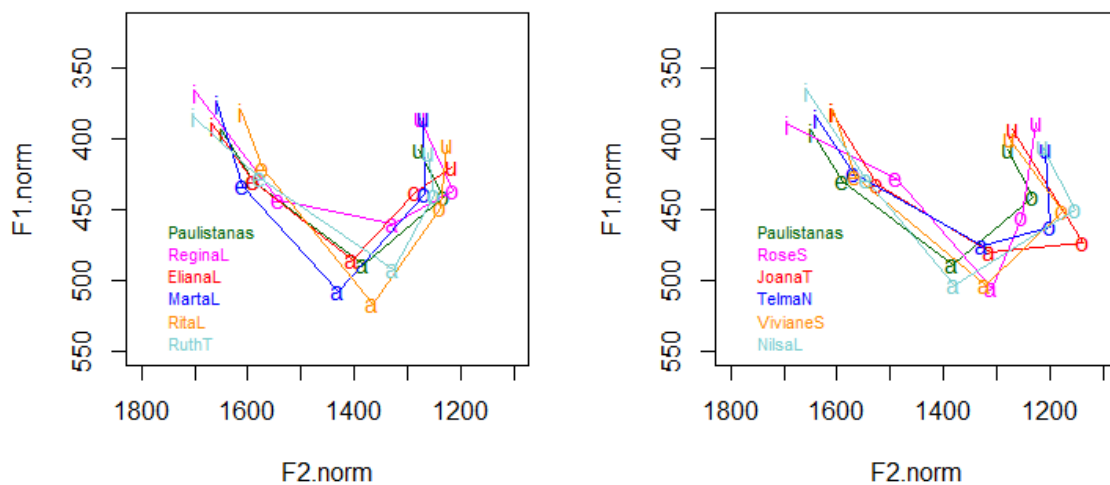


Figura 3: Médias normalizadas de F1/F2 das vogais pretônicas das mulheres da rede 1 em comparação com as paulistanas ⁴

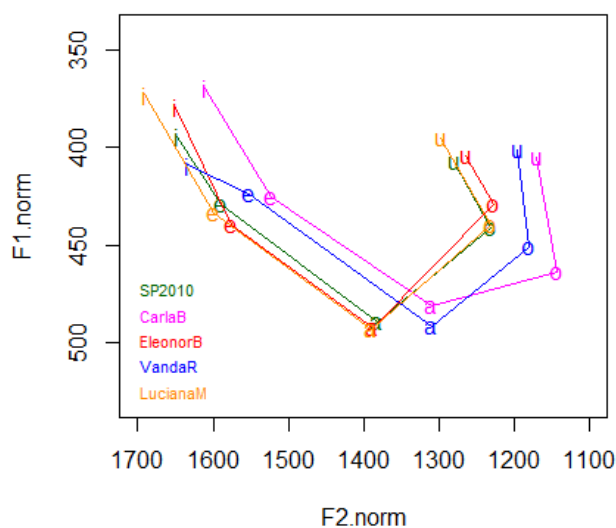


Figura 4: Médias normalizadas de F1/F2 das vogais pretônicas das mulheres da rede 2 em comparação com as paulistanas

Na Figura 4, CarlaB e VandaR apresentam valores médios de /e/ menores do que os das próprias paulistanas. EleonorB, por sua vez, é a que tem a média menos próxima da amostra SP2010. Em relação à /o/, vê-se que CarlaB é a que mais se distancia da média das paulistanas enquanto que EleonorB apresenta uma média ligeiramente mais baixa que a de SP2010.

⁴ Os dois gráficos apresentam médias apenas das migrantes da rede 1 (além das paulistanas). Optou-se pela elaboração de dois gráficos, e não de apenas um, para que a visualização das linhas não ficasse comprometida.

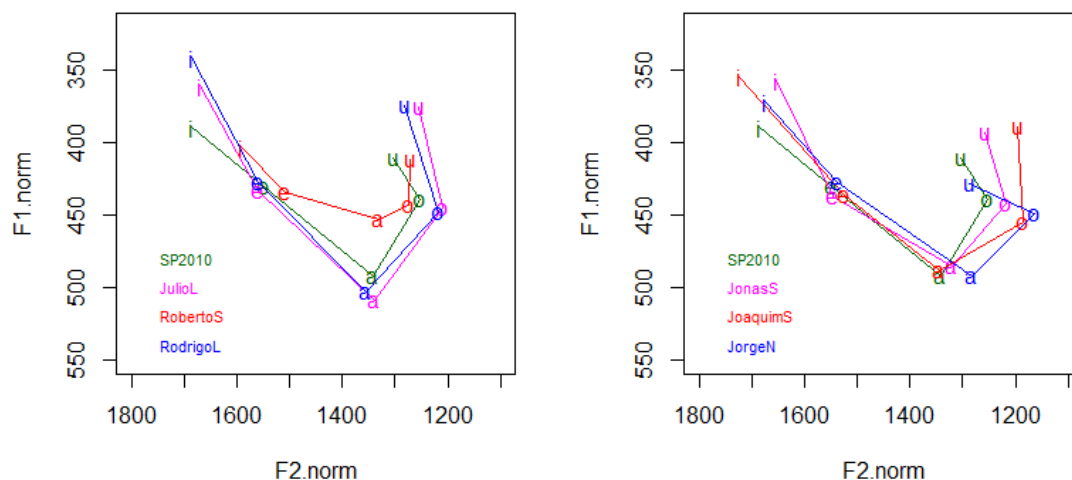


Figura 5: Médias normalizadas de F1/F2 das vogais pretônicas dos homens da rede 1 em comparação com os paulistanos

Em ambos os gráficos da Figura 5, é visível que a variação é maior em relação à vogal /o/ do que em relação à /e/. Todos os 6 migrantes da rede 1 apresentam médias muito próximas da média paulistana para /e/, mas esse quadro não se repete para a vogal /o/. JoaquimS, por exemplo, parece abrir /o/ com uma frequência maior do que os outros migrantes, o que indica que ele pouco se acomodou à fala paulistana, pelo menos no que se refere a essa variável linguística.

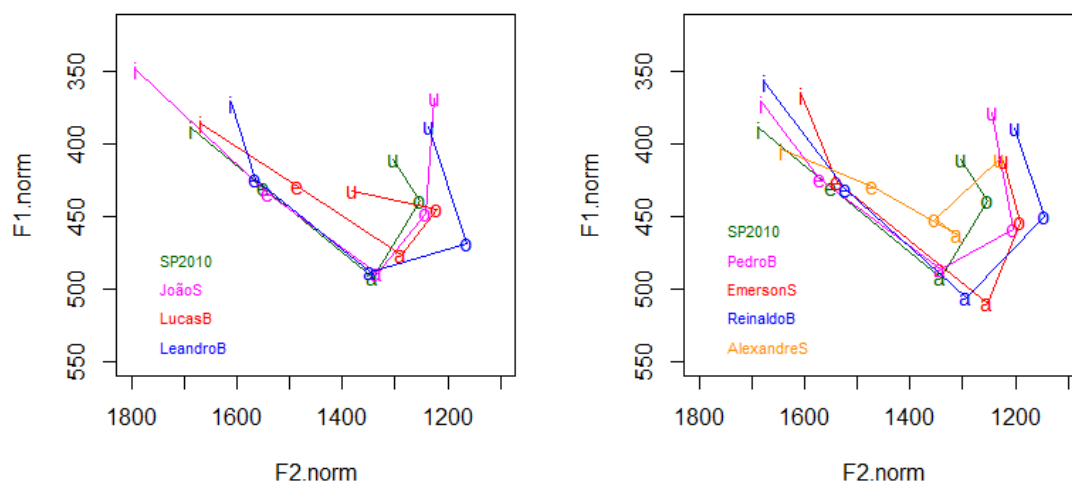


Figura 6: Médias normalizadas de F1/F2 das vogais pretônicas dos homens da rede 2 em comparação com os paulistanos

Percebemos que, dentre os informantes homens da rede 2, o padrão é semelhante ao que visualizamos nos gráficos dos migrantes da rede 1, isto é, pouca diferença na altura de /e/ entre os informantes da amostra SESP-2016 e da SP2010 e maior variação no que concerne à vogal /o/. O informante LeandroB parece ser o que está menos acomodado à fala paulistana referente à vogal /o/.

Visualmente, não é possível afirmar se as diferenças observadas entre os migrantes são significativas ou não, por isso, modelos de regressão linear foram rodados

no R para apurar tais estimativas. Para o presente artigo, apenas as estimativas dos homens, de ambas as redes, são apresentadas.

Tabela 5: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /e/ pretônica dos homens da rede 1 (N = 977)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(<i>Intercept</i>)	430,416	2,3791	180,914	< 2e-16 ***
JoaquimS	5,234	3,933	1,311	0,190
JonasS	7,070	3,771	1,874	0,061 .
JorgeN	-3,624	3,655	-0,992	0,322
JulioL	2,436	4,085	0,596	0,551
RobertoS	3,393	4,143	0,819	0,413
RodrigoL	-0,670	3,211	-0,218	0,828

Modelo: lm (F1.NORM ~ INFORMANTE, data = h.1.SP.e)

Tabela 6: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /o/ pretônica dos homens da rede 1 (N = 647)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(<i>Intercept</i>)	439,108	2,414	181,869	< 2e-16 ***
JoaquimS	15,201	5,512	2,758	0,006 **
JonasS	5,785	4,652	1,244	0,214
JorgeN	10,101	4,914	2,056	0,040 *
JulioL	6,580	4,914	1,339	0,181
RobertoS	4,101	5,561	0,737	0,461
RodrigoL	9,534	3,631	2,626	0,009 **

Modelo: lm (F1.NORM ~ INFORMANTE, data = h.1.SP.o)

As Tabelas 5 e 6 mostram as estimativas, para as vogais /e/ e /o/, respectivamente, dos migrantes homens da rede 1, em comparação com os paulistanos (valor do *intercept*). No caso da vogal /e/, o modelo indica que não existe diferença significativa entre a média de F1 dos paulistanos e as médias dos migrantes, assim como foi visto na Tabela 1. Tal resultado aponta para uma acomodação desses sujeitos. Por outro lado, esse mesmo panorama não se observa nas estimativas para a vogal /o/, pois JoaquimS, JorgeN e RodrigoL apresentam médias significativamente diferentes da observada na fala dos paulistanos. Dito de outro modo, significa que esses três migrantes ainda produzem a vogal /o/ com um grau maior de abertura. Essas duas tabelas já mostram, portanto, que o processo de acomodação dialetal parece ocorrer de maneira distinta entre as vogais e que, além disso, indivíduos de uma mesma rede podem apresentar taxas diferentes de acomodação.

Tabela 7: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /e/ pretônica dos homens da rede 2 (N = 1178)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(<i>Intercept</i>)	430,416	2,206	195,137	< 2e-16 ***
AlexandreS	1,168	4,063	0,287	0,774
EmersonS	-4,005	3,479	-1,151	0,250
JoãoS	9,942	3,274	3,036	0,002 **
LeandroB	-5,807	3,702	-1,569	0,117
LucasB	4,507	3,158	1,427	0,154
PedroB	-6,514	3,447	-1,890	0,059
ReinaldoB	1,327	3,037	0,437	0,662

Modelo: lm (F1.NORM ~ INFORMANTE, data = h.2.SP.e)

Tabela 8: Estimativas (em Hz) de valores de F1 normalizados para vogal /o/ pretônica dos homens da rede 2 (N = 688)

	Estimativa	Erro padrão	Valor de <i>t</i>	Significância (<i>p</i>)
(<i>Intercept</i>)	439,108	2,715	161,739	< 2e-16 ***
AlexandreS	12,173	6,693	1,819	0,069 .
EmersonS	14,909	6,095	2,446	0,015 *
JoãoS	12,417	4,443	2,795	0,005 **
LeandroB	29,508	5,865	5,031	< 0,001 ***
LucasB	6,590	5,341	1,234	0,218
PedroB	19,987	4,820	4,146	< 0,001 ***
ReinaldoB	14,623	5,341	2,738	0,006 **

Modelo: lm (F1.NORM ~ INFORMANTE, data = h.2.SP.o)

Por sua vez, as Tabelas 7 e 8 mostram as estimativas dos migrantes homens da rede 2 em comparação com os paulistanos (valor do *intercept*). Na Tabela 7, referente à vogal /e/, apenas JoãoS apresenta uma média significativamente diferente daquela dos paulistanos. No entanto, em relação a /o/, dos 7 sujeitos da rede 2, apenas 2 não têm estimativas significativamente diferentes dos paulistanos. Como visto nos resultados gerais (Tabelas 3 e 4), e com o acréscimo dessas estimativas individuais, observa-se que as taxas de acomodação são diferentes a depender da vogal e do sujeito.

Considerações finais

Como foi visto, os modelos sinalizam que existe variação dentro de uma mesma rede: parece que alguns migrantes se acomodaram mais, enquanto outros não (vê-se, por exemplo, os casos de JoãoS e AlexandreS). Notou-se também que a acomodação dialetal ocorre de jeitos distintos entre as vogais: o sujeito que tem uma vogal /e/ mais fechada pode apresentar uma vogal /o/ mais aberta e vice-versa (o que, de fato, ocorre com praticamente todos os indivíduos da rede 2). Tal resultado também foi encontrado por Oushiro (2016), com os migrantes paraibanos residentes nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A respeito da variação entre os indivíduos, fica evidente que mais variáveis devem ser incluídas nas análises: idade de chegada em São Paulo e tempo de residência na nova localidade, por exemplo, podem ser importantes para compreender esse processo (e são fatores analisados em outras pesquisas sobre o assunto, como em Marques (2006) e em Chacon (2012)). No entanto, já é possível visualizar que migrantes com menos tempo em São Paulo estão mais acomodados do que outros que estão há mais tempo. Aqui cabe, então, refletir sobre o conceito de identidade: é possível estabelecer uma relação entre a identidade do falante e o processo de acomodação? Pois, por qual motivo um migrante que está há mais de 35 anos em São Paulo, como o caso de JoaquimS, da rede 1, ainda produz vogais mais abertas do que os paulistanos? Ou, ainda, por que um sujeito que migrou há menos de 20 anos, como AlexandreS, já apresenta médias mais próximas da média dos paulistanos?

Os próximos passos dessa pesquisa, portanto, se voltarão para a análise dessas questões, de modo que a proporção de vida em São Paulo e aspectos identitários de cada migrante serão averiguados com o intuito de buscar alguma correlação com os padrões variáveis de cada um dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, P.; MADUREIRA, S. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo: Cortez, 2015.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011 [1985].
- CHACON, K. A. *Contato dialetal: análise do falar paulista em João Pessoa*. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- ECKERT, P. “Three Waves of Variation Study: The emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation”. *Annual Review of Anthropology*, 41, p. 87-100, 2012.
- FREITAG, R. M. K. Banco de dados Falares Sergipanos. *Working Papers em Linguística*, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.
- GUY, G. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: Instrumental de Análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 19-46.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LOBANOV, B. M. Classification of Russian vowels spoken by different listeners. *J. Acoust. Soc. Am.*, v. 49, p. 606-608, 1971.
- MARQUES, S. M. O. *As vogais médias pretônicas em situação de contato dialetal*. 2006. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 973-1001, 2012.
- MILROY, L. *Language and social networks*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1987 [1980].
- MILROY, L.; LLAMAS, C. Social networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *The Handbook of Language and Change*. Blackwell: Malden, MA. 2. ed. 2013 [2002]. p. 409-427.
- MOTA, J. *Vogais antes do acento em Ribeirópolis – SE*. 2. v. 1979. 287 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].
- OUSHIRO, L. *A acomodação dialetal e a estabilidade de padrões sociolinguísticos na fala adulta*. 2016. 84 f. Relatório Científico (Pós-doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. *R Foundation for Statistical Computing*, Vienna, Austria, 2017. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

TRUDGILL, P. *Dialects in contact*. Oxford: Blackwell, 1986.

Recebido em: 27/08/2017

Aprovado em: 01/08/2018

A (des)legitimação do Funk Gospel em *blogs* evangélicos

Graziela Rocha Reghini Ramos

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

graziela.ramos@gmail.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-8312-0187>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1949>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar textos argumentativos sobre o *funk* gospel publicados em dois *blogs* por diferentes pastores – um representante da Igreja Cristã da Aliança e outro da Assembleia de Deus – e os comentários de seus seguidores, considerando-se, principalmente, como se dá o processo de (des)legitimação de um gênero musical por meio de práticas textuais, ou seja, de que maneira os textos são construídos buscando-se atribuir ao gênero a Macrocategoriação Social de ilegítimo por meio de estratégias referenciais. Discute-se ainda o alcance da imposição de determinados valores sociais às práticas musicais.

Palavras-chave: categorização; legitimação social; estratégias referenciais; *funk* gospel.

The (de)legitimation of Funk Gospel in evangelical blogs

Abstract

This work has as main objective to analyze argumentative texts about gospel funk published by different pastors in two blogs – one pastor representative of the Igreja Cristã da Aliança and another one of the Assembleia de Deus – and the comments from their followers, mainly considering how the process of (de)legitimation of a music genre happens by means of textual practices, that is, the way these pastors construct their texts in order to reach the Macrocategoryation of illegitimate for the genre using the process of reference. It also discusses the reach of the imposition of social values to musical practices.

Keywords: categorization; social legitimation; reference; gospel funk.

1. Introdução

Os processos de legitimação e deslegitimação de novos gêneros musicais são constantes. Alguns gêneros, inclusive, apesar de já se encontrarem no mercado e terem caído no gosto popular há décadas, ainda enfrentam constantemente lutas para serem reconhecidos como legítimos. É o caso do *funk* e de suas derivações.

O *funk* sempre foi visto por muitos críticos como uma forma inferior de cultura. Já na década de 80, época em que desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre os bailes *funks*, Vianna (1987) apontava a dificuldade de se lidar com a heterogeneidade e complexidade das grandes cidades, o que teria levado muitos antropólogos a realizar uma separação entre o que denominaram Cultura e subcultura. O autor afirma ser o conceito de subcultura apenas uma das maneiras encontradas de simplificação do complexo, uma vez que, ao se declarar a existência de uma subcultura, acredita-se também na existência de uma “totalidade coerente”, o que poderia ser chamado de “cultura com C maiúsculo”. No entanto, aponta que a cultura em sociedades modernas é um produto de interação e negociação da realidade sempre inacabado, o que faz com que as instituições não expressem consenso, mas apenas um equilíbrio inconstante e precário que precisa ser

percebido por sua dimensão política de negociação e dominação. Ou seja, inexiste uma cultura que possa ser considerada dominante e universal, capaz de impor seus modos de vida a todo momento, sendo a dominação cultural apenas um produto de um incerto jogo de forças em que vencedores e perdedores podem trocar de posições.

Caracterizando essa disputa entre o que seria efetivamente cultura, Lopes e Facina (2012) apresentam duas justificativas daqueles que desqualificam o *funk* como gênero musical. Para as autoras, há uma ideia bastante difundida, especialmente por aqueles que se consideram defensores de um certo nacionalismo cultural”, que o *funk* seria um ritmo importado que refletiria “a barbárie das classes subalternas”, sendo, portanto, produto de diversas insuficiências, como a de educação, consciência política, de classe, de gosto, de bom senso e até de moral. Outro argumento, considerado por elas como mais nitidamente racista e preconceituoso com a classe social mais baixa, é o de que o *funk* seria a música dos delinquentes, capaz de incitar a violência e corromper menores, assim como aumentar a utilização de entorpecentes, ou seja, afirmações totalmente moralistas que visam à exclusão do gênero musical e de seus produtores. As autoras apontam que a desqualificação do *funk* é, na verdade, uma maneira evidente de criminalização da pobreza. O ataque constante ao *funk* seria praticado, então, pelo fato de este constituir-se como um gênero representativo do negro e das favelas.

Conforme Bourdieu (2007), qualquer ato de produção cultural resulta na afirmação de busca por legitimidade cultural. Assim, o *funk* continua perseguindo o seu espaço na cultura brasileira e essas lutas pela (des)legitimação do gênero não têm sido pacíficas. O que se evidencia é que o *funk* persiste e torna-se mais forte, difundindo-se pelas regiões do país, com diferentes modalidades, e assumindo a cada dia maior importância na sociedade. Uma dessas modalidades é o *funk* gospel, que se expande cada vez mais, apesar das constantes críticas recebidas. A partir disso, interessa saber como o discurso contrário a ele é construído textualmente e de que forma é reforçado ou contra argumentado por seus receptores. Este trabalho discorre sobre o processo de (des)legitimação de um gênero musical por meio de práticas textuais. Para isso, são analisadas as produções textuais de dois pastores sobre o tema em seus respectivos *blogs*.

1.1. Categorização, referenciação e legitimação social

A legitimação é um fenômeno que ocorre a todo momento em nossa sociedade. Neste trabalho, concordamos com Falcone (2008), para quem as lutas por legitimação realizam-se por meio de práticas sociais e, por isso mesmo, apresentam uma natureza instável, são construídas historicamente e são socialmente contextualizadas. Segundo a autora, não é possível a legitimação ser ditada a partir de uma única instituição, resultando de uma rede de relações sociocognitivas bastante complexa. Ela discute que a (des)legitimação resulta de diferentes atividades sociocognitivas em que ocorrem a categorização de determinados grupos e atores sociais e defende que, por tais grupos se alinharem em um *continuum*, nenhum deles pode ser em definitivo considerado como legitimado ou deslegitimado, havendo uma tensão constante entre o processo de legitimação e o de deslegitimação.

Falcone (2008) estabelece um interessante paralelo, explicando a legitimação como uma espécie de leitura da sociedade sobre as ações de grupos de atores sociais em um determinado momento histórico, em que tais ações seriam o texto e a categorização como legitimado ou deslegitimado resultaria da ativação de diferentes modelos cognitivos

construídos a partir da leitura desse texto. Dessa maneira, a autora explica que a legitimação, assim como o texto, não pode ser entendida como um produto acabado, mas sim como um processo concretizado apenas na interação autor-leitor, um vínculo sociointerativo em que os dois são sujeitos na construção de sentidos, já que é na ação da leitura que os sentidos são construídos. A autora reconhece, no entanto, que, apesar dessa tensão constante entre os processos de legitimação e deslegitimação, há discursos que se impõem com o objetivo de impelir outros discursos; porém, se há um movimento de cima para baixo, há também uma resposta de baixo para cima, ou seja, do povo para as instituições, seja como forma de resistir ou de resignar-se.

Apresentando os conceitos de legitimação de Van Dijk, Falcone (2008) afirma que, inevitavelmente, a legitimação encontra-se unida ao processo de afirmação de “Uns” e de negação ou mesmo estereotipização de “Outros”. Assim, o processo de legitimação apresenta uma sólida conotação de construção de representações sociais, é orientado de forma ideológica e geralmente encontra-se relacionado a conflitos entre instituições de poder e movimentos sociais, ou seja, a grupos contrários ao *status quo*, apesar de essa relação não ser estanque, uma vez que mesmo grandes instituições de poder já passaram por “crises de legitimação”.

A autora aponta ainda a legitimação como uma Macrocategorização Social. Se a legitimação é uma ação humana, tanto individual quanto coletiva, que ocorre por operações de natureza social e cognitiva que resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, essas operações sustentam-se em modelos mentais e representações sociais construídas de forma coletiva sobre tais grupos e participantes. Dessa maneira, nenhum grupo ou ator social pode ser considerado (i)legítimo *a priori*, já que tal atributo é um ato social, não estanque mas sempre situado, de categorização.

Falcone (2008) acredita que a categorização de grupos e atores sociais como (i)legítimos tem grande importância para as pesquisas sociais, já que dela resultam diferentes ações, como discriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes. Para ela, o ato de categorizar é inerente ao ser humano, apesar de não haver uma correspondência direta entre as palavras e as coisas no mundo.

Uma possibilidade de categorização no texto se dá através do processo de referenciação. No entanto, os objetos-de-discurso também não correspondem à realidade extralinguística, conforme afirma Koch (2005). Assim, eles são construídos no processo de interação e a realidade não pode ser construída, mantida ou alterada somente pela maneira como nomeamos o mundo, mas, principalmente, pela forma que interagimos com ele sociocognitivamente.

A referência vai além do estritamente linguístico, abrangendo também o cognitivo e a linguagem usada em contexto e em sociedade, o que leva os processos referenciais a se constituírem como “escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, 2005, p. 35). Com isso, a interpretação de uma expressão referencial não se constitui apenas em localizar um antecedente linguístico no texto ou mesmo um objeto específico no mundo, “mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva.” (KOCH, 2005, p. 35).

Assim, dentro de um texto, é geralmente por meio de estratégias referenciais diversas que categorizamos, o que faz com que os processos referenciais operem diretamente na elaboração do discurso (des)legitimador. Falcone (2008) afirma que a

referenciação não é apenas um ato de designação e que a construção referencial pode ser considerada como central a todas as ações linguísticas.

No entanto, segundo Silva (2004), ao referir-se a uma interação conversacional, um problema a ser resolvido é justamente a seleção de categorias, uma vez que existem muitas disponíveis. Para a autora, a capacidade de reconhecer e produzir uma forma categorial adequada é “a competência de categorização própria de um membro de um grupo, uma competência sócio comunicacional, permitindo o reconhecimento como parte de uma dada coletividade e a produção de uma conduta reconhecida como adequada ou não, a partir dessas categorias” (SILVA, 2004, p. 175-176).

Com isso, o que se pretende com este trabalho é analisar como as estratégias referenciais contribuem para o movimento de categorização que vai na direção da (des)legitimação do *funk* gospel, considerando a interação entre dois autores de *blogs* que discutem o tema com seus leitores comentaristas.

2. O corpus

2.1. Visão geral dos *blogs*

Acreditando-se que a referência é sempre situada, depende da relação de interação entre autor e leitor e baseia-se na busca de informações em uma memória discursiva, optou-se por realizar a análise de dois *blogs* que discorrem sobre o *funk* gospel, o Blog de Renato Vargens (<http://renatovargens.blogspot.com.br>) e o Blog do Ciro (<http://cirozibordi.blogspot.com.br/>), buscando demonstrar como esse gênero musical é caracterizado como ilegítimo de diferentes maneiras pelos autores e por muitos de seus leitores, que constituem-se, em sua maioria, por evangélicos.

É importante salientar que a coleta de dados se deu entre setembro de 2015 e junho de 2017 através de diversos acessos aos *blogs* e buscas pelo tema *funk* gospel e que os textos apresentados estão sujeitos a constantes mudanças conforme as atualizações realizadas pelos autores. Isso ocorre porque as produções textuais em *blogs* são extremamente dinâmicas e, assim como a categorização e a legitimação, estão sempre sendo reconstruídas por seus atores sociais e, portanto, como já indicado, não podem ser entendidas como um produto acabado.

O *blog* de Renato Vargens informa que se trata de “Um blog com mensagens pastorais e teologia reformada”. Na descrição sobre o autor, temos que é um pastor da Igreja Cristã da Aliança que já pregou em diferentes países dos vários continentes e que já publicou 24 livros em português e um em espanhol, além de ser articulista e colunista em diferentes meios de comunicação. Por fim, em sua apresentação, são elencados seus livros publicados e os que ainda estão em produção. Assim, fica evidente a posição de autoridade assumida pelo autor para discutir os assuntos trazidos no *blog*.

O Blog do Ciro diferencia-se do de Renato Vargens por apresentar mais recursos semióticos que reforçam, o tempo todo, tal autoridade, tais como vídeos, em que muitas vezes a sua imagem se sobressai, estando acompanhado de um microfone, o que enaltece a sua imagem de orador, de alguém que tem o que dizer. Além disso, os pronomes possessivos em frases como “Leia minha coluna no portal CPAD News”, “Consulte

minha agenda”, “Conheça as minhas obras”, “Meu livro mais recente” e “Meu DVD mais recente” se destacam, fortalecendo a ideia de autoridade.

Em sua autodescrição, Ciro, que é pastor da igreja Assembleia de Deus, ressalta, principalmente, a sua formação e atuação. O autor destaca a sua formação: “Graduações: Teologia (Faculdade Evangélica de São Paulo-SP); Português-Francês (Universidade Federal Fluminense-RJ); Relações Internacionais (Universidade La Salle-RJ).”, sua posição como pastor e professor: “Pastor na Assembleia de Deus da Ilha da Conceição, em Niterói-RJ; pregador do Evangelho, professor de Hermenêutica, Exegese e Teologia Sistemática, autor e articulista.”; outras atividades por ele realizadas: “Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil e da Casa de Letras Emílio Conde; colunista do CPAD News; articulista do Mensageiro da Paz (CPAD)”;¹ atividades anteriormente realizadas: “Pastoreou congregações na AD do Ministério do Belém-SP e foi copastor da AD Cordovil-RJ; atuou na CPAD (RJ) como gerente de TI e editor (2001-2008)” e, por fim, os diversos títulos de livros por ele publicados.

Além de todas as caracterizações já indicadas no Blog do Ciro, é interessante apontar que a primeira descrição dada sobre si é a de ser casado e ter uma filha. Isso também é uma forma de chamar a atenção para a importância do discurso produzido pelo autor, uma vez que, para os evangélicos, a família é considerada um dos principais pilares das relações humanas.

2.2. Os textos dos autores dos *blogs*

Os dois *blogs* têm como objetivo discutir variados assuntos sob a perspectiva religiosa, sendo o *funk* gospel apenas um dos temas apresentados. Assim, de forma geral, apresentam textos argumentativos que tentam convencer os leitores do que seria considerado certo e do que seria visto como errado segundo critérios religiosos. Há ainda espaço para publicação de comentários dos leitores nas diferentes produções apresentadas.

No *blog* de Renato Vargens, o tema *funk* gospel aparece em diferentes momentos, o que pode ser observado através de uma simples busca no *blog* pela denominação *funk* gospel. No entanto, há um texto do autor dedicado diretamente ao ritmo, nomeado de “Funk Gospel: O fundo do poço”, o qual encontra-se na íntegra abaixo, separado por parágrafos numerados apenas para facilitar a análise no item 4 deste trabalho¹.

(1) A denominada música gospel me causa arrepios. Confesso que não suporto mais ouvir tanto [sic] bobagem. Se não bastasse isso, eis que surge retumbante neste país tupiniquim o funk gospel. Infelizmente esse ritmo famigerado que tem sido incentivador da promiscuidade e violência nas grandes cidades, agora é evangélico. Para piorar a situação as músicas tocadas além de antropocêntricas, [sic] afrontam o bom senso, disseminando no povo de Deus conceitos antibíblicos e anticristãos. Além disso, as letras são extremamente burrificadas, além obviamente de afrontar o vernáculo.

(2) Veja por exemplo essa “pérola” composta por Adriano Gospel Funk:

¹ Os textos dos *blogs* não passaram por correção gramatical e/ou ortográfica ao serem transcritos para este trabalho.

Pras irmã e pros irmão
 Que curte o som pancadão
 Eu mando assim ó:
 Vem pro gospel funk
 Pra se divertir Com Jesus no coração
 Você vai ser feliz então,
 vem pro gospel funk
 Pra se divertir Com Jesus no coração
 Você vai ser feliz então pula e agora dança
 A juventude, os adultos, os coroa e as crianças,
 então pula e agora dança
 A juventude, os adultos, os coroa e as crianças,
 então pula e agora dança
 A juventude, os adultos, os coroa e as crianças,
 então pula e agora dança
 A juventude, os adultos, os coroa e as crianças,
 então pula e agora dança
 Vem pro gospel funk pra se divertir...

(3) Pois é, confesso que ao ouvir essa coisa horrorosa fui tomado por um pavoroso sentimento de desespero. Francamente, pare, pense e responda: Isto é música? Por favor, seja sincero e responda: Isso significa louvar a Deus? Ah que saudade da boa música, ministrada, cantada, com unção, cuja melodia e letra eram inspiradas pelo Espírito do Senhor.

(4) Definitivamente parece que nos últimos anos, [sic] a igreja de Cristo se perdeu no caminho em direção ao trono do Altíssimo. Sem sombra de dúvidas a coisa está feia!

(5) Que o Senhor nosso Deus tenha misericórdia do seu povo e nos reconduza a sala do trono e que lá possamos adorá-lo integralmente entendendo assim, [sic] que a glória, o louvor, a soberania pertence [sic] exclusivamente a Ele.

(6) Pense nisso!

O *blog* de Ciro traz o texto “Funk gospel? Conte-me sobre o ‘passinho do abençoado’” para apresentar o tema. A seguir, encontra-se o texto na íntegra com os parágrafos numerados para auxiliar as análises.

(7) Caro leitor, o que pregadores e ensinadores tementes a Deus e fiéis à sua Palavra, como David Wilkerson, diriam sobre o funk gospel e o “passinho do abençoado”?

Peço-lhe que assista ao vídeo abaixo, leia o artigo subsequente e depois comente sobre o assunto.

(8) Na sua obra *Toca a Trombeta em Sião*, publicada em inglês, em 1985 — e lançada no Brasil pela CPAD em 1988 —, David Wilkerson afirmou: “Fiquei extremamente chocado quando recentemente abri uma revista evangélica e vi foto de um grupo de rock ‘pesado’, dizendo-se evangélico. Estavam vestidos com o mesmo traje sadomasoquista que eu vira antes enquanto testemunhava de [sic] Cristo nas ruas de São Francisco da Califórnia” (p.93).

(9) Wilkerson partiu para a eternidade há um ano, mas a sua mensagem profética ficou registrada: “Onde está a trombeta em Sião, que não toca? Onde está nossa reação? Onde estão os profetas do Senhor que não bradam bem alto: ‘Chega! A Casa do Senhor não é lugar de música do Diabo!’” (p.94).

(10) Como um verdadeiro profeta, Wilkerson verbera contra a covardia dos ministros do nosso tempo: “Que tipo de ministério covarde temos em nossas igrejas de hoje, que tolera e até aplaude um tipo de música que faz os anjos se envergonharem? [...] A música mundana que hoje penetrou na casa de Deus causa repulsa no Céu [...]: ‘Como podem pessoas que invocam o santo nome de Cristo apanhar coisas do altar pessoal de Satanás e trazê-las à presença de Deus, lançando-as no seu altar?’ [...] Quem são esses roqueiros e inovadores dentro da casa de Deus? São profanadores do santo altar do Senhor!” (p.95).

(11) Wilkerson condena também a falta de discernimento por parte dos líderes e do povo evangélico, em geral: “O que está acontecendo agora é que pastores e suas igrejas aceitam sem exame, nem discussão, música profana no culto. A voz que se ouve é ‘Não julguemos mal’, e isso Satanás usa para ocultar todo tipo de males que tal música traz. [...] E é exatamente isto que estes inovadores da música estão fazendo na igreja; destruindo a santidade, zombando da pureza e da separação do mundo” (pp.96-97).

(12) Sem medo, Wilkerson reafirma que a música mundana na igreja é obra do Maligno e verbera contra pais e líderes cristãos por sua convivência: “Satanás está por trás deste tipo de ‘louvor’ que ele quer que lhe seja prestado. Ele irá até os extremos para corromper o verdadeiro louvor ao Senhor. O inimigo está levando vantagem em sufocar o real louvor em espírito e em verdade. [...] É chocante eu ouvir pais e pastores dizendo-me: ‘não julgue desta maneira’. Eles deviam obedecer à Palavra de Deus e julgar segundo a reta justiça, para não perderem seus filhos ante as seduções do mundo” (pp.98-100).

(13) Muitos dizem que a música, seja qual for o estilo adotado, é neutra e que podemos usar todo e qualquer ritmo para o louvor a Deus. Veja a resposta do aludido profeta a esse falacioso pensamento: “Uma das razões por que o Espírito de Deus retirou-se do ‘Movimento de Jesus’ surgido na década passada [década de 1970] foi que eles se recusaram a largar o tipo de música anticristã que executavam. Eles deixaram as drogas, álcool, prostituição, e até seu modo estranho de vida. Mas não quiseram abandonar o rock. [...] O Espírito de Deus conhece todo mal que há no rock, e Ele nos faz sentir sua tristeza por isso. Os que adoram a Cristo em espírito e em verdade sabem discernir rapidamente o que é o rock” (pp.100-101).

(14) David Wilkerson faz menção também dos [sic] repertórios dos cantores pretensamente evangélicos: “Os roqueiros que se dizem evangélicos costumam ter em suas apresentações e LPs um ou dois hinos realmente sacros, mas o restante é a violenta, selvagem e louca música rock. Significa que se eles quisessem, [sic] podiam fazer a coisa certa e agradável ao Senhor. Certos roqueiros chegam a me dizer: ‘Eu mesmo não gosto do rock, mas a juventude gosta, então eu toco rock para atraí-los’” (p.107).

(15) Agora, uma parte bastante antipática — mas verdadeira — da profecia de Wilkerson em relação aos apreciadores de show gospel: “Esse tipo de música copiada do mundo não motiva ninguém a dobrar os joelhos e orar, nem mesmo impulsiona os crentes a curvarem suas cabeças em adoração a Deus. A única coisa que essa música faz é levar o auditório a demonstrações carnavais de sacudir o corpo, de bamboleios, de dança, que nada têm de espiritualidade. [...] Deus está dizendo a esta geração que canta e toca música mundana na igreja: ‘Rejeitais a música de teus pais que adoravam a Deus com toda pureza. Quereis ver os milagres do livro de Atos, mas não quereis

a pureza dos vossos pais na fé. Rejeitais a música originada pelo Espírito e abraçais a música que pertence ao mundo” (p.108-110).

(16) O profeta de Deus geralmente condena o erro e prevê o que acontecerá, caso não haja arrependimento. Veja o que disse Wilkerson, há mais de 25 anos: “Tal música tornar-se-á cada vez mais selvagem, seus festivais de música cada vez mais tenebrosos. Somente crentes desviados, mornos e de nome, frequentarão tais reuniões. Caso o leitor não mais creia em nada do que estou profetizando, creia nisto que vou dizer agora: ‘Deus vai fazer uma operação de limpeza na sua casa quanto à música!’” (p.116).

(17) Wilkerson mostra novamente as características da música mundana e, em seguida, conclui: “Já constatei, sem exceção, que todo crente de vida espiritual profunda com Deus e que vive adorando a Deus em espírito e em verdade leva também muito tempo em oração individual. Esse tipo de crente não aceita música frívola, barulhenta ao extremo, acelerada, dissonante. [...] A música mundana na igreja morreria numa semana se cada músico e cantor se humilhasse diante do Senhor e tivesse uma visão do que é a santidade de Deus” (pp.117-118).

(18) Diante do exposto, o que David Wilkerson diria, hoje, a respeito do “passinho do abençoado”, do funk gospel e de outras aberrações do nosso tempo?

3. Análise do *corpus*

Algumas considerações podem ser realizadas a partir de (1). Primeiramente, é possível perceber que são conferidas ao gênero diferentes microcategorizações², ou seja, são atribuídos valores durante a coesão referencial que o alocariam na Macrocategoria de ilegítimo. Dessa maneira, o autor do *blog* retoma “música gospel” tanto como “bobagem” quanto como “ritmo famigerado”. Além disso, há a remissão ao *funk* gospel por meio da qualificação de suas letras como “burrificadas”.

Um tom depreciativo é utilizado em referência ao Brasil (“neste país tupiniquim”) na tentativa de deixar implícita a possibilidade proporcionada no país de proliferação de gêneros musicais considerados negativos pelo autor.

Aponta-se ainda que o *funk* seria “incentivador da promiscuidade e violência nas grandes cidades”, justamente uma das justificativas expostas por Lopes e Facina (2012) para a criminalização do gênero. Portanto, para Vargens, o *funk* não deveria ser usado nas igrejas, mesmo que na versão gospel. Nesse momento, fica claro que o autor tem a intenção de recorrer à memória discursiva de seus leitores, que, muitas vezes, já veem o *funk* tradicional como uma ameaça à sua concepção de Cultura.

Em (2), temos o exemplo de uma música escolhida pelo autor do *blog* para reforçar a Macrocategoriação de ilegítimo para o gênero musical. Antes de apresentá-la, no entanto, Renato Vargens opta por utilizar mais uma microcategorização, “pérola”, para referir-se a ela.

É importante observar que o autor faz um recorte ao escolher a música em questão, deixando todas as outras possibilidades de lado. Esse recorte, obviamente, está relacionado à sua intencionalidade, o que se evidencia pelas características do exemplo,

² O termo microcategorização é utilizado aqui em relação ao termo Macrocategoriação Social, de Falcone (2008). O que se deseja indicar é que a utilização de diversificadas categorizações nos textos dos *bloggers* contribui para a formação da Macrocategoriação Social de ilegítimo para o gênero musical em questão.

já que se trata de apenas uma instrução de dança para divertir-se “com Jesus no coração”, repleta de repetições e sem temática aprofundada.

Em (3), a letra apresentada recebe ainda outra microcategorização: “essa coisa horrorosa”, demonstrando que o autor não a considera nem mesmo como sendo efetivamente uma música, o que se torna ainda mais evidente quando da utilização do dêitico “Isto” opondo-se à expressão “música” em “Isto é música?”. O comentário após a letra da canção traz também uma outra oposição: entre o que é algo ruim (exemplificada através da letra trazida, que não é denominada como música em momento algum) e a “boa música” no trecho: “Ah que saudade da boa música, ministrada, cantada, com unção, cuja melodia e letra eram inspiradas pelo Espírito do Senhor.”.

Em (7), temos o início do texto de Ciro. Com o vocativo “Caro leitor”, uma pergunta e um pedido, ele deixa evidente que espera que os que o leem não se restrinjam a tal ação, mas que também participem da postagem através de seus comentários. Já na pergunta inicial, é possível observar que é trazida a citação a uma figura de autoridade, David Wilkerson, famoso evangelista norte-americano, para ratificar a opinião do autor, a qual será referenciada ao longo de todo o texto. Além disso, é utilizado um recurso animado (vídeo) na tentativa de exemplificar e desqualificar o Funk Gospel. O recurso é mobilizado com a dupla função de reforçar a opinião que está sendo apresentada ao mesmo tempo em que invoca e caracteriza o cenário de utilização do *funk* gospel pelas igrejas.

Em (8), ao trazer a figura de autoridade e uma citação de seu livro, o autor legitima a sua própria opinião fazendo uma analogia entre o que foi dito sobre o *rock* por David Wilkerson e o que ele pensa sobre o *funk* gospel. A citação traz ainda a oposição entre Senhor e Diabo e a microcategorização do *rock* como “música do Diabo” pela figura de autoridade, categorização que pode ser também atribuída ao *funk* gospel pelo leitor por uma relação de analogia. Ao longo de todo o texto, são citados diferentes trechos do livro da figura de autoridade referindo-se ao *rock*, sempre como forma de deslegitimá-lo, o que pode levar o leitor a completar a analogia realizada pelo autor, transferindo o que é dito sobre o *rock* para o *funk* gospel.

Em (18), a analogia entre o *rock* e o *funk* gospel é confirmada na finalização do texto pelo recurso coesivo “Diante do exposto” e uma pergunta sobre o que David Wilkerson, figura de autoridade escolhida para ratificar o que pensa o autor sobre o *funk* gospel, acharia a respeito da música apresentada no vídeo e o *funk* gospel, os quais são categorizados como “aberrações” pelo autor, sendo incluídos em uma lista não explicitada através do pronome adjetivo “outras”:

3.1. A interação através dos comentários dos leitores dos *blogs*

O texto de Renato Vargens gerou 42 comentários³, sendo quatro deles respostas do próprio autor. Como já esperado, por se tratarem de seguidores do *blog* e também pelo ato enunciativo ser cooperativo, a maior parte é de apoio ao que foi dito e, por tal razão, acrescenta microcategorizações com o objetivo de deslegitimar o ritmo e aqueles que o aceitam, conforme pode ser observado nos exemplos a seguir: “propagadores de heresias”, “porcarias”, “crentes somente com intenção de ganhar dinheiro”, “fracos de

³ Último acesso em 03/06/17.

mente e espíritos”, “armas do Diabo”, “abominações”, “bobagem”, “heresias”, “besteirol”, “lixos”, “ritmo agressivo e insuportável”, “fundo do poço”, “porcaria carioca”, “liquidificador de batidas sem fundamentos”.

No entanto, há comentários que também criticam o que foi postado, a maior parte com a colocação de que o importante não é o ritmo, mas sim a letra:

- (19) [...] Na minha modesta opinião o ritmo[sic] não quer dizer absolutamente nada o que importa é a letra da música, é claro que uma letra como essa citada passa a ser uma afronta. E a culpa não é de quem faz a música, é de quem põe pra tocar e de quem compra. Eu acho que se chegar um grupo de música evangélica africano com todas as suas vestes tradicionais, instrumentos e danças louvando a Deus de verdade, vai ter gente dizendo que é coisa do diabo sem parar pra dar importância para o que a letra diz.

Um dos opositores chega a apontar o preconceito de forma direta no texto do autor e, mais do que isso, a segregação que é realizada entre os que gostam e os que não gostam de *funk*:

- (20) Nossos preconceitos nos tornam cegos.

Somos só pessoas cheias de ódio.

Procurei na letra algo que levasse a violência e ao sexo e não achei.

Ah, a origem é essa...

Vamos evangelizar pessoas eruditas, que gostam de música de verdade. Quanto aos que gostam de funk, vamos esperar eles abandonarem este estilo, então poderão entrar na nossa igreja.

O autor responde de forma incisiva através de negações à caracterização do *funk* como música ou arte: “Funk não é música, nem tampouco arte”, categoriza ainda o *funk* como “reverberação da podridão de uma sociedade adoecida”, além de fazer referência ao *funk* como sendo um propagador da “apologia ao crime e promiscuidade”.

O texto de Ciro gerou um total de 80 comentários⁴, sendo seis deles respostas do próprio autor. Dos outros 74, apenas cinco são contrários ao que o pastor expõe, o que, de certo modo, já poderia ser esperado pelo fato de os seguidores do *blog* serem majoritariamente evangélicos.

O primeiro ponto de vista contrário não faz uma defesa ao *funk* gospel, julgando, inclusive, o vídeo apresentado como “alarmante”, porém, argumenta em favor do *rock* e finaliza com a colocação de que seria possível evitar tais gêneros na igreja para não gerar brigas, mas que em casa seriam bem-vindos de acordo com o gosto pessoal. O autor do *blog* responde ao comentário do leitor e lhe sugere um artigo seu para leitura, tentando convencê-lo sobre a inadequação também do *rock* para os evangélicos.

Já o segundo comentário contrário traz uma argumentação mais ampla, além de criticar o julgamento realizado pelo pastor. Para isso, faz menção direta ao vídeo, afirmando que não havia nele exposição do corpo, sensualidade, palavrões ou adoração a outros deuses, apenas alguém louvando e dançando a Deus. Ciro responde ao comentário,

⁴ Último acesso em 03/06/17.

claramente irritado, e definindo o *funk* agora como “um estilo erotizante, criado com a intenção de explorar a simulação sexual”.

O terceiro comentário adverso elogia o autor do *blog* no que se refere à reflexão, mas aponta que pode ser injusto simplesmente rotular os diferentes ritmos através de categorizações como ritmo “sagrado” ou “diabólico”. Para tal comentário, Ciro dedica-se a responder utilizando o espaço de quatro comentários, provavelmente por conta da limitação de caracteres. Segue um trecho da resposta do autor:

- (21) [...] Assim como não devemos usar drogas, como cocaína ou maconha, para o bem, também não convém usarmos música má, erotizante, entorpecedora, criada para prejudicar as pessoas, levá-las ao delírio (uma espécie de droga audível), para o bem.

Pesquisadores norte-americanos colocaram uma mesma espécie de semente em dois recipientes iguais, com as mesmas condições. Num deles, a planta se desenvolveu muito bem ao som de música clássica. No outro, ao som de heavy metal, não houve o desenvolvimento esperado. Repito: não existe música neutra. Ela é como o alfabeto. Assim como se escrevem mensagens cristãs ou satânicas com as mesmas letras, também se compõem músicas sacras ou demoníacas, com as mesmas notas musicais. Como usar para o bem estilos criados para fins maléficos?

Em (21), o autor menciona uma experiência científica realizada com sementes plantadas nas mesmas condições, mas expostas a diferentes tipos de músicas, para afirmar que a neutralidade da música não existe e usa novas categorizações ao comparar alguns gêneros musicais a drogas, capturando no leitor, assim, a memória discursiva de que as drogas são prejudiciais, assim como esses tipos de música. Ao concluir, o autor do *blog* apresenta mais uma categorização para alguns estilos musicais, qualificando-os como “estilos mundanos e até diabólicos”.

Há ainda dois comentários críticos ao autor do *blog* que não foram respondidos. Um deles questiona o julgamento realizado por Ciro, mas não discute efetivamente a questão do *funk* gospel dentro das igrejas, apenas critica o uso do gosto pessoal para se julgar a adequação ou inadequação de uma música, ou seja, se um determinado ritmo não agrada, não serve para louvar a Deus. O autor do comentário reclama ainda do fato de Ciro apenas criticar as manifestações contrárias e não responder às manifestações positivas e acusa-o de indicar mais os seus próprios artigos do que “a Palavra do Senhor”. O outro comentário discute, assim como nas respostas a Renato Vargens, que o que tornaria a música profana seria sua letra e não seu ritmo e indica dois outros textos para serem lidos pelo autor do *blog*. Tratam-se dos únicos pontos de vistas negativos sem uma resposta por parte de Ciro.

A grande maioria dos comentários apenas parabeniza o autor pelo texto e reforça o discurso trazido por ele, apresentando novas categorizações não apenas para o ritmo em si, mas também para aqueles que o aceitam, como é possível observar nos exemplos a seguir: “essas abominações musicais”, “praga satânica”, “essa vergonha”, “crentes sem conteúdo bíblico nenhum”, “crentes fanáticos”, “crentes que defendem mais o cantor-ídolo do que o evangelho do Senhor”, “pessoas que se dizem ‘crentes’”, “modismos maléficos”, “alguns ditos evangélicos”. Essa aceitação e reforço do que é dito justifica-se pelo fato de a grande maioria de leitores dos *blogs* ser, aparentemente, evangélica e, portanto, tender a seguir o que é dito pelos representantes da religião, no caso, os pastores.

Todos os comentários, positivos ou negativos, demonstram o papel ativo do leitor, que pode, segundo Bentes (2004), agir de maneira mais ou menos cooperativa ao emitir

julgamentos sobre a coerência ou incoerência da produção textual, levando em consideração suas experiências pessoais, os trechos do texto a que tiveram acesso, os esquemas textuais a partir dos quais a produção se encontra estruturada, ou seja, a atribuição de coerência ou incoerência pode se dar de maneira diferente conforme o leitor.

Nos quadros a seguir, é possível observar uma síntese das microcategorizações utilizadas pelos pastores e por seus comentaristas para o *funk* gospel e para os seus admiradores como estratégia referencial para atribuir a Macro categorização de ilegítimo ao ritmo e seus seguidores.

Quadro 1. Microcategorizações utilizadas para o *funk* gospel

	Microcategorizações		
	Renato Vargens	Ciro Sanches Zibordi	Leitores comentaristas
<i>Funk/funk gospel</i>	– bobagem; – ritmo famigerado; – incentivador da promiscuidade e violência nas grandes cidades; – sincretismo. Para a música trazida como exemplo: – pérola cultural; – coisa horrorosa.	– aberrações. – estilos impróprios para o louvor a Deus; – estilos mundanos e até diabólicos. Reproduzindo David Wilkerson sobre o <i>rock</i> e relacionando-o ao <i>funk</i> gospel: – música do Diabo; – música profana; – música mundana; – música frívola, barulhenta ao extremo, acelerada, dissonante.	– porcarias; – armas do Diabo; – abominações; – bobagem; – Heresias; – Baixaria; – Besteiro! – Lixos; – ritmo agressivo e insuportável; – fundo do poço; – colagem nojenta, de barulhinhos feitos por máquinas; – aberrações; – porcária carioca; – liquidificador de batidas sem fundamentos; – manifestação folclórica tão moderna; – marmota; – modismos maléficos; – palhaçada; – grande ultraje; – abominações musicais; – praga satânica; – vergonha.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2. Microcategorizações utilizadas para os admiradores *do funk gospel*

	Microcategorizações		
	Renato Vargens	Ciro Sanches Zibordi	Leitores comentaristas
Admiradores do <i>funk gospel</i>	- Não utiliza microcategorizações para se referir aos admiradores do <i>funk gospel</i>	– Cantores pretensamente evangélicos; – pastores e ministros de louvor que já não têm mais a Palavra de Deus como a sua regra de fé, de prática e de vida; - Reproduzindo David Wilkerson sobre o <i>rock</i> e relacionando-o ao <i>funk gospel</i>: – profanadores; – crentes desviados, mornos e de nome;	– propagadores de heresias; – crentes somente com intenção de ganhar dinheiro; – pobres coitados; – otários; – B.I.O.S. (Bicho Ignorante Operando o Sistema); – fracos de mente e espíritos. – vidas em estado espiritual deprimente; – dançarinos; – crentes sem conteúdo bíblico nenhum; – crentes fanáticos; – crentes que defendem mais o cantor-ídolo do que o evangelho do Senhor; – povo que peca por não saber a verdade; – fanfarrões espirituais; – pessoas que se dizem “crentes” – alguns ditos “evangélicos”; – crentes sem fundamentos; – mundanos ou falsos adoradores.

Fonte: Elaboração própria

3.2 A categorização, o texto e a imposição de valores sociais às práticas musicais nas igrejas evangélicas

Conforme apontado por Mondada e Dubois (2003), o fato de as descrições do mundo serem incompletas e o de a categorização evoluir de maneira flexível faz com que sua produção seja indissociável do trabalho de interpretação do interlocutor, que as completa e as ajusta ao contexto. Assim, torna-se necessário considerar a criação de uma realidade baseada nas experiências dos indivíduos que convivem e interagem em uma sociedade ou cultura, o que faz com que a recategorização esteja atrelada à significação que se deseja produzir, isto é, aos interesses de enunciação dos interlocutores.

Com isso, as informações partilhadas são abrangentes, mas incompletas, envolvendo todas as crenças, suposições e conhecimentos tanto do emissor quanto do receptor da mensagem.

Segundo Bourdieu (1987), um texto nada mais é do que o produto de um complexo trabalho histórico de construção de seu agente e constitui-se como a representação que os agentes têm de mundo social e sua construção da visão daquele mundo com a tentativa de imposição de tal visão aos seus leitores. Para ele, na luta simbólica em busca da produção do senso comum (imposição dos valores dos agentes) são utilizados sempre agentes (falantes/escritores) que sejam autorizados (pelos capitais conquistados), ou seja, que reforcem a legitimidade daquilo que está sendo dito. Assim, quanto maiores os capitais conquistados por aqueles que se pronunciam, maiores as possibilidades de imposição de valores. A ideia é retomada pelo autor em 1991, ao discutir especificamente sobre a língua e o seu poder simbólico, ao afirmar que a maioria das condições que têm de ser cumpridas para que uma expressão performática seja bem-sucedida se resume à questão da adequação do orador, de sua função social e do discurso que ele pronuncia. Para o autor, um enunciado performativo está destinado a falhar cada vez que não é pronunciado por alguém com poder para isso, isto é, cada vez que o falante não tem autoridade para emitir as palavras que ele pronuncia (BOURDIEU, 1991).

Em nossa análise, isso se torna evidente pela escolha realizada por Ciro ao citar David Wilkerson. Além disso, a imagem dos blogueiros, construída por eles próprios, colocando-se como pessoas habilitadas a se posicionarem sobre os assuntos que se encontram nos *blogs* contribui para a estratégia de busca do senso comum, o que é ainda reforçado por conta dos recursos semióticos utilizados além dos textos.

Bourdieu (1997) afirma que um dos meios utilizados em lutas políticas se refere à capacidade de imposição de princípios de visão do mundo, em que as pessoas o enxerguem conforme certas divisões (o autor cita os jovens, os velhos, os estrangeiros e os franceses). Segundo ele, a televisão exerce papel determinante quando há a imposição de tais divisões, o que decorre na formação de grupos capazes de se mobilizar e convencer sobre sua existência, fazendo pressão e obtendo vantagens.

Apesar de o autor estar se referindo à televisão, é possível transferir esse papel desempenhado também aos *blogs*, já que hoje são meios utilizados com o objetivo de impor princípios de visão do mundo, como no caso dos textos analisados em que se busca convencer sobre uma possível oposição entre músicas adequadas e inadequadas para o ambiente da igreja evangélica e entre os que verdadeiramente adorariam a Deus e os que estariam perdidos ao permitirem o *funk* gospel dentro do ambiente da igreja.

É fato que os mesmos discursos utilizados para deslegitimar o *funk* apresentados por Lopes e Facina (2012) são trazidos nos *blogs* também como razões para se desprezar o *funk* gospel. A verdade, no entanto, como apontado pelas autoras, é que quando o *funk* ganhou visibilidade, o mesmo aconteceu com os locais em que o gênero era reproduzido, ou seja, as favelas ganharam notoriedade, uma vez que tanto os nomes das músicas quanto dos artistas indicam um referencial comunitário (à Rocinha, Vidigal, Cidade de Deus etc.), o que passou a incomodar muitos estratos da sociedade.

De acordo com Vianna (1987), o divertimento apenas consiste em uma breve fuga das obrigações cotidianas, mas assume papel relevante ao fazer com que cada indivíduo retorne à *vie sérieuse* com mais coragem e ardor. Assim, “A festa, como ritual religioso, reabastece a sociedade de energia.” (VIANNA, 1987, p. 16). O que vemos no caso da utilização do *funk* gospel pelas instituições religiosas é que há a junção da festa e do ritual, auxiliando os fiéis na difícil tarefa de retornar à “vida séria”. Talvez por isso, apesar de todas as críticas, o *funk* gospel esteja se consolidando também como um espaço de

resistência permanente no âmbito da igreja evangélica, assim como ocorre com o *funk* carioca e suas ramificações desde o seu surgimento.

É possível observar nos trechos discutidos que as referências e categorizações por meio de anáforas constantes tanto para o *funk* gospel quanto para aqueles que o apreciam ou o desaprovam atuam o tempo todo como construtores de sentido do texto. Dessa maneira, como coloca Koch (2006), a preferência por determinada descrição pode indicar função avaliativa, ou seja, fazer com que o receptor obtenha informações significativas para a construção do sentido do texto no que se refere às opiniões, crenças e atitudes do emissor.

A intencionalidade é um fator essencial à coerência do texto e os processos de referências e categorizações/recategorizações são justamente utilizados com função avaliativa e, principalmente, valor persuasivo, sendo que os autores intencionalmente constroem o sentido de seus textos deslegitimando para o leitor o *funk* gospel como gênero musical. Mais do que isso, de acordo com Cavalcante (2005), as suposições que o emissor acredita estarem representadas na mente do interlocutor afetam de forma direta as escolhas dos processos referenciais concebidos como mais apropriados aos diferentes momentos de enunciação e os vários modos de expressá-los.

Conforme Bentes (2017, p. 103), os textos atuam como modos de atuação na vida social, “dado que estão repletos de demandas para que compreendamos e aceitemos (ou não) conhecimentos e expectativas socialmente concebidos sobre seus referentes e temáticas e produzamos, também socialmente, sentido(s) sobre (e a partir de) eles.”

As constantes recategorizações encontradas nos trechos analisados não funcionam, portanto, apenas para reativar referentes previamente apresentados, mas sim contribuem de forma essencial para que o leitor seja levado a compreender e, principalmente, se render à posição contrária dos autores em relação ao gênero musical em questão.

No entanto, torna-se essencial salientar que a recepção do que é dito nunca ocorre de maneira passiva, o que se evidencia pelos comentários realizados pelos leitores, principalmente aqueles que se colocam contrários ao que é dito, havendo, dessa maneira, uma constante interação e ressignificação da mensagem, de acordo com experiências e vivências individuais.

Como já afirmado no início deste trabalho, os processos de legitimação e deslegitimação de gêneros musicais são constantes. Bourdieu (2007, p. 122) coloca:

Por maiores que possam ser as variações da estrutura das relações entre as instâncias de conservação e consagração, a duração do “processo de canonização” (montado por estas instâncias antes de concederem a sua consagração) depende diretamente da medida em que sua autoridade é reconhecida e capaz de impor-se de maneira duradoura. A lei da concorrência pela consagração que exige e confere o poder de consagrar, condena a uma situação de urgência eterna as instâncias de consagração cujo âmbito é mais limitado.

No caso do *funk* gospel, o que observamos é essa disputa constante dentro das próprias instâncias de consagração, uma vez que, ao mesmo tempo em que temos pastores posicionando-se de maneira totalmente contrária à utilização do *funk* gospel nas igrejas evangélicas, conforme a análise realizada, temos também diversos outros permitindo e

até incentivando a sua utilização nas igrejas que comandam, exercendo, assim, um papel forte de legitimação do gênero de maneira direta em seus fiéis.

A dúvida que permanece é sobre como postagens semelhantes às analisadas impactam os consumidores do *funk* gospel, uma vez que, apesar de todas as campanhas contrárias realizadas por alguns pastores, como os autores dos *blogs* analisados, e por grande parte de seus leitores, uma simples busca na internet é capaz de indicar diferentes grupos, MCs e DJs representantes do gênero musical, além de reportagens sobre como eles têm sido responsáveis por atrair jovens para as igrejas evangélicas. Assim, é possível dizer que já existe uma indústria do *funk* gospel, mas há também uma luta incessante com o objetivo de contínua formação da opinião pública por agentes autorizados pela igreja para a sua deslegitimação.

4. Conclusão

Neste trabalho, buscou-se demonstrar como o processo referencial, através de microcategorizações, torna-se essencial na busca de uma Macro categorização de ilegítimo para o gênero musical *funk* gospel ou para aqueles que o aceitam como prática social nas igrejas evangélicas. Para tal objetivo, analisaram-se as produções textuais de caráter argumentativo sobre o tema de *blogs* produzidos por dois diferentes pastores e os comentários dos seguidores dos *blogs* sobre tais textos no que se refere às microcategorizações trabalhadas e também em relação a outras estratégias utilizadas para a tentativa de deslegitimação do *funk* gospel. Dentre tais estratégias, destacou-se o lugar de autoridade dos emissores, o que representa grande importância em todo o processo. Discutiu-se ainda o quanto o processo de (des)legitimação é complexo e contínuo, além de se realizar a partir das mais diversas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

- BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. Domínios e fronteiras. v. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 245-285.
- _____. Temáticas como estratégias discursivas de legitimação social em programas televisivos brasileiros. *Letras*, Santa Maria, v. 27, n. 54, p. 101-112, jan./jun. 2017.
- BOURDIEU, P. 'What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups'. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 32, p. 1-17, 1987.
- _____. *Language & Symbolic Power*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1991.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CAVALCANTE, M. M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-150.

FALCONE, K. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 2008. 671 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

_____. Léxico e progressão referencial. In: RIO-TORTO, G.; SILVA, F.; FIGUEIREDO, O. (Orgs.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. p. 263-276.

LOPES, A.; FACINA, A. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. In: KUSHNIR, B.; HORTA, S. (Edit.). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 6, publicação anual, p. 193-206, 2012.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

SILVA, R. M. A. *Discurso Científico e Construção Coletiva do Saber: A Dimensão Interativa da Atividade Acadêmico-Científica*. 2004. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VIANNA, H. P. *O Baile Funk Carioca: Festas e Estilos de Vida Metropolitanos*. 1987. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

Recebido em: 30/08/2017

Aprovado em: 02/04/2018

Brinquedos e diversões no estado de São Paulo: designações para estilingue a partir dos dados do Projeto ALiB

Beatriz Aparecida Alencar

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande,
Mato Grosso do Sul, Brasil¹

bia83_12@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-3559-6559>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.1999>

Resumo

O contato com o lúdico ocorre a partir das experiências das crianças com os entretenimentos que, muitas vezes, revelam aspectos culturais que se refletem na norma lexical dos falantes. Considerando a influência que as brincadeiras promovem nos hábitos das pessoas, este estudo busca analisar as denominações para o conceito expresso na pergunta 157/QSL do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 34), examinando dados geolinguísticos de 48 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB no estado de São Paulo (SP) e cidades limítrofes. O trabalho pautou-se em pressupostos teóricos da Dialetologia, Lexicografia, Semântica, Etnolinguística e Antropologia Linguística, buscando demonstrar a inter-relação entre léxico, cultura e história social do estado de São Paulo.

Palavras-chave: norma lexical; estado de São Paulo; estilingue; Projeto ALiB.

Juguetes y diversiones en el estado de São Paulo: designaciones para honda [estilingue] a partir de los datos del Proyecto ALiB

Resumen

El contacto con el lúdico ocurre en las experiencias de los niños con los entretenimientos que, muchas veces, indican rasgos culturales que están reflejados en la norma lexical de los hablantes. Considerando la influencia que los juegos ejercen en las costumbres de un pueblo, este estudio tiene como objetivo analizar las denominaciones para el concepto expresado en la pregunta 157/QSL del Proyecto Atlas Lingüístico de Brasil (ALiB): “el juguete hecho de una horquilla y dos tiras de goma” [“o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha”] (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 34), examinando los datos geolingüísticos de 48 localidades de la red de puntos del Proyecto ALiB en el estado de São Paulo (SP) y ciudades limítrofes. El estudio se basó en los parámetros de la Dialectología, Lexicografía, Semántica, Etnolingüística y Antropología Lingüística con objetivo de demostrar la interrelación entre léxico, cultura y historia social del estado de São Paulo.

Palabras-clave: norma lexical; estado de São Paulo; honda; Proyecto ALiB.

¹ Docente no IFMS e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Salienta-se que o estudo sobre os Jogos e Diversões Infantis integra a pesquisa que está sendo realizada pela autora em nível de Pós-graduação, sendo assim, os dados ainda se encontram em análise.

Considerações iniciais

A importância dos entretenimentos na infância e, conseqüentemente, do lúdico, manifesta-se por meio de jogos e de diversões infantis que, por sua vez, revelam aspectos da cultura de uma comunidade de falantes, refletida na norma lexical desse grupo social. Tomando como referência essa relevância das brincadeiras infantis e sua influência nas relações sociais e no léxico de diferentes segmentos de uma sociedade, este estudo tem como objetivo analisar as denominações para o conceito expresso na pergunta 157/QSL/ALiB “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha?”², documentadas pelos pesquisadores do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) nas 38 localidades da rede de pontos desse projeto situadas no estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil. Além desses, examinam-se também as informações geolinguísticas coletadas em 10 cidades limítrofes localizadas na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul (01), Paraná (03), Minas Gerais (04) e Rio de Janeiro (02), região considerada nesta pesquisa como área de controle (RIBEIRO, 2012)³.

Tendo em vista que as informações analisadas pertencem ao banco de dados do Projeto ALiB, os critérios para a seleção dos informantes do referido projeto são os seguintes: devem ser nascidos e criados na localidade pesquisada e filho de pais nascidos na mesma região linguística. Além disso, são consideradas as seguintes características: i) faixa etária: I (18-30 anos) e II (50-65); ii) sexo: masculino e feminino; iii) escolaridade: Ensino Fundamental completo nas cidades do interior e nas capitais, nestas em que se entrevistam também quatro falantes com Curso Superior completo.⁴ Para este estudo, foram selecionadas e analisadas as gravações do projeto ALiB referentes aos pontos de inquéritos do estado de São Paulo e áreas limítrofes, computando um universo de 196 informantes, sendo quatro de cada cidade situada no interior e oito na capital paulista.

O estudo pautou-se em pressupostos teóricos da Dialetologia e da Lexicologia, ancorando-se também em fundamentos da Semântica, da Etnolinguística e da Antropologia Linguística, com vistas a analisar a inter-relação entre léxico, cultura e história social que singulariza o estado de São Paulo (SP), além de traçar possíveis áreas dialetais reveladas pelo uso das variantes lexicais documentadas como denominação do objeto contemplado pela pergunta selecionada.

Considerando que as brincadeiras estão relacionadas à cultura e aos hábitos de uma população, a pergunta foi eleita devido ao alto número de respostas obtidas na pesquisa e também porque o estilingue ainda é um objeto bastante conhecido pelas pessoas.

Cabe informar que o estilingue tem utilização bastante antiga. Câmara Cascudo (2012, p. 116), por exemplo, ressalta que era “[...] o velho arco de pelouros português, arc-á-balle, Pellet Bow, Tonkugelbogen, vindo do arcus balista romano”. O objeto foi

² Pergunta 157 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), área semântica Jogos e Diversões Infantis (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 34).

³ Ressalte-se que a área considerada de controle busca identificar o comportamento das nomeações nas delimitações geográficas (interestaduais), ou seja, se os limites territoriais influenciam ou não o modo de as pessoas nomearem o objeto em pauta. Considerando a pesquisa de Ribeiro (2012), a área de controle foi adotada neste estudo como conceito, pois sua aplicação foi reformulada.

⁴ Cf. metodologia e demais informações sobre o Projeto ALiB disponíveis no *site* do projeto: www.alib.ufba.br. Acesso em: 20.ago. 2017.

utilizado como um instrumento de defesa pessoal, um armamento. “[...] Passou o nome do projétil à arma que, apenas em 1498, foi retirada do serviço ativo militar da Península Ibérica e pouco antes na França, Itália, Inglaterra. Continuou como arma popular para animais de menor porte e aves” (CÂMARA CASCUDO, 2012, p. 116). No continente americano, também foi usado como arma, segundo se registra em Staden (1930, p. 36), em *Viagem ao Brasil*: “Já o Sr. Langsdorff havia mencionado tal tipo de arco, visto por ele em Santa Catarina, encontramo-lo em todo esse litoral e, no Rio Doce, até os adultos o empregam contra os Botocudos, quando não têm armas de fogo”.

O caráter de objeto de ataque/defesa ainda é salientado por Ortêncio ao afirmar que “estilingue é arma: arma de moleque! Um bom moleque teria de ter o seu estilingue dependurado no pescoço ou no bolso” (ORTÊNCIO, 2004, p. 101).

No Brasil, desde 2005, promulgou-se uma legislação do Inmetro⁵ (Portaria nº 108, de 13 de junho de 2005) que considera como não brinquedo “estilingues, catapultas e arquearia, cujos arcos não tensionados superem a distância de 1,20m” (INMETRO, 2005).

1. Dados examinados

A pergunta “*como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha*” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 34) obteve cinco variantes como resposta, além das denominações únicas, num universo de 231 ocorrências⁶, listadas de acordo com a sua produtividade: *estilingue*, *setra*, *atiradeira*, *bodoque* e *garrote*. Apenas três informantes não forneceram resposta para a questão solicitada.

A seguir, é possível observar, no Gráfico 1, as unidades lexicais documentadas/produtivas e seus respectivos percentuais de ocorrência no conjunto dos pontos de inquéritos do território paulista.

⁵ Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000946.pdf>. Acesso em: 20. ago. 2017.

⁶ Para fins de computação de frequência, as respostas obtidas foram agrupadas segundo critérios fonéticos e por associação. Assim, foram reunidas as seguintes unidades: i) estilingue (istilingue, estelingue, istelingue); ii) bodoque (budogue); iii) atiradeira (tiradeira, tirador, atirador) e iv) setra (seta).

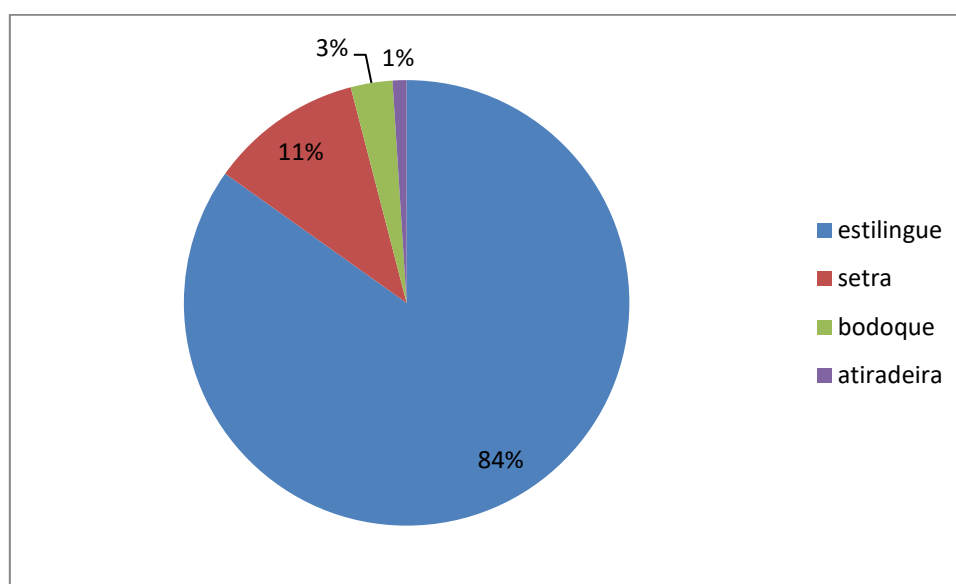


Figura 1 – Denominações para “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha” e respectivo índice de ocorrência no interior de São Paulo

Fonte: Banco de Dados do Projeto ALiB (2017)

Entre as respostas, destaca-se o alto percentual da variante *estilingue* e a proximidade de percentuais a partir da terceira designação mais produtiva⁷. Salienta-se que, apesar de apresentarem pouca diversidade, as nomeações se mostraram significativas ao serem consideradas as questões diatópicas. Por isso, as denominações consideradas válidas foram examinadas de acordo com as dimensões sociais e geográficas, como se pode visualizar na sequência deste texto.

2. Análise geossociolinguística

A análise das respostas fornecidas pelos informantes é apresentada de acordo com a produtividade de cada variante, em ordem decrescente.

2.1 Estilingue

O item lexical *estilingue* foi a denominação com maior número de ocorrências no cômputo geral das respostas fornecidas pelos entrevistados, documentados nas duas faixas etárias investigadas e em todas as localidades selecionadas para este estudo.

Na capital paulista, por exemplo, foi resposta unânime, indicada como única nomeação por todos os entrevistados. Também se verificou esse mesmo comportamento nas seguintes localidades⁸: i) estado de São Paulo: Votuporanga (151), São José do Rio Preto (152), Barretos (153), Franca (154), Araçatuba (156), Ribeirão Preto (157), Lins (158), Ibitinga (159), Mococa (160), Araraquara (163), Teodoro Sampaio (164), Marília

⁷ No Gráfico 1, não foram computadas as outras denominações e a ocorrência de *garrote*, pois trata-se de resposta única no estado de São Paulo.

⁸ A numeração indicada entre parênteses refere-se ao número da localidade na rede de pontos do Projeto ALiB.

(166), Bauru (167), Mogi Mirim (168), Assis (169), Bernardino de Campos (170), Botucatu (171), Campinas (173), Itanhaém (183) e Santos (184); ii) área de controle: Paranaíba/MS (114), Campina Verde/MG (137), Itajubá/MG (149) e Barra Mansa/RJ (205).

Essa presença de *estilingue* demonstra sua disseminação em todo o estado de São Paulo, situação que ultrapassa a variação diatópica e se estende às variáveis sociais, pois essa variante foi bastante produtiva nas duas faixas etárias⁹ e sexos, atingindo os seguintes percentuais: i) faixa etária I (homem): 26%; ii) faixa etária I (mulher): 24%; iii) faixa etária II (homem): 25% e iv) faixa etária II (mulher): 25%. A pequena diferença entre os percentuais de produtividade desse item lexical entre homens e mulheres das duas faixas etárias demonstra que *estilingue* integra a norma lexical do grupo investigado. A seguir, examina-se a disposição dos dados referentes à unidade léxica *setra*.

2.2 Setra/seta

A variante lexical *setra* foi a segunda denominação mais produtiva, sendo registrada nas localidades paulistas de Bragança Paulista (174), Taubaté (175), Itapetininga (177), Sorocaba (178), Itararé (181), Capão Bonito (182), Ribeira (185) e Registro (186). Já em relação à área de controle, ocorreu apenas no estado do Paraná, em Tomazina (211) e Adrianópolis (216), fornecida por todos os informantes de ambas as localidades.

Os dados apontam para uma possibilidade de demarcação dialetal a partir do uso de *setra* em algumas localidades paulistas: Itararé (181); Itapetininga (177); Sorocaba (178), por exemplo, estavam situadas no caminho percorrido pelos tropeiros em São Paulo nos séculos XVIII e XIX.

A Figura 2, a seguir, contém um mapa do caminho das tropas que se deslocavam do Sul para o Sudeste do Brasil. O exame desses roteiros demonstra que o uso da variante *setra* coincide com os municípios de chegada dessas missões, nas localidades de: Itapeva e Sorocaba, indicadas pelos números 39 e 40, respectivamente.

⁹ Recuperam-se as idades pertencentes às faixas etárias assinaladas: I (18-30 anos) e II (50-65 anos).



Figura 2. Imagem das rotas dos tropeiros ligando o Sul ao Sudeste brasileiro

Fonte: Paixão Côrtes (2000, p. 52)

Acredita-se que a ocorrência de *setra* nessas localidades paulistas possa ter sido influenciada pelo falar dos habitantes da região Sul do Brasil, já que as tropas iniciavam sua trajetória, pelo território do Rio Grande do Sul e seguiam pelos estados sulistas até chegar a SP, afirmação corroborada por outros elementos, a seguir apresentados:

- i) A indicação em Houaiss; Villar (2009): “setra s.f. Lud SC”, referindo-se à utilização dessa variante em Santa Catarina;
- ii) A representação de *setra* no Atlas Linguístico do Paraná¹⁰ – carta 86 (AGUILERA, 1994), como a segunda variante mais produtiva, com percentual de ocorrência menor apenas em relação a *estilingue*.

¹⁰ *Setra* está indicada como o círculo branco com contorno azul.

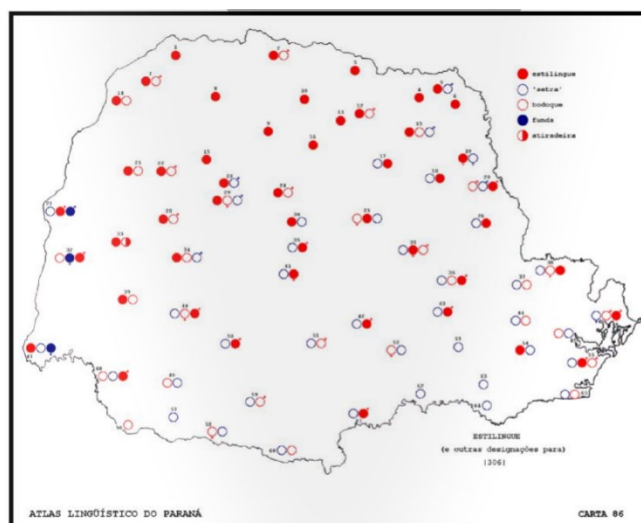


Figura 3. Carta 86 estilingue – ALPR

Fonte: Aguilera (1994)

iii) O registro de *setra* na Carta L19d do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO et al., 2014, p. 287), referente aos dados das capitais da região Sul, como a mais produtiva, seguida por pequena diferença de *estilingue* em Curitiba/PR.



Figura 4. Carta L 19d – Região Sul

Fonte: Cardoso et al. (2014, p. 287)

Ainda em se tratando da variante lexical *setra* e considerando-se as variáveis sociais, é preciso pontuar que alguns informantes classificam essa variante como antiga, como se pode confirmar pelo excerto a seguir:

(01) INQ¹¹. “E o setra, quem que usava?/INF.- Setra é mais antigo, né, era setra. Eu falo estilingue./ INQ.- E você falava quando criança?/INF.- Não, sempre foi estilingue, só que os meus vô falava setra” (Ponto 185 - Ribeira/Informante 01).

¹¹ As abreviações INQ e INF indicam, respectivamente, a fala do inquiridor (INQ) e a do informante (INF).

Corroborando a assertiva dos informantes, destaca-se que 65,39% dos registros de *setra* ocorrem entre informantes idosos, como é possível verificar na Figura 5:

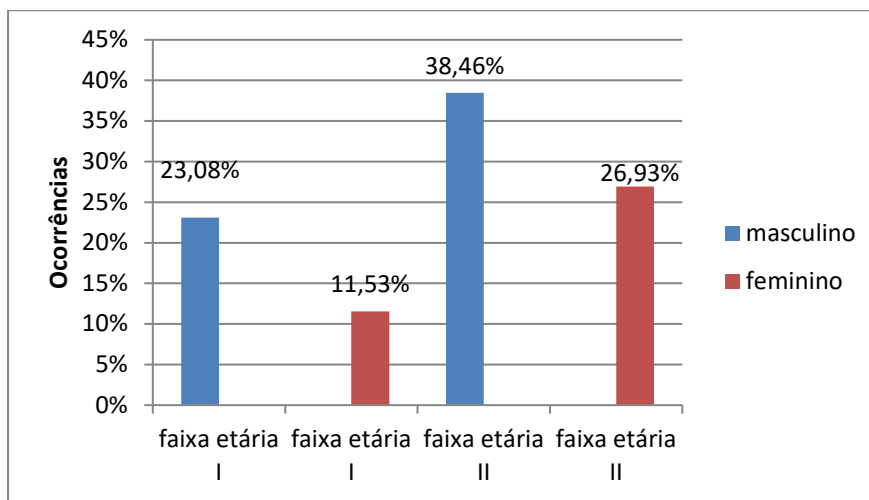


Figura 5. Realização de *setra* considerando as dimensões diasssexual e diageracional

Fonte: Banco de Dados do Projeto ALiB (2017)

Em relação à área de controle, *setra* não foi obtida nos inquéritos referentes aos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, bem como na localidade paranaense de Nova Londrina (ponto 207). Em continuação, discutem-se os dados referentes à unidade lexical *bodoque*.

2.3 Bodoque

Bodoque corresponde a menos de 5% das respostas fornecidas, tendo sido registrada apenas em algumas localidades do interior paulista: Adamantina (162), Cananéia (187), Piracicaba (172), Presidente Prudente (165), Guaratinguetá (176) e Jales (150). Na área de controle, foi documentado em: Nova Londrina (207) e Poços de Caldas (147).

Em relação à dimensão social, *bodoque* está presente, majoritariamente, na fala dos mais velhos e dos informantes do sexo masculino. Manifestando-se sobre sua preferência pela unidade léxica *bodoque*, a informante feminina de faixa etária II de Presidente Prudente (165) assim se posiciona:

(03) “INF.- Ai tem outro nome, mas agora num tô lembrada./INF.- Bodoque que eles fala. Os antigo¹².” (Informante do sexo feminino, faixa etária II).

¹² A variante *bodoque* não foi validada como resposta desse informante em virtude de ele ter se reportado à fala dos “antigos”.

2.4 Atiradeira

Conforme os dados obtidos, essa variante corresponde a um percentual inferior a 5% das respostas indicadas pelos informantes, sendo documentada em duas localidades do interior de São Paulo, Ribeira¹³ (185) e Presidente Epitácio (161) com uma ocorrência. Na área de controle, foi registrada nas cidades de Poços de Caldas/MG (147), com uma ocorrência, e Parati/RJ (206), com três registros.

Com uma produtividade de aproximadamente 60% das respostas obtidas em Parati/RJ, deduz-se que sua documentação dialoga com os dados cartografados da capital carioca. Ao considerar a carta L19c do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO et al., 2014, p. 286), por exemplo, vê-se que a denominação *atiradeira* se destaca como a resposta mais produtiva na capital fluminense, com mais de 60% de ocorrência, seguida de *estilingue*, como se observa na Figura 6:



Figura 6. Carta L 19c – estilingue – Região Sudeste

Fonte: Cardoso et al. (2014, p. 286)

No que diz respeito à capital mineira, as respostas fornecidas por seus informantes foram: *estilingue* e *badogue* (CARDOSO et al., 2014, p. 286), designações que diferem da resposta obtida em Poços de Caldas/MG (147), analisada por este estudo, em que se registrou apenas uma ocorrência de *setra*.

A carta 43 do *Esboço* do Atlas Linguístico de Minas Gerais (RIBEIRO et al., 1977), por sua vez, registra a relevante produtividade de *atiradeira* em região próxima ao Rio de Janeiro (região da Mata).

¹³ Cabe informar que Ribeira/SP está localizada próxima à fronteira estadual com o Paraná.

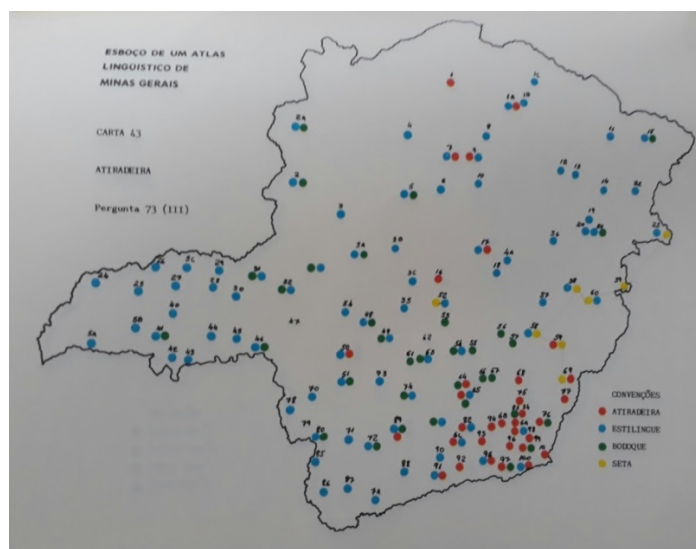


Figura 7. Carta 43 - atiradeira – EALMG

Fonte: Ribeiro *et al.* (1977)

A análise de *atiradeira*, segundo as dimensões diasssexual e diageracional, demonstra maior produtividade dessa variante entre os idosos, pois foi a unidade léxica mais produtiva entre os informantes da faixa etária II, com mais de 85% de ocorrências, e também é mais utilizada pelos informantes do sexo feminino.

Haja vista os percentuais expressos, que revelam que *atiradeira* teve a preferência dos falantes da faixa etária II (considerando o universo deste estudo), e seu registro em apenas dois pontos de inquérito no estado de São Paulo, a variante configura-se como uma forma de pouco uso no falar paulista. No próximo tópico, são discutidos os dados referentes à unidade lexical *garrote*.

2.5 Garrote

Apenas dois informantes forneceram essa variante como nome para o objeto comumente conhecido como *estilingue*. Essas ocorrências foram registradas em Caraguatatuba/SP (180) e em Passos/MG (140), distantes entre si. Ademais, tendo em vista também as dimensões sexual e etária, observou-se que não há uniformidade entre essas variáveis, posto que as respostas foram fornecidas por informantes com perfis distintos: homem, faixa etária I (Passos/140) e mulher, faixa etária II (Caraguatatuba/180).

2.6 Outras denominações

Como outras denominações, foram obtidas as variantes *caça-passarinho*, mencionada apenas pelo informante do sexo feminino, faixa etária I, de Bragança Paulista (174) e *funda*, citada pelo informante do sexo masculino, faixa etária I, de Registro (ponto 186)¹⁴.

¹⁴ Ainda se registrou as ocorrências de *pelotia*, *passarinha*.

3. Análise léxico-semântica

Para subsidiar a análise léxico-semântica das denominações obtidas, foram consultados dicionários de Língua Portuguesa. São eles: i) gerais antigos: Silva Pinto (1832), Figueiredo (1899) e Freire (1940); ii) gerais contemporâneos: Houaiss (2002), Borba (2004), Aulete (2006), Ferreira (2010), além de um iii) etimológico: Cunha (1986)¹⁵.

Além de dicionários de língua, foram ainda utilizadas como fontes algumas obras que versam sobre o folclore brasileiro, como: o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (CÂMARA CASCUDO, 2012) e a *Cartilha do Folclore Brasileiro* (ORTÊNCIO, 2004), com o objetivo de serem consultadas informações complementares sobre as denominações analisadas.

Após a consulta aos materiais especificados, notou-se que algumas das unidades léxicas em análise ou não estão dicionarizadas ou estão com acepção distinta da contemplada pela pergunta 157 (QSL/ALIB). A seguir, no Quadro 1, são apresentadas designações que contemplam a descrição solicitada na pergunta ou possuem traços comuns ao objeto em questão.

Quadro 1.¹⁶ Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam “o brinquedo feito de uma forquilha e de duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 34)

	Silva Pinto (1832)	Figueiredo (1899)	Freire (1940)
Atiradeira			
Bodoque	X	X	X
Caça-passarinho			
Estilingue		X	X
Garrote			
Setra ¹⁷	X	X	X

Fonte: Elaboração própria

Comparando-se os Quadros 1 e 2 (a seguir), nota-se que os dicionários contemporâneos ampliam os registros de variantes para o referente em causa, em relação aos mais antigos.

¹⁵ Esses materiais foram escolhidos por representarem dicionários mais antigos e/ou acessíveis de modo digital, que registram a antiguidade da unidade léxica, obras contemporâneas, por serem representativas no mercado editorial brasileiro e acessíveis na atualidade, além dos repertórios lexicográficos etimológicos, com o objetivo de verificar a possível origem das nomeações obtidas.

¹⁶ Todos os quadros foram elaborados pela autora do texto com base nos dados registrados nos dicionários consultados.

¹⁷ As entradas foram grafadas de forma diversa, como é o caso de *setta* registrada em Silva Pinto (1832).

Quadro 2. Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam “as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar” em obras lexicográficas contemporâneas

Dicionários gerais contemporâneos				
Nome	Houaiss (2002)	Borba (2004)	Aulete (2006)	Ferreira (2010)
Atiradeira	X	X	X	X
Bodoque	X	X	X	X
Caça-passarinho				
Garrote	X	X	X	X
Estilingue	X	X	X	X
Setra	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria

Cunha (1986) registra *bodoque*, *estilingue*, *garrote* e *seta*. Já no que tange às obras que tratam do folclore, há a menção das unidades léxicas *atiradeira*, *bodoque*, *estilingue* no *Dicionário do Folclore Brasileiro* (CÂMARA CASCUDO, 2012) e de *bodoque* e *estilingue* na *Cartilha do Folclore Brasileiro* (ORTÊNCIO, 2004).

Informa-se que duas unidades léxicas diferem-se das demais, porém se relacionam de algum modo com o objeto em estudo: *caça-passarinho* e *garrote*. A primeira não está dicionarizada e a segunda não possui acepção coincidente com o solicitado pela questão 157 (QSL/ALiB). No caso da primeira, julga-se que o informante tenha relacionado o objeto com a função que lhe é atribuída, mas no caso de *garrote*, supõe-se que tenha sido indicada por associação do item com uma das partes que o compõem, no caso, a borracha. Isso porque, segundo Aulete (2006), *garrote* designa: “4. Torniquete us. para estancar hemorragia, como medida de urgência, ou para tornar saliente veia que receberá medicação ou de que se retirará sangue para exame: ‘[...] estendeu o braço ao garrote e à agulha...’ (Antônio Callado, Bar Don Juan.)”.

Na sequência, as unidades léxicas produtivas como resposta são focalizadas em termos de dicionarização, iniciando-se sua apresentação pelas obras mais antigas.

A unidade lexical *estilingue*, por exemplo, foi registrada em dois dicionários antigos consultados: Figueiredo (1899) e Freire (1940). No primeiro, é definida como: “m. Bras. Arma de arremesso, bodoque para caçar pássaros. Espécie de funda de elástico”, enquanto no segundo recebe a acepção de “s. m¹⁸. Arma de arremesso destinada a matar passarinhos”.

Já a dicionarização de *bodoque* e *setra* pode ser visualizada no Quadro 3:

¹⁸ Constam duas grafias: *estilingue* e *estilingue*.

Quadro 3. Dicionarização das unidades léxicas *bodoque* e *setra* em dicionários gerais antigos¹⁹

Dicionários	Acepção	
	Bodoque	Setra
Silva Pinto (1832)	“Bodoque: s.m. Arco com duas cordas e huma rede para atirar com balas de barro”.	“Setta: s.f. Haste com ponta lisa, ou farpada, que se dispara com arco. O ponteiro do relógio, consertação, que confina com a Via Láctea”.
Figueiredo (1899)	“m. Ant. Bola de barro, que se atirava com besta. Bras. Arco, para atirar frechas ou bolas de barro. Funda de elástico, com que brincam crianças; estilingue. (Ár. bondoque)”.	“f. Haste de madeira, armada com ferro, a qual se atira por meio de um arco ou besta; frecha. Ponteiro, que indica as horas nos relógios. Sinal, em forma de seta, que mostra a direcção em que se podem mover os ponteiros do relógio, quando é preciso alterar-lhes a posição. Planta alismácea. Constelação, junto da Via Láctea. Fig. Violência de um acto ou de um sentimento. Dito satírico. Veter. Rodopelo, junto da base da cauda dos cavalos (Cast. saeta, do lat. Sagitta)”.
Freire (1940)	“s.m. Ár. bondok. Arco com duas cordas e uma rêde ou couro no meio da qual se põe a bola de barro, pedra ou chumbo, com que se atira. 2. Ant. bola de barro ou chumbo com que se atirava com a besta”.	“s.f. Cast, saet, do lat. Sagitta. Frecha que serve para ser atirada por meio do arco. 2. Objeto que tem a forma de uma flecha. 3. O ponteiro que marca as horas nos relógios. 4. Palavra ou dito que fere a suscetibilidade de outrem, que afeta a alma ou que a impressiona. 5. A fôrça ou violência de um sentimento, de uma paixão. 6. Astron. Constelação próxima da Via Láctea. 7. Bot. Planta da família das alismáceas, também chamada flecha (Sagittaria sagittifolia). 8. Um dos nomes da atiradeira; peteca”.

Atiradeira, por seu turno, não está documentada nos dicionários do século XVIII e XIX como verbete. Em relação aos dicionários contemporâneos, nos Quadros 4 e 5 são elencadas as aceções atribuídas às quatro unidades léxicas analisadas segundo Houaiss e Villar (2009) e Ferreira (2010).

Quadro 4. Dicionarização das unidades léxicas obtidas em Houaiss e Villar (2009)

Nome	Acepção
Atiradeira	“s.f. (1939) LUD B arma ou brinquedo infantil pra arrojear pedras ou objetos afins, de dimensões reduzidas, que consiste numa funda de material elástico, ger. borracha, presa às extremidades da bifurcação de uma pequena forquilha de madeira, plástico ou metal ETIM rad. do part. Atirado+-eira SIN/VAR badogue, badoque, baladeira, baleeira, beca, bodoque, estilingue, funda, peteca, seta, setra”.
Bodoque	“s.m. (1712) 1. ant. pelota de argila cozida que se arremessava com certo tipo de besta. 2.p.ext.ant. besta us. para arremessá-la. 3. B m.q. atiradeira. 4. ETIM gr. Pontikón (káruon), ‘(noz) pônica, através do ár. Bunduq ‘noz, avelã, bolota, bala de pedra ou barro para espingarda ou atiradeira’. SIN/VAR badogue (acp. 3), badoque; ver tb. Sinonímia de atiradeira”.
Estilingue	“s.m (a1928) B arma de arremesso constituída de uma forquilha provida de um par de elásticos presos a uma lingueta de couro, com que se lançam pedras para matar pássaros, atiradeira, bodoque. ETIM orig. obsc.”
Setra	“setra s.f. Lud SC infm.m.q. ATIRADEIRA. ETIM prov. alt. de 'seta”.

Fonte: Elaboração própria

¹⁹ Século XVIII e XIX.

Quadro 5. Dicionarização das unidades léxicas obtidas em Ferreira (2010)

Nome	Acepção
Atiradeira	“[Fem de atirador] S.f Bras Forquilha de madeira ou de metal, munida de elástico, com que se atiram pequenas pedras, e usada geralmente por crianças para matar passarinho. [Sin. (em vários pontos do Brasil): baladeira, beca, bodoque, badoque ou badoque, estilingue, funda, peteca, seta, setra]”.
Bodoque	“[Do gr. pontikón i.e, pontikón káryon, ‘noz do Ponto. Avelã’ atr. De avelã.] S.m. 1 Bras. Arco para atirar bolas de barro endurecidas ao fogo, pedrinhas, etc. 2. Qualquer dessas bolas. 3. Bras. Ver atiradeira”.
Estilingue	“Forquilha de madeira ou metal munida de elástico com que se atiram pequenas pedras”.
Setra	“[Do lat. sagitta pelo arc. saeta, saeta]. S.f 1 Haste de madeira, guarnecida de uma ponta de ferro, e que se arremessa por meio de um arco ou besta; flecha. 2. Sinal em forma de seta (1) indicativo de direção. 3. Ponteiro de relógio. 4. Qualquer pelo delgado e longo. 5. Fig. O que se desloca com muita velocidade, rapidez. 6. Fig. Palavra ou dito que fere a suscetibilidade ou a honra de outrem: as setas da calúnia. 7. Dito sarcástico: Seguro de si, respondeu com uma seta à provocação dos presentes. 8. Aquilo que tem efeito penetrante: Irado, seus olhos eram duas setas. 9. Astr. Constelação boreal de pequena área, ao S. da Raposa e ao N. do Delfim e da Águia. 10. Bras. V. atiradeira”.

Fonte: Elaboração própria

O conteúdo dos Quadros 4 e 5 demonstra que as unidades léxicas *estilingue*, *setra*, *atiradeira* e *bodoque* estão dicionarizadas em obras lexicográficas contemporâneas com a mesma acepção expressa na pergunta 157 (QSL/ALiB): *o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho*.

O estudo realizado demonstrou que o informante, quando questionado sobre o nome do “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”, teve pouca dificuldade em nomear o conceito expresso, uma vez que apenas três deles não souberam responder. Além disso, a pouca diversidade de respostas confirma a tendência de desaparecimento ou desuso do brinquedo na contemporaneidade, agravado pela urbanização e também pelo aspecto danoso de seus resultados destacado por entidades de proteção aos animais.

Em relação às formas mais produtivas, cabe destacar o predomínio de *estilingue* na área de pesquisa, resposta coincidente com os dados nacionais expressos na carta L19 do ALiB (CARDOSO et al., 2014, p. 286). Os itens lexicais *setra*, *bodoque*, *atiradeira* também foram cartografados no volume 2 do ALiB, porém, apenas *badogue* figurou na capital de São Paulo²⁰. Isso demonstra que nenhuma das quatro variantes lexicais mais produtivas indica inovação, se comparados os dados ora em análise àqueles das capitais brasileiras, sobretudo as da região Sudeste, a carta L19c do Atlas Linguístico do Brasil.

A seguir, apresentamos informações fornecidas pelos informantes acerca do uso das variantes em exame:

1º) Os dados confirmam consenso quanto ao uso de *estilingue* pela maioria dos informantes das localidades analisadas.

Já as demais variantes despertaram olhares distintos dos falantes:

²⁰ Cabe registrar que *badogue* foi cartografada nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste; *atiradeira* nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste e *seta* nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

i) A variante *bodoque*: é usada segundo o informante da capital no interior do estado:

(04) INF. Estilingue, bodoque./ INQ: Isso. Qual que é o mais comum aqui?/INF.: Aqui é estilingue./INQ.: E quando, quando é que o senhor ouviu bodoque?/INF: Ah.. É no interiô que fala budogue, né? Aqui é mais estilingue. / (Ponto 179/Informante 03)

ii) A unidade lexical *bodoque* é usada por pessoas de outras regiões do Brasil, segundo o informante do interior de São Paulo:

(05) INQ. Quem que fala bodoque aqui?/ INF.- Aqui no estado de São Paulo é istilingue, agora... tem outras região que eles fala bodoque (Ponto 165/Informante 03).

iii) As unidades *bodoque* e *setra* são consideradas por determinados entrevistados como formas antigas. Soma-se à *setra* a informação de ser própria da zona rural.

(06) INF. Bodoque que eles fala. Os antigo./ (Ponto 165/Informante 04).

(07) INF. Antigamente, mais eu conhecia, por setra, falava: pega uma setra, eu sabia o que era, depois quando fui crescenço, fui mudano, falano istilingue, istilingue fui vê era a mesma coisa, né, a setra com o estilingue era a mesma coisa./ INQ.- E quem falava setra ?/ INF.-. Ah, no sítio, geralmente, a gente usava mais setra, qualquer coisa que queria pra tirá uma pedra, né, então fala: pega... pra panhá manga mesmo: pega setra (risos) a pedrinha e acerta na manga, então, depois que começô, istilingue, istilingue, né. Em venda, começô, ai, saiu em venda pra sê vendido, então era esteilingue. A gente no sítio falava muito setra (Ponto 178/Informante 04).

iii) Além das unidades lexicais documentadas como respostas para a pergunta em foco, um dos entrevistados mencionou *funda* como sinônimo de *estilingue*.

(08) INF.- Estilingue e... como que é...? O pessoal fala tamém como *funda* né? (Ponto 186/Informante 01).

Considerações finais

Neste estudo, buscamos analisar, com base na questão investigada, as relações existentes entre o léxico, a cultura e a história social do estado de São Paulo, verificando ainda possíveis áreas dialetais que apresentassem semelhança quanto ao uso das denominações para o conceito solicitado.

De acordo com o exposto, destaca-se que *estilingue* foi a resposta mais produtiva em São Paulo, disseminando-se para todas as localidades investigadas e considerada por alguns informantes como uma nomeação mais moderna.

Quanto à *setra*, demonstrou-se que essa resposta está presente apenas em algumas localidades do interior paulista e paranaense (área de controle). Avalia-se que a denominação possa ter ocorrido como uma influência sulista em São Paulo, tendo em vista os municípios em que ocorreu, sobretudo considerando fatos históricos de caráter estadual/nacional (Rota dos Tropeiros), que vinculam a história social de São Paulo aos estados do Sul. Por isso, julga-se a unidade lexical *setra* como marca de conservadorismo na linguagem, avaliação amparada em dados já cartografados em Atlas Linguísticos (Paraná e Brasil – capitais). Ademais, considerando o ALPR²¹ (1994) e comentários de informantes, é possível observar que *setra* ocorre com maior frequência entre a faixa etária II.

²¹ As coletas de dados do ALPR são datadas da década de 1980.

Quanto às denominações *bodoque* e *atiradeira*, afirma-se que não há proximidade geográfica entre as localidades que apresentam essas unidades léxicas. Ao considerar a primeira, pontua-se que duas localidades em que ela se registrou encontram-se próximas à fronteira com Minas Gerais, porém em regiões diferentes do Estado. Ambas são identificadas pelos próprios informantes como antigas. Por sua vez, *atiradeira* figura no Rio de Janeiro (capital) e nos registros do EALMG (RIBEIRO et al., 1977) na Região da Mata, próxima aos cariocas.

Para a conclusão da análise, pontua-se que, nos processos de nomeação do referente analisado, há uma indissociável relação entre o léxico e a sociedade, já que “o léxico da língua é o que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p. 45). Esse fato, conseqüentemente, faz com que o ser humano seja influenciado direta ou indiretamente por seus deslocamentos, ao levar também suas palavras aos locais em que fixa moradia. Por isso, o léxico é tão notável e traz elementos que culminam em revelar a relação entre o homem e o ambiente e, conseqüentemente, os espaços em que nasceu e vive ou acaba por habitar permanentemente.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. dos S. *Aulete Digital: Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. Lexikon Editora Digital, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://auletedigital.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CARDOSO, S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Cartas Linguísticas. v. 2. Londrina: EDUEL, 2014.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Editora Global, 2012.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. 2. ed. Londrina: EdUEL, 2001.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1899.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. v. IV. Rio de Janeiro: A noite Editora, 1940.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INMETRO. *Regulamento Técnico Mercosul sobre segurança em brinquedos* – Portaria 108 de 13 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000946.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ORTÊNCIO, B. *Cartilha do Folclore Brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

PAIXÃO CÔRTEZ, J. C. *Danças Birivas do Tropeirismo Gaúcho*. Porto Alegre: CORAG, 2000.

RIBEIRO, S. S. C. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do Falar Baiano*. 2012. 752 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Acadêmica, 1969.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*: versão do texto de Marburgo de 1557 de Alberto Löfgren, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Tradução de Alberto Löfgren. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira II / História, 1930. Disponível em: <<https://tendimag.files.wordpress.com/2012/12/hans-staden-viagem-ao-brasil-1930.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Recebido em: 22/09/2017

Aprovado em: 19/02/2018

Ferramentas metodológicas para análises (sócio)linguísticas

Rosane de Andrade Berlinck

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

berlinck@fclar.unesp.br

<http://orcid.org/0000-0003-3420-5541>

Caroline Carnielli Biazolli

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

caroline.biazolli@fclar.unesp.br

<http://orcid.org/0000-0002-8578-8102>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v47i1.2047>

Resumo

Uma das etapas mais relevantes em toda pesquisa científica é a escolha do aporte metodológico que viabilizará a sua realização. Essa escolha depende, naturalmente, do objeto de estudo e da abordagem teórica adotada. Muitos modelos teóricos vigentes nos estudos linguísticos investem em análises empíricas, enfrentando os desafios gerados pela manipulação de grandes volumes de dados. Em relação aos estudos (sócio)linguísticos, a metodologia da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas se destaca pela centralidade que atribui à obtenção, análise e interpretação de dados. Objetivamos, neste artigo, apresentar as ferramentas metodológicas computacionais AntConc, Excel e Goldvarb X, que auxiliam no cumprimento de todas as etapas fundamentais para a concretização de estudos da variação e mudança linguísticas.

Palavras-chave: ferramentas metodológicas; variação e mudança linguísticas.

Methodological tools for (socio)linguistic analysis

Abstract

One of the most relevant steps in any scientific research is the choice of the methodological basis that will enable its realization. This choice depends, of course, on the object of study and on the theoretical approach adopted. Many theoretical models in linguistic studies invest in empirical analysis, facing the challenges generated by the manipulation of large volumes of data. Concerning (socio)linguistic studies, the methodology of the *Theory of Linguistic Variation and Change* stands out for the centrality attributed to obtaining, analyzing and interpreting data. In this paper, we present the computational methodological tools AntConc, Excel and Goldvarb X, which help in accomplishing all the fundamental steps for the study of linguistic variation and change.

Keywords: methodological tools; variation and change.

Introdução

Diante de vários caminhos viáveis para o desenvolvimento de investigações linguísticas, não é novidade a extrema importância de se tomar decisões adequadas quanto ao modelo metodológico a ser adotado e, feita essa escolha, de buscar o melhor caminho e os melhores recursos para executá-lo. Essa tarefa se mostra ainda mais desafiadora quando a pesquisa lida com grandes volumes de dados, característica inerente aos estudos variacionistas. Esses estudos envolvem a coleta, a organização e a análise/interpretação

de dados reais em amostras representativas da língua em uso, seja numa perspectiva sincrônica ou diacrônica.

Neste artigo, propomos apresentar ferramentas computacionais que permitem tornar esses estágios da pesquisa mais ágeis e precisos, possibilitando que o investigador disponha de mais tempo para se dedicar ao entendimento fidedigno da heterogeneidade constitutiva das línguas humanas.

Para tal, este texto está organizado em três seções. A primeira trata brevemente dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 1982, 1994, 2001, 2003, 2006[1966], 2008[1972], 2010), com destaque para a visão sociointeracionista da língua e o porquê dessa teoria priorizar um modelo de análise que opera com a quantificação de dados. Na sequência, apresentamos três ferramentas metodológicas – AntConc, Excel e Goldvarb X –, relacionadas, nesta devida ordem, às etapas de extração, organização e análise quantitativa. Por último, tecemos considerações finais, ressaltando positivamente a preocupação do pesquisador em investir na busca de novos conhecimentos para qualificar seus estudos.

Pressupostos teórico-metodológicos

No campo dos estudos da linguagem, talvez mais do que em outros domínios de estudo, o objeto é dado a partir da posição teórica adotada. Assim, cada modelo teórico pressupõe uma certa concepção de língua. Dentre as várias existentes, a Teoria da Variação e da Mudança Linguísticas concebe o seu objeto de estudo, a língua falada ou escrita, em seu contexto social real, tratando a variabilidade como algo intrínseco à linguagem humana e a caracterizando como regular e sistemática. Naturalmente, diferentes concepções teóricas têm implicações diretas nas escolhas metodológicas. Em seguida, exploramos essas duas ideias: a língua como entidade heterogênea e a necessidade de análises quantitativas de dados para apreender a sistematicidade subjacente a essa heterogeneidade.

Visão sociointeracionista da língua

A visão sociointeracionista da língua a concebe como um fenômeno “encorpado”. Por “encorpado” entendemos, seguindo Marcuschi (2008), a articulação de aspectos sistemáticos (forma) e o funcionamento social, cognitivo e histórico que definem a língua.

Dentro dessa visão, a noção de heterogeneidade abrange três níveis distintos e interdependentes: a heterogeneidade do sistema linguístico, a heterogeneidade na comunidade linguística e a heterogeneidade de estilos.

Em relação ao primeiro nível de heterogeneidade, o modelo variacionista se distingue de outras abordagens por entender que o sistema linguístico não opera apenas com regras categóricas ou regras opcionais, mas inclui regras variáveis motivadas tanto por fatores linguísticos como extralinguísticos (LABOV, 2003, 2008[1972]).

No nível da comunidade, a heterogeneidade inerente ao sistema se materializa refletindo aspectos sócio-históricos e culturais dos grupos (distinções de classe social, papéis sociais de gênero, idade, etnia e origem geográfica). É pelo fato de a comunidade ser um espaço social heterogêneo que a variação também acontece em uma dimensão

entre falantes,¹ enquanto elementos representativos/constitutivos desses grupos. Essa dimensão também pode ser denominada “interfalante”. Formas linguísticas variantes típicas de certos grupos podem ser convencionalmente associadas a esses segmentos como marcas identitárias. Os valores (significados) atribuídos às formas são postos em evidência quando da escolha de uma ou outra variante pelos usuários da língua.

O terceiro nível, o da heterogeneidade de estilos, situa-se na instância do falante, que, a depender da situação comunicativa da qual participa, opta por diferentes variantes linguísticas. Nesse nível, deve ser mensurado o efeito das características situacionais que condicionam o contexto comunicativo: onde o falante se encontra, com quem fala, por que fala, sobre o que fala. A essa dimensão nomeia-se “intrafalante”.

Uma das preocupações do modelo teórico aqui discutido é definir estratégias para analisar a diversidade linguística proveniente dessas três heterogeneidades, características de toda língua. Em função da natureza dessas diferenças, uma compreensão integral dos resultados necessariamente conjuga um enfoque qualitativo e quantitativo, tendo sido esse último um dos diferenciais da proposta metodológica variacionista.

Por que análises quantitativas?

A necessidade de analisar quantitativamente os fenômenos linguísticos variáveis emerge da constatação, como já mencionado, de que não é possível chegar a uma descrição plena da língua em termos categóricos. Para Chambers (1995), a variável é variante, contínua e quantitativa. Segundo ele,

Ela é variante no sentido de que é realizada diferentemente em diferentes ocasiões. É contínua no sentido de que certas variantes, tais como as gradações vocálicas para (eh) [...], assumem significância social dependendo de sua distância fonética em relação à variante padrão, ou, como no caso das variantes de (r), do quão diferentes são foneticamente da variante padrão. É quantitativa no sentido de que a sua significância não é meramente determinada pela presença ou ausência de suas variantes, mas por sua frequência relativa. (CHAMBERS, 2003, p. 26, tradução nossa)².

Assim, para estudarmos a variação, torna-se imprescindível medir o quão diferentes e o quão iguais são os usos linguísticos dentro da comunidade (MENDES, 2010). Essa análise quantitativa permite aferir os três níveis de heterogeneidade – do sistema, na comunidade e de estilos –, discutidos na subseção anterior.

¹ Neste texto, usamos o termo “falante” para englobar todo e qualquer enunciatador. Isto é, alguém que produza um texto, seja falado ou escrito.

² “It is variant in the sense that it is realized differently on different occasions. It is continuous in the sense that certain variants, such as the vowel gradations for (eh) [...], take on social significance depending upon their phonetic distance from the standard variant, or, as with the variants for (r), their phonetic differentness from the standard variant. It is quantitative in the sense that its significance is not determined merely by the presence or absence of its variants but by their relative frequency.”

Ferramentas metodológicas: otimizando a análise da variação

Nesta seção, apresentamos as três ferramentas computacionais – AntConc, Excel e Goldvarb X –, explorando em cada uma delas os recursos que podem auxiliar no cumprimento de todas as etapas fundamentais para a concretização de estudos da variação e mudança linguísticas.

Uso do AntConc na extração de dados variáveis

O AntConc é um concordanciador, um programa computacional de uso livre, criado por Laurence Anthony, linguista e professor na University of Waseda, Japão (<http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>). Um concordanciador permite listar as ocorrências de uma determinada palavra ou frase em uma quantidade definida de contextos. De forma geral, também executa outras funções, como listar palavras de um texto ou *corpus*, extrair palavras-chave e colocados.³

Os recursos que compõem o AntConc são: *Concordance*; *Concordance Plot*; *File View*; *Clusters/N-Grams*; *Collocates*; *Word List* e *Keyword List*.

Conforme o Quadro 1, apresentamos um roteiro de utilização de alguns deles – *Word List*, *Concordance* e *File View* –, os quais simplificam e dinamizam a etapa de coleta de dados. O *Word List* mostra todas as palavras do *corpus* e as apresenta em uma lista ordenada. Isso permite que descubramos rapidamente quais palavras são as mais frequentes em um *corpus* e, em especial, se o fenômeno de interesse do pesquisador aparece nele. O *Concordance* apresenta o termo pesquisado e as linhas de concordância, ou seja, os fragmentos textuais em que o termo ocorre. O *File View* evidencia o termo pesquisado em um contexto estendido, já que ele aparece no texto específico que o comporta.

Quadro 1. Passo a passo para a utilização do AntConc

I)	PREPARAÇÃO PARA CARREGAR UM OU MAIS TEXTOS NO PROGRAMA:
1.	Prepare um arquivo de dados (= texto(s) que será(ão) analisado(s)) em formato <i>Word</i> .
2.	Salve-o em formato .txt (<i>Texto sem Formatação</i>) e na codificação de texto <i>Unicode (UTF-8)</i> .
II)	SELECIONANDO O(S) TEXTO(S) PARA A ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE DADOS:
1.	Clique em <i>Open File(s)...</i> e selecione um ou vários arquivos em seu computador. - Para selecionar vários arquivos, mantenha a tecla “Ctrl” pressionada e, então, clique nos arquivos que quiser.
OU	
2.	Clique em <i>Open Dir...</i> para abrir todos os arquivos .txt de um diretório (pasta).
3.	Verifique o número de arquivos selecionados.
III)	INICIANDO A ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE DADOS:
1.	Clique na aba <i>Word List</i> .
2.	Clique em <i>Start</i> e a lista de palavras em ordem de frequência será gerada.
3.	Para saber se determinada palavra está na lista, escreva-a no espaço indicado e clique em <i>Search Only</i> .
4.	Existem várias possibilidades de organização da lista (<i>Sort by...</i>).

(continua)

³ Para maiores informações, cf. Sardinha (2004).

IV) REALIZANDO A EXTRAÇÃO DE DADOS:

1. Clique na palavra que deseja pesquisar. A aba *Concordance* abrirá automaticamente.
2. Para definir o tamanho das linhas de concordância, selecione os múltiplos de 5, que equivalem ao total de caracteres, inclusive espaços, igualmente distribuídos tanto à esquerda quanto à direita.
3. Todos os registros da palavra pesquisada aparecerão em azul e centralizados. Ao clicar em qualquer um deles, a aba *File View* abrirá. Nesse momento, aparecerá o contexto maior no qual a palavra desejada está inserida.
4. Se o dado visualizado for válido para os propósitos da pesquisa, salve-o (“Ctrl+C” / “Ctrl+V”) em um outro arquivo (formato *Word* ou *Excel*).

Apresentamos, na sequência, as figuras 1 a 3 para ilustrar as etapas de extração de dados, envolvendo, respectivamente, os recursos *Word List*, *Concordance* e *File View*.

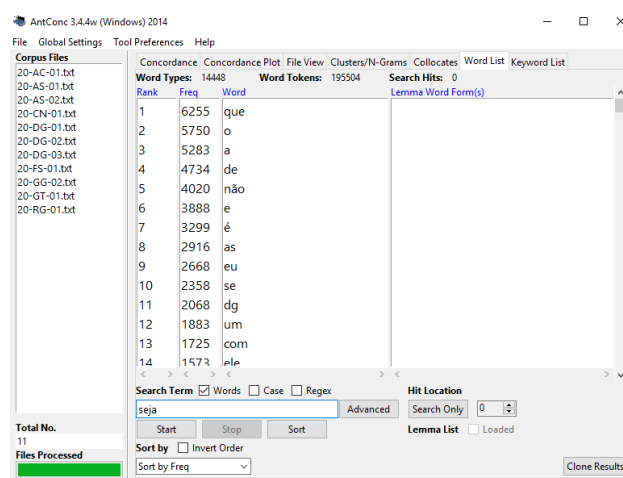


Figura 1. Extração de dados: recurso *Word List* em foco

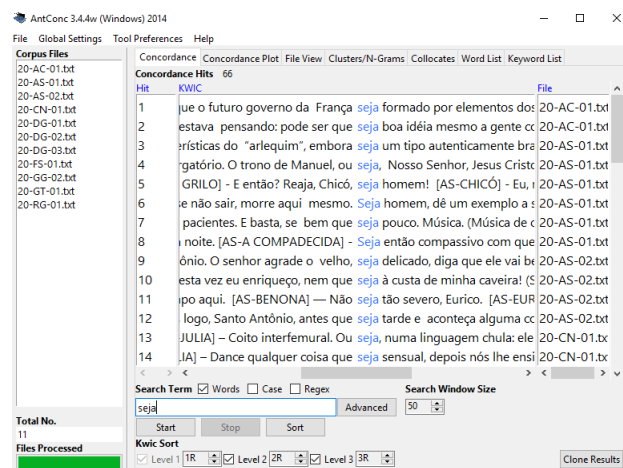


Figura 2. Extração de dados: recurso *Concordance* em foco

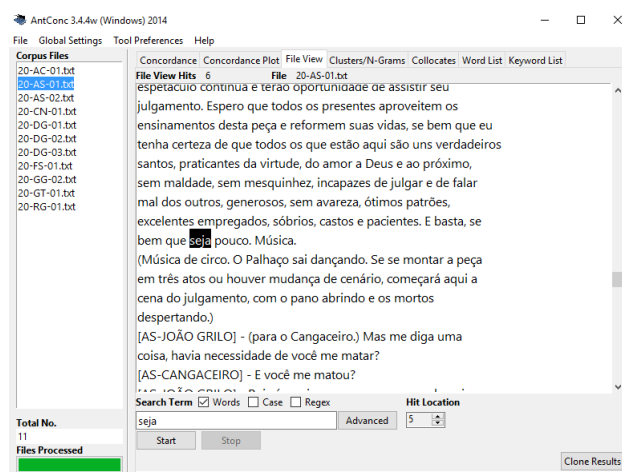


Figura 3. Extração de dados: recurso *File View* em foco

Uso do Excel na organização de dados variáveis

Excel ou Microsoft Excel é um aplicativo de criação de planilhas eletrônicas. Foi criado, em 1987, pela Microsoft. O Excel é muito prático para que sejam feitos controles, cálculos, tabelas; para que sejam colocados números em ordem crescente, uma lista de nomes em ordem alfabética, entre outras funções.

No âmbito das análises sociolinguísticas, o aplicativo é extremamente funcional para a preparação de arquivo de dados, codificação dos grupos de fatores,⁴ geração de arquivo para ser utilizado no programa Goldvarb X. Além disso, o aplicativo oferece vários recursos para correção e localização de dados e criação de subconjuntos para análises específicas.

No Quadro 2, detalhamos as duas primeiras etapas tal como aplicadas pelo programa.

Quadro 2. Passo a passo para a utilização do Excel: parte 1

- | | |
|-----|---|
| I) | PREPARAÇÃO DE ARQUIVO DE DADOS: |
| 1. | Prepare um arquivo de dados em formato Word. Atenção à formatação: não deixe espaçamento de linhas entre os dados, nem dê “enter” entre os dados. |
| 2. | Abra uma pasta Excel. |
| 3. | Selecione os dados desse arquivo. Copie. |
| 4. | Cole os dados na pasta Excel. Basta selecionar uma célula e dar o comando de “colar”. O programa vai distribuir os dados na coluna, inserindo cada dado em uma linha. |
| 5. | Recomenda-se inserir os dados na segunda linha de uma coluna (A ou B). A primeira linha pode ser usada para fazer um cabeçalho. |
| II) | CODIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES: |
| 1. | Para a codificação dos grupos de fatores, insira colunas antes da coluna de dados, uma para cada grupo. |

(continua)

⁴ O termo “grupos de fatores” se refere aos parâmetros selecionados como hipóteses explicativas para o fenômeno variável em estudo. Também se usa a expressão “variável independente” para designar esses parâmetros.

2. Reserve a coluna A para o “parêntese” que abre o *code string*. Digite um parêntese dentro da célula A2. Para reproduzir o símbolo nas demais linhas dessa coluna, basta selecionar a célula e “puxar” a informação para baixo, até a última linha que contém um dado. Esse é um procedimento muito útil para a codificação.
3. A coluna B vai conter sua variável dependente.
4. Recomenda-se que você codifique cada grupo de fatores de uma vez, integralmente para o conjunto de dados. Isso garante maior consistência na análise.
5. Você pode inserir novos grupos de fatores facilmente, se necessário, usando o recurso de “inserir coluna” do *Excel*, tal como assinalado na Figura 4.

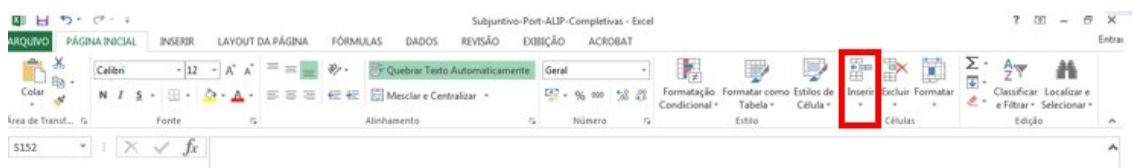


Figura 4. Recurso “inserir” do Excel

No Quadro 3, apresentamos a sequência de passos a serem executados para gerar um arquivo de dados codificados que será a base para os cálculos feitos pelo programa Goldvarb X. A Figura 5 ilustra a interface que se gera pelo uso da função específica para esse fim.

Quadro 3. Passo a passo para a utilização do Excel: parte 2

- III) GERAÇÃO DE ARQUIVO PARA *GOLDVARB X*:
1. Uma vez completada a tarefa de codificação, usa-se a função “CONCATENAR”, para criar o arquivo com *code strings* necessário para a quantificação por meio do *Goldvarb X*.
 - a) Selecione a primeira linha da coluna que vai conter os dados concatenados (geralmente a 2ª linha da coluna que segue imediatamente a coluna com os dados);
 - b) Clique no ícone “função” na página inicial ou faça o seguinte caminho: **Fórmula > Inserir Função**.
 2. Acionada a função “CONCATENAR”, deve-se digitar a sequência de células (coluna + linha) que vão compor a sequência *code string* + dados: A2; B2; C2;.....X2.
Se houver alguma coluna vazia ou que ainda não está totalmente completa ou que não se deseja incluir no cálculo a ser feito, digitar “” (duas aspas duplas) – ver a representação na figura 5. Antes de incluir a última célula – aquela que contém os dados, é necessário incluir um espaço entre os códigos e o dado em si. Para isso, digite aspas duplas, espaço e aspas duplas (“ ”).
 3. Com a sequência digitada, clique OK e a primeira sequência *code string* + dado estará pronta. Para gerar todas as sequências para o conjunto de dados, selecione a célula com a primeira sequência e “puxe” para baixo, até chegar ao último dado. Quando soltar a seleção, o programa terá aplicado a fórmula para todos os dados.
 4. Para levar esse conjunto para o *Goldvarb X*, selecione o conteúdo da coluna, copie e cole no *Goldvarb X*.

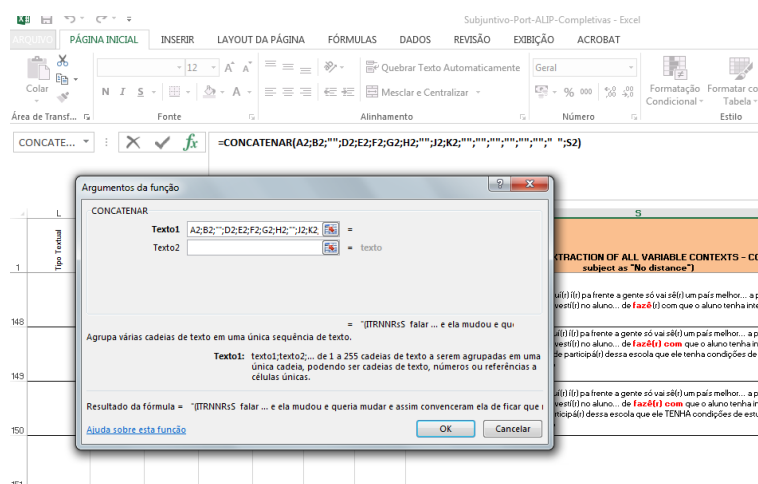


Figura 5. Uso da função *concatenar* do Excel

Como mencionamos antes, o Excel é um aplicativo muito versátil na gestão dos nossos dados. Dois recursos são particularmente úteis para as tarefas de correção e localização de dados e para a criação de subconjuntos: o uso de filtros e o recurso de ocultar/exibir colunas. Por exemplo, durante a análise da variação entre formas verbais de subjuntivo e indicativo, é possível que o pesquisador queira avaliar, do conjunto total de dados, apenas aqueles que reúnem algumas características, como terem por regente o verbo *acreditar* e o tempo pretérito na oração encaixada (*Eu acreditava que ele viesse*). Para obter esses dados específicos, podemos utilizar o recurso do filtro e, para visualizar melhor a operação, as colunas referentes a grupos de fatores não considerados no momento em questão podem ser ocultadas. No Quadro 4, fornecemos as instruções para a utilização desses dois recursos.

Quadro 4. Passo a passo para a utilização do Excel: parte 3

- | | |
|-----|--|
| IV) | RECURSOS PARA CORREÇÃO, LOCALIZAÇÃO DE DADOS, CRIAÇÃO DE SUBCONJUNTOS – FILTROS: |
| 1. | Para ativar os filtros nas colunas que contêm as codificações dos grupos de fatores: |
| a) | Selecione uma célula da primeira linha (em que temos o cabeçalho dos grupos); |
| b) | No menu da página inicial, selecione Classificar e Filtrar > filtro . |
| c) | Com isso é possível verificar se há células vazias (dados não analisados), quais são os códigos (categorias) presentes em cada grupo (como ilustrado na figura 6) e selecionar subgrupos com algumas características (combinando a seleção de códigos de grupos diferentes). |
| 2. | Para o recurso de ocultar/exibir: selecionar a(s) coluna(s) que se quer ocultar ou reexibir, clicar com o botão direito do <i>mouse</i> e marcar “ocultar” ou “reexibir”. |
| | É um ótimo recurso para “focalizar” um grupo de fatores que está sendo trabalhado, por exemplo. |

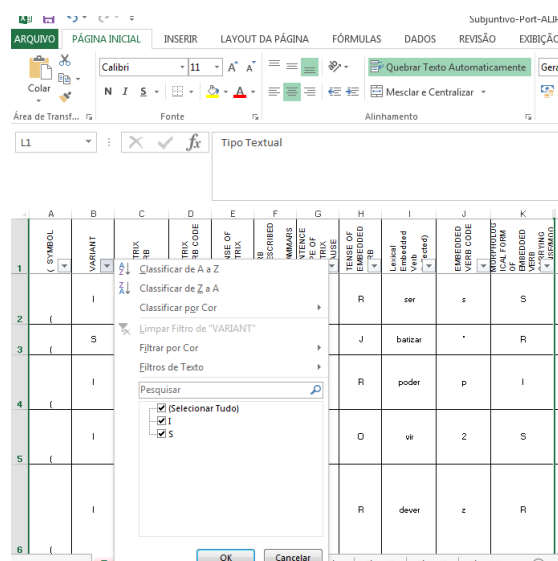


Figura 6. Uso da função *filtro* do Excel

Uso do Goldvarb X na quantificação/análise de dados variáveis

O Goldvarb X, programa estatístico computacional desenvolvido por Sankoff, Tagliamonte e Smith (2005) (<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>), é uma das ferramentas-chave da Sociolinguística Variacionista, em termos metodológicos.⁵ Cabe a esse programa processar um grande volume de dados linguísticos, com o objetivo de definir uma regra variável que ajude a explicar determinado fenômeno sociolinguístico.

A partir de seu uso, podem ser feitas análises univariadas (ou unidimensionais), análises multivariadas (ou multidimensionais) e tabulações cruzadas. As análises univariadas são casos em que se testam o efeito de uma variável independente sobre uma variável dependente. Tais resultados aparecem sob a forma de frequências absolutas e relativas. As multivariadas permitem investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes. Essa investigação mede os efeitos, bem como a significância dos efeitos, dessas variáveis independentes sobre a ocorrência das realizações da variável dependente. Os resultados obtidos se apresentam como pesos relativos. A tabulação cruzada, por sua vez, mostra as relações – ou a falta delas – entre as variáveis independentes (GUY; ZILLES, 2007).

No Quadro 5, disponibilizamos um roteiro simplificado para o uso do Goldvarb X, seguindo a ordem das etapas de análise cumpridas pelo programa: (i) geração do arquivo de dados; (ii) checagem da codificação; (iii) geração do arquivo de condições; (iv) análise univariada; (v) análise multivariada; e (vi) tabulação cruzada. Nesse processo, o programa vai gerar vários arquivos, cujas janelas devem permanecer sempre abertas enquanto o aplicativo estiver sendo executado.

⁵ Temos que considerar, atualmente, a expansão no uso do Programa R (R TEAM, 2017) em estudos sociolinguísticos, o qual retomaremos nas conclusões.

Quadro 5. Passo a passo para a utilização do Goldvarb X: parte 1

- I) GERAÇÃO DO ARQUIVO DE DADOS:
- Nesse arquivo, registram-se, após um parêntese, os códigos dos dados.
 - Deve haver espaço considerável entre a sequência de códigos e o registro da ocorrência (esse espaço pode ser posto quando os dados forem organizados no *Excel*, como ficou especificado no quadro 3, item 2).
 - Usualmente, a variável dependente costuma vir na primeira posição do *code string*.
 - Para transportar um arquivo de dados, selecione o conteúdo da coluna referente à codificação pronta (no *Excel*) >> Copie >> Abra o programa *Goldvarb X* >> Edit >> Paste.
 - Verifique se, ao transportar os dados, todos os parênteses que iniciam o *code string* estão alinhados na 1ª posição e se não há algum parêntese que não indica *code string* nessa posição. O programa quantifica todas as informações que seguem parênteses em 1ª posição.
 - Salve o arquivo com a extensão .tkn, dando-lhe um título que expresse de modo significativo o fenômeno em análise.
- II) CHECAGEM DA CODIFICAÇÃO:
- Essa etapa tem por objetivo verificar se não houve algum erro na hora da codificação. No menu selecione *Tokens* >> *Generate Factor Specifications*.
 - Ao dar o comando *Generate Factor Specifications*, o programa preenche o quadro *Factor Specification*. Ali estão registrados: o número de grupos de fatores (ou variáveis independentes) e a relação de códigos definidos para os fatores de cada grupo. Deve-se checar se a lista de códigos de cada grupo corresponde fielmente ao conjunto definido pelo pesquisador.
 - No caso de constatar códigos que não foram considerados (causados por erro de digitação, por exemplo), selecione *Tokens* >> *Find and Replace*. Em *Find and Replace*, digite o código que pretende achar e marque 'wrap around' e a coluna em que ele se localiza (a que grupo de fatores pertence) (cf. figura 7). A localização do código a ser corrigido vai ser indicada na tela do arquivo de dados. Depois de corrigir, salve o arquivo. Refaça a operação *Generate Factor Specifications* para verificar se ainda há erros.
 - A última etapa de checagem é feita selecionando *Tokens* >> *Check Tokens*. Se todos os grupos tiverem pelo menos dois fatores, você lerá uma mensagem como "checking of tokens completed. XXX tokens in XXXX lines".
 - Para visualizar, salvar e imprimir o arquivo de especificações: *Tokens* >> *Show Factor Specifications*. Essa será a primeira informação salva com a extensão .res.
- III) GERAÇÃO DO ARQUIVO DE CONDIÇÕES:
- É o arquivo em que o pesquisador informa ao programa como quer que o arquivo de dados seja configurado para as análises.
 - Esse arquivo pode ser criado **automaticamente** ou manualmente. Se escolhida a primeira opção, selecione *Tokens* >> *No Recode*. Salve o arquivo criado com a extensão .cnd.

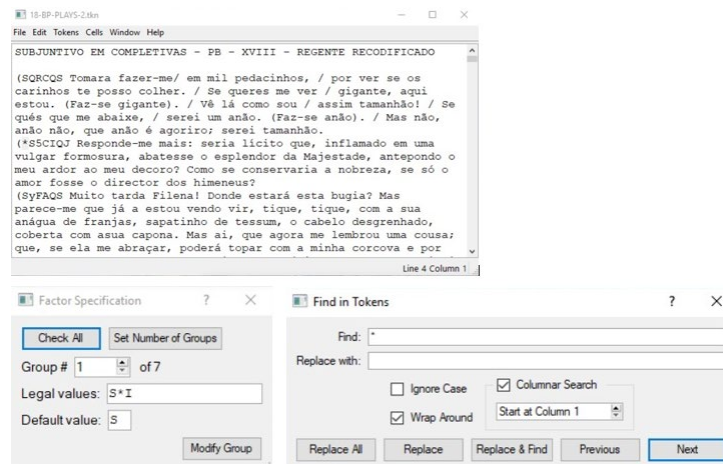


Figura 7. Uso da função *Find and Replace* do Goldvarb X

Quadro 6. Passo a passo para a utilização do Goldvarb X: parte 2

IV) ANÁLISE UNIVARIADA:

- Para realizar a análise univariada, clique em *Cells >> Load Cells to Memory*. Por meio desse comando, as condições contidas no arquivo de condições são aplicadas aos dados, gerando um arquivo de células, com extensão .cel, e um arquivo de resultados, com extensão .res.
- O arquivo de células (.cel) é o *input* ao programa de regra variável. As informações apresentadas são feitas para que o computador possa lê-las (e não os usuários).
- Antes de gerar o arquivo de resultados (.res), o pesquisador deve definir qual será o valor de aplicação (cf. figura 8). O valor de aplicação da regra é o primeiro código indicado na janela. Retomando o exemplo da variação entre as formas de subjuntivo e indicativo, se o foco da pesquisa é saber o quanto o indicativo já avançou em contextos tradicionais de subjuntivo, o valor de aplicação deve ser o código correspondente ao indicativo. Essa escolha condicionará o modo como serão apresentados os resultados das análises multivariadas.
- No arquivo de resultados (.res), cada grupo de fatores é identificado por dois números, por exemplo (cf. figura 9):
1 (2), “1”: indicativo da variável *independente* no arquivo de condições;
“2”: indicativo da posição da mesma variável no arquivo de dados.
- Quando fatores apresentam aplicação categórica (100% ou 0%), isso vem indicado como *knockout* (cf. figura 9). Como a análise multivariada só leva em conta casos de variação, esses dados categóricos precisam ser excluídos ou amalgamados a outros fatores. A escolha de uma ou outra opção dependerá da análise do pesquisador.
- Para eliminar *knockouts*, clique *Tokens >> Recode Setup*. Observar cada grupo, copiar quando estiver certo. No grupo em que ocorrer o *knockout*, excluir o fator “problemático” usando o comando *Exclude* no quadro da esquerda. Depois, copiar o grupo todo. Se a opção for amalgamar fatores, é preciso usar o recurso *Recode*.
- Rodar novamente: *Cells >> Load Cells to Memory*.

V) ANÁLISE MULTIVARIADA:

- Para a realização da análise multivariada selecione *Cells >> Binomial Up and Down*.
- O programa fornece um resumo dos grupos selecionados como mais significativos para a realização de determinado fenômeno e, também, dos grupos excluídos.
- A melhor e a pior rodada são destacadas. (*Best stepping up run* e *Best stepping down run*).
- Para a interpretação dos resultados, os pesos relativos devem ser retirados da melhor rodada indicada pelo programa (cf. figura 10). No intervalo entre 0 e 1, pesos relativos de 0.5 são considerados neutros em relação à aplicação da regra variável. Valores abaixo de 0.5 indicam que o fator desfavorece a aplicação da regra; valores acima de 0.5 indicam que o fator favorece essa aplicação.

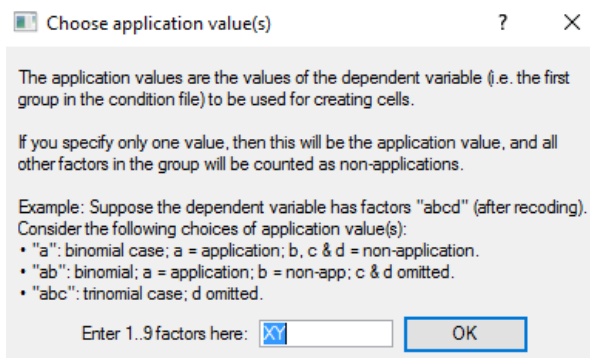


Figura 8. Escolha do valor de aplicação

Group	I	S	Total	%
1 (2)				
Q	N	14	156	170 12.7
	%	8.2	91.8	
A	N	0	5	0.4
	%	0.0	100.0	* KnockOut *
Y	N	0	56	56 4.2
	%	0.0	100.0	* KnockOut *
U	N	0	5	0.4
	%	0.0	100.0	* KnockOut *
B	N	20	12	32 2.4
	%	62.5	37.5	
Y	N	0	16	1.2
	%	0.0	100.0	* KnockOut *
m	N	0	16	1.2

Figura 9. Uso da função *Find and Replace* do Goldvarb X

Figura 10. Resultado de *Stepping up* e indicação da melhor rodada

Quadro 7. Passo a passo para a utilização do Goldvarb X: parte 3

- VI) TABULAÇÃO CRUZADA:
- Para cruzar os dados de dois grupos de fatores, combinando sua ação na escolha das variantes, selecione *Cells >> Cross Tabulation*. Aparece uma janela para que sejam digitados os grupos que devem ser cruzados. Deve-se tomar como referência os números que aparecem fora dos parênteses junto de cada grupo de fatores no arquivo de resultados da análise univariada (como indicado na figura 11).

```

16-SP-PLAYS-2.m
File Edit Tokens Cells Window Help

* CROSS TABULATION * 03/07/2016 17:06:15 *****
* Cell file: .cel
* 03/07/2016 17:00:15
* Token file: 16-SP-PLAYS-2.tkn
* Conditions: Untitled.cnd

Group #3 -- horizontally.
Group #4 -- vertically.

+-----+-----+-----+-----+-----+
+ C %   I %   A %   N %   Σ %
+-----+-----+-----+-----+-----+
Q I: 7 18: 84 52: 475 52: 47 35: 613 49
S: 32 82: 76 48: 440 40: 88 65: 636 51
Σ: 39 : 140 : 915 : 135 : 1249
+-----+-----+-----+-----+-----+
X I: 0 0: 0 0: 11 15: 0 0: 11 13
S: 2 100: 5 100: 63 85: 6 100: 76 87
Σ: 2 : 5 : 74 : 6 : 87
+-----+-----+-----+-----+-----+
Σ I: 7 17: 84 51: 486 49: 47 33: 624 47
S: 34 83: 81 49: 503 51: 94 67: 712 53
Σ: 41 : 145 : 989 : 141 : 1336
+-----+-----+-----+-----+-----+

* CROSS TABULATION * 03/07/2016 17:06:15 *****
* Cell file: .cel
* 03/07/2016 17:00:15

```

Figura 11. Resultado de Tabulação Cruzada

Considerações finais

Neste artigo, propusemos a utilização de um conjunto de três ferramentas computacionais que, quando articuladas, podem otimizar as tarefas de coleta, organização e quantificação de dados linguísticos. Cabe ressaltar que, se demos um destaque à utilização desses recursos em análises de fenômenos variáveis, as ferramentas podem ser bastante úteis também para o pesquisador cujo fenômeno em estudo não tem natureza variável, mas que implica, de todo modo, uma investigação de grandes volumes de dados.

A amplitude de uso das ferramentas nos parece evidente no que se refere ao aplicativo AntConc e, mais ainda, ao Excel. É fato que o programa Goldvarb X foi concebido especificamente para o estudo de fenômenos linguísticos variáveis, e que a aplicação total de seus recursos visa levar à identificação de propriedades e características que motivam a escolha de uma ou outra forma variante, em contextos em que tais formas são concorrentes no uso. No entanto, também no caso desse aplicativo não se pode deixar de reconhecer seu potencial para auxiliar na caracterização da distribuição de uso de formas linguísticas não variáveis. A partir da codificação de dados com base em parâmetros definidos como relevantes para sua caracterização, torna-se bastante simples por meio do Goldvarb mapear a frequência absoluta e relativa de cada forma, e suas interrelações com as categorias controladas. Trata-se de um uso heurístico amplo, que nos permite identificar padrões de uso.

Finalizamos essa discussão destacando que a área começa a explorar outras ferramentas, para além daquelas aqui mencionadas, como o programa R (<https://cran.r-project.org/>). Essa ferramenta já tem sido bastante utilizada em outros campos de pesquisa, por exemplo, nas ciências exatas. Na Linguística, parecemos vivenciar um período transitório, em que estamos testando o potencial desses instrumentos, com o intuito de avaliar em que medida são semelhantes, possuem recursos específicos e mais vantajosos, ou podem ser utilizados complementarmente.

REFERÊNCIAS

- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistics Theory: Linguistic Variation and its Social Significance*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. v. 3: Cognitive and Cultural Factors. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

_____. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

_____. *The Social Stratification of English in New York City*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006[1966].

_____. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 234-250.

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 2: Social factors. Cambridge: Blackwell, 2001.

_____. *Principles of Linguistic Change*. v. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1982. p. 17-92.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, R. B. A Variação Linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Linguística I*. Objetos Teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 121-140.

R TEAM, Development Core. *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2017. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

SARDINHA, T. B. *Linguística de Corpus*. Barueri: Editora Manole, 2004.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X*: A variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

Recebido em: 10/10/2017

Aprovado em: 21/03/2018